



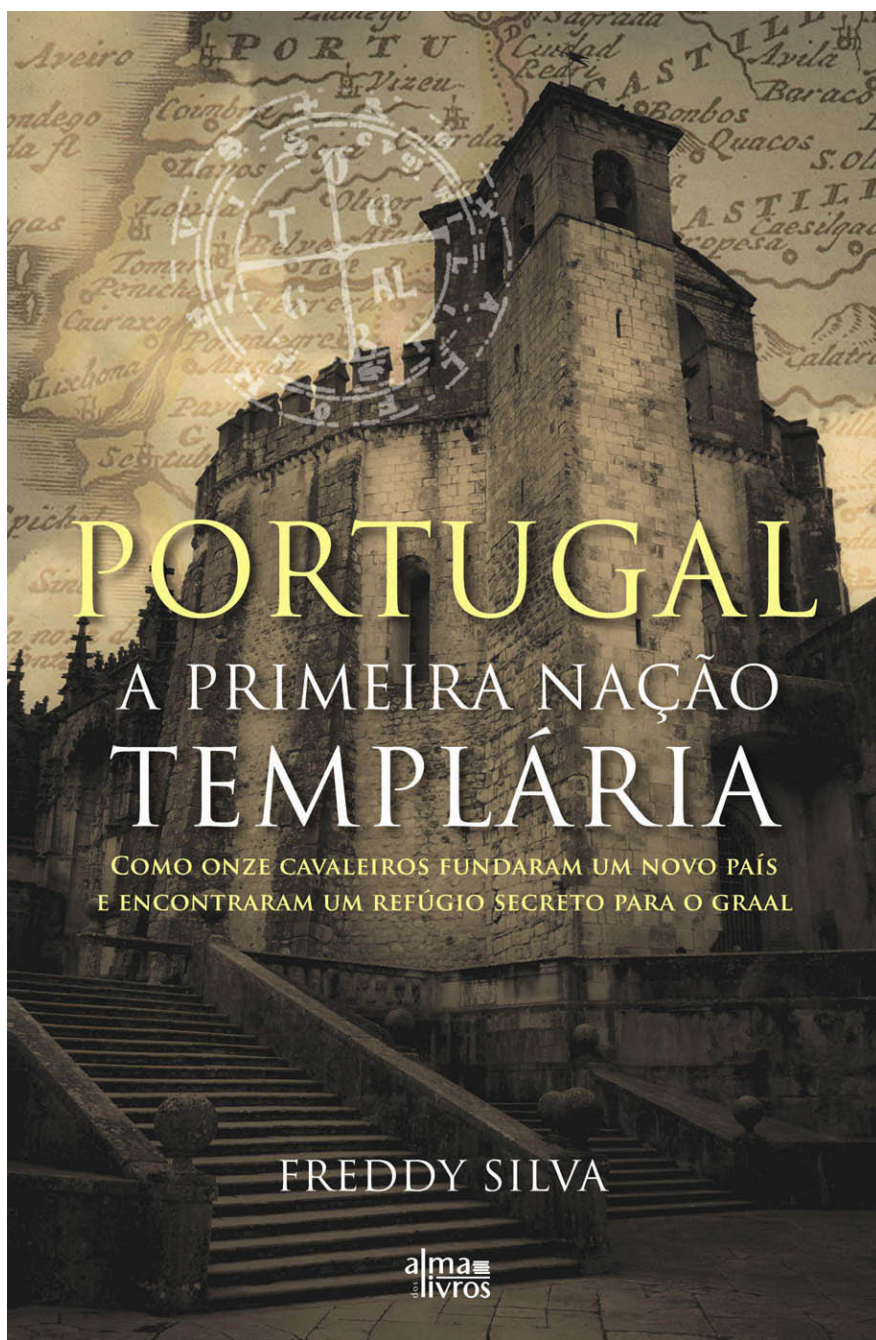
PORTUGAL

A PRIMEIRA NAÇÃO

TEMPLÁRIA

COMO ONZE CAVALEIROS FUNDARAM UM NOVO PAÍS
E ENCONTRARAM UM REFÚGIO SECRETO PARA O GRAAL

FREDDY SILVA



PORTUGAL

A PRIMEIRA NAÇÃO TEMPLÁRIA

COMO ONZE CAVALEIROS FUNDARAM UM NOVO PAÍS
E ENCONTRARAM UM REFÚGIO SECRETO PARA O GRAAL

FREDDY SILVA

alma
livros

FREDDY SILVA

**PORTUGAL:
A PRIMEIRA
NAÇÃO
TEMPLÁRIA**

Tradução
Carla Ribeiro

alma
livros

info@almadoslivros.pt

www.almadoslivros.pt

facebook.com/almadoslivrospt

instagram.com/almadoslivrospt.pt

Publicado pela primeira vez nos EUA por Inner Traditions International, Rochester, Vermont. Edição portuguesa publicada por acordo com Inner Traditions International, Rochester, Vermont.

Copyright © 2017 por Freddy Silva.

© 2018

Direitos desta edição reservados
para Alma dos Livros

Título: *Portugal: A Primeira Nação Templária*

Título original: *First Templar Nation*

Autor: Freddy Silva

Tradução: Carla Ribeiro

Revisão: Silvina de Sousa

Paginação: Miguel Antunes

Adaptação de capa original: Duarte Lázaro / Alma dos Livros

Separadores de texto no interior: Desenhados por Freepik

Impressão e acabamento: Multitipo — Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8907-20-2

1.^a edição em papel: março de 2018

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida em qualquer forma sem permissão
por escrito do proprietário legal, salvo as exceções
devidamente previstas na lei.

Para a minha deusa



NOTA DO AUTOR

Para este livro, precisei de mais de uma década de pesquisa, altura em que me sentia como se pudesse sentir as pessoas e os acontecimentos envolvidos. O que está muito bem, porque, embora haja bastantes bons livros sobre história, muitos deles são impessoais, faltando-lhes um toque humano. Escrevi, portanto, esta obra num estilo próximo do de um romance para tornar a experiência de leitura mais agradável para si. No entanto, todas as pessoas, acontecimentos e factos retratados são reais, como a copiosa bibliografia atestará.

Se não está familiarizado com a geografia da Europa, não se preocupe; incluí numerosos mapas para o ajudar a localizar-se.

Só alguns pontos a ter em mente: nesta época, a Europa é uma cornucópia de ducados, condados e reinos. Não há Espanha, não há Itália, e França ainda está fragmentada e feita sobretudo de províncias e de ducados autónomos, incluindo o reino dos francos; a Alemanha faz parte do Sacro Império Romano. E, no lugar do Portugal dos dias de hoje, está o condado de Portucale, que recebeu o nome da sua cidade principal, o Porto. Por isso, quando me refiro a França ou aos franceses ou aos espanhóis, uso os termos como generalizações e para evitar longas explicações.

Muitas vezes, as províncias juravam fidelidade a um rei ou duque vizinho. Assim, um *suserano* era um soberano ou Estado que controlava outro Estado que era internamente autónomo. Um *vassalo* era uma pessoa ou país subordinado a outro. Um *feudo* era terra detida sob a esfera de controlo de um nobre ou uma pessoa sob esse controlo.

Os nomes das pessoas eram muitas vezes escritos de diferentes formas e em diferentes línguas. Tentei manter a maioria dos nomes como teriam aparecido no século XII, exceto quando causam confusão no texto.

Quanto aos cavaleiros templários, os termos procurador, comandante, preceptor, mestre e irmão eram regularmente usados

para referir os membros da ordem na Europa. Todos estavam subordinados ao grão-mestre, Hugo de Payens.

AGRADECIMENTOS

Ao falecido André Jean Paraschi, que me inspirou a fazer mais perguntas. A Wendy Craig, pelas omissões. À minha sobrecarregada editora, Mindy Branstetter. E às verificações de factos. Aos bibliotecários que sobrecarreguei, principalmente os das Bibliotecas Houghton e Widener na Universidade de Harvard; a Jessica Thomas, na Portland Public Library; aos arquivistas em Sintra e Tomar; Torre do Tombo, em Lisboa; à Biblioteca do Congresso, em Washington, DC; a John Reid, Malcolm Barber e Susan Gonzales; às prestáveis pessoas de Tomar. Desculpem se me esqueci de alguém. Tenho mais de cinquenta anos, estou autorizado.

Que este trabalho possa finalmente trazer-me a casa e paz.

MAPAS





Se alguém não compreende como o corpo que usa veio a existir, perecerá com ele... quem não entender como veio, não entenderá como irá.

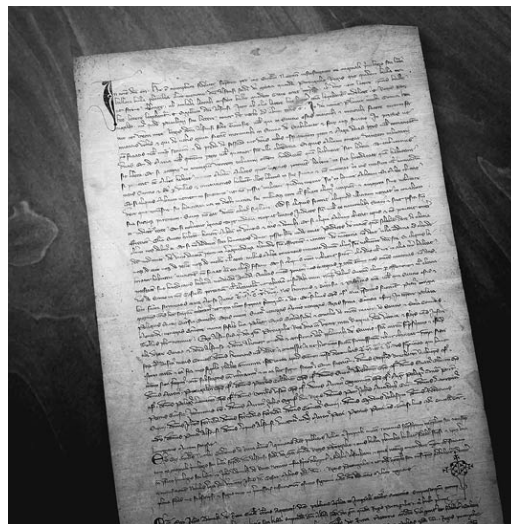
Evangelho da Verdade,

Biblioteca de Nag Hammadi

Rezo ao fim do universo e ao princípio do princípio, ao objeto da busca do homem, à descoberta imortal.

Discurso sobre o Oitavo e o Nono,

Biblioteca de Nag Hammadi



Capítulo 1

1125. UMA MESA DE CARVALHO NUM GRANDE SALÃO DE UM PEQUENO CONDADO CHAMADO PORTUGALE...

O pergaminho de velino envelhecido é uma doação de uma pequena vila perto da cidade de Braga.

Diz: «Eu, Rainha D. Tereja, dou a Deus e aos Cavaleiros do Templo de Salomão a aldeia chamada Fonte Arcada... com todos os seus direitos e benefícios, pelo bem da minha alma.»¹

A generosa doação inclui nada menos do que dezassete concessões de terra adicionais por parte de famílias locais.² Meticulosamente escrita a pena e tinta, está assinada: «Eu, Guilherme, procurador do Templo neste território, recebo este documento.»

O signatário contém a chave de um mistério. Como procurador do Templo, Guilherme Ricardo está investido do poder e da autoridade para conduzir transações em nome do grão-mestre dos cavaleiros templários em Jerusalém, Hugo de Payens. Mas é muito mais do que isso. O seu nome surge numa segunda concessão — desta vez como *Magister Donus Ricardus* — de metade da propriedade de Villa-nova, doada por Affonso Annes «a Deus, e à irmandade dos cavaleiros templários».³

Este Guilherme Ricardo é também o primeiro mestre dos cavaleiros templários num pequeno condado chamado Portugale.⁴

Estes acontecimentos são extraordinários porque o ano é 1125 e não se conhecem membros dos cavaleiros templários fora de Jerusalém, muito menos numa região do lado oposto da Europa. Mais estranho ainda, em 1111, sete anos antes de a irmandade templária surgir, foi atribuída aos cavaleiros uma propriedade estratégica no mesmo território.

Três coisas estão certas.

Um: os cavaleiros templários juraram fidelidade não ao papa, mas a um monge influente no condado francês de Champanhe.

Dois: num documento dirigido aos templários, um jovem destinado a ser rei de uma terra que será conhecida como Portugal revela que «na vossa irmandade e em todas as vossas obras sou um irmão».

Três: durante um interrogatório da Santa Inquisição, um cavaleiro templário fez uma afirmação críptica: «Existe na ordem uma lei tão extraordinária da qual se deve guardar tal segredo que qualquer cavaleiro preferiria que lhe cortassem a cabeça do que revelá-la a alguém.»

E praticamente todos os templários capturados provaram isto ao serem queimados vivos.

O que se segue é a verdadeira e inaudita história por trás da primeira nação templária.

Capítulo 2

1095. NOVEMBRO. EM AUVERGNE, UMA REGIÃO MONTANHOSA NO CENTRO DE FRANÇA...

A crescente assembleia de abades, bispos, arcebispos, príncipes, nobres, senhores e leigos reuniu-se no interior do grande salão da igreja em Clermont e aguardou a chegada do papa. Quando avistaram a sua cabeça tonsurada a descer a nave, era óbvio que Urbano II estava menos do que satisfeito. O longo ano de viagem levava o pontífice a várias regiões de França e do Mediterrâneo, depois ao Norte de Itália, onde um conclave eclesiástico, em Placência, testou a sua paciência, e os resultados estavam longe do que esperava. Além disso, Placência, na primavera, fora muito mais climaticamente gratificante do que o amargo frio de novembro de Clermont, neste ano do Senhor de 1095.

Urbano II levantou-se do lugar e dirigiu-se ao conselho, começando com o seu relato sobre a situação da Igreja no Próximo Oriente. Além do problema de os turcos seljúcidas terem dominado a Ásia Menor e tomado o controlo de grande parte do Levante — incluindo Jerusalém —, este povo problemático também cortara o acesso aos locais sagrados cristãos, contrariamente aos seus mais tolerantes predecessores árabes.

E ainda não acabara. Urbano também tinha um problema com os cristãos. Vira clérigos traficar propriedade da Igreja, nobres e monarcas, em casa e no estrangeiro, que, espojando-se no luxo, violavam constantemente as leis da Igreja em paz, provocando lutas com árabes apenas pelos ganhos materiais. E, quanto aos seus cavaleiros, bem, portavam-se mais como mercenários.

Depois da sua tirada — justificada, segundo alguns —, Urbano instigou zelo suficiente entre a multidão reunida para dar início a uma cruzada e recuperar os locais sagrados cristãos dos infiéis e assim canalizar toda aquela energia destrutiva para algo por que valesse a pena lutar: «Eu, ou antes, o Senhor roga-vos, como arautos de Cristo, que divulgueis isto em toda a parte e que busqueis que todas as pessoas, sejam de que classe forem,

soldados rasos e cavaleiros, pobres e ricos, levem rapidamente auxílio a esses cristãos e que destruam essa raça vil das terras dos nossos amigos. Digo isto aos que estão presentes, destina-se também aos que estão ausentes. Além do mais, Cristo o ordena.»¹



Tendo-se entusiasmado, o papa saiu da igreja, subiu a uma plataforma de madeira e começou a dirigir-se a um ajuntamento ainda maior, cujos números haviam forçado a área de encontro disponível do Champet e os serviços que a vila era capaz de fornecer: «Esta terra que habitais, cercada de todos os lados pelos mares e rodeada pelos picos das montanhas, é demasiado estreita para a vossa vasta população; tão-pouco abunda em riquezas; e mal fornece comida suficiente para os seus cultores. Por isso é que vos matais uns aos outros, que fazeis guerra, e que frequentemente pereceis por ferimentos mútuos. Deixai então que o ódio parta de entre vós, deixai que acabem as vossas disputas, deixai cessar as guerras e deixai dormir todas as dissensões e controvérsias. Entrai na estrada para o Santo Sepulcro, arrancai essa terra à raça perversa e sujeitai-a a vós... Deus conferiu-vos sobre todas as nações grande glória nas armas. Empreendei então esta jornada pela remissão dos vossos pecados, com a certeza da glória imperecível do reino dos céus.»²

Gritos de «Deus vult, Deus vult» ergueram-se em concordância sobre os campos gelados de Clermont.³ «Deus o quer, Deus o quer.» Não tardaria que isto se tornasse num purulento *slogan* de propaganda para o recrutamento de milhares de soldados rasos.

Apesar do ar lânguido, o discurso motivacional de Urbano parecia ter um efeito muito mais revigorante do que o registado em Placência. Por isso, continuou, com um floreado adicional de

demagogia: «Eles derrubam e profanam os nossos altares... pegarão num cristão, abrir-lhe-ão o estômago e amarrar-lhe-ão o intestino a uma estaca; depois, estocando-o com uma lança, fá-lo-ão correr, até que arranque as próprias entranhas e caia morto no chão.»⁴

O papa usou então um isco que lhe garantia aumentar o número de participantes na sua causa.

*Todos os que morrerem pelo caminho, seja por terra ou por mar, ou em combate contra os pagãos, terão a imediata remissão dos pecados. Isto lhes concedo pelo poder de Deus, do qual estou investido. Oh, que desgraça se uma tão desprezada e ignóbil raça, que venera demónios, conquistasse um povo que tem a fé de Deus onipotente e que o nome de Cristo torna gloriosa! Com que censuras nos esmagará o Senhor se não ajudardes aqueles que, como nós, professam a religião cristã! Que aqueles que injustamente se habituaram a travar guerras privadas contra os fiéis vão agora contra os infiéis e acabem com uma vitória esta guerra que há muito devia ter sido começada. Que aqueles que, durante muito tempo, foram ladrões se tornem agora cavaleiros. Que aqueles que têm lutado contra os seus irmãos e parentes lutem agora de forma correta contra os bárbaros. Que aqueles que têm servido como mercenários por um pequeno salário obtenham agora a recompensa eterna. Que aqueles que se têm desgastado de corpo e alma trabalhem agora por uma honra dupla. Vede! Deste lado estarão os tristes e os pobres, daquele, os ricos; deste lado, os inimigos do Senhor, daquele, os seus amigos. Que aqueles que vão não adiem a jornada, mas que arrendem as suas terras e recolham dinheiro para as suas despesas; e assim que o inverno acabar e a primavera chegar, que se ponham ardentemente a caminho com Deus como seu guia.*⁵

Curiosamente, apesar de toda a conversa do papa abordando a libertação das Terras Santas, incluindo as suas cartas seguintes, quase não foi feita qualquer menção a dois dos seus mais importantes locais sagrados. O cronista Fulquério de Chartres, que assistiu ao discurso em Clermont, não faz qualquer menção ao facto de Urbano ter discutido a libertação de Jerusalém ou do seu templo mais sagrado, a Igreja do Santo Sepulcro — o local da sepultura de Cristo —, só de ter pedido para «ajudar rapidamente esses cristãos e destruir essa raça vil [os turcos] das terras dos nossos amigos».⁶

Mas de quanta ajuda ao certo precisavam esses cristãos? Após a conquista da Palestina pelos árabes no ano 637 d. C., apenas um quarto de Jerusalém, incluindo a Igreja do Santo Sepulcro, ficou nas mãos dos cristãos. Naturalmente, isto aumentou o número de peregrinos cristãos que acorriam a este e a outros locais associados à vida do avatar Jeshua Ben Joseph, também conhecido como Jesus. Contudo, não só o acesso aos locais sagrados era permitido, e foi mantido sob o domínio árabe, como o culto cristão também era tolerado; até Maomé instruía os seus seguidores no sentido de se voltarem para o local do Templo de Salomão durante as orações,⁷ pois era igualmente respeitado pelos muçulmanos como lugar de grande sacralidade. Esta tolerância prevaleceu até ao século x, sob os califas do Egito, que prometiam solenemente proteção aos viajantes. Na verdade, a vida sob o domínio dos infiéis não era tão dura como o esperado; até a carga tributária era mais leve do que sob o anterior domínio cristão.

Mas, em 1065, este retrato otimista mudou quando os desordeiros vizinhos turcos dos árabes, liderados pelo bárbaro Emir Ortok, conquistaram e saquearam a cidade de Deus, após o que três mil cidadãos foram massacrados. Ortok reprimiu violentamente quaisquer cristãos remanescentes e depois, por diversão, prendia ou matava os peregrinos visitantes, a não ser que cada um lhe entregasse uma peça de ouro como preço de admissão na Igreja do Santo Sepulcro.

Isto presumindo que algum peregrino chegava vivo à cidade. Devido à desestabilização política, bandos de bandidos sem lei deambulavam pelas planícies da Palestina em busca de turistas desafortunados, enquanto cavaleiros beduínos conduziam ataques avulsos a peregrinos vindos de além do rio Jordão. Não admira que tal comportamento tenha gerado uma forte solidariedade e fervor em muitos dos bispos e barões europeus, instigados pelo discurso inflamado de Urbano II para que reunissem vastos exércitos numa cruzada para arrancar os locais anteriormente cristãos aos turcos seljúcidas e assegurar uma passagem segura aos peregrinos.

No entanto, apesar da retórica do papa, pode ter havido entre os presentes quem percebesse uma segunda intenção. Cinco meses antes, um dos poucos pontos altos no Concílio de Placência — pelo menos para Urbano II — fora a receção pelo papa de emissários enviados de Constantinopla pelo imperador Comneno. O imperador bizantino debatia-se com um grande problema: há vários anos que os turcos consumiam o seu império, tendo já engolido a maior parte da Anatólia, da Síria e da Palestina. O concílio revelou-se um momento oportuno para Comneno: Urbano estava perto, em termos geográficos, e sete anos antes, este promissor novo papa revertera a excomunhão de Comneno da Igreja. Por isso, os presságios pareciam propícios a outro pequeno favor de um dos poucos amigos de Comneno, particularmente se este incluísse enviar um exército de novos cavaleiros por Constantinopla.



O Concílio de Clermont.

Comneno era um manipulador astuto. Os seus embaixadores não só exageraram a necessidade de um exército, como, não fosse o papa vacilar, também deviam lembrá-lo de que Jerusalém estava sob o restrito controlo dos seljúcidas, com os direitos de visita dos peregrinos em jogo. Em todo o caso, o desempenho de Urbano em Clermont teve um êxito para lá dos sonhos mais loucos de ambos os homens, e, no espaço de meses, dezenas de milhares voluntariaram-se para livrar o Próximo Oriente dos turcos e reconquistar os locais sagrados.

Quem não precisou de grandes desculpas para embarcar nesta cruzada foi um fervoroso monge de baixa estatura vindo de Amiens chamado Pedro, o *Eremita*. Pedro fora soldado, casado e era pai de cinco filhos, bem como um nobre e vassalo do conde Eustácio de Bolonha.⁸ No entanto, renunciou a tudo para se tornar um monge enclausurado, exceto para uma peregrinação a Jerusalém. Ficou horrorizado com o tratamento que ali era dado aos peregrinos, tanto que lhe foi concedida uma audiência com Simeão, o patriarca da cidade, durante a qual Pedro prometeu solicitar o apoio de nobres de toda a Europa, até do papa, em seu nome: «Não hesito em assumir uma tarefa pela salvação da minha alma; e, com a ajuda do Senhor, estou pronto a ir e a procurá-los a todos, rogar-lhes, mostrar-lhes a imensidade das vossas dificuldades, e pedir-lhes a todos que apressem o dia da vossa libertação.»⁹



Pedro, o Eremita.

Simeão dificilmente poderia recusar tal oferta, sobretudo devido às referências de caráter de Pedro. O seu contemporâneo Guiberto de Nogent disse sobre ele:

O seu exterior não deixava senão uma impressão muito pobre; mas poderes superiores agitavam este corpo miserável;

tinha um intelecto rápido e um olhar penetrante, e falava com facilidade e fluência. Vimo-lo daquela vez rebuscar cidades e vilas, e pregando em toda a parte; as pessoas reuniam-se à sua volta, cobriam-no de presentes e celebravam a sua santidade com tão grandes louvores que não me lembro de uma honra assim alguma vez ter sido prestada a qualquer outra pessoa. Exibiu grande generosidade na disposição de todas as coisas que lhe eram dadas. Devolveu esposas aos maridos, não sem o acréscimo de presentes seus, e restabeleceu, com maravilhosa autoridade, a paz e o bom entendimento entre os que estavam em discórdia. Em tudo o que fez ou disse parecia ter em si algo divino.¹⁰

Tão generoso foi Pedro, o Eremita, para os pobres e tão honrado pela sua grande devoção que até os pelos da sua mula eram arrancados como relíquias sagradas.

Encorajado pelo entusiasmo de Pedro, Simeão aceitou a oferta do peregrino e entregou-lhe algumas cartas antes da sua partida.

Pedro, com túnica de lã e manto de sarja, de braços nus e pés descalços, conseguiu encontrar-se com Urbano II em Roma e entregou-lhe as cartas de Simeão discutindo a terrível situação na Terra Santa. Isto foi apenas o início do seu esforço de recrutamento ao longo do árduo caminho de volta às terras francesas. Anos de pregação errante, enquanto vivia apenas com um pouco de pão, vinho e algum peixe, finalmente compensaram, e, nesta fria tarde de novembro em Clermont, Pedro erguia-se numa robusta plataforma de madeira ao lado de Urbano II.

O frágil eremita falou primeiro, o seu esqueleto e pele precariamente sustentados pelo seu zelo, mas, ainda assim, falou ao espaço aberto, coberto por um interminável exército desorganizado de seguidores, que ele persuadira a marchar sobre a Terra Santa. Guiberto de Nogent comentaria que Pedro se parecia muito com o seu burro e cheirava consideravelmente pior. Pedro partilhou com a multidão as torturas, tribulações, misérias e

humilhações sofridas pelos peregrinos cristãos, ele incluído, às mãos dos turcos.



Papa Urbano II.

«Deus o quer, Deus o quer.»

Restava pouco para Urbano II alimentar o fervor da multidão, além de um discurso obviamente demasiado patriótico coroado por uma singular proposição de venda: «Tomai, então, a estrada para Jerusalém para remissão dos vossos pecados, e parti com a certeza da glória imperecível que vos aguarda no reino dos céus.»

«Deus o quer, Deus o quer.»

Ébrios de esperança e religião, é dúvida que poucos tenham ficado para trás, sob chuvisco gélido, para ouvir a data coordenada de partida para toda a cruzada, que devia ser liderada por cavaleiros e começar em agosto seguinte, na Festa da Assunção. Ou sequer para assimilar a última parte do discurso de Urbano, pedindo contenção: «Não ordenamos nem aconselhamos que a viagem seja empreendida pelos velhos ou pelos fracos, ou pelos que não estão aptos para as armas, e não deixeis as mulheres partir sem os maridos ou os irmãos... e nenhum leigo deverá começar a marcha exceto com a bênção do seu pastor.»¹¹

Mas em tempos caracterizados por uma economia baseada no saque, a promessa de uma remissão dos pecados e da glória do reino dos céus foi suficiente para incitar três exércitos, combinando uns cento e vinte mil camponeses mal equipados. Mal a neve do inverno foi substituída pela primavera, em março de 1096, a Europa Central tornou-se num longo, mal preparado e desorganizado enxame de homens, mulheres, crianças, agricultores, até enfermos, marchando em três, por vezes cinco «exércitos» de pessoal não militar. Pedro, o *Eremita*, chefiava um. Um segundo era liderado por

outra personagem excêntrica, um antigo senhor da Île-de-France que, tal como Pedro, buscava uma verdadeira experiência mística de Deus, e assim renunciou aos seus bens terrenos para marchar para Jerusalém. Ficaria conhecido como *Gualtério Sem-Haveres*.

Esta foi a Cruzada do Povo.

Ao longo da extenuante estrada para leste rumo a Constantinopla, muitos perguntavam desesperadamente ao chegar a cada nova aldeia: «Isto é Jerusalém?»

Capítulo 3

1096. AGOSTO. CONSTANTINOPLA, CAPITAL DO SACRO IMPÉRIO ROMANO...

Era um milagre, e o imperador Comneno esfregou as mãos de contente ao vê-lo: uma vasta coluna de gente que se aproximava da cidade. Chegara finalmente a recompensa pelos seus esforços de arrancar ao papa um novo exército que restauraria decerto o seu poder esmaecido sobre um império em declínio.

Mas esta visão sublime de uma poderosa e brilhante força de combate dissipou-se à medida que um após outro dos milhares de camponeses sujos, insalubres e famintos se encostava ao portão da cidade, esperando hospitalidade do sacro imperador romano.

Não era um exército de cavaleiros, mas de maltrapilhos.



O problema de ter uma grande massa de fanáticos medievais desorganizados a marchar de aldeia em aldeia com pouco mais do que uma visão de esperança e a caridade dos aldeões locais é que nenhuma liderança pode prover devidamente às suas necessidades físicas, e quando a Cruzada do Povo atravessara a Hungria, não estava apenas a aceitar caridade, mas a devorá-la. Muitos recorriam ao furto às de início hospitaleiras populações cristãs, virando-se de vez em quando para o roubo de esposas locais, violando mulheres, queimando celeiros e basicamente lançando-se ao saque, algum dele a mando de um dos «líderes», o conde Emerico, que «tomou ele mesmo parte no saque e instigou os seus camaradas ao crime».¹

Mataram quatro mil só na Hungria e pegaram fogo à cidade sérvia de Belgrado. Mas não antes de a saquearem.

Comneno nada via além de ter de providenciar sustento a um bando de pobres, vagabundos e oportunistas. Os portões da cidade mantiveram-se firmemente fechados e a Cruzada do Povo

desenrascou-se montando tendas do lado de fora das muralhas intransponíveis.



Imperador Comneno.

Seguiram-se semanas de ócio e, de narizes encostados à janela de riquezas dentro de Constantinopla, os peregrinos dedicaram-se a pilhar casas nos arredores da capital. Apesar dos melhores esforços de Pedro, o *Eremita*, e *Gualtério Sem-Haveres* para darem exemplos de decoro, o banditismo substituiu a disciplina: «Não os continha a decência das pessoas da província, nem os apaziguava a afabilidade do imperador, mas comportavam-se muito insolentemente, destruindo palácios, queimando edifícios públicos, arrancando os telhados de igrejas que estavam cobertas de chumbo e depois oferecendo-se para vender de novo o chumbo aos gregos.»²

Um Comneno furioso tomou eventualmente a decisão sensata de reunir provisões e libertar a sua capital deste enxame, chegando a fornecer barcos à Cruzada do Povo para os levar pelo apertado estreito do Bósforo até à Anatólia, para fora das suas fronteiras.

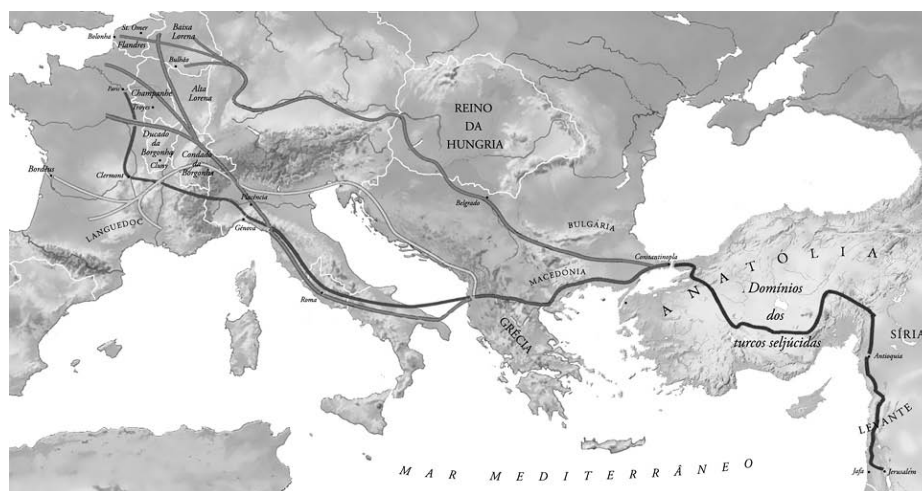
Capítulo 4

1096. AGOSTO. COM O EXÉRCITO DO NORTE, PREPARANDO-SE PARA PARTIR...

A Festa da Assunção não tardou a chegar para os milhares de cavaleiros persuadidos pela consciência ou pela retórica de Urbano II a postar-se nos campos da Lorena e da Flandres, ajustando o equipamento e aguardando a ordem que impulsionaria uma vasta coluna de combatentes em direção à Terra Santa. O brilhante sol de agosto voejando-lhes nas cotas de malha era um bom presságio.

Pelo caminho, deveriam encontrar-se com mais três exércitos de homens igualmente inspirados que marchavam de localizações distintas por toda a Europa, fundindo-se em Constantinopla para formar uma unidade de combate de quatro mil cavaleiros e trinta mil soldados de infantaria. Ao contrário da Cruzada do Povo, este ramo nortenho do exército cruzado era liderado por nobres flamengos que impunham a disciplina — três irmãos de linhagem merovíngia, filhos de Eustácio II, conde de Bolonha.¹ O mais novo, Balduíno de Bolonha, era estudante das artes liberais; depois, havia Eustácio III, que herdara o título de conde de Bolonha após a morte do pai; e, finalmente, alto, louro, barbudo e devoto, um cavaleiro exemplar chamado Godofredo de Bulhão.

Um cronista das cruzadas chamado Raúl de Caen descreveu Godofredo deste modo: «O brilho da nobreza era aumentado, neste



caso, pelo esplendor das virtudes mais elevadas, tanto nos assuntos do mundo como nos do céu. Quanto a estes, distinguiu-se pela generosidade para com os pobres e a piedade para os que haviam cometido faltas. Além disso, a sua humildade, a sua extrema gentileza, a sua moderação, a sua justiça e a sua castidade eram grandes; brilhava como uma luz entre os monges, ainda mais do que como um duque entre os cavaleiros.»

Ainda bem, porque, sendo o segundo de três irmãos, Godofredo ia herdar pouco. Portanto, foram-lhe dadas menos vantagens na vida. Isso até o seu tio Godofredo, o *Corcunda* (filho de Godofredo, o *Barbudo*), morrer sem um herdeiro e legar o senhorio de Bulhão ao seu jovem e iluminado sobrinho.

À medida que percorriam os reinos da Europa Central, os exércitos de cruzados encontravam uma população intimidada, mas mais precavida devido ao comportamento saqueador dos seus precursores, a Cruzada do Povo. Além de algumas escaramuças com os gregos e um incidente na Hungria — no qual Balduíno se ofereceu para ficar como refém do rei para garantir a conduta adequada dos exércitos ao longo do seu território, as coisas em geral correram bem.

Em novembro de 1096, Godofredo de Bulhão e os seus cavaleiros e soldados de infantaria estavam próximo de Constantinopla quando ficaram sob o assédio esporádico de tropas que mais tarde se revelou terem sido enviadas pelo imperador Comneno. Talvez após a sua experiência com a Cruzada do Povo o imperador tivesse ficado desconfiado da ajuda que Urbano II lhe mandava; além disso, a presença no exército que chegava do velho inimigo do imperador, o príncipe Boemundo, pouco fez para aplacar a paranoia de Comneno.

Ainda assim, no espaço de quatro meses, todos os cruzados se reuniram nos portões de Constantinopla. Exigiam sustento e esperavam esta simples cortesia de Comneno.

Comneno fez promessas e quebrou-as. Traíram-se progressos pela hostilidade, irritando ainda mais os soldados. Depois, exigiu-

lhes um juramento de obediência e fidelidade. Quando não obteve nenhum, tentou subjugar-los pela fome enquanto dava grandes banquetes a cavaleiros selecionados — um potencial candidato ao distúrbio de personalidade múltipla. Mas o ano estava a acabar e o inverno anunciava-se. Finalmente, os cruzados fartaram-se e saquearam as zonas rurais.

Chegou o ano de 1097 e a Anatólia ainda acenava aos cruzados do outro lado do estreito canal do Bósforo. O abismo rochoso que separava a Europa do Oriente refletia na perfeição o impasse entre os cavaleiros e o seu neurótico anfitrião.

Foi neste ponto que Godofredo de Bulhão deve ter detetado uma segunda intenção na insistência do papa numa cruzada. No que a este cavaleiro dizia respeito, a sua intenção era marchar para Jerusalém, libertar a Igreja do Santo Sepulcro e restabelecer o acordo entre cristãos e árabes, mesmo que isso significasse um acordo frágil. Era um plano claro, mas Comneno só apresentava obstáculos; de facto, exigia agora um voto de obediência dos nobres no comando dos exércitos. Para todos os efeitos, a cruzada parecia um acordo oportunista entre o papa e o sacro imperador romano para recrutar soldados e livrar dos turcos as terras do imperador.



Godofredo e os outros líderes da cruzada.

Para Godofredo, a realidade da situação era que dezenas de milhares de homens precisavam de ser transportados para o outro lado do Bósforo. Podiam construir os seus navios para o curto salto, mas isso levaria meses. Comneno sabia isso; também era o dono de todos os navios em Constantinopla. A única forma de avançar

era através da diplomacia e do compromisso; assim, Godofredo e os nobres reuniram-se com o imperador, após o que o sempre calculista Comneno propôs um juramento modificado. Em troca do transporte de tropas para território turco, os líderes do exército concordavam em auxiliá-lo, marchando sobre a cidade de Niceia, atacando os turcos na sua fortaleza e libertando a cidade em nome da cristandade. Godofredo concordou, relutante; Raimundo — outro líder do exército — disse educadamente a Comneno que a sua proposta era indecente, mas fez a promessa de não o atacar.

Foi assim que, na primavera de 1097, os cruzados chegaram, por fim, à Anatólia com a ajuda dos navios do imperador. Contudo, quando o exército de Godofredo se preparava para sitiar Niceia, descobriram que Comneno estabelecera um tratado secreto com os turcos, no qual a rendição da cidade era garantida ao imperador, fazendo assim com que parecesse que fora o seu exército bizantino, e não os cruzados, a ganhar o conflito.

Após a traição, Godofredo e os irmãos, juntamente com os respectivos exércitos de cruzados, viraram para sul, em direção a Jerusalém, e retomaram o seu intento original.

Capítulo 5

1098. NA ESTRADA DESERTA PERTO DE ANTIOQUIA...

À distância, pareciam fósforos escurecidos brilhando ao calor que se erguia das planícies áridas do Levante. Quando os cavaleiros cruzados os alcançaram na Síria, a Cruzada do Povo somava menos de dez por cento das almas desesperadas que haviam ousado sair dos reinos francos.

As histórias eram horrendas. Padres que viajavam entre eles provocavam os peregrinos, sugerindo que os turcos engoliam os seus valores de modo a escondê-los dos assaltantes. Por isso, sempre que capturavam um, os peregrinos abriam-lhe a barriga, e dedos ávidos sondavam os intestinos ensanguentados, procurando tesouros escondidos.

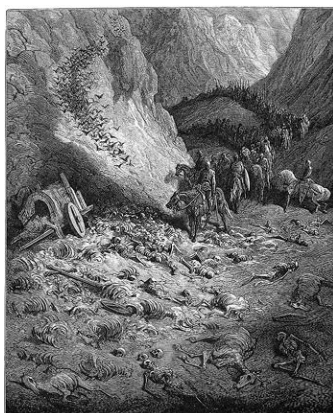


Os peregrinos eram por sua vez chacinados pelos igualmente bárbaros turcos. Os que capturavam vivos eram expostos nas praças das cidades e usados para tiro ao alvo pelos arqueiros. Os sobreviventes eram devolvidos ao deserto, onde tinham, por vezes, de beber a própria urina. Ou morriam à fome.

Quanto a Pedro, o *Eremita*, o seu zelo fora finalmente encurtado pelos turcos, que o torturaram. Godofredo de Bulhão ficou satisfeito só por o encontrar ainda vivo. O cavaleiro desmontou do seu cavalo, abraçou o emaciado evangelista como um amigo há muito perdido e fez com que cuidassem dele até recuperar alguma saúde.

Durante a convalescença, Pedro contou, com todos os pormenores, «como as pessoas, que os tinham precedido sob a sua orientação, se haviam mostrado destituídas de inteligência,

imprevidentes e intratáveis ao mesmo tempo; e por isso era muito mais por sua culpa do que pelos feitos de qualquer outro que haviam sucumbido ao peso das suas calamidades».¹ Renovado o seu vigor, o monge prosseguiu a viagem com o exército de Godofredo nos restantes quilómetros de pó, areia e rocha ainda entre eles e Jerusalém.



O que restava da Cruzada do Povo.

Que Godofredo parece ter marchado para a Terra Santa com um objetivo próprio desde o início tornou-se evidente no seu envolvimento com os turcos. Embora o seu papel no exército fosse importante, o seu envolvimento nas batalhas e escaramuças no Levante mostrou-se insignificante. E batalhas não faltaram.

Escrevendo à esposa em França, o cavaleiro Étienne Henri de Blois tinha esperança de que os restantes quatro mil e oitocentos quilómetros até Jerusalém levassem apenas cinco semanas a percorrer.² Na verdade, demorou dois anos até os cruzados terem um vislumbre da cidade que tanto haviam perseverado para alcançar.

Capítulo 6

140 A. C. NUMA TERRA DO OESTE DA IBÉRIA CHAMADA LUSITÂNIA...

Um anteriormente imparável Júlio César estava enfadado: «Há uma civilização nos confins nórdicos da Ibéria que não se governa e não se deixa governar.»¹ A tribo que lhe daria e às subsequentes legiões romanas duzentos anos de irritações eram os lusitanos, uma tribo celta cujo nome se traduz como «povo da luz de Ani».

Ani é uma das divindades principais do mundo celta, uma variante da deusa suméria Inanna. Em encarnações posteriores, volta a surgir como Santa Ana, avó de Jesus. Independentemente dos seus muitos derivados — Ana, Anu, Annan, Danu, Dana —, era considerada a mãe dos deuses. A sua influência ainda se reflete na origem dos nomes de locais de toda a Europa, como o rio Danúbio, ou as Paps of Anu, as lendárias colinas sagradas da Irlanda, em tempos veneradas por outra lendária raça celta, os *tuadhe d'anú*, o «povo de Anu». Como tantas raças antigas, diz-se que os *tuadhe* implementaram a matemática, a agricultura, as artes e a música; possuíam o belo dom do temperamento e do conhecimento que lhes dava controlo sobre as forças da natureza, e esses atributos fizeram com que fossem comparados a deuses.



O chefe dos lusitanos, Viriato, era celebrado como um líder celtibérico possuidor das mais nobres das antigas virtudes. Era honesto, justo e fiel à sua palavra, e as suas estratégias brilhantes venceram muitas guerras contra poderosas forças romanas — ao ponto de o recrutamento nas legiões ter baixado significativamente.² Só através da traição é que os romanos se tornaram senhores deste pedaço de terra ferozmente independente no vértice da Europa e do

Atlântico. Basta dizer que um ressentimento profundo, quase ódio, por todas as coisas romanas persiste até hoje no ADN dos seus habitantes.



Viriato.

Os lusitanos eram também um povo incrivelmente espiritual. Acreditavam na sobrevivência da alma, no Outro Mundo, e que em certas zonas da Terra há uma força especial que pode ser mobilizada para fazer a ligação a domínios que existem para lá dos cinco sentidos. Tais crenças encontrariam continuidade no mais celta dos sacerdócios, o dos druidas, que também encontrou um lar na Lusitânia, bem como na Galiza, a norte; e numa tribo celta na região da Dinamarca chamada *burgundii*, que um dia daria nome à província francesa da Borgonha.

Os druidas tinham outra coisa em comum com os lusitanos: eram odiados e temidos na mesma medida por Júlio César, e ele fez questão de os obliterar a ambos durante a sua vida.

Depois de os romanos virem, verem, conquistarem e inevitavelmente perderem, a Lusitânia mudou de nome e lealdade inúmeras vezes, dependendo do vento político do mês. As regiões montanhosas são assim: de mente independente, espírito autónomo, teimosas até ao âmago. Porém, no século IX, a paisagem política começou a estabilizar — ou relativamente, pelo menos, dado que esta era a turbulenta Idade das Trevas — e fê-lo em torno de uma aldeia apropriadamente chamada Cale.

Cale situava-se na foz do rio Douro (rio de Ouro), que corre para o oceano Atlântico no Norte do que é hoje Portugal. Os troianos foram talvez um dos primeiros grupos a instalar-se em Cale, pois o nome deriva da palavra grega *kallis* (belo), referindo-se à sinuosa beleza do fértil vale do Douro. Dada a forma como os troianos

passaram por esta região na sua viagem rumo à Grã-Bretanha, a hipótese é consistente.³ *Cale* é também um etnónimo derivado da tribo celta que se instalou na região, os *callaici*, cujo nome provém da fonte da sua veneração, a deusa Cailleach, presente até hoje na tradição irlandesa. Assim, os *callaici* ou *gallaeci* associaram o seu nome ao respetivo lar no estuário, que se expandiu para Porto Cale (belo porto).⁴

O seu nome também se encontra em regiões importantes localizadas ali perto: Gaia, Galiza, e mais tarde o *gal* em Portugal.⁵ Mas estamos a adiantar-nos.

Com a evaporação dos lusitanos e dos romanos, a história local torna-se tão fácil de explicar como o padrão de tráfego dentro de um monte de térmitas. Em resumo, o Noroeste da Ibéria era geralmente conhecido como Galiza. Algures por volta do ano 848, entre as muitas conquistas e reconquistas que caracterizam a fluida estabilidade desta região, Porto Cale expande-se de simples porto para a região de Portucale, uma faixa costeira entre os rios Douro e Minho. O território de Portucale leva então uns duzentos anos a libertar-se do jugo da Galiza; primeiro, passa a governo único no ano de 950, depois é governado como feudo até 1050, mas vinte anos decorridos é reincorporado no reino da Galiza. Por volta de 1083, só para acrescentar mais ingredientes a esta complexa caldeirada, dois primos da Casa de Borgonha chegam de Dijon a cavalo.

Os dois cavaleiros nobres — Henrique e o seu distante, mas muito mais ambicioso, primo Raimundo, filho de Guilherme, o *Grande*, conde da Borgonha — partiram para o Norte da Ibéria a pedido de Afonso VI, rei de Castela e Leão, Galiza e Portucale. Cognominado o *Bravo*, Afonso VI atribuíra a si mesmo a ingrata tarefa de integrar todos os diferentes reinos espanhóis, metade dos quais sob domínio muçulmano, tal como partes das suas províncias. Mas, embora isto exigisse combater os sarracenos, mouros e outros árabes, Afonso VI parece ter sido um governante algo iluminado, pois não fez julgamentos generalizados sobre os inimigos.

Continuou a oferecer proteção aos muçulmanos no seu território, cunhou moedas em árabe e admitiu na sua cama a princesa refugiada muçulmana Zaida de Sevilha.

As instruções de Afonso aos cavaleiros Henrique e Raimundo eram simples: reconquistar as partes da Galiza e de Portucale roubadas pelos mouros. O que faziam admiravelmente, com os dois borgonheses a granjear grande reputação pelos serviços prestados durante oito anos, reconquistando território a sul até ao rio Tejo, incluindo a cidade de Lisboa.

Como prova do seu apreço por Raimundo, Afonso, o *Bravo*, ofereceu-lhe a mão da sua filha Urraca em casamento e concedeu-lhe o governo da Galiza como feudo pessoal.

O igualmente corajoso Henrique — descendente dos reis francos pela linha masculina, bisneto do rei Roberto I, filho do duque Henrique de Borgonha e sobrinho da segunda mulher de Afonso — recebeu em casamento a mão da filha ilegítima de Afonso, Dona Tareja, juntamente com um dote de terras em Castela.

Em qualquer outra era, isto teria parecido um acordo simples, mas sendo o século XI, nem na própria família se podia confiar, e mal Raimundo se juntara a Urraca em matrimónio, o sogro descobriu a sua ambição de expandir o seu recém-adquirido território galego. Assim Afonso, o *Bravo*, concebeu um plano astuto para o impedir, atribuindo a Henrique e Tareja uma fatia do território contíguo — o condado de Portucale — que, naquele momento, estava sob a suserania de Raimundo. Essencialmente, Afonso enfraqueceria as pretensões do genro mais ambicioso fazendo de Raimundo um vizinho imediato do seu primo Henrique, ao mesmo tempo que estabelecia os territórios de ambos como dependências do seu reino de Castela e Leão.

E, finalmente, algum sentido de ordem tem efeito sobre a região.
Pelo menos por agora.

Entretanto, o verão de 1096 estava em pleno vigor, e nos reinos flamengos e ducados franceses, incluindo a Borgonha, reuniam-se exércitos, colocando as selas e partindo para leste na árdua

Cruzada à Terra Santa. Quando a notícia deste mais nobre empreendimento chegou a Afonso VI, o rei espanhol jurou incondicionalmente dar um contributo pessoal, mas com os mouros a fazer constantes incursões no seu reino, retomando até Lisboa, Afonso estava demasiado ocupado com as próprias campanhas em casa para se aventurar no estrangeiro. Em vez disso, enviaria ajuda à Primeira Cruzada através do seu confiável genro Henrique, que agiria em seu nome.⁶

Aqui, as relações familiares funcionaram a favor de Henrique (a segunda esposa de Afonso também era borgonhesa), para não falar da sua educação na iluminada Casa de Borgonha. Nesta época, o ducado da Borgonha era o epicentro de um renascimento, a encruzilhada comercial e intelectual da Europa, e dado que Henrique e Afonso eram antigos alunos deste círculo liberal, ambos partilhavam, sem dúvida, laços intelectuais, bem como uma visão comum do mundo. Em troca do seu compromisso de navegar os quatro mil quilómetros até Jerusalém — e em parte para manter o primo Raimundo sob controlo —, o recém-sogro de Henrique concedeu-lhe ainda o governo da cidade portuária de Porto Cale e do território circundante.⁷

Para um homem que nascera o filho mais novo, e portanto esperava alcançar pouca riqueza ou herança por título, Henrique de Borgonha saiu-se bem. Após receber a antiga terra dos lusitanos, foi-lhe atribuído o título de conde e retirou-se, entusiasmado, para a sua nova propriedade de montanhas, charneca, costa e florestas, adotando os costumes locais, aprendendo a língua portuguesa, mudando o seu nome para conde Dom Henrique, em sinal de respeito. Em vez de ficar na cidade de Porto Cale, optou pelas colinas verdejantes e pela interior cidade de Guimarães — já venerada no seu tempo como local de peregrinação —, após o que concedeu um foral à cidade e estabeleceu ali a capital do condado de Portucale.

Com os assuntos do Estado em ordem, Dom Henrique parou brevemente para desfrutar da sua nova e maravilhosa vida, antes

dos preparativos para embarcar na longa viagem até à Palestina, com o objetivo de libertar a Igreja do Santo Sepulcro.⁸ Mal sabia ele que a sua decisão marcaria um momento crucial na história de Portugal, pois as pessoas que conheceria em Jerusalém moldariam o destino deste território.

Dom Henrique partiu de Porto Cale rumo a Génova, na costa norte de Itália, e juntou forças com um dos exércitos cruzados — provavelmente o liderado pelo filho do rei francês⁹ —, depois prosseguiu com a frota até ao antigo porto de Jafa, desembarcando cinquenta e três quilómetros a oeste dos portões de Jerusalém. O seu sentido de oportunidade não podia ter sido melhor, coincidindo com a chegada dos cruzados que desciam sobre a cidade vindos do Norte, empoeirados pelos meses de marcha laboriosa pelo Levante.¹⁰

A aventura do conde Dom Henrique raramente é reconhecida na história. No entanto, as suas viagens até à Palestina são asseveradas por um cronista da Ordem de Cister, que também observou como o conde era acompanhado por um monge português da Ermida de São Julião.¹¹ Mais provas desta viagem vêm de fontes estrangeiras — nem todas apoiantes dos portugueses, além do mais —, como o padre Zapater, cronista da Ordem de Cister na corte espanhola de Aragão.¹² Um relato posterior de um membro da Ordem dos Templários vai ao ponto de afirmar que Dom Henrique «era conhecido do papa Urbano II, que o nomeou um dos doze líderes dessa expedição sagrada».¹³

E há mais. Os monges cistercienses eram escritores consumados. Redigiram copiosos volumes sobre os acontecimentos do seu tempo, e num desses relatos afirmam que, na Palestina, Dom Henrique «venerou os locais sagrados», e, em troca da sua fiel assistência, um grato rei de Jerusalém — um cavaleiro flamengo — deu-lhe a custódia de várias relíquias sagradas, incluindo a lança usada na crucificação de Cristo, amostras da coroa de espinhos e o manto de Maria Madalena.

No fim de 1099, o mesmo rei enviou Dom Henrique de volta a Portugal. Ao chegar, partiu prontamente para a cidade de Braga, acompanhado por Geraldo, o em breve arcebispo francês dessa cidade, após o que depositaram as ditas relíquias sagradas dentro da sua igreja principal.

Dom Henrique passou os dois anos seguintes a viajar entre a cidade de Coimbra (para administrar os assuntos de Estado) e a sua corte em Guimarães (para atender à sua esposa negligenciada, Tareja), antes de embarcar numa segunda viagem à Palestina em 1103, de novo com a frota genovesa, desta vez acompanhado por Dom Maurício, bispo francês de Coimbra,¹⁴ juntamente com Guido da Lusitânia e outros nobres da região.¹⁵ Três anos depois, Dom Henrique e o bispo estão de volta a Coimbra, como é evidenciado pela assinatura do conde num documento.¹⁶ Portanto, não só os relatos põem o sempre viajante conde de Portucale em Jerusalém na altura da cruzada — duas vezes —, como também oferecem outra revelação: enunciam o nome do cavaleiro flamengo, rei de Jerusalém, que originalmente lhe entregou os artefactos religiosos para que os guardasse em Portucale, pois na descrição dos movimentos do conde Dom Henrique consta que «o seu valor era estimado por Godofredo, rei de Jerusalém».¹⁷

O que leva à pergunta: o que aconteceu no cerco de Jerusalém, e como foi que um cavaleiro flamengo de classe social média atingiu o mais alto lugar do poder na cidade de Deus?



Conde Dom Henrique.

Capítulo 7

1099. JUNHO. FORA DOS PORTÕES DE JERUSALÉM...

O contorno da cidade tremeluzia e refratava ao calor escaldante do sol de verão. Soldados choravam abertamente ao ver esta aparição divina, a miragem agora demasiado real. E embora se tivessem saído melhor do que a mal organizada Cruzada do Povo, só cerca de doze mil dos trinta e quatro mil cruzados originais chegaram ao destino pretendido.¹

O terreno em torno da cidade no topo da colina era árido devido ao calor implacável. Os homens tinham sede e fome e eram em número insuficiente para montar um cerco. A única opção era um ataque total.



Cruzados vendo Jerusalém pela primeira vez.

Cinco semanas depois, as muralhas da cidade mantinham-se resilientes a todos os ataques. Melhores notícias chegaram a 17 de junho, quando navios de Génova ancoraram em Jafa para fornecer aos líderes dos exércitos engenheiros competentes e, consequentemente, com a capacidade de construir armas de cerco a partir de madeira canibalizada dos seus navios.² O ar abafado tornava a pressa impossível, até que a notícia da chegada iminente de reforços árabes que marchavam desde o Egito motivou os cruzados a agir. Com um esforço final, lançaram todos os projéteis contra as muralhas da cidade a partir do norte e do sul, até que os muros que protegiam Jerusalém cederam. A vitória era deles.

A conduta dos vitoriosos sobre os vencidos dependia muito de quem estava no comando de que exército, e as atrocidades, como

em qualquer guerra, tornaram-se uma prática normal, «a justaposição de extrema violência e fé angustiada».³ O ar de repulsa de alguns cruzados estava empalado no cheiro a depravação dos restantes, mas o mesmo se aplicava aos árabes, que massacraram todos os cativos que haviam mantido prisioneiros dentro de uma mesquita.

Uma semana depois de a adrenalina da guerra diminuir, a 22 de julho, o dia de Maria Madalena, realizou-se um conselho no interior refrescante da Igreja do Santo Sepulcro, para deliberar sobre a eleição de um rei para Jerusalém. De entre os líderes cujos nomes foram sugeridos, destacava-se um, pela antiguidade: o conde Raimundo de Toulouse, muito admirado como combatente e o primeiro a voluntariar-se para a cruzada naquele fatídico dia de novembro em Clermont. Mas, no fim, os votos foram atribuídos ao homem que não procurara nenhuns. Pelos próprios atos, Godofredo de Bulhão revelara-se valoroso, discreto, digno e modesto. Os seus servos, em privado, atestaram a sua «posse das virtudes que são postas em prática sem qualquer exibição». Os seus ideais para o homem comum impressionaram até os xeques árabes, que se admiraram com a modéstia do príncipe flamengo, pois, quando foram levar oferendas a Godofredo, surpreenderam-se perante uma tenda real desprovida de sedas, e o seu rei sentado num fardo de palha. Informado dos seus comentários, Godofredo esclareceu que «o homem deve lembrar-se de que é apenas pó e ao pó voltará».⁴

Godofredo marchara até à Cidade Santa com um princípio: libertar o Santo Sepulcro. O benefício pessoal não fora a sua motivação. Quando lhe apresentaram o título de rei de Jerusalém, recusou-se educadamente a ser coroado, aceitando antes o título alternativo de *Advocatus Sancti Sepulchri* (defensor do Santo Sepulcro) e adotando o termo informal *princeps* (primeiro cidadão). Como mais tarde diria, «nunca usarei uma coroa de ouro no lugar onde o Salvador do mundo foi coroado de espinhos».⁵

Urbano II, cujas palavras tinham posto em movimento estes acontecimentos, para o bem ou para o mal, nunca saberia dos

desenvolvimentos em Jerusalém, pois morreu duas semanas depois do fim do cerco e antes de a notícia lhe poder chegar aos ouvidos.

Entretanto, o infatigável Godofredo de Bulhão atravessou o Portão de Sião a sul e saiu das muralhas de Jerusalém, para um caminho que subia um pequeno declive até uma colina calcária onde, segundo a tradição, a Virgem Maria passou para a eternidade e o seu filho fez a Última Ceia. Neste local sagrado, Godofredo encontrou uma igreja quase em ruínas, a Hagia Sião, a Basílica Bizantina da Assunção. O edifício dilapidado mal era habitável, quando mais por um rei, e a sua posição para lá das muralhas protetoras da cidade torná-la-ia difícil de defender, se e quando os exércitos árabes voltassem. Ainda assim, Godofredo fixou aí residência. Mas não iria ali viver sozinho, pois prontamente se lhe juntou um capítulo de cônegos de Santo Agostinho,⁶ bem como um ícone religioso por direito próprio, Pedro, o *Eremita*.⁷

Acontece que, longe de ser um evangelista moribundo, Pedro era tido em grande estima, pois, logo após a conquista de Jerusalém, os cruzados embarcaram noutra campanha militar e deixaram o monge temporariamente no comando da cidade. Pedro, o *Eremita*, voltou eventualmente a França para se tornar prior de uma igreja do Santo Sepulcro, que fundou antes de entrar em retiro perto de Huy, onde também fundou um mosteiro.⁸ Os seus contemporâneos não foram ingratos, nem esqueceram o seu contributo para os mais puros ideais do cristianismo.

Os fiéis, moradores de Jerusalém, que, quatro ou cinco anos antes lá tinham visto o venerável Pedro, reconhecendo nesse tempo, na mesma cidade, aquele a quem o patriarca entregara cartas invocando o auxílio dos príncipes do Ocidente, dobraram os joelhos diante dele e prestaram-lhe os seus respeitos com toda a humildade. Lembraram as circunstâncias da sua primeira viagem; e louvaram o Senhor que o dotara de um efetivo poder de discurso e da força de despertar nações e reis para suportar tantos e tão longos trabalhos por amor ao

nome de Cristo. Tanto em privado como em público, todos os fiéis de Jerusalém se esforçaram por prestar a Pedro, o Eremita, as mais elevadas honras, e atribuíram-lhe a ele apenas, depois de Deus, a sua felicidade por terem escapado à dura servidão sob a qual durante tantos anos haviam gemido, e em ver a Cidade Santa recuperar a sua antiga liberdade.⁹



Godofredo de Bulh n.

Curiosamente, também fixando residência com Pedro, Godofredo de Bulh n e os c negos na basílica em ruínas estava outro grupo de monges de Orval sob a direção de um abade.¹⁰ De algum modo, a estranha escolha de lar de Godofredo no monte Sião, juntamente com Pedro e os monges de Orval, parecia um acordo premeditado.

Capítulo 8

TRINTA ANOS ANTES. ORVAL. UMA VILA A JUSANTE DE BULHÃO...

Em 1070, um grupo de monges partiu da Calábria, no Sul de Itália, para Orval, na Alta Lorena, uma grande aventura de mil novecentos e trinta quilómetros, e apareceram à porta de Matilde da Toscana, condessa de Briey. Os monges iam para tomar conta de um terreno generosamente cedido pela condessa e o marido.¹

Essa bela terra fora durante séculos um lugar sagrado, e pelo menos desde o século IX que ali se erguia uma capela. Agora, era a vez de os monges deixarem a sua marca. Precisavam de um local tranquilo para tratar dos seus assuntos, e rapidamente começaram a construir um mosteiro, graças à generosidade dos novos patronos.

Continua um mistério a razão pela qual um grupo de monges — liderados por um indivíduo chamado Ursus (Urso) — se aventurou até tão longe em busca de paz e tranquilidade. Sugeriu-se que albergavam pergaminhos secretos e outro material há muito suprimido relativo aos antigos mistérios, bem como provas de registos relacionados com uma linhagem sagrada; de facto, Orval e as terras à sua volta estiveram em tempos associadas a uma linhagem merovíngia. Certo é que os monges tinham recentemente escapado à perseguição em Jerusalém, navegando até à Calábria e à segurança dos mosteiros da Sicília. Depois, seguiram para norte, por Borgonha e Champanhe, para se encontrarem com apoiantes da sua causa.² Talvez uma referência sobre a sua patrona, Matilde da Toscana, apresente uma resposta.



Matilde era uma nobre italiana do feudo do conde de Champanhe, e brevemente esposa de Godofredo, o *Corcunda*.³ Também era tia e mãe adotiva de um sobrinho de dez anos de

descendência merovíngia cujo nome era Godofredo.⁴ Alguns anos depois, este jovem excecionalmente pio herdaria esta terra, tornar-se-ia cavaleiro, obteria o título de Bulhão, libertaria a Igreja do Santo Sepulcro e seria rei de Jerusalém.

É preciso um grande esforço para erigir um mosteiro e, no entanto, menos de quarenta anos após a sua construção, os monges de Orval limitaram-se a arrumar os seus parques pertences e desapareceram tão misteriosamente como haviam surgido. Alguns afirmam que partiram para a Terra Santa, dado que a sua seita já possuía uma igreja em Jerusalém. De facto, isto pode ser verdade, pois diz-se que os monges estavam associados a uma certa Ordre de Sion (Ordem de Sião) — homónima da colina às portas de Jerusalém e da sua basílica devoluta, a que um adulto Godofredo de Bulhão chamaria casa após tornar-se protetor da cidade.

De grande interesse é a identidade de um dos primeiros monges em Orval, um nobre que renunciou aos bens terrenos para enveredar pela vida ascética, Pedro, o *Eremita*.⁵ Pedro era vassalo de Eustácio de Bolonha, pai de Godofredo de Bulhão.⁶

Quando estes dois homens se conheceram em Orval, Godofredo tinha apenas dez anos. É provável que Pedro se tivesse tornado um tutor para o jovem impressionável, e se assim foi, a visão do monge sobre o mundo deve ter-se repercutido no jovem Godofredo, dada a forma como a sua amizade se manteve verdadeira ao longo de trinta anos, até ao dia fatídico em que o exército de cruzados de Godofredo apanhou o corpo emaciado de Pedro da estrada de terra perto de Antioquia.

A história parece um plano meticulosamente executado, talvez porque é razoável presumi-lo. Vários cronistas e historiadores, tanto contemporâneos como modernos, sugeriram que um pequeno e cerrado enclave de pessoas extremamente influentes esteve por trás da motivação inicial de Godofredo de marchar para Jerusalém com o intuito de libertar o Santo Sepulcro dos infiéis, até de o instalar como rei; a certa altura, este grupo pode ter estado envolvido na restauração de uma linhagem merovíngia na Lorena.⁷

Alberto de Aachen, historiador que viajou com a Primeira Cruzada, descreve um pequeno grupo de cavaleiros que estavam separados e próximos de Godofredo, a quem ele se refere como *cliente Godefridi* e *domus Godefridi*, consistindo em clérigos e parentes próximos, possivelmente família.

Todas estas ligações convergiram em 1099 para uma Jerusalém recém-reconquistada.

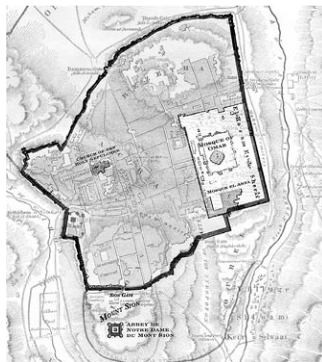
Diz-se que Godofredo ajudou um grupo de monges de Orval a fixar residência no complexo de edifícios sagrados no monte Sião, o terreno elevado a pouco mais de oitocentos metros do local do Templo de Salomão, depois instalou uma ordem de doze cavaleiros para o proteger.⁸ Um relato refere: «Havia em Jerusalém durante as cruzadas... cavaleiros ligados à Abadia de Nossa Senhora de Sião que tomaram o nome de Chevaliers de l'Ordre de Notre Dame de Sion.»⁹ A comuna ficou conhecida como Sainte-Marie du Mont Syon et du Saint-Esprit.¹⁰

Mas o que havia de tão especial no monte Sião — e, em particular, na sua igreja em ruínas — que monges, cavaleiros e até o protetor de Jerusalém a escolhiam acima de todos os outros domicílios, apesar da sua localização exposta? Estavam simplesmente a prestar homenagem à sua fé, motivados por uma promessa na Bíblia «Vinde ao monte Sião, à cidade do Deus vivo, a Jerusalém celeste, e a uma incontável companhia de anjos»?¹¹

De facto, a rocha de Sião recebe uma invulgar atenção ao longo de toda a Bíblia, em que é regularmente referida como a pedra que é desprezada durante a construção do templo que deve ser recuperada e incorporada como a pedra angular^a da estrutura. Esta «preciosa pedra angular» da Nova Jerusalém descrita no Livro de Isaías¹² é igualmente identificada no saber islâmico como a pedra angular da Ka'Ba em Meca¹³ — o mais sagrado dos santuários muçulmanos — e pelo profeta Maomé, que se lhe refere como Sahyun.¹⁴ A origem da palavra *sião* está relacionada com o árabe *sahi* (subida até ao topo),¹⁵ uma metáfora que sugere que a colina

está, de algum modo, associada a um processo de ascensão, talvez onde os mistérios da iniciação e ressurreição eram conduzidos.

A interpretação árabe reflete-se na cabala judaica, na qual a referência a Sião assume um manto esotérico como Tzion, um ponto espiritual a partir do qual toda a realidade emerge. É o centro da existência, não, o propósito da própria existência, o objetivo inerente da vida. Como refere o rabino Heshy Grossman: «Há um propósito e um tema que unem toda a criação. Tal como o centro de uma esfera, que é o ponto comum que une todas as extremidades da sua superfície, também Tsion é o “Tachlis” a que toda a vida aspira... e tem o poder na Terra de nos despertar do nosso estupor e lembrar-nos do Céu.»¹⁶



A basílica bizantina no monte Sião erguia-se no local de uma comunidade anterior de essênios que viveram ali durante a era de João Batista e que cederam a Jesus a utilização da sua sala ritual para que ele realizasse o seu próprio ritual, a Última Ceia. Após a destruição da cidade, em 68 d. C., foi erigido um novo santuário. O imperador Adriano viu o pequeno edifício ainda intacto durante a sua visita à cidade após o tumulto romano e, mesmo no seu tempo, ele já era referido como «a Mãe de Todas as Igrejas», construído como estava sobre o túmulo do rei David e talvez um templo ainda mais antigo.¹⁷ No século IV, esta pequena igreja foi aumentada para a bizantina Hagia Sião, mas nas crescentes e decrescentes sortes dos séculos seguintes, a nobre basílica caiu em decadência. Foi a sua estrutura vazia que Godofredo de Bulhão reciclou quando ordenou expressamente a reconstrução da nova Abadia de Nossa Senhora. Curiosamente, Godofredo fez acrescentos à planta

original. Uma sala em particular foi chamada Câmara dos Mistérios. Estava assente numa base de oito pilares e construída por cima do túmulo do rei David, a sala associada à Última Ceia.¹⁸

A abadia remodelada de Godofredo tornou-se uma comunidade independente, bem fortificada, com altas muralhas e ameias. Não só era um desvio invulgar do procedimento-padrão das construções eclesiásticas, estava também em desacordo com um local de culto, como se o arquiteto pretendesse manter algo em grande segredo. Afinal, é suposto um local de veneração atrair os crentes, não gritar-lhes «vão-se embora!». De todo o património imobiliário disponível em Jerusalém, Godofredo não só escolheu uma propriedade fora da cidade e em total degradação, como também se decidiu por uma com um legado de espaço sagrado abrangendo pelo menos dois mil anos. E agora que conhecemos a origem dos acontecimentos que rodeiam a vida do jovem Godofredo em Orval, nada disto parece ter sido por acaso: Pedro, *o Eremita*, e um grupo de monges chegam da Calábria para construir um mosteiro em terras da tia de Godofredo, afirmam que o seu lugar é na igreja do monte Sião e, durante a sua permanência ali, associam-se ao nome Ordem de Sião.

Um documento afirma que a Ordem de Sião foi fundada em 1090 por Godofredo de Bulhão — seis anos antes de os cruzados marcharem para Jerusalém —, enquanto outro indica a data de fundação como 1099.¹⁹ Dependendo do ponto de vista, ambos podiam estar certos. Pode ter sido elaborado um plano entre Pedro, *o Eremita*, os monges calabreses e Godofredo, e executado nove anos mais tarde graças ao momento conveniente de uma cruzada a marchar sobre Jerusalém, o que permitiu que a cidade se tornasse de novo acessível aos cristãos.

Se a Ordem de Sião era eco de uma antiga seita com uma longa história no monte Sião — os essénios —, a mudança de circunstâncias e a guerra teriam deixado o seu *corpus* dormente durante mil anos, e, ao regressar a Jerusalém, a irmandade estava apenas a recuperar o seu local de veneração original. Ao reconstruir

a abadia, Godofredo ajudou a irmandade a restabelecer o seu há muito perdido domicílio físico naquela colina.

O que quer que se passasse dentro do complexo da abadia, era conduzido num perímetro construído mais como fortaleza do que como igreja e perseguido com a máxima convicção, tenacidade e secretismo,²⁰ como se a Ordem de Sião estivesse envolvida nalgum plano crucial, mas secreto, agindo para todos os efeitos como uma sociedade secreta em busca de um santo Graal.

Um dos alegados objetivos da Ordem de Sião era permitir que eleitos muçulmanos, judeus e pessoas de outras denominações se aliassem a uma ordem cristã que, com o tempo, evoluiria para outra ordem igualmente secreta, os cavaleiros templários.²¹ De facto, está documentado que a irmandade confinada à Abadia de Nossa Senhora do Monte Sião mantinha laços apertados com os futuros templários, a relação foi revelada numa cerimónia realizada em Gisors, França, oitenta e oito anos após Godofredo de Bulhão ter executado o seu plano em Jerusalém.²² E, como descobriremos em breve, a cooperação entre as duas irmandades tornou-se essencial para a criação de um Estado-Nação do outro lado do Mediterrâneo.

A Ordem de Sião tinha um segundo objetivo declarado, e envolvia o restabelecimento da linhagem merovíngia.²³

A linhagem merovíngia é originária de uma estirpe messiânica de sacerdotes-reis, na tradição egípcia e suméria, cuja história possui um estatuto quase mítico e alega descendência direta dos sicambros, um ramo da família real troiana que se instalou ao longo do rio Danúbio e eventualmente na região coberta pelos ducados da Lorena e da Flandres.²⁴ Ao contrário dos reis criados, a sua sucessão era automática em virtude de nomeação sagrada.²⁵ O seu nome deriva de *merovie* ou *meruvie*, significando «mar de vida» ou «fonte de vida».²⁶ Como tal, os seus reis eram considerados recetáculos de uma água sagrada que era transmitida ao longo de uma linhagem de sacerdotes-reis conhecidos como «o Povo do Urso». As suas práticas eram semelhantes às dos druidas, dos

magos sumérios, até dos primeiros naziritas; como os celtas de Porto Cale, seguiam a deusa Anu. Eram vistos como pessoas altamente espirituais, professores e curandeiros, versados nas ciências esotéricas, e possuíam o dom da clarividência. Os seus principais interesses centravam-se na educação, na agricultura e no comércio marítimo, e a sua crença na sabedoria, visão e harmonia divina na natureza era representada pelo símbolo que adotaram, a abelha — a mesma insígnia sagrada da antiga realeza egípcia e suméria.

Estes atributos serão de interesse central no desenvolvimento da nossa história, mas, por agora, os cinco pontos seguintes são da máxima importância:

- Após terem migrado para a Europa Central, os sicambros/merovíngios associaram-se intimamente aos borgonheses.
- Uma das suas cidades mais importantes foi batizada em honra da herança troiana: Troyes, em Champanhe.
- O seu modelo reverenciado era o rei Salomão e o seu templo.
- A concentração da Igreja Católica Romana em erradicar a sua linhagem roçava o fanatismo.
- Segundo a lenda, as pessoas da sua linhagem tinham uma característica «marca de nascença» em forma de uma cruz vermelha no peito.²⁷

Há muito que se alega que a Ordem de Sião foi fundamental para a eleição dos reis de Jerusalém. A ser verdade, tal organização estaria investida de um enorme poder, pois, naqueles dias, a nomeação de reis era do domínio exclusivo do papa. A Ordem de Sião pode ter imposto esse poder, dado que, pouco depois da conquista de Jerusalém, um conclave secreto, incluindo um bispo da Calábria, reuniu-se na Igreja do Santo Sepulcro para eleger um rei da cidade²⁸ — Godofredo de Bulhão, um cavaleiro da linhagem merovíngia.²⁹

Infelizmente, o usufruto de Godofredo do seu título de patriarca foi breve, pois morreu um ano depois de conquistar a cidade, envenenado pelos líderes muçulmanos num banquete disfarçado de

tratado de paz: «Os líderes muçulmanos... trouxeram provisões e serviram-nas na sua presença. Godofredo aceitou e, sem suspeitar, comeu os pratos que lhe apresentaram, envenenados. Morreu vários dias depois, com mais quarenta pessoas.»³⁰ A coroa que nunca usou passou de imediato para o seu irmão mais novo, Balduíno, coroado primeiro rei latino de Jerusalém no solstício de inverno, uma extremamente simbólica celebração pagã do dia em que o Sol começa a sua viagem triunfante sobre os dias de escuridão.

Uma grande autoridade versada nas cruzadas afirma que Balduíno I, como o seu irmão, vinha de uma tradição real fundada na rocha de Sião que estava ao nível das dinastias reinantes da Europa, uma espécie de linhagem sagrada.³¹ Tal como na nomeação de Godofredo, a Ordem de Sião parece ter estado por trás da eleição do seu irmão, pois alegou-se que Balduíno I «devia o seu trono» à ordem, cuja sede era na Abadia de Nossa Senhora do Monte Sião.³²



Abadia de Nossa Senhora do Monte Sião.

Mas a nomeação de reis não foi a única coisa a sair da abadia que Godofredo reconstruiu e a Ordem de Sião habitou. A abadia foi também o domicílio de um homem cujas origens formariam uma ponte entre os incipientes templários e o seu envolvimento na criação de um Estado-Nação do outro lado da Europa. Um documento original ostenta o selo da Ordem de Sião, «representado de um lado pelo Pentecostes com a frase *sigil. spe. sci. de monte syon* e do outro uma imagem da morte da Virgem... com a inscrição *transitus dei genitricis.*»³³ O documento está assinado pelo prior de

Nossa Senhora do Monte Sião, um tal Arnaldus, ou, como era mais conhecido na cidade portuguesa de Braga, Arnaldo da Rocha.³⁴

1 Ver Salmos 118:22: «A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular»; em Atos 4:10-11: «Pelo nome de Jesus Cristo de Nazaré... ergue-se este homem inteiro ante vós. Esta é a pedra que vós, construtores, rejeitastes, que se tornou a pedra angular.» E em 1 Pedro 2:3-86: «O Senhor é compassivo. Para aqueles que vêm, como a uma pedra viva, rejeitados pelos homens, mas eleitos por Deus, e preciosos. Vós também, como pedras vivas, construís uma casa espiritual, sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais... Vede, eu ponho em Sião uma pedra angular, eleita, preciosa: e aquele que nele acredita não será confundido.»

2 Estes relatos históricos foram validados por escavações arqueológicas que descobriram o Portão dos Essénios juntamente com os grandes banhos de pedra usados pela seita nos seus rituais.

2 Este foi o Corte do Elmo, em 1188, quando as duas ordens fizeram uma separação formal após uma traição não especificada do então grão-mestre templário, Geraldo de Ridefort.

Capítulo 9

1114. BRAGA. UMA CIDADE MUITO ANTIGA EM PORTUGALE...

Uma longa fila de senhores, gente da cidade e pessoas do campo postava-se de ambos os lados dos catorze quilómetros de estrada de terra que ligavam Guimarães à cidade-catedral de Braga. Estávamos no início de maio e no festival celta da fertilidade, Beltane, mas havia pouco a celebrar. Ao longo da reta final de pedras cinzentas que conduzia à sé, uma procissão solene transportava o caixão de um ilustre cavaleiro borgonhês que nascera em Dijon e morrera no pequeno território que cuidadosamente cultivara a mil e trezentos quilómetros da sua terra natal, doado pelo seu sogro, o rei Afonso VI de Castela e Leão.

Aos cinquenta e cinco anos, o conde Dom Henrique, o *Bom*, pai do condado Portucalense, estava morto.



No seu tempo, fora muito admirado pelos súbditos, cuja qualidade de vida aumentara ao fazer da educação e do cultivo da terra uma prioridade. Deixaria para trás a esposa, Tareja, para agir como regente do seu filho de cinco anos, Afonso Henriques, que, com sorte, completaria o sonho do pai: o estabelecimento de um Estado independente de Portucale, uma ideia que o conde pusera em movimento anos antes, tirando partido da guerra civil que se travava em Castela e Leão após a morte do seu rei, o homem que outorgara a Dom Henrique o seu território. Mesmo agora, o condado era referido no mais suave dialeto local — Portugale.

Assim, neste dia sombrio de 1114, começou a vida adulta do pequeno Afonso, rodeado pelo austero granito da Sé de Braga.^{[d1](#)}

Afonso não podia ter imaginado que subiria ao poder com a ajuda de uma fraternidade de cavaleiros espirituais com a qual o seu pai se envolvera — na fase embrionária — durante as suas viagens a Jerusalém ou que as atividades da irmandade se centrariam inequivocamente em torno da cidade de Braga.

Segundo todos os relatos sobreviventes, Braga é a mais antiga cidade portuguesa e uma das mais antigas da Ibéria, alegadamente fundada por Teucro, filho do rei grego Télamon, que lutou na Guerra de Troia, embora fosse aparentado com a família real de Troia. As lendas podem muito bem estar certas. Depois da guerra, Teucro mudou-se para Chipre e fundou a cidade de Salamina, antes de partir para oeste ao longo do Mediterrâneo, navegando através dos Pilares de Hércules, virando depois para norte, ao longo da costa lusitana, antes de desembarcar na cidade de Porto Cale. Isto data a fundação de Braga, ali perto, de cerca de 1190 a. C.² A presença helenística nesta parte do mundo é forte, com outros povoados gregos encontrados nas proximidades, em Tui e Hellene.³ Brutus de Troia também é conhecido como tendo navegado até aqui por volta de 1100 a. C., com um grande contingente de compatriotas, a caminho do Sul da Grã-Bretanha, onde, junto às margens do rio Ísis, ou Tamuz, fundou a cidade de Caer Troyus, mais tarde rebatizada Llandin. Hoje, conhecemos estes pontos de referência como o rio Tamisa e a cidade de Londres.⁴ Mantém-se certamente uma grande afinidade entre as culturas grega/troiana e portuguesa até hoje, mas pouco amor pelos romanos. Para grande embaraço de Roma, durante um cerco de quarenta anos a Braga, até as mulheres se juntaram para derrotar as suas legiões, deixando seis mil soldados mortos.⁵



Conde Dom Henrique em repouso.

Os mitos também ligam a fundação de Braga ao deus egípcio da ressurreição, Osíris, e a um templo dedicado à sua esposa Ísis que ainda existia no ano 44 d. C. O culto de Ísis era venerado por toda a região e emprestou parcialmente o seu nome à província vizinha da Gallissa.⁶ Havia também um templo na cidade dedicado ao deus de duas caras, Baal-lanus, simbolizando o equilíbrio entre forças opostas; ainda hoje uma rua honra o local.⁷ De facto, correm por aqui antigas raízes esotéricas muito profundas, tal como em grande parte do Norte da Ibéria e até à Gália, pois tratava-se de uma região onde os ensinamentos de Prisciliano eram tidos em grande estima.



Pedra na Sé de Braga que assinala o templo de Ísis.

Prisciliano era um bispo, místico e teólogo do século IV, e foi a primeira pessoa na história do cristianismo a ser executada por heresia — ou, para ser legalmente preciso, pela prática de magia. À imagem de personagens posteriores como *Gualtério Sem-Haveres* e *Pedro, o Eremita*, Prisciliano era um nobre rico que renunciou aos bens materiais em favor do misticismo ascético, e, através de uma educação pagã clássica, veio a entender que os verdadeiros princípios cristãos exigem uma relação mística e contínua com Deus.⁸ Para o provar, pegou no princípio esotérico cristão «Não sabeis que sois o templo de Deus?» e argumentou que, para se tornar num recetáculo adequado à habitação do divino, uma pessoa tinha de renunciar aos bens materiais, fazer obras de amor, e, acima de tudo — e isto não será surpresa —, praticar um ascetismo severo.⁹

Prisciliano fundou um grupo que subsistiu por vários séculos apesar da perseguição constante. Naturalmente, o seu apelo crescente entre um grande número de seguidores ameaçava a autoridade florescente da Igreja Católica, o que levou a acusações

forjadas de heresia. Prisciliano respondeu com um apelo ao sacro imperador romano e ao papa, pelo que ele e seis dos seus seguidores foram decapitados — os primeiros hereges cristãos assassinados por cristãos. Assim, em Portogale e em Braga, o priscilianismo sentia-se em casa. Eram lugares com uma longa apetência pelo espírito independente.

A antiga Braga sofreu bastante durante a Idade das Trevas, quando vagas de bárbaros suevos, vândalos e visigodos acorreram da Europa Central para roubar, saquear, profanar, violentar, assassinar, violar e, de modo geral, devastar qualquer terra em que tocassem. Os católicos que se lhes seguiram parecem não se ter portado melhor, tal como os sarracenos e os mouros, posteriormente, que, na sua ignorância e selvajaria, transformaram grande parte da antiga cidade em destroços. Só no século VIII é que alguma noção de civilização voltou à região, quando Afonso I, rei das Astúrias, reconquistou as cidades-catedral e ordenou aos novos bispos que reformassem o modo depravado dos cristãos, que se aprovassem boas leis para as gentes da terra e, o mais espantoso, que os velhos templos pagãos fossem novamente venerados.¹⁰

Depois, graças a um esclarecido cavaleiro borgonhês que se tornou conde de Portogale, Braga renasce.

Em 1089, o conde Dom Henrique e o bispo Geraldo de Moissac consagraram o terreno ocupado pelo antigo templo de Ísis e continuaram a honrar o divino feminino construindo uma nova igreja e capela dedicadas a Nossa Senhora.^e Entre os vários tesouros colocados lá dentro está o braço de São Lucas que Dom Henrique trouxe de uma das suas duas viagens a Jerusalém.¹¹ E assim, pelos seus atos, o conde elevou Braga a um dos mais importantes bispados da Península Ibérica, e a humilde igreja transformou-se eventualmente numa grandiosa catedral.

Estivesse ou não o conde com saudades de casa, a sua sugestão de estilo arquitetónico teve como modelo a igreja do Mosteiro de Cluny, na sua pátria borgonhesa. A derradeira ironia é que, ao erigir esta boa obra por amor a Deus e ao pagá-la do próprio bolso, Dom

Henrique foi eventualmente sepultado dentro das suas sólidas paredes de granito.¹²

Dada a tendência profundamente enraizada dos habitantes locais para a independência e o respeito pelas tradições pagãs (querendo *pagão* dizer «morador do campo»), não surpreende que a cidade de Braga e a sua área circundante se tivessem tornado um íman para pessoas que partilhassem ideais semelhantes e desejassem praticá-los em relativa paz — como uma pequena irmandade de monges e cavaleiros espirituais que, com o tempo, se tornou conhecida como os cavaleiros templários.

Na altura da morte do conde Dom Henrique, em 1114, a Ordem do Templo estava em fase embrionária em Jerusalém, mas, segundo os relatos históricos, os templários já estavam presentes em Portugal: «Após D. Afonso VI casar a sua filha com o conde Dom Henrique, eles [os templários] sempre vieram em seu auxílio, e não deixaram de o fazer mesmo após a morte do seu filho.»¹³ Uma fonte alemã independente também afirma categoricamente que os prototemplários criaram uma relação de trabalho com o conde Dom Henrique: «A aquisição de uma propriedade importante, como a do Castelo de Soure, que lhes foi dada [à Ordem do Templo] pelo conde Henrique em 1111 prova que estes cavaleiros já tinham prestado alguns serviços, e que ele estava convicto da sua utilidade.»¹⁴

Estas afirmações são de historiadores sem interesses pessoais a defender, pelo que não há motivos para acreditar que as alegações foram inventadas a partir do nada. No entanto, as repercussões são explosivas, dado o que é historicamente aceite sobre a fundação dos templários. Se Dom Henrique doou um castelo aos templários em 1111, isto estabelece a sua presença no Condado Portucalense sete anos antes da sua data de fundação e dezassete antes do seu reconhecimento pelo papa — momento em que a irmandade de nove cavaleiros originais se tornou oficial aos olhos do mundo.

A presença dos templários em Portugal, anos antes da data aceite como a da sua criação, propicia todo o tipo de conjeturas

fascinantes: por exemplo, que assuntos poderia um pequeno grupo de cavaleiros estar a conduzir num condado longínquo, quando a sua base de operações estava do outro lado do Mediterrâneo?

Um exame atento aos documentos sobreviventes mostra como esta irmandade é por vezes referida como templários e outras como Ordem do Templo ou cavaleiros de Salomão, e estes títulos eram muitas vezes intermutáveis. E não eram de modo algum o único grupo de cavaleiros a residir em Jerusalém, mas um de quatro.

Como já sabemos, após a batalha de Jerusalém, Godofredo de Bulhão instalou um grupo de cavaleiros na abadia do monte Sião, e foram apropriadamente designados Chevaliers de l'Ordre de Notre Dame de Sion, ou seja, cavaleiros da Ordem de Nossa Senhora de Sião.¹⁵ Destes, sobrevive pouca informação; os cavaleiros e os seus movimentos permanecem tão misteriosos como os monges da Ordem de Sião a quem protegiam. Mesmo assim, esta fraternidade foi precedida por outro grupo de cavaleiros. Perto do fim do século XI, mercadores italianos de Amalfi compraram um pedaço de terra no bairro cristão de Jerusalém, onde construíram dois hospitais e duas capelas para cuidar dos doentes e dos pobres. Após a reconquista, o número crescente de peregrinos que afluíam a Jerusalém exigia uma infraestrutura para responder às suas necessidades de comida e alojamento. Isto foi providenciado pela Hospedaria Amalfitana, e no interior do complexo deste hospital cresceu um corpo de cavaleiros e soldados rasos que se encarregou de proteger os peregrinos, dando origem aos cavaleiros hospitalários.

Depois, havia um terceiro grupo, também de natureza não militar, composto por vinte monges, juntamente com doze cavaleiros para os proteger, no total de trinta e dois,¹⁶ também instalados por Godofredo de Bulhão na igreja onde Cristo foi sepultado. Ficou conhecida como a Ordem dos Cavaleiros do Santo Sepulcro. Segundo a crónica do século XIII de Bernardo, o *Tesoureiro*, dentro desta Militie Sancti Sepulchri¹⁷ em rápida expansão dizia-se existir uma pequena irmandade de cavaleiros com ideais muito diferentes,

uma irmandade dentro de uma irmandade,¹⁸ e embora a sua liturgia fosse a da igreja — *l'ordinaire del Sepulchre* —, as suas práticas eram de natureza muito mais espiritual comparadas com as dos restantes cavaleiros. Estes homens eram liderados por um homem chamado Hugo de Payens, e mais tarde construíram igrejas octogonais inspiradas pela igreja onde residiam.¹⁹

Hugo de Payens era um nobre da Borgonha que passou grande parte da sua vida a viajar pela Ásia Menor. Segundo um relato contemporâneo, este homem:

Foi a Jerusalém em peregrinação. Tendo ouvido dizer que, numa cisterna às portas de Jerusalém, os cristãos que davam de beber aos cavalos eram frequentemente emboscados e mortos em ataques pagãos, apiedou-se deles. Movido por um forte sentimento de justiça, defendeu-os o melhor que pôde, muitas vezes ficando ele mesmo emboscado e depois vindo em seu auxílio, matando vários inimigos. Os pagãos ficaram abalados com isto e montaram acampamento em tal número que ninguém seria capaz de contrariar os ataques. Como consequência, a cisterna teve de ser abandonada. Mas Payens, que era um homem de energia e difícil de derrotar, obteve ajuda para si e para Deus após muito esforço. Dos cônegos regentes do Templo do Senhor [o Santo Sepulcro] adquiriu, pelos meios à sua disposição, uma grande casa no recinto do Templo. Ali viveu mal vestido e mal alimentado, gastando tudo o que tinha em cavalos e armas, usando todos os meios de persuasão e pugnando por alistar todos os peregrinos-soldados que pudesse para ali prestar serviço permanente ao Senhor ou, pelo menos, um serviço temporário. Depois, seguindo estritamente o nível hierárquico e o dever, fixou para si e os seus companheiros cavaleiros a insígnia da cruz ou do escudo, impondo aos seus homens um regime de castidade e sobriedade.²⁰

Esta irmandade viveu entre os cavaleiros do Santo Sepulcro cerca de catorze anos, antes de algo os compelir a mudar-se para o monte do Templo, a alguns quarteirões dali. Nesse momento, nasceu o quarto grupo, os cavaleiros templários.

Os cronistas portugueses fazem uma distinção bem clara entre os cavaleiros templários, os cavaleiros hospitalários e os cavaleiros do Santo Sepulcro, entidades cooperativas e codependentes, e que foram, as três, influentes ou estiveram diretamente envolvidas na criação de Portugal enquanto Estado-Nação.^{f21}

Os cavaleiros hospitalários⁹ foram o primeiro grupo a surgir em Portugal, em 1104,²² pouco depois de o conde Dom Henrique regressar da sua primeira viagem à Terra Santa. É razoável presumir que vieram a seu convite, e a sua residência teria sido perto da casa real. De facto, a primeira casa conventual dos hospitalários de que há registo, em 1112, situava-se junto ao rio em Leça,²³ uma pequena vila a uma légua da cidade de Porto Cale e a vinte e cinco da casa real em Guimarães. Construída sobre um templo romano anterior dedicado a Júpiter, tornou-se na principal casa do capítulo dos hospitalários, e era composta por um hospital, um mosteiro e várias casas onde os monges viviam como cónegos regrantes.

Tal como os cavaleiros hospitalários, os cavaleiros do Santo Sepulcro também estiveram presentes em Portugal desde cedo; na verdade, a ordem expandiu-se consideravelmente graças a propriedades doadas pela viúva condessa Tareja durante o seu reinado como regente, na esteira da tradição iniciada pelo falecido marido,²⁴ bem como de doações privadas como a de «Emisa Trastemiriz, esposa de D. Egas Mendes, do convento de Pendorara com todos os seus direitos ao Santo Sepulcro».²⁵ Duas décadas depois, a Ordem do Santo Sepulcro continuava a residir perto de Porto Cale, num mosteiro pertencente aos cavaleiros hospitalários.²⁶

A incoerência gritante na história é a já mencionada doação do Castelo de Soure pelo conde Dom Henrique em 1111 à Ordem do

Templo. Nessa altura, os cavaleiros templários não existiam, esse nome estava ainda sete anos no futuro. No entanto, Dom Henrique dificilmente teria outorgado um castelo a uma entidade inexistente.

Há uma possibilidade. Foi repetidamente sugerido que Hugo de Payens, junto com o seu parceiro, o cavaleiro flamengo Godofredo de Saint-Omer, tinha planos para o monte do Templo desde o momento em que fixaram residência na Igreja do Santo Sepulcro. É possível que eles e o seu pequeno grupo de nove cavaleiros se referissem secretamente a si mesmos como Ordem do Templo, em antecipação ao dia em que se mudariam para o monte do Templo? Hugo de Payens chegou a Jerusalém no mesmo ano em que o conde Dom Henrique ali se encontrava, e é natural presumir que os dois cavaleiros borgonheses se tornaram amigos. Se assim foi, Dom Henrique tinha conhecimento de informação privilegiada sobre os planos de Hugo de Payens, e se estes dois líderes estabeleceram um acordo, a atribuição de um castelo por parte de Dom Henrique a Hugo e aos seus prototemplários faz todo o sentido.

A doação de Soure proporcionou aos prototemplários uma base em Portugal. Mas, pouco antes de morrer, Dom Henrique assinou outro documento fornecendo-lhes uma residência na cidade de Braga doada por um membro do clero. É fácil localizar esta propriedade porque é descrita como estando «junto a um hospital templário», que seria o hospital dos pobres fundado pelo arcebispo Paio Mendes de Braga, «anexo às casas principais que havia anteriormente doado aos templários no eremitério».²⁷

São muitas as propriedades doadas aos prototemplários por um clérigo de elevado estatuto. Naqueles dias, era usual legar propriedades à Igreja, não o contrário! O que é ainda mais interessante é que o dito hospital em Braga estivera na posse dos cavaleiros hospitalários, que transferiram a propriedade para o dito arcebispo; dois dias depois, Paio Mendes doou-o à Ordem do Templo.²⁸ No mundo glacialmente lento dos negócios imobiliários, esta é uma sucessão extraordinariamente rápida de transações. Porquê a pressa?



Pia templária, Sé de Braga.

Mendes fez com que o título fosse assinado por Dom Henrique. Um chefe de Estado dificilmente seria chamado a uma transação imobiliária a menos que tivesse interesse pessoal numa das partes ou algo a ganhar com tal negócio. Dado que o conde já estava na fase terminal da doença que lhe tirou a vida, este último motivo pode ser descartado.²⁹ Contudo, com a propriedade assegurada pelo conde de Portugal, a Ordem do Templo garantia um domicílio independentemente de Dom Henrique viver ou morrer. No fim, esta transação serviu bem aos prototemplários, pois tornar-se-ia o seu centro de operações, um facto claramente asseverado por um mestre templário posterior: «De Domo Templi, quae est in Bracharensi Civitate [o lar do Templo, que é na cidade de Braga].»³⁰

Fossem quais fossem os planos elaborados em Jerusalém entre o conde Dom Henrique, o seu amigo Godofredo de Bulhão, Hugo de Payens e a Ordem do Templo, estes foram provavelmente suspensos após a morte prematura do conde. Com o seu filho de cinco anos, Afonso, demasiado novo para governar, o momento oportuno para pôr as coisas em movimento teria de esperar.

1 O autor Herculano defende que o conde Dom Henrique morreu de causas naturais em 1114, e que a data oficial da sua morte em 1112 foi popularizada para coincidir com os seus ferimentos em combate.

2 Nossa Senhora de Santa Maria.

3 *Estado-Nação* define-se como uma unidade política que consiste num Estado autónomo habitado predominantemente por um povo

com cultura, história e língua comuns. Segundo Jenkins e Sofos (*Nation and Identity*, 155): «Portugal alega ser o mais antigo Estado-Nação da Europa, geralmente datado de tão cedo como 1139.»

] Também referidos como a Ordem do Hospital.

Capítulo 10

1100. JERUSALÉM. NO PALÁCIO DO NOVO REI...

Tal como os dias abafados na Cidade Santa foram substituídos pelos climas mais frios de novembro, também o falecido Godofredo de Bulhão foi sucedido pelo seu mais frio e duro irmão borgonhês, Balduíno. O novo rei era descrito como «muito alto e muito maior do que o irmão... de tez bastante clara, com cabelo castanho-escuro e barba. O seu nariz era aquilino e o lábio superior um tanto proeminente. O maxilar inferior ligeiramente recuado, embora não tanto que pudesse considerar-se um defeito. Era digno no porte e sério no vestir e no discurso. Usava sempre um manto pendurado aos ombros... Não era gordo nem excessivamente magro, mas antes de condição mediana. Perito no uso de armas, ágil a cavalo, era ativo e diligente sempre que os assuntos do reino o chamavam.»¹

Desde o início que a atenção de Balduíno I se centrou mais nos problemas logísticos do Estado do que em buscas eclesiásticas. Herdou um reino mais isolado do que antes, separado do Norte e do mar por pequenos emirados muçulmanos e pela incapacidade de estabelecer uma rota terrestre permanente a partir da Europa. As cidades-fortaleza mantinham-se dispersas por uma zona rural tornada mais hostil por salteadores, cruzados arrogantes e mercenários locais.²

Ao longo do seu reinado, Balduíno I enfrentaria inúmeras tentativas por parte de pequenos exércitos muçulmanos de retomarem Jerusalém enquanto desgastavam os povoados periféricos que sofriam da falta de homens treinados para guarnecer devidamente os castelos e vilas. Debatia-se com o problema do despovoamento após a conquista, e muitos cruzados regressaram às suas terras uma vez que os seus votos estavam cumpridos, deixando poucos cidadãos para defender toda a cidade.³ A acrescentar aos problemas cívicos do rei, a tesouraria da cidade estava falida.

Entretanto, os perigos enfrentados pelos peregrinos não diminuíram, e vários relatos em primeira mão descrevem a insegurança que se sentia ao percorrer a estrada de cinquenta e três quilômetros do porto de Jafa até Jerusalém. O peregrino nórdico Saewulf, que tentou fazer a viagem em 1102, refere os cadáveres de vítimas atacadas a apodrecer à beira da estrada por o solo ser demasiado duro para escavar e as pessoas dispostas a enterrá-los terem a sensatez de não se demorarem para não serem também elas atacadas.⁴ As emboscadas eram frequentes, de sarracenos, de salteadores, por vezes de pumas; os sobreviventes teriam então de lidar com a insolação e o acesso restrito à água dos poços.

Apesar de todo o drama, Balduíno desempenhou um papel importante na germinação da semente dos futuros cavaleiros templários que havia sido lançada na Igreja do Santo Sepulcro pelo seu falecido irmão Godofredo. A certo ponto, surgiu a necessidade de esta irmandade, fundada por Hugo de Payens, deixar a igreja. Talvez houvesse um fosso entre a ética dos cavaleiros que seguiam o exemplo moral de Hugo e os que se aborreciam com a falta de combates e se embebedavam. Esse mau comportamento bastou para que Hugo, juntamente com o seu colega Godofredo de Saint-Omer e um pequeno grupo de cavaleiros, fosse visitar Balduíno e pedir-lhe ajuda.⁵

Capítulo 11

1100. BRAGA. OUVINDO VOZES ESTRANGEIRAS...

Não era invulgar ouvir pessoas nas ruas de Braga a falar na sua nativa língua francesa. Em meados do século XI, já existia um conclave de borgonheses a viver dentro e ao redor da cidade,¹ como se a região fosse a sua estância de férias medieval.² Uma dessas pessoas era Pedro Arnaldo da Rocha, filho da família De la Roche do condado borgonhês de Roche, que lhes pertencia.^h

A certo ponto, o cheiro do oceano convenceu dois membros da família a mudar-se da Borgonha para uma pequena aldeia costeira não muito longe de Braga.³ Pelo caminho, Madame de la Roche deu à luz Pierre Arnolde na cidade ribeirinha portuguesa de Santa Iria.ⁱ⁴

Pierre Arnolde tornou-se Pedro Arnaldo na sua nova casa, e o seu papel na criação de um Estado-Nação português começa com uma curta declaração casual feita nos arquivos do mosteiro cisterciense de Alcobaça, num livro negro com uma orla branca intitulado *Segunda Parte do Codex Alcobaciensis*, no qual existe a seguinte entrada: «Hujus tempore moritur Arnandus, qui juvenis ivit ad bellum Syriae cum bono Comite Henrico, e multa fortia egerat.» (Este é o tempo da morte de Arnando, que, quando jovem, foi à guerra na Síria com o bom conde Henrique, e muitos grandes feitos ele fez.)⁵

Arnaldo da Rocha teria entre vinte e trinta anos quando acompanhou o conde de Portugale à Terra Santa, e perante tal acontecimento, deve ter havido uma estreita ligação entre os dois homens. Obviamente, partilhavam a mesma herança borgonhesa, com a propriedade De la Roche situada, no distrito de Dijon, terra natal de Dom Henrique; um membro da família desempenhava as funções de mordomo do duque da Borgonha, de quem Dom Henrique era descendente.⁶ Quando a família De la Roche se instalou em Portugale, escolheu a cidade de Viana, a cinquenta e três quilómetros da capital do reino, em Guimarães. Com Braga de

permeio, ambas as famílias ter-se-iam movido nos mesmos círculos sociais, assistindo até à missa na mesma catedral.

Na viagem para Jerusalém, o conde Dom Henrique teria sem dúvida apresentado Arnaldo a Godofredo de Bulhão. O conde estava de muito boas relações com o *princeps*, a julgar pela forma como Godofredo lhe confiou relíquias sagradas como o braço de São Tiago e o manto de Maria Madalena. Que melhor forma de três cavaleiros passarem uma tarde, todos longe dos seus domicílios ancestrais na Borgonha e Lorena, do que discutindo assuntos de interesse comum, como o melhoramento da condição humana, a importância da fé e a reconquista de terras e locais sagrados usurpados pelos infiéis. Basta um pequeno esforço da imaginação para ver que se estabeleceram laços estreitos entre os três homens, e dados os intrincados laços familiares que então existiam na nobreza francesa, é até concebível que fossem parentes.

A presença de Arnaldo em Jerusalém foi oportuna, pois chegou no momento em que Godofredo de Bulhão instalava membros da Ordem de Sião na abadia reconstruída na colina com o mesmo nome. Dizer que causou uma impressão favorável nos monges é um eufemismo, porque, em 1116, Pedro Arnaldo ressurgiu como membro efetivo da ordem, a sua assinatura inscrita num documento original da abadia, no qual é referido em latim como *Prior Petrus Arnaldus*.⁷

Se o prior Arnaldo se tornou membro da Ordem de Sião por estar no sítio certo à hora certa, ou se navegou com o conde Dom Henrique com a intenção de se juntar aos monges de Orval que constituíam a dita irmandade, nunca saberemos ao certo, mas o fio que une estas pessoas e estes acontecimentos é suficientemente forte para ser mais do que mera coincidência.

Tal posição imbuíu Arnaldo de uma vasta influência política. A abadia estabeleceu laços próximos com a vizinha Igreja do Santo Sepulcro desde o tempo em que ambas as fraternidades foram instaladas por Godofredo de Bulhão. Isto concedia, portanto, ao seu prior acesso direito a duas pessoas em particular — Hugo de

Payens e Godofredo de Saint-Omer, o núcleo da Ordem do Templo. Essa relação foi revelada a 19 de julho de 1116, quando um documento assinado pelo prior Arnaldus e por Hugo de Payens declara que «estão asseguradas boas relações entre as duas ordens».⁸

Na relação entre a Ordem do Templo, a Casa de Borgonha, a Ordem de Sião e o incipiente reino português, Arnaldo da Rocha revelar-se-ia a peça central. Era português de nascimento. A sua amizade com o conde Dom Henrique concedia-lhe favor na corte portuguesa e, através do estatuto da família, ligações aos nobres e eclesiásticos dentro e em torno da cidade de Braga e na capital do reino, em Guimarães, muitos dos quais eram de herança borgonhesa.

Mas cronistas portugueses de há pelo menos cinco séculos dão ao prior Arnaldo ainda mais crédito. Citam-no como um fundador essencial dos cavaleiros templários em Portugal, bem como um dos templários *originais* em Jerusalém: «Arnaldo da Rocha, que era um cavaleiro templário, foi um dos primeiros nove criadores desta ilustre Ordem do Templo em Jerusalém»,⁹ escreveu o historiador Alexandre Ferreira em 1735, citando uma fonte anterior do século xvii, Manuel de Faria e Sousa.¹⁰ E Sousa estaria numa excelente posição para enunciar os factos, pois não só estudou documentos originais em Braga — o que o situa na localização geográfica perfeita para materiais de base —, como era ele mesmo um cavaleiro templário.^j

Arnaldo da Rocha como um dos templários originais é ao mesmo tempo provocador e explosivo, no mínimo historicamente, porque põe em evidência uma premissa inquietante: havia apenas nove cavaleiros templários originais? Ou seria este número um símbolo, um talismã, o tipo de floreado utilizado pelas sociedades secretas ao longo desse período?

Podemos nunca saber a verdade; contudo, um estimado cronista do século xvii, o monge Bernardo de Brito, afirmou categoricamente nas crónicas cistercienses de Portugal que os templários originais

se compunham de «Hugo e Godofredo e nove outros cavaleiros»¹¹ (ênfase adicionada). Isto eleva o núcleo inicial de prototemplários para onze.¹²

Teria Brito entendido mal?

Qual o motivo?

Para que fim?

Vale a pena considerar este ponto. E isto também: em todas as antigas escolas dos mistérios, o nove representava o conceito gnóstico da máxima perfeição. É personificado pelo período de gestação do ovo dentro do útero feminino, uma Santíssima Trindade à potência de três. Relativamente à nossa demanda, existe um sistema arcano de conhecimento codificado no *tarot*, e embora para a maioria das pessoas o *tarot* não passe de um conjunto de cartas de jogar decorativas, na verdade, é baseado na cabala, um antigo sistema de conhecimento cuja ideologia está consignada na maioria das sociedades pagãs e esotéricas de tempos remotos à Idade Média, e até ao século XVIII através da Maçonaria especulativa e os seus trinta e três graus de iniciação.



O Eremita.

Indo ao que interessa, a nona carta no baralho do *tarot* é o eremita. Como já vimos, foi um eremita chamado Pedro — que, com um grupo de monges que se apelidavam Ordem de Sião, viajou até Orval, lar de Godofredo de Bulhão, o protetor do Santo Sepulcro — quem posteriormente instalou esta fraternidade na abadia que reconstruiu no topo do monte Sião.

Em 1116, o líder desta organização é um prior português e amigo de Hugo de Payens, o emergente grão-mestre de um grupo de

cavaleiros que em breve será conhecido como «os cavaleiros templários».

1 Agora a comunidade de La Roche Vanneau.

Hoje conhecida como Santarém.

Era um cavaleiro da Ordem de Cristo, o nome por que os cavaleiros templários seriam conhecidos em Portugal após o século XIV.

Capítulo 12

1117. BELÉM. NUMA CERIMÓNIA...

Sempre foi um mistério o porquê de Balduíno I também «dever o seu trono» à ordem sediada na Abadia de Nossa Senhora do Monte Sião, a não ser que as mesmas pessoas que instalaram o seu falecido irmão no trono se tivessem reunido pouco depois da morte prematura do cavaleiro para nomear outro membro da linhagem merovíngia, assegurando assim a sua continuidade. Parte da resposta materializou-se em 1117, quando Balduíno I negociou um dos acontecimentos mais importantes da história: a constituição da Ordem do Templo, que legitimava um grupo dissidente de cavaleiros instalados na Igreja do Santo Sepulcro. A cerimónia decorreu em São Leonardo de Acre, em Belém, um feudo pertencente à Ordem de Sião.

Diz-se que Balduíno realizou a cerimónia por «obrigação», sugerindo-se que ele devia um grande favor à Ordem de Sião. No entanto, as ações do monarca foram oportunas, pois a sua saúde deteriorava-se de dia para dia.¹ Meses depois, após uma marcha no Egito, Balduíno adoeceu novamente quando «foi caminhar junto ao rio a que os gregos chamam Nilo e os hebreus Giom, junto à cidade, divertindo-se com alguns dos seus amigos. Alguns dos cavaleiros usaram muito habilmente as suas lanças para pescar o peixe que ali se encontrava e levaram-no para o acampamento perto da cidade e comeram-no. Depois, o rei sentiu dentro de si as pontadas renovadas de um velho ferimento e ficou gravemente enfraquecido».² Balduíno contraiu uma intoxicação alimentar e foi levado de volta a Jerusalém numa liteira, mas morreu pelo caminho. «Os francos choraram, os sírios, e até os sarracenos que o viram choraram também», escreveu o cronista Fulquério de Chartres, que o descreveu como outro Josué, «o braço direito do seu povo, o terror e adversário dos seus inimigos».³



Assim, no domingo de Páscoa de 1118, foi escolhido o novo rei de Jerusalém, Balduíno de Bourcq, primo de Godofredo de Bulhão. Como os antigos membros da sua família, também ele servira na Primeira Cruzada.

Mal se habituara ao seu recém-designado lugar quando Balduíno II recebeu a visita de Hugo de Payens e Godofredo de Saint-Omer, como se os dois intrépidos cavaleiros estivessem a apresentar as suas credenciais. Podem ter tido uma receção menos entusiástica do que a do predecessor: Balduíno II precisava desesperadamente de cavaleiros para a guerra, mais do que de guerreiros espirituais. A posição do rei pode ter criado um dilema ético a Hugo, pois o contemporâneo de Miguel, o *Sírio*, descreve como «Balduíno aconselhou este Hou de Payn a servir na milícia como combatente em vez de tomar ordens sagradas».⁴



Morte de Balduíno I.

Hugo era um homem muito viajado; fora testado durante a maior parte da década no Próximo Oriente e estava familiarizado com as obras de influentes escritores morais como Guigo, prior de La Grande Chartreuse, que o avisaria dos perigos de misturar a vida militar com a monástica, e sem dúvida que o piedoso Hugo prestou atenção a tão bons conselhos espirituais:

É, de facto, inútil atacarmos inimigos exteriores se não conquistarmos primeiro os que estão dentro de nós. Se não

*formos capazes de submeter primeiro à nossa vontade o nosso corpo, então é extremamente vergonhoso e indigno querer colocar sob o nosso controlo qualquer tipo de força militar. Quem poderia tolerar o nosso desejo de estender o nosso domínio sobre vastas terras estrangeiras enquanto toleramos a mais ignominiosa servidão aos vícios nesses ínfimos pedaços de terra que são o nosso corpo? Conquistemo-nos então em primeiro lugar a nós para que possamos depois avançar em segurança para o combate a inimigos externos; purguemos a nossa alma dos vícios antes de livrarmos as terras dos bárbaros.*⁵

Assim, coube a Hugo de Payens, juntamente com Godofredo de Saint-Omer, convencer o novo rei da importância da missão desta «irmandade dentro de uma irmandade» vivendo entre os cavaleiros do Santo Sepulcro. Talvez tenham defendido convincentemente o caso, pois não há registo de este núcleo de cavaleiros alguma vez ter combatido ao lado de Balduíno II.

O rei pensou na proposta de Hugo. Tinha várias propriedades em Jerusalém, sendo uma delas a sua residência, a Mesquita de Al-Aqsa, no extremo sul da plataforma do monte do Templo, o local anteriormente ocupado pelo Templo de Salomão. Só recentemente é que a mesquita e os edifícios contíguos haviam sido adaptados às suas necessidades. O local tinha até para ele um certo valor sentimental: fora lá dado um banquete após a sua coroação e, mil anos antes, Jesus fora ali ofertado. Que favor portavam então estes obscuros cavaleiros que levou Balduíno II a concordar em desocupar o lugar mais sagrado de Jerusalém, a mesma rocha de onde Maomé «subira ao Céu», o sítio onde em tempos se erguera o Templo de Salomão?⁶

E não é tudo. Além do Templo de Salomão, «o senhor rei, juntamente com os seus nobres, concedeu temporária ou perpetuamente certos benefícios das suas próprias propriedades para suprir as suas necessidades de comida e roupa».⁷ Hugo de

Payens e o seu grupo eram decerto poderosos. Já tinham autoridade para nomear os próprios padres, um direito exclusivo do papa, e estes padres não só formavam o núcleo da ordem, como dependiam diretamente dos serviços dos cônegos do Santo Sepulcro.⁸

O que quer que Hugo de Payens tenha apresentado a Balduíno, convenceu-o. Hugo e Godofredo de Saint-Omer aceitaram humildemente a oferta de se mudarem para o monte do Templo e, num gesto de gratidão, construíram para o rei «um esplêndido solar junto ao Templo para que o rei pudesse reivindicar o que lhe pertencia para lá ficar se quisesse».⁹ E assim a irmandade de cavaleiros tornou-se independente da Igreja do Santo Sepulcro. A partir deste momento, trinta cavaleiros, incluindo um núcleo de nove, possivelmente onze homens, fixaram residência e ficaram para sempre conhecidos como «os cavaleiros templários».



Balduíno II recebe Hugo de Payens e Godofredo de Saint-Omer.

As instalações específicas que lhes foram concedidas abarcavam os estábulos de Salomão, um espaço tão cavernoso que até o cruzado alemão e testemunha ocular Jean de Würzburg observou: «Vê-se um estábulo de tão espantosa capacidade e extensão que podia alojar mais de dois mil cavalos ou mil e quinhentos camelos.»¹⁰ Porque pediram Hugo de Payens e Godofredo de Saint-Omer uma residência tão gritantemente desproporcional ao número de cavaleiros? E porque haveria Balduíno de se submeter ao seu pedido?

O ponto de contacto comum entre os templários e Balduíno era a Ordem de Sião. Que influência exerceu neste acontecimento? Só podemos especular. No entanto, vale a pena lembrar a história aceite sobre a origem dos cavaleiros templários, como desejavam

servir o ideal cristão protegendo os peregrinos que viajavam pela estrada perigosa e pejada de bandidos que ia do mar ao santuário. O facto de isto dever ser feito por nove cavaleiros é uma prova lógica de que a lenda é ao mesmo tempo absurda e inexecutável. Foi, portanto, apresentada como cortina de fumo, encobrindo uma segunda intenção secreta. Além disso, desde o início que a proteção dos peregrinos fora confiada aos cavaleiros hospitalários, muito mais bem preparados para a tarefa.

Durante os anos que se seguiram, os templários residiram no monte do Templo, e mal deixaram as instalações, muito menos mostraram interesse em proteger peregrinos. Dizia-se não terem tido os recursos materiais para manter a preservação das próprias instalações, e, com o tempo, o edifício começou a parecer tão degradado como as suas roupas.¹¹ Como se tivessem adotado um estilo de vida monástico ou passassem propositadamente o tempo a estudar ou a planear alguma coisa tão importante que exigia total concentração. A exemplo da Ordem de Sião na colina vizinha, a obra dos templários era levada a cabo com um secretismo patológico. Descrições arqueológicas confirmam que os cavaleiros escavaram túneis sob o monte do Templo e deixaram para trás vários itens que podem ser inequivocamente identificados como artefactos templários.¹² Isto levou à especulação de que a sua verdadeira tarefa «era fazer pesquisas na região, de modo a obter certas relíquias e manuscritos que contêm a essência das tradições secretas do judaísmo e do Antigo Egito».¹³

O mais famoso dos últimos atos de Balduíno I estabeleceu 1118 como a data de fundação dos cavaleiros templários, pelo menos enquanto entidade coerente. No entanto, persistem rumores de que o conceito dos cavaleiros templários já existia muito antes. A hipótese é sustentada por diversas fontes: Ernoul, escudeiro do cavaleiro templário Balião de Ibelin, afirmava que a data era anterior a 1118, tal como Simão, monge de São Bertino de Sithiu, que situou o acontecimento em 1099;¹⁴ o historiador do século XVIII André Mende situa até a origem dos cavaleiros templários em 1096.¹⁵

Todos os anteriores podem de facto estar corretos por direito próprio, se recuarmos e olharmos para os factos apresentados até agora.

A semente da ideia de criar um grupo de elite de cavaleiros espirituais pode ter sido lançada em 1096, em Orval, fruto de discussões entre Pedro, o *Eremita*, os monges da Calábria e Godofredo de Bulhão. Após a formação da Primeira Cruzada para libertar a cidade de Deus, esta ideia ganhou peso e, após a reconquista bem-sucedida de Jerusalém, o plano tomou forma material quando Godofredo reconstruiu a Abadia de Nossa Senhora do Monte Sião e instalou os monges, juntamente com uma irmandade de doze cavaleiros. Ao mesmo tempo, alojou um grupo adicional de cavaleiros na Igreja do Santo Sepulcro, que incluía uma irmandade espiritual liderada por Hugo de Payens. Como fechando um circuito, este grupo estabeleceu boas relações com a Ordem de Sião.

No período de formação, diversos associados e apoiantes fundamentais da Ordem do Templo convergiram para Jerusalém, e não necessariamente para tomar parte na reconquista da cidade. Por exemplo, o dono executivo das terras em Orval e um dos apoiantes originais dos templários, o conde Hugo de Champanhe, visitou a Terra Santa com um grupo de cavaleiros, amigos e vassalos logo em 1104, ficando por quatro anos antes de voltar a casa.¹⁶ É certo que algo o impressionou, pois regressou em 1114. Pouco antes da sua segunda partida, recebeu uma carta do bispo de Chartres: «Ouvimos dizer que... antes de deixardes Jerusalém fizestes um voto de vos juntardes à Milícia de Cristo, que vos alistareis nesta soldadesca evangélica.»¹⁷

Se Hugo de Champanhe fez um voto antes do seu regresso a casa em 1108, ou já havia um grupo coeso de cavaleiros estabelecido por Hugo de Payens, ou o conde estabeleceu contacto com estes cavaleiros (a maioria com origem no seu ducado e nos ducados vizinhos), que pretendiam formar um grupo na altura da sua segunda viagem.

É a sua primeira viagem que é interessante. O conde Hugo de Champanhe e Hugo de Payens conheciam-se; Hugo era primo e vassalo do conde,¹⁸ e, em pelo menos duas ocasiões em 1100, foram ambos cossignatários em transações imobiliárias no ducado de Champanhe, o domicílio de Hugo de Payens.¹⁹ Além disso, Hugo de Champanhe estaria ao corrente das intenções de Hugo de Payens na Terra Santa, no mínimo porque passaram um mês juntos a bordo de um navio com destino a Jerusalém. Ali chegado, Hugo de Payens, como tantos dos seus compatriotas, fez a sua peregrinação ao local sobre o qual tanto sangue fora derramado, a Igreja do Santo Sepulcro. Encontrou-se com os seus cavaleiros e monges residentes e, pouco depois, fixou residência no complexo da igreja.

A sua chegada a esta cidade compacta não podia acontecer em melhor altura, porque outro cavaleiro borgonhês acabara de chegar de uma também árdua viagem marítima, o conde de Portucale. Dom Henrique e Hugo de Payens teriam tido muito tempo para se conhecerem — dois anos, de facto —, e este círculo de amizade teria inevitavelmente incluído o homem que viajava com o conde, o prior Arnaldo da Rocha.

Assim, em 1104, as figuras principais da história que liga os cavaleiros templários, a Ordem de Sião e o Condado Portucalense aparecem juntas no mesmo local.

Em 1106, Dom Henrique regressa a Portugale — com ou sem Arnaldo, não sabemos —, mas Hugo de Payens fica em Jerusalém nos seis anos seguintes.²⁰ Durante esse período, junta-se-lhe outro cofundador dos templários, Godofredo de Saint-Omer. Este cavaleiro não só vinha do mesmo ducado que o primeiro patriarca de Jerusalém, como também se identificava como um dos membros da comitiva que acompanhou originalmente Godofredo de Bulhão, a chamada *domus Godefridi*, querendo isto dizer que pelo menos um dos cofundadores dos cavaleiros templários fazia parte do círculo íntimo do patriarca. E se este grupo unido de conselheiros incluía membros da Ordem de Sião — o que tudo indica ser o caso —,

talvez isso explique o porquê de os documentos se referirem enigmaticamente à Ordem de Sião como tendo sido fundamental na criação da Ordem dos Templários.²¹

Escusado será dizer que os prototemplários existiam numa ou noutra forma pelo menos dezoito anos antes de Balduíno I lhes dar a bênção real na cerimónia em São Leonardo de Acre.

Nesta sequência de acontecimentos, podemos também apreciar como foi possível para a Ordem do Templo estar presente em Portugal muito antes do que se sabia anteriormente.

Após ter-se estabelecido no monte do Templo, Hugo de Payens manteve contacto próximo com os cônegos do Santo Sepulcro.²² Tal como fez com os monges da Ordem de Sião: nove anos após a sua assinatura aparecer no documento junto à do prior Petrus Arnaldus,²³ um segundo documento foi elaborado no dia 2 de maio de 1125 (o festival celta de Beltane), novamente ostentando as assinaturas de ambos, declarando uma vez mais que «estão estabelecidas boas relações entre as duas ordens».²⁴

Uma colaboração contínua entre o grão-mestre templário e o prior português da Ordem de Sião? Para que fim?

Uma coisa é certa: se existia uma relação entre o prior Arnaldus e Hugo de Payens, então está implícito que ela também existia entre a Ordem de Sião, os cavaleiros templários e o incipiente Estado-Nação português.

Capítulo 13

1117. GUIMARÃES. NA CORTE DA CONDESSA TAREJA...

Tendo o seu filho e herdeiro ao trono de Portugale apenas oito anos, a viúva Tareja, de trinta e dois anos, deu por si com a responsabilidade da governação. No entanto, o tempo que suportaria como simples condessa foi curto. Em 1117, após a sua vitória militar, ao defender a sua cidade mais a sul, Coimbra, dos mouros, começou a autointitular-se rainha — uma expectativa irrealista, dado que era filha ilegítima e o falecido marido fora um mero conde. Ainda assim, as suas ilusões de grandeza foram alimentadas por um decreto papal reconhecendo-a como tal, estando Roma mais do que encantada por lhe atribuir um título simbólico, dado ter despachado muitos infiéis árabes de volta a Alá.

Se esta promoção lhe subiu à cabeça, é difícil dizer, mas pouco depois Tareja procurou expandir o seu território e perseguir uma parte maior da herança leonesa da sua família. Infelizmente, isto quis dizer que a «rainha» Tareja deu por si em guerra com uma verdadeira rainha — a sua meia-irmã Urraca de Castela e Leão —, ou a formar alianças com os inimigos, aqueles que se revelassem mais vantajosos ou convenientes.

Uma solução mais simples era encontrar um aliado próximo e estável. Este materializou-se no conde Fernão Peres de Trava, o mais poderoso dos nobres galegos, um tipo sensível que levou um breve momento a considerar a proposta da viúva e depois, após avaliar as suas vastas propriedades portuguesas, largou prontamente a esposa e tornou-se amante de Tareja.

Mas para Tareja a vida não foi só vinho e rosas. Após várias guerras com a meia-irmã, foi cercada e capturada, sendo libertada através de uma mediação coordenada pelos arcebispos de Braga e de Santiago de Compostela. O tratado salvou o governo de Portugale, mas o preço da sua liberdade significava que o Condado Portucalense era de novo um feudo de Castela e Leão.



Já era bastante mau que os nobres portugueses devessem continuar a tolerar a vida como vassalos de uma corte estrangeira, mas as coisas ficaram mais feias para Tareja quando estupidamente atribuiu ao amante a governança das cidades do Porto e de Coimbra. Fernão Peres de Trava desenvolveu ilusões quanto à própria grandeza, tornando-se a sua personalidade megalomaníaca, a começar pela presunção de que os bens dela eram agora seus, ao ponto de se considerar senhor de Portugale. De facto, pôs importantes cidades portuguesas sob o controlo dos galegos, a quem foi permitido infiltrar-se em todos os aspetos da sociedade portuguesa. A situação deteriorou-se ainda mais após a morte de Urraca, quando Tareja decidiu formar uma aliança com o novo rei de Castela e Leão, seu sobrinho. Parecia que o Condado Portucalense nunca estaria livre de interferências externas. Pior ainda, Tareja, sob o encanto amoroso de Fernão, procurou usurpar a soberania de Portugale ao próprio filho e unir o país à Galiza e a Castela e Leão.

Quem decerto já tivera que chegasse era o seu teimoso filho Afonso Henriques, que, mesmo adolescente, tinha maturidade suficiente para entender a intriga política e as repercussões da farsa em curso entre *aquele* galego e a mãe. Talvez o espírito lutador de Viriato falasse através dos seus genes; Afonso partilhava o local de nascimento em Viseu com o grande guerreiro lusitano cujas táticas em tempos bloquearam a tomada do seu reino pelos romanos. No que a Afonso dizia respeito, não era simplesmente uma questão de estrangeiros a reivindicar o seu território; a mãe também jogava com

terras que ele herdaria no seu décimo quarto aniversário, a idade legal em que seria considerado governante do condado.

Os miúdos cresciam muito depressa naqueles dias. Tinha de ser.

Encontrando pouco em comum com a mãe, o jovem Afonso desenvolveu um vínculo estreito com o seu principal mentor, Paio Mendes. Paio era natural da cidade vizinha de Leça, onde estivera envolvido numa série de transações imobiliárias em nome dos cavaleiros hospitalários,¹ incluindo o hospital que recebera daquela irmandade em Braga, que prontamente transferiu para a Ordem do Templo pouco antes da morte do pai de Afonso.²

Em 1118, Paio Mendes foi nomeado arcebispo de Braga, na mesma altura em que Balduíno II proclamava os cavaleiros templários em Jerusalém. Embora não fosse um homem instruído — até ao clero, naqueles dias, era exigido que pegasse em armas, em vez de em livros —, Paio era prudente e resoluto, teimoso e defensor acérrimo dos direitos individuais.³ A sua ética tornara-o amigo do pai de Afonso, foi Paio quem retomou a construção da sé iniciada pelo conde Dom Henrique. Na verdade, o seu entusiasmo levou-lhe a melhor e transformou a sé numa enorme obra arquitetónica, talvez em homenagem aos cavaleiros templários, pois o trabalho de construção recomeçou assim que a ordem foi oficialmente anunciada em Jerusalém.⁴

Não há dúvidas de que Paio Mendes também adotou o seguimento dos ideais do antigo soberano quando se tornou conselheiro do impressionável Afonso, cuja visão do mundo e de Portugale já diferia imenso da da mãe, tanto que fez dos dois homens inimigos da rainha.

Foi provavelmente esta ligação estreita que incitou a desconfiada Tareja a mandar prender o arcebispo, embora isso, com divertida ironia, significasse que estava a encarcerar o seu próprio conselheiro!

O homem do clero foi libertado pouco depois, a ordens escritas do papa, que também informou Tareja de que tal conduta para com um membro do clero era inaceitável. Portanto, Tareja resolveu o

delicado impasse exilando-o. Quanto ao filho, em vez de agir como mãe disciplinadora e mandá-lo para o seu quarto na torre, exilou-o também. O facto se aproximar a idade legal de Afonso pode ter pesado nos seus cálculos.

Se Tareja tinha a ilusão de que usurparia o controlo de Portugale ao filho, as circunstâncias não tardariam a desmenti-la. Afonso podia ter apenas treze anos, mas já ganhara aliados entre a nobreza de Portugale.⁵ Para começar, também eles estavam fartos de Tareja, Fernão, Galiza, Castela, Leão e da erosão constante do poder administrativo de Portugale pelos galegos que chegavam. Além disso, Afonso era sobrinho do duque Odo I da Borgonha, e muitos dos nobres portugueses mantinham laços familiares com esse ducado.

Até o arcebispo Mendes perdeu a paciência com os galegos, em particular o seu homólogo Diego Gelmires, o arcebispo beneditino de Santiago de Compostela, que via como um impostor a fazer alegações duvidosas sobre a descoberta de relíquias de São Tiago, convenientemente na sua terra natal, através das quais esperava transformar a cidade galega num importante centro de peregrinação e sugar autoridade de todas as outras catedrais da Península Ibérica. E, em consequência, receber uma bolsa mais gorda do papa.

Paio tinha alguma razão. A divergência entre a Diocese de Braga e Santiago de Compostela centrava-se no roubo das relíquias sagradas da primeira por Diego Gelmires durante uma visita a Braga. Eram os objetos mais valiosos da velha cidade metropolitana e símbolos da sua tradição e do seu prestígio; algumas dessas relíquias simbolizavam glórias religiosas antigas. Eram muito amadas pelo povo; no entanto, apesar dos protestos dos portugueses, até dos galegos, as relíquias não saíram de Compostela.⁶ Pode alegar-se, portanto, que o estatuto internacional de que Santiago de Compostela desfruta se deve a bens roubados.



A cidade santa de Zamora.

Mas divagamos. Se havia o sonho, desde o tempo do conde Dom Henrique, de criar uma nação independente, apoiada pelas suas ligações borgonhesas e templárias, a oportunidade aproximava-se com a chegada de Afonso à idade adulta. Sob a orientação de Paio Mendes, Afonso Henriques navegou com o arcebispo pelo rio Douro em direção à cidade santa de Zamora, onde, antes do seu encarceramento, Mendes passara um período misteriosamente longo, fazendo com que a sua ausência da diocese em Braga despertasse a neurose da condessa Tareja. Há muito que era suspeito de trabalhar com os cavaleiros templários, e um rasto de papelada de transações imobiliárias confirmava isso; a Ermida de São Marcos em Braga, assim como um hospital, foi doada à Ordem do Templo por um homem chamado Pelagius, nome pelo qual Paio Mendes assinava os documentos.⁷

Se o trabalho de Paio Mendes era proteger e cuidar do futuro rei, a plácida viagem rio acima teria informado Afonso do seu lugar no grande esquema das coisas.

Os dois homens formavam um par notável. Tal como Afonso, Paio era um homem independente e obstinado, com pouca tolerância para com a arrogância e a corrupção do poder. Pouco depois de ascender a arcebispo, desprezou o privilégio da Igreja Romana quando ousou consagrar o sucessor do falecido bispo de Coimbra, embora a Sé de Coimbra estivesse sujeita à de Compostela — e ao inimigo de Paio, Diego Gelmires. As ações de Mendes incorreram numa seca carta do papa, declarando que «fora um prazer» para o pontífice romano honrar Diego e dar-lhe poder sobre Coimbra, ao que Paio respondeu consagrando ainda outro bispo. Duas cartas adicionais de Roma foram deixadas sem resposta.⁸ Assim, o

incessante amor a todas as coisas romanas e espanholas e galegas era partilhado entre mentor e príncipe.

Navegaram pelas truculentas águas em torno do íngreme e-ondeante vale do Douro. A vista das muitas torres de Zamora ao virar a curva do rio deve ter parecido um *déjà-vu* a Mendes.

Zamora era referida como o «olho do rio Douro», lugar de numerosas confusões militares entre muçulmanos e cristãos, mas também uma fabulosa cidade santa, exibindo o maior número de igrejas românicas da Europa, uma cidade de reis devotos. Era também onde a «rainha» Tareja e a rainha Urraca tinham em tempos concordado com um raro — e breve — pacto de paz. Nitidamente, não havia melhor local para assinalar a chegada de Afonso à idade adulta.

A presença de Afonso Henriques nesta colina estratégica militar e eclesiástica declarava as suas intenções à região. Enviava uma mensagem de desafio e de forte provocação aos laços e feudos forçados entre Portugale, Galiza e Castela e Leão. Enquanto marchava a passos largos para a Catedral de Zamora, notou-se como Afonso era invulgarmente alto, um rapazinho gigante, dotado de qualidades que levaram a que fosse descrito como o «Viriato cristão».⁹ Assim, a 25 de maio de 1125, Afonso Henriques foi investido, numa cerimónia oficial, como cavaleiro, um ritual cheio de significado e simbolismo, visto que representava a sua passagem à plena idade adulta e, mais importante, assumia todos os direitos de herança.¹⁰ O novo líder dos novos lusitanos tomou o pano cerimonial e a espada e ergueu-se como cavaleiro.

Uma série de relatos e tradições afirmam que ele «tomou a ordem da cavalaria» e a «ordem da milícia», dando origem à especulação de que fora ordenado não como cavaleiro vulgar, mas como cavaleiro templário.¹¹ Seja como for, na altura da cerimónia, muitos cavaleiros pertencentes à Ordem do Templo pediram para se juntar a Afonso na criação de um exército, tal como haviam proposto ao seu pai.¹² O príncipe aceitou a generosa proposta e,

devidamente empossado, tratou de reaver as suas terras da mãe e do seu rico conde galego.

Paio Mendes auxiliou-o oferecendo várias outras casas na cidade de Braga a membros dos cavaleiros templários para que as usassem como base. E fez muito bem, pois, além de desempenhar o papel de mentor de Afonso, Paio Mendes foi também procurador dos cavaleiros hospitalários¹³ e, mais tarde, o seu terceiro prior, um título equivalente ao de mestre templário.¹⁴

Chega-se a um ponto na história de qualquer povo em que as circunstâncias forcem um momento decisivo, em que algum botão é suficientemente pressionado para acender uma luz na sua vontade coletiva. Em Portugal, isso aconteceu em 1125.¹⁵ As penosas relações de Tareja com os galegos eram uma coisa, mas Castela e Leão tinham um novo rei em Afonso VII, e ele acalentava a ilusão de que toda a Península Ibérica devia ser um reino. O seu.

Para não deixar dúvidas quanto às intenções, os exércitos castelhanos começaram a talhar pedaços do território português.

Por isso, para ter a certeza de que o primo Afonso VII também recebia a mensagem, a cerimónia de Afonso Henriques em Zamora realizou-se no mesmo dia em que foi concedida ao rei de Castela e Leão a mesma cerimónia na Catedral de Compostela.¹⁶

Capítulo 14

1126. CLARAVAL. UMA MUITO, MUITO, MUITO MODESTA ABADIA EM CHAMPANHE...

Estavam no início do outono quando o relativamente novo mosteiro de Claraval recebeu dois visitantes barbudos vestidos com roupas velhas,¹ no entanto, sob o seu traje, não podia haver dois homens mais distintos: o irmão Gondemare e André de Montbard, dois cavaleiros templários.

André era tio do homem que vinham visitar e que justificava a sua viagem desde Jerusalém, Bernardo de Claraval, líder da Ordem de Cister e a mais influente e respeitada figura de proa de toda a cristandade. Bernardo não via o tio há uma boa década, e só por isso a visita era alegria suficiente.



Porém, havia outras boas notícias, sobretudo em relação à florescente fraternidade templária. A irmandade seguia diligentemente a obra de Deus no monte do Templo e, no ano anterior, o rei Balduíno II reconhecera Hugo de Payens como grão-mestre dos cavaleiros templários, citando-o como *magister Templi* numa outorga de privilégios aos venezianos.²

Os dois templários traziam uma carta do rei para Bernardo:

Os irmãos templários... desejam receber aprovação apostólica e também a sua própria regra... Uma vez que conhecemos bem o peso da vossa intercessão com Deus e também com o seu pontífice [o papa] e com os outros príncipes na Europa, entregamos ao vosso cuidado esta dupla missão,

*cujo sucesso nos será muito bem-vindo. Que a constituição dos templários seja adequada a homens que vivem no choque e tumulto da guerra, e porém de um tipo aceitável aos príncipes cristãos, de quem têm sido os valiosos auxiliares. Tanto quanto vos for possível e a Deus agrade, empenhai-vos em trazer este assunto a uma rápida e satisfatória conclusão.*³

Que os templários tinham vindo com uma «dupla missão» não era inteiramente correto. A carta de Balduíno II era oportunista; ele procurava expandir a sua campanha contra os árabes e, para isso, precisava de homens, armas e dinheiro. Um decreto papal libertaria estes requisitos tão certamente como o fizera para a Primeira Cruzada, e Bernardo estava em posição de defender a sua causa perante o papa.

Mas isto não tinha nada que ver com o motivo principal do envio dos templários a Champanhe. O seu líder, Hugo de Payens, não era feudo de Balduíno II, nem o cavaleiro lhe devia quaisquer favores; tão-pouco os dois portadores, nenhum estava ao serviço de Balduíno, mas sim ao do grão-mestre.

O propósito central do encontro era, em primeiro lugar, que Hugo de Payens buscava uma regra para os templários junto de uma figura eclesiástica de alto estatuto que os novos membros pudessem seguir, sobretudo os cavaleiros preocupados com assuntos temporais que inevitavelmente os punham em contacto direto com o tumulto que era a vida na Terra Santa. Viviam-se tempos de insegurança, e os rapazes serão sempre rapazes, longe numa terra estrangeira, tentados pelas crescentes oportunidades à sua volta, com o poder de uma espada à cinta. Seria o primeiro de vários apelos de Hugo, que estava com dificuldades em manter a disciplina nas fileiras, e uma das suas cartas aos templários colocados em Jerusalém ilustra a fragilidade da situação.

Queridos irmãos, quanto mais o diabo fica acordado para nos enganar e subverter, mais nós, através do zelo da nossa circunspeção, devemos estar particularmente alerta, não só

contra o mal, mas também enquanto fazemos o bem. A primeira tarefa do diabo é arrastar-nos para o pecado; a segunda é corromper as nossas intenções nas boas ações; a terceira é que, como se parecendo ajudar, nos desviasse do pretendido ato virtuoso e nos fizesse vacilar. Para nos proteger do primeiro erro, dizem as Escrituras: «Filho, tem cuidado para nunca consentires no pecado.» Para evitar o segundo erro, dizem noutro local: «Faz bem o bem»; pois não faz bem o bem quem busca nas boas obras a própria glória, e não a de Deus. Para o terceiro erro, afirmam ainda noutro local: «Mantém-te no teu lugar»; como se aquele que está sempre desviado daquilo a que está obrigado, e vinculado pelo dever para fazer outras coisas por causa da falta de constância na sua mente e dos caprichos dos seus desejos, não quisesse ficar no seu lugar...

Se todos os membros do corpo tivessem uma e a mesma função, o corpo não poderia sobreviver... Os mais humildes são muitas vezes os mais úteis. O pé toca no solo, mas suporta o corpo inteiro. Não vos enganeis; cada um receberá a recompensa de acordo com o seu trabalho. Os telhados das casas recebem a chuva e o granizo e o vento, mas se não houvesse telhados, o que aconteceria às galerias pintadas?⁴

Muitos dos discursos de Hugo de Payens aos templários indicam um interesse em seguir uma vida monástica, em vez do envolvimento em atividades militares. Preocupava-o que o propósito principal dos cavaleiros tivesse sido enfraquecido pelo orgulho e pela ambição — o demónio interior —, que devem ser mitigados pela humildade, o dever, a perseverança e a paciência, de modo a manter o rumo; em todo o caso, o objetivo religioso deve superar a tentação de lutar, para que não se torne um obstáculo à contemplação interior.⁵ Se as palavras do grão-nestre templário não bastavam para proteger os homens da tentação, uma regra estabelecendo um código de conduta, vinda de uma reputada figura

espiritual como Bernardo, representaria a melhor ferramenta de gestão possível.

Foi este o primeiro objetivo dos enviados templários a Claraval.

Foi sugerido que Bernardo e Hugo de Payens se conheciam há muitos anos, sobretudo porque, quando Hugo residia em Château Payns, em Champanhe, os dois homens eram praticamente vizinhos.⁶ Na verdade, eram bem mais próximos: Hugo de Payens era tio de Bernardo de Claraval.⁷

O segundo objetivo dos enviados consistia num sinal a Bernardo de que, independentemente do que os templários tivessem feito no monte do Templo — com o máximo secretismo —, fora concluído, e eram agora necessários preparativos para passar à sua implementação. Este plano envolvia talvez o irmão Gondemare, pois era um alegado membro da Ordem de Sião⁸ e, mais significativamente, filho de uma família de Portugal.⁹ Este não foi decerto um encontro casual entre os três homens em Claraval. Quando os cavaleiros templários juravam um voto de obediência, não era a um rei nem a um papa, nem sequer ao seu grão-mestre, mas sim a este abade cisterciense. Portanto, para entender a motivação por trás da Ordem do Templo, é necessário perceber primeiro o seu principal benfeitor.

Bernardo nasceu em Fontaines-les-Dijon, à vista da propriedade familiar original do conde Dom Henrique. Também ele descendente dos duques da Borgonha,¹⁰ filho de um senhor da Borgonha e membro de uma família pertencente à nobreza militar típica da época, na qual os laços de família e terra eram fortes. De estatura pequena, barba esparsa castanha e cabeça tonsurada, parecia frágil para os seus poucos anos, devido à fraqueza física resultante de um distúrbio gástrico.



Bernardo de Claraval.

A mãe, Aleth, sonhara que daria à luz um curandeiro, alguém que renovaria a direção da Igreja Católica e se tornaria no seu guardião. Se o sonho estava destinado a ser profético, Bernardo cresceu para o realizar, e ainda mais, pois durante a sua vida teve fama de taumaturgo.

Quanto a Aleth, era irmã do cavaleiro templário André de Montbard, um dos dois homens sentados junto ao seu filho, trazendo notícias da Terra Santa.

Desde muito jovem que Bernardo procurou uma experiência mística direta de Deus, e começou por persuadir um pequeno grupo de amigos e familiares a estabelecer uma comunidade monástica na casa dos seus pais — aos vinte e dois anos! Depois, descobriu a Ordem de Cister, o seu tipo singular de ascetismo e a sua abadia em Cîteaux, fundada por monges dissidentes que desejavam romper com a tradição beneditina e optar por um modo de vida ainda mais estrito, mais ascético.

A história de Cîteaux começa com Roberto, um nobre adolescente de Champanhe que renunciou à sua riqueza, tornou-se monge e fundou um mosteiro em Molesme, na Borgonha. Em 1075, foi procurado por Alberico de Cîteaux e o seu grupo de eremitas, que emergiram do meio dos bosques e pediram a Roberto que erigisse um novo mosteiro. A estrutura inicial consistia num conjunto de cabanas feitas de ramos rodeando uma capela dedicada à Santíssima Trindade. Ainda assim, tornou-se popular, tanto que, quando novos e inadequados monges se juntaram a este grupo florescente de beneditinos, os irmãos ficaram perturbados com a crescente falta de ascetismo. Inevitavelmente, Roberto de Molesme partiu, com Alberico e um terceiro monge, o inglês Stephen Harding,

para fundar a Abadia de Cîteaux no meio de uma densa floresta num vale desolado, com o apoio incondicional do duque da Borgonha.

Cîteaux tornou-se a pedra angular da nova Ordem de Cister. Mas talvez os monges tenham levado a ideia de ascetismo longe demais, porque, em pouco tempo, a austeridade extrema afastou tantos irmãos que a abadia quase deixou de funcionar. Quando Bernardo de Claraval e o seu pequeno grupo de seguidores pediram para se lhe juntar, a ordem estava literalmente de joelhos, mas a influência e a perspicácia comercial dos recém-chegados logo revitalizaram a sua sorte.

Os ideais cistercienses estavam muito distantes dos do Vaticano. Diziam respeito à educação, agricultura e artes sacras, e o momento não podia ser mais favorável. O século XII testemunhava um avanço em direção ao povoamento, à agricultura e ao crescimento contínuo de uma economia monetária e de mercado. Estabeleceram-se escolas catedralícias em várias cidades — sobretudo na Lorena, Champanhe e Borgonha — e eram bastante frequentadas por filhos de nobres que se dedicavam ao estudo, em vez de ao militarismo. Os que se treinavam para ser monges, em especial os que se juntavam à Ordem de Cister, «sabiam mais do mundo exterior do que anteriormente. Esta tendência também provocou uma mudança no entendimento e representação do amor para com Deus, que refletia agora mais de perto o amor entre homens e mulheres».¹¹ Esta visão expandida permitiu uma relação mais saudável entre os mosteiros e a nobreza, que, naqueles dias, era também a elite militar.

Os cistercienses capitalizaram esta tendência para a renovação religiosa e a mudança para o cultivo da terra. Ainda assim, Bernardo não tardou a ficar insatisfeito com a falta de ascetismo praticada em Cîteaux e começou à procura de um novo local onde construir uma abadia para desenvolver o seu próprio estilo de devoção e austeridade.

A notícia chegou aos ouvidos do conde de Troyes, mais conhecido como conde Hugo de Champanhe, que teve todo o gosto em doar um grande pedaço de terra ao seu familiar, dado ser ele o dono desta parte da Europa.¹² Era, afinal, um dos senhores mais abastados e, no seu tempo, já fizera uma série de doações importantes a abadias e catedrais dentro e à volta da sua sede em Troyes,¹³ fundando até a Abadia de Cheminon.¹⁴

O conde Hugo entendia demasiado bem a visão de Bernardo. Em 1104, reunira-se em conclave com um estreito grupo de senhores, alguns dos quais tinham acabado de regressar de Jerusalém.¹⁵ O que quer que tenha sido comunicado na reunião compeliu-o a partir de imediato para Jerusalém com o primo e vassalo Hugo de Payens,¹⁶ que solicitara o seu patrocínio para uma nova ordem de cavaleiros. Enquanto em Jerusalém, o conde Hugo teria sido apresentado ao seu ilustre vizinho flamengo, o rei Balduíno I, e a um cavaleiro borgonhês de nome Dom Henrique de Portugale, que, tal como ele, percorrera uma grande distância.

O conde Hugo regressou segunda vez, em 1114 — por coincidência, na altura da morte de Dom Henrique —, mas a estada não só foi misteriosamente breve, como parece também que ele tinha conhecimento de algo de grande importância, pois «anunciou um projeto mais sério, pensava que devia ficar nestas terras longínquas para o resto da vida, e tomar parte no nascimento da nova milícia».¹⁷ Fosse qual fosse a visão que o conde experimentou, regressou à pressa a Champanhe, menos de um ano depois, para renunciar aos seus bens terrenos. Mas não antes de acompanhar Bernardo pelos seus campos em Claraval e dar-lhe a conhecer um terreno que escolhera como o local mais adequado à construção da futura abadia do monge.

Bernardo olhou em volta para a terra fértil irradiando potencial sob o ar quente de junho, agradeceu-lhe, mas recusou. Fiel aos seus ideais, o monge pediu antes um local contíguo no Vale d’Absinthe, de qualidade inferior, numa parte sombria da floresta que exigia um amplo desbravamento. Ligeiramente perplexo, o

conde Hugo refletiu sobre a escolha de Bernardo, porém acedeu ao seu desejo, e no dia da festa de João Batista, num vale com a notável reputação de ser refúgio de ladrões e assaltantes, foi fundado um novo templo, num lugar de abundante pobreza de espírito.

Nas décadas seguintes, a escolha de locais para as novas abadias cistercienses sob a liderança de Bernardo desviou-se com regularidade da regra originalmente definida pela abadia-mãe de Cîteaux, deslocando até, por vezes, o lugar.¹⁸ De facto, após a fundação de Claraval, Cîteaux e os mosteiros-satélite adaptariam os métodos e códigos de conduta de Bernardo.

No seu vigésimo quinto aniversário, Bernardo não só se tornara abade de Claraval, como a sua vontade também revitalizara por completo a Ordem de Cister. Durante a sua jurisdição, a ordem cresceu para trezentos e quarenta e cinco mosteiros e cento e sessenta e sete filiações, com Claraval a beneficiar de um estatuto excecional. Jogando pelo seguro, Bernardo também reconstruiu a capela arruinada na ilha escocesa de Iona numa abadia cisterciense, resgatando assim a enfraquecida igreja celta.¹⁹

Claraval admitia monges a um ritmo tal que, no espaço de três anos, foi preciso fundar abadias irmãs, ponto em que o primo de Bernardo, Godofredo, veio em seu auxílio. Um dos membros originais da trupe de monges de Bernardo, Godofredo de la Roche, recebera uma ermida nos arredores da cidade de Montbard, e os terrenos onde se erguia revelavam-se adequados à construção de uma abadia maior. A família De la Roche contribuiu financeiramente para a construção e, por sua insistência, Bernardo fundou a Abadia de Fontenay em 1118. Godofredo de la Roche tornar-se-ia, um dia, seu abade e, uma década mais tarde, prior de Claraval.²⁰ Curiosamente, a religião desempenhou um papel importante na família De la Roche: a irmã de Godofredo foi a primeira abadessa do poço sagrado de Orbe, e mais importante, membros da família haviam-se mudado para Portugal, e um deles dera à luz um rapaz, Pedro Arnaldo da Rocha. Assim, o primo de Godofredo, Bernardo

de Claraval, estava também ligado ao homem que se tornou prior da Ordem de Sião.

A vida sob as ordens de Bernardo de Claraval decorria como seria de esperar de um homem de fervorosa devoção. Os monges dormiam sobre folhas e palha em dormitórios não aquecidos sem cobertores. A sua dieta era feita à base de bagas silvestres, raízes e folhas; em dias especiais, a *pièce de résistance* do menu incluía vegetais cozidos. Bernardo levava uma vida ainda mais ascética do que os seus pares, dormindo numa espécie de telheiro, um espaço debaixo das escadas que conduziam ao dormitório. Mas desfrutava de alguns privilégios: a irmandade em Claraval dava a Bernardo muito espaço para permitir «a sua contemplação mística das bênçãos do Paraíso que os santos podem saborear na sua ascensão a Deus».²¹

Dados os seus princípios, é compreensível que Bernardo falasse contra a corrupção dos bispos e padres no seio da Igreja, para os quais tinha pouca tolerância, evidenciada por nada menos do que sete cartas a quatro papas consecutivos solicitando a remoção do arcebispo de Iorque, William FitzHerbert, porque o inglês obtivera a sua posição através de subornos. No seu tratado *De Consideratione*, Bernardo desaprova claramente os homens do clero que fazem pressão junto do papa de modo a obter influência para os seus próprios fins. Via o estilo de vida ostensivamente decadente e confortável dos monges beneditinos em Cluny e noutras abadias como um caminho para o esquecimento. Estas pessoas bebiam os melhores vinhos, comiam os mais raros pratos e passavam grande parte do ano em casas luxuosas em Paris, tudo pago com joias, terra, dinheiro, até obras de arte solicitadas por abades através do *slogan*: «Nada pode ser demasiado bom para Deus.»

Escrevendo na sua *Apologia*, Bernardo aborda as extravagâncias das ordens religiosas e a pompa e circunstância a que os abades se entregavam.

Deixarei passar a imensa altura dos locais de oração, a sua extensão desmedida, a sua supérflua amplitude, os requintes caros e as cuidadosas representações que desviam a atenção enquanto estão nelas aqueles que rezam e assim prejudicam a sua devoção. Para mim, representam, de certo modo, o antigo rito dos judeus. Mas que assim seja, que se façam essas coisas em honra de Deus. Contudo, como monge, ponho aos monges a mesma questão que um pagão usou para criticar outros pagãos. «Dizei-me, padre», pediu ele, «o que faz o ouro no local sagrado?» Eu, contudo, afirmo: «Dizei-me, pobre homem, se sois de facto um pobre homem, o que faz o ouro no local sagrado?»²²

No século XII, Bernardo era o ponto de referência do cristianismo, decerto na sua forma mais pura, pois via em Cristo um exemplo de unidade e equilíbrio interior, e, na sua *Carta à Chuva*, ele descreve o estilo de vida voluntário dos cistercienses como mais próximo dos camponeses do que outras ordens religiosas, mostrando assim solidariedade para com as pessoas comuns.²³ Os seus sermões e relatos dão a imagem de um visionário, um ser humano a viver numa base de amor e compaixão, e, no que lhe dizia respeito, tudo o que um homem fizesse na vida que fosse menos do que total devoção a Deus era um desperdício de esforço. Mas também reconhecia a dualidade no interior do homem e pregava a austeridade, a pobreza e a pureza como pilares da grandeza interior.

Defendia os direitos das classes trabalhadoras, dos pobres e dos camponeses em oposição à opressão da classe em que nasceu. Proibiu a escravatura, pôs monges a trabalhar junto aos obreiros, pagava salários justos, providenciou escolas gratuitas, alimentou e vestiu os pobres e tratou deles na doença. Proibiu a discriminação racial, promoveu a tolerância de judeus e mulheres e parece ter respeitado os códigos de honra das diferentes classes com que interagiu: «Pregava a todo o tipo de pessoas, ansioso como estava

pela salvação das suas almas. Adaptava-se a cada público particular, com base no que sabia do seu entendimento, dos seus costumes e dos seus interesses.»²⁴

Praticava o que pregava — uma fé simples, entrega total a Deus.

Segundo o abade Guilherme de Saint-Thierry, Bernardo estava menos preocupado com as adversidades que ele e a sua comunidade suportavam do que com as bênçãos futuras que o seu exemplo em Claraval traria às almas da humanidade:

*O seu maior desejo era a salvação de toda a humanidade, e esta tem sido a maior paixão do seu coração desde o primeiro dia da sua vida como monge e até ao dia em que escrevo isto, de modo que este anseio de atrair todos os homens de Deus é como o cuidado dedicado de uma mãe pelos filhos. Há sempre um conflito no seu coração entre o seu grande desejo de almas e o desejo de permanecer escondido da atenção do mundo, pois, por vezes, na sua humildade e baixa estima por si mesmo, confessa que não é digno de produzir qualquer aumento frutuoso na Igreja, enquanto noutras alturas o seu desejo não conhece barreiras e arde tão fortemente dentro dele que nada parece poder satisfazê-lo a não ser a salvação da humanidade.*²⁵

No seu sermão *In septuagesimo*, Bernardo refere-se a Claraval como a cidade de Sião, a cidade do rei eterno, e alerta para inimigos que procuram destruí-la a partir de fora, e traidores a partir de dentro, em particular aqueles que buscam suavizar a disciplina espiritual, fazer a guerra e, em geral, ferir o amor para com os outros. Compara muitas vezes a sua abadia a uma fortaleza e identifica-a repetidamente com a Jerusalém celeste e um estado ideal de paz — uma metáfora para a luta eterna entre a malícia e a injustiça, e a ação correta: «Claraval... é verdadeiramente Jerusalém, unida à que está no céu pela devoção sincera, pela conformidade da vida e por uma certa afinidade espiritual... escolheu-se morar aqui, porque aqui se encontrou, não ainda, é

certo, a plenitude da visão, mas certamente a esperança dessa verdadeira paz, paz que ultrapassa todos os nossos pensamentos.»²⁶

Para Bernardo, Jerusalém era como uma mãe que desce à Terra como lugar de divindade e paz, e neste símbolo jaz uma explicação por trás do simbolismo de nove cavaleiros vigiando o caminho dos peregrinos. A sua tarefa era proteger o caminho para um estado ideal, um reino do céu. Metaforicamente falando, os cavaleiros templários auxiliavam o peregrino que procurava um caminho para uma vida melhor. Quanto ao conceito popular dos templários como «cavaleiros pobres», isto surgiu possivelmente da descrição que Bernardo fez de Claraval como comunidade constituída por *paupers Christi*:²⁷ pobres não tanto como deficitários na pobreza, mas humildes, um desejo de se associar ao homem comum, em vez de às pessoas que cobiçam o ganho material, pois aquele que é pobre, mas está espiritualmente desperto, é permanentemente rico.

Mais de quinhentas das cartas de Bernardo sobreviveram, e examiná-las, bem como à sua prolífica prosa, proporciona um conhecimento tremendo do patrono dos cavaleiros templários, e, através dele, do desejo que motivou a Ordem do Templo. Não foi decididamente um desejo de poder militar ou de conversão religiosa por coação. Bernardo era, afinal, um reformador da Ordem de Cister, cujos praticantes renunciavam à violência sob pena de excomunhão. Tão-pouco pregavam a palavra de Deus como missionários; em vez disso, procuravam o caminho da Luz através do desenvolvimento espiritual pessoal e seguiam os exemplos dados por, entre outros, João Batista.

Um exemplo deste ideal encontra-se numa carta que Bernardo escreveu ao conde Hugo de Champanhe, no seguimento da sua doação de terras para a construção de Claraval, após a qual o conde partiu para Jerusalém a fim de se tornar um cavaleiro templário:

Se, por obra de Deus, mudastes de conde para cavaleiro e de rico para pobre, congratulo-vos pela vossa justa evolução, e

glorifico a Deus em vós — contudo, pesa-me gravemente ser privado da vossa maravilhosa presença pelos caminhos misteriosos de Deus; mas pelo menos poderemos ver-vos de tempos a tempos, se for possível. Como podemos esquecer a nossa velha amizade que mostrastes à nossa casa? E com que alegria teríamos cuidado de vós, corpo, alma e espírito, se tivésseis vindo viver connosco! Mas, uma vez que assim não é, rezamos constantemente pelo ausente que não podemos ter entre nós.

Bernardo também manteve correspondência, durante uma série de anos, com o seu amigo e parente Hugo de Payens, sobretudo por volta do início de 1126, quando os templários se tornaram visivelmente ativos no monte do Templo e vários membros regressaram à Europa, como evidencia a aparição de André de Montbard e do irmão Gondemare em Claraval.

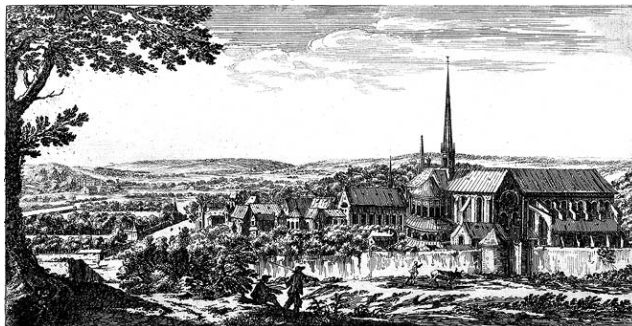
Mas não foram de modo algum os únicos cavaleiros incitados à ação por Hugo de Payens. Em maio do ano anterior, o grão-mestre templário assinara um documento em que ele e o prior Arnaldo estabeleciam boas relações entre as respetivas ordens,²⁸ após o que o dito prior também se ausenta notoriamente do monte Sião. Sobre isto, o cronista Lucas de Santa Catarina afirma: «O grão-mestre não tardou a enviar vários cavaleiros com poderes para estabelecer a Coroa portuguesa. Quatro dos cavaleiros eram Dom Guilherme, que supervisionava os outros, Dom Hugo Martiniense, Dom Gualdim Pais e Dom Pedro Arnaldo. Tinham o título e o poder de procuradores do Templo, que exerceram na devida altura, como muitos autores concordam, enquanto a ordem procurava estabelecer um lar e prosseguir como planeado.»²⁹

Juntando-se-lhes na viagem clandestina estava um quinto cavaleiro templário e procurador, Raimundo Bernardo.

Sem dúvida que o irmão Gondemare e André de Montbard partilharam esta notícia explosiva com Bernardo. No entanto, para o abade cisterciense, tão ousada jogada não seria uma surpresa.

Bernardo talvez tivesse ponderado a ideia de estabelecer um novo reino da consciência há já algum tempo, uma Nova Jerusalém temporal, um Estado-Nação modelo que viria a representar o epítome dos seus ideais,³⁰ porque, sete anos antes, Bernardo enviara uma delegação de monges a esse condado português, domínio do seu falecido tio, o conde Dom Henrique.

E em breve, do filho de Henrique, Afonso.



Abadia de Claraval.

Capítulo 15

SETE ANOS ANTES. CLARAVAL. UM MOMENTO ESPECIAL A 24 DE JUNHO...

Como se o jovem abade não tivesse já preocupações suficientes, quatro anos após ter fundado Claraval, Bernardo criou uma relação com o ainda mais jovem Afonso Henriques.

As crónicas monásticas cistercienses registam como, num momento de meditação no dia da festa de João Batista, foi mostrado a Bernardo de Claraval outro mosteiro que devia ser fundado na parte mais ocidental da Península Ibérica. Após alguns dias de reflexão, Bernardo reuniu oito monges — Boemundo, Aldeberto, João, Bernardo, Alderico, Sesinando, Alano e o irmão Rolando — e instruiu-os: «O propósito da vossa viagem será fundar um mosteiro, a ser habitado pelas leis do Céu para que os habitantes da Terra possam ser elevados, e aqueles que habitarão nas suas paredes encontrarão os remédios certos para as suas almas e, fazendo-o, ser-lhes-á mostrado o caminho para a glória.»¹

Disse-lhes que deveriam viajar até onde um sinal dos céus se revelaria, depois virou-se para o irmão Geraldo e pediu ao ecónomo de Claraval que organizasse as provisões necessárias para a viagem. Muito choraram todos na hora da despedida, pois a viagem levá-los-ia a quase mil e trezentos quilómetros e para lá do mundo que conheciam.²

Os monges itinerantes seguiram uma das rotas preferenciais de peregrinação até Santiago de Compostela, chegando finalmente à cidade de Lamego, lar da segunda capela visigótica mais antiga da Europa, sessenta e cinco quilómetros a sudoeste de Braga. As suas instruções eram para se encontrarem com um colega de Bernardo, o eremita João Cirita, a quem entregariam uma carta pessoal do abade.

As virtudes e a reputação de João eram bem conhecidas na vizinha corte portuguesa de Guimarães. Depois de ler a carta, ele e os oito monges percorreram os cinquenta e três quilómetros até à

corte real e pediram ao herdeiro do trono português, Afonso Henriques, autorização para construir um mosteiro.

Ao ler o nome na carta, o rapaz de onze anos ficou tão exultante que beijou as bainhas dos hábitos dos monges; afinal, era talvez a primeira carta que Afonso recebia do seu tio Bernardo de Claraval.³

A assistir atentamente estava o meio-irmão de Afonso, Dom Pedro, que «fez aos monges muitas perguntas sobre França e Bernardo, e, à medida que aprendia mais sobre esta distante ligação familiar e como partilhavam ideais semelhantes, ficou interessado em viajar para França um dia a fim de descobrir a nobre linhagem cujos passos seguia». Quando crescesse, Dom Pedro faria isso.⁴

AFONSO CONCEDEU PRONTAMENTE AOS MONGES A PROPRIEDADE QUE BUSCAVAM E PÔS O SEU NOME NA ESCRITURA EM VELINO, ASSINADA EM SEU NOME NO DIA 1 DE MARÇO DE 1120 PELA SUA ENTÃO GUARDIÃ LEGAL, A CONDESSA TAREJA.⁵ OS MONGES, SATISFEITOS, DESPEDIRAM-SE E REGRESSARAM A LAMEGO PARA CONSTRUIR UM EREMITÉRIO NUM VALE SOLITÁRIO EM TAROUCA,⁶ ESTRITAMENTE DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS CISTERCIENSES DE CONFORTO PESSOAL NUM *valle silvestri et horrida* (VALE AGRESTE E SELVAGEM). PROVAVELMENTE, TERIA SIDO COMPOSTO POR UM CASEBRE, FEITO DE TÁBUAS DE MADEIRA COBERTAS COM OS CAULES DE PLANTAS SILVESTRES, QUE PASSAVA POR UMA IGREJA, SEM ROUPA DE CAMA NEM NENHUMA DAS COISAS DOCES DA VIDA PARA OS MONGES.⁷ QUANDO O EDIFÍCIO FOI GRADUALMENTE ELEVADO, EM CONSTRUÇÃO E ESTATUTO, AO MOSTEIRO DE JOÃO BATISTA, JUNTARAM-SE-LHE TREZE NOVIÇOS ORIUNDOS DA CORTE PORTUGUESA.⁸

Capítulo 16

1125. FIM DO OUTONO. PORTO.DESEMBARCANDO APÓS UMA LONGA VIAGEM MARÍTIMA...

Para pôr em prática um plano tão arrojado como «o estabelecimento de uma Coroa portuguesa»,¹ os templários precisariam de domicílio num local já favorável à sua causa e, idealmente, acessível à corte portuguesa em Guimarães. Situada catorze quilómetros a noroeste, Braga serviria bem o propósito, como o quarto mestre templário em Portugal mais tarde reconheceria: «O lar do Templo, que é na cidade de Braga.»² Já tinham lá um amigo na figura do procurador dos cavaleiros hospitalários, o arcebispo Paio Mendes, que antes obtivera propriedades para os templários dentro e nos arredores do Hospital dos Pobres.³



Quando os cinco procuradores templários de Jerusalém chegaram à cidade do Porto (anteriormente Porto Cale), foram saudados no cais pelo típico tempo húmido, triste, cinzento que tanto caracteriza a região no inverno. Três dos homens — Raimund Bernard, Guilherme Ricard e Hugh Martin^k — eram de origem francesa; o quarto, um jovem chamado Gualdim Pais, nascera em Braga e era, portanto, salutarmente português; e, por fim, Pedro Arnaldo da Rocha, português de ascendência borgonhesa.

Estes homens chegaram apenas com um objetivo claro, sem dúvida minuciosamente discutido com Hugo de Payens e o círculo interno dos templários, que chamariam agora a jogo relações e

alianças que jaziam dormentes desde a morte do conde de Portugal. Mesmo nesses primeiros anos, haviam-lhe sido prestados serviços por cavaleiros associados à Ordem do Templo: «É crido e sabido por toda a terra que, após Dom Henrique ter entrado em guerra com os mouros, os cavaleiros templários tinham vindo em seu auxílio e pedido para serem admitidos ao seu serviço.»⁴ Num gesto de gratidão, Dom Henrique atribuiu-lhes o Castelo de Soure em 1111,⁵ no mesmo ano em que fez uma rápida e misteriosa viagem a França, presumivelmente ao seu lar original na Borgonha.⁶

Esta relação serviria ao seu filho Afonso, agora que a sua estrela se erguia a leste na cidade de Zamora, a sua luz espalhando-se sempre para oeste sobre o seu reino nascente, pois, tal como haviam em tempos apoiado o seu pai, assim os templários agora se reuniam em torno do filho, contra a sua cada vez mais errante mãe.

Quando Afonso Henriques se ergueu como cavaleiro no seu décimo sexto aniversário, disse-se estar «muito obrigado» para com a Ordem do Templo. Como é que um adolescente adquire tanta responsabilidade, e para com um grupo de cavaleiros de elite a mais de três mil quilómetros? Teria Afonso Henriques sido integrado na ordem em Zamora?⁷ Dada a ligação entre o seu pai e os cavaleiros templários, é realista presumir que a ordem cuidou da sua pro génie, ensinou-lhe o seu método, e depois, através de uma boa preparação (e um toque da providência), Afonso implementaria a visão de um Estado-Nação independente iniciada pelo pai, com o auxílio dos templários e as irmandades codependentes. Sabemos que o braço protetor da fraternidade templária seguiu sempre o jovem Afonso, pois, após a morte do seu pai, «eles sempre vieram em seu auxílio»,⁸ sobretudo quando foi armado cavaleiro, altura em que cavaleiros pertencentes à ordem lhe ofereceram abertamente a sua fidelidade.⁹

Foi o conflituoso arcebispo Paio Mendes quem tomou o papel de mentor do pequeno Afonso após a morte do pai. Na preparação de Afonso por Mendes para o seu reinado, vemos um eco da relação

espiritual mentor/pupilo estabelecida entre Pedro, o *Eremita*, e Godofredo de Bulhão, de quem se dizia também estar «muito obrigado» — no seu caso, à Ordem de Sião — após ter-lhe sido oferecido o trono de Jerusalém.

Do mesmo modo, vemos um eco de Balduíno I e de como ele «devia o seu trono» à Ordem de Sião, fraternidade com a qual Hugo de Payens tinha boas ligações graças à sua amizade com o prior Arnaldo, agora também procurador templário em Braga, a diocese de Paio Mendes.

Vemos aqui uma extraordinariamente intrincada, mas bem desenvolvida, rede de ligações, amizades e laços familiares abrangendo três décadas e três regiões geográficas distintas!

Uma fonte francesa é taxativa quando afirma que os cavaleiros templários estavam profundamente enraizados em Portugale em 1126,¹⁰ dada a forma como a aldeia de Ferreira foi concedida à ordem em junho desse ano.¹¹ O envolvimento dos templários em Portugale acelerou nesse período, graças a nomeados regionais (como os procuradores), todos eles investidos do poder de tomar decisões e assinar documentos em nome do executivo em Jerusalém: «Os mais altos prelados, os primeiros e principais líderes da ordem em Portugal, eram por vezes chamados preceptores, outras vezes ministros e mestres provinciais, com respeito ao grão-mestre que residia na Palestina... residiam em casas, hospícios ou pequenos conventos que a ordem tinha em cidades, vilas ou castelos, para que pudessem colher os frutos para elevar o nível do povo e da agricultura.»¹²

O cronista templário Bernardo da Costa concordava, mas alegava que a sua presença era anterior: «No ano da sua confirmação, a Ordem do Templo não só era já aceite, como estava estabelecida em Portugal; e não apenas nesse ano, mas em anos anteriores, e pouco depois de os nove cavaleiros fundarem a ordem em Jerusalém.»¹³

É uma afirmação notável, por isso sejamos claros. A Ordem do Templo foi confirmada em 1117 pelo rei Balduíno I, e no ano

seguinte os cavaleiros mudaram-se para o monte do Templo, ficando conhecidos como cavaleiros templários. Costa insinua que a ordem não só estava já estabelecida em Portugale por esta altura, como o estava antes desta data, «pouco depois de os nove cavaleiros fundarem a ordem em Jerusalém». Isto referir-se-ia à «irmandade dentro de uma irmandade» instalada na Igreja do Santo Sepulcro por volta de 1104, quando Hugo de Payens ali fixou residência. Esses prototemplários ainda lá viviam em 1114 — ano em que o conde Hugo de Champanhe partiu para Jerusalém a fim de se juntar a esta *Militiae Christi*. Obviamente, um dos homens mais ricos da Europa não se livrou de toda a sua riqueza e embarcou numa perigosa viagem marítima para se reunir a uma organização fantasma, pelo que a Ordem do Templo deve ter funcionado como grupo autónomo anos antes da sua declaração oficial.

O mesmo argumento se aplica em Portugale. Uma outorga de terras de Ejeuva Aires e filhos é feita «a vós, cavaleiros do Templo de Jerusalém, Pelagio Gontimiris e Martino Pelagii», uma propriedade pertencente à família na cidade de Braga, «perto do poço do hospital».¹⁴ A doação não podia ter sido feita a outra organização, porque um dos destinatários é Pelagio Gontimiris. Pelagio indica normalmente um membro do clero, e Gontimiris é a forma latinizada de Gondemare. Este irmão Gondemare é um dos primeiros templários, o que se encontrou com Bernardo de Claraval, e teria bons motivos para o fazer, porque o irmão Gondemare era um monge cisterciense.¹⁵

Mas o enredo adensa-se, porque o irmão Gondemare era também filho de uma família de Portugale¹⁶ e, se as fontes documentais estão corretas, membro da Ordem de Sião.¹⁷ Isto não só faz dele uma ligação direta entre os templários, os cistercienses e a Ordem de Sião, como prova que um dos fundadores templários viveu em Portugale desde o início.

Dos cavaleiros originais, Gondemare destaca-se por ser um de apenas dois dos cavaleiros originais que não receberam o nome do

seu local de origem, um desvio da prática comum da época (isto é, Hugo de *Payens*, André de *Montbard*, etc.). Ou recebeu? A poucos quilómetros do lugar onde os cavaleiros hospitalários tiveram a sua primeira casa do capítulo em Leça, existia na altura outro mosteiro na vila de Gondemare. Para todos os efeitos, se Gondemare não era o nome do cavaleiro, mas o seu domicílio, isso significa que tudo o que se exigia ao monge cisterciense para aceitar a referida transação imobiliária em Braga em nome dos «Cavaleiros do Templo de Jerusalém» resumia-se a uma breve viagem de quarenta e cinco quilómetros a cavalo.

Há outra revelação nas crónicas de Bernardo da Costa quanto à presença dos templários em Portugale, e igualmente fascinante. «Após a morte do conde D. Henrique, devido ao facto de seu filho D. Afonso Henriques ser menor, a regência do reino foi assumida pela rainha Tereza... Já nesta altura a Ordem do Templo era aceite e estabelecida neste reino, e no governo da rainha Tereza, como provam os documentos originais no Arquivo do Convento de Tomar... a mesma rainha mandou fazer outra escritura à Ordem do Templo, sem data, mas pode demonstrar-se que esta escritura foi feita antes das de 1128.»¹⁸

Costa é inequívoco sobre os templários e os seus representantes regionais estarem inseridos na corte de Portugale desde muito cedo. A escritura sem data refere-se a uma doação substancial de propriedade para uma pequena vila nos arredores de Gondemare e Braga. «Eu, rainha D. Tereja, doo a Deus e aos cavaleiros do Templo de Salomão a aldeia chamada Fonte Arcada, na terra ao lado de Penafiel, com todos os seus termos e benefícios, para bem da minha alma.»

É aceite e assinada por «Eu, Guilherme, procurador do Templo neste território, recebo este documento».¹⁹ O pergaminho envelhecido prossegue mencionando nada menos do que dezassete concessões adicionais de terra por parte de famílias locais.²⁰

A antiga aldeia e a sua nascente sagrada em arco (no século VII, conhecida como Fonte Archatus) são o primeiro local documentado

onde os cavaleiros templários construíram um convento.²¹ A escritura original ainda existe,¹ assinada por Tareja com o muito imaginativo título de «soberana independente de todo o Portugale». De facto, não tem data, pelo que aqui é preciso um pouco de investigação.

Por lei, Afonso Henriques devia ter subido ao trono no seu décimo quarto aniversário, em julho de 1123, tornando-se no soberano de facto de Portugale e, assim, administrador dos assuntos do Estado e signatário dos documentos legais. Até então, a sua mãe agira como regente com autoridade exclusiva para assinar documentos oficiais em seu nome. Dado que a concessão de Fonte Arcada tem a sua assinatura, há duas possibilidades: ou foi feita antes de julho de 1123, ou antes de 1128, quando o seu estatuto histórico — e questionável — de soberana cessou por completo.

Entre estas datas, Afonso esteve no exílio e em guerra com a mãe, pelo que tinha pouco ou nenhum acesso aos ofícios governativos. É plausível que a necessidade de Tareja de se afirmar como governante significasse que ela começou a outorgar propriedades que tecnicamente não eram suas, o que equivalia a usurpação de poder. Tenha ou não sido esse o caso, o signatário que aceita a doação de Fonte Arcada contém a chave para a datação do documento: Guilhermus P. Templi, sendo que *P* significa procurador, alguém com o poder e a autoridade para fazer transações em nome do grão-mestre dos cavaleiros templários. Guilherme Ricardo foi um dos cinco procuradores chegados no outono de 1125 para «estabelecer a Coroa portuguesa».²²

No início de 1126, foi elevado a primeiro mestre dos cavaleiros templários em Portugale,²³ o seu novo título refletindo-se novamente numa concessão complementar de terras, de metade da propriedade de Villa-nova, doada por Affonso Annes «a Deus e à irmandade dos cavaleiros templários»,²⁴ que assinou como *Magister Donus Ricardus* (nomes que naqueles dias eram escritos em diferentes línguas e ortografias). Portanto, a data mais provável para

a doação de Fonte Arcada — quando ele era ainda um mero procurador — seria os dias ociosos de 1125.

Vale a pena ter em mente que uma transação imobiliária é um processo complicado e moroso; nem a papelada nem a moldura legal aparecem de um dia para o outro, mas ao fim de meses, por vezes mais. Naqueles dias de pena, tinta e velino, o processo teria sido igualmente laborioso, senão mais, o que significa que os preparativos para transferir uma tão considerável propriedade deviam estar na mente da condessa Tareja há bastante tempo. Se assim foi, a corte portuguesa deve ter sabido com antecedência da chegada iminente de cinco procuradores templários de Jerusalém.

Tareja era uma pessoa demasiado insegura, e como chefe de Estado interina dificilmente teria outorgado uma grande propriedade como Fonte Arcada a perfeitos estranhos. Além disso, na Europa do século XII, nada se mexia sem a bênção papal e, uma vez que em 1125 os templários não tinham sido reconhecidos pelo pontífice, oficialmente falando, os cavaleiros templários não existiam. Portanto, a Ordem do Templo deve ter estabelecido uma reputação bastante sólida em Portugal durante o mandato de Tareja. Se o seu falecido marido confiava neles, em teoria, ela também.

O que talvez explique o porquê de, mais tarde nesse ano, um pequeno exército templário ter desembarcado discretamente ao longo da costa portuguesa, no estuário do rio Mondego,²⁵ a quarenta e dois quilómetros da cidade administrativa de Coimbra, para tomar posse da vila de Soure, sendo a troca feita com o capitão do exército.²⁶



↳ Em português, Dom Guilherme Ricardo e Dom Hugo Martins.

O documento, anteriormente em Tomar, está agora na Torre do Tombo.

Capítulo 17

1127. OUTONO. A BORDO DE UMA GALÉ NO MEDITERRÂNEO...

Hugo de Payens nasceu em Château de Mahun, perto de Annonay em Ardèche,¹ num ramo familiar da dinastia dos condes de Champanhe.² Casou-se com Catherine de Chappes,³ cujo parente Henri de Saint Clair participou na cruzada com Godofredo de Bulhão.⁴

O seu avô, sendo mouro, teria instilado no jovem Hugo um apreço pelos benefícios da polinização intercultural, particularmente com o mundo islâmico, que, na altura, estava anos-luz à frente na educação na Europa, graças aos seus conhecimentos de matemática, astronomia e medicina, aprendidos com os egípcios através da sua impressionante biblioteca em Alexandria, uma das grandes maravilhas académicas do mundo — pelo menos até uma turba fanática de fundamentalistas cristãos a ter incendiado. Como tal, teria estado exposto ao ramo esotérico do islão, o sufismo.



Hugo de Payens.

Por volta do seu trigésimo terceiro aniversário, Hugo passava grande parte do tempo a viajar pela Ásia Menor, possivelmente para ampliar a sua sabedoria, talvez para encontrar um propósito mais profundo na vida. Aquando da sua segunda viagem a Jerusalém, cerca de 1114, já se tinha aconselhado com reis, recebido condes da Europa, vivido em não apenas um, mas dois dos templos religiosos mais famosos do mundo, criado de raiz uma nova ordem

de monges guerreiros e, no dia 2 de maio de 1125 — o festival celta da fertilidade de Beltane —, tornara-se o seu grão-mestre.⁵ Nada mau para um nobre menor de uma vila de resto obscura que desistiu das suas riquezas para se tornar pobre de bolso, mas rico em espírito.

Isto pode ter-lhe passado pela cabeça enquanto se erguia no convés de uma galé de madeira, vendo o porto de Jafa encolher na distância, substituído por uma vasta extensão do Mediterrâneo azul, finalmente trocada pela costa calcária do Sul de Itália. A obra que os templários construía secretamente no monte do Templo estava completa, e agora voltavam à Europa para pôr os acontecimentos em movimento. Na companhia de Hugo vinham pelo menos cinco irmãos templários.⁶

Dois anos antes, Hugo enviara outro grupo de cavaleiros a Portugal, incluindo o seu colega Arnaldo da Rocha,⁷ mas não antes de os dois líderes assinarem um documento firmando a relação continuada entre as suas respectivas ordens.

Havia muito para fazer, e a sua mente devia estar limpa: primeiro, viajaria até Roma e encontrar-se-ia com o papa Honório II,⁸ que tinha boas relações com os cistercienses, sobretudo porque não via muito *bene* no comportamento dos beneditinos. Ao papa, apresentaria bons argumentos para receber uma bênção para a sua «nova» irmandade de cavalaria. Gostasse-se ou não, poucos favores eram concedidos na Europa do século XII sem um aceno de aprovação de Roma e, como até os budistas bem pregavam, com os braços à volta do nosso inimigo, ele não pode combater-nos.

Hugo também se certificou de que os cistercienses eram mantidos a par dos progressos no monte do Templo. Ainda no ano anterior enviara os seus irmãos templários André de Montbard e irmão Gondemare como emissários para informar Bernardo de Claraval.⁹

Concluídos os seus assuntos em Roma, viajaria para norte, pela Borgonha, até Champanhe, e encontrar-se-ia com Bernardo — amigo de longa data, parente, bússola espiritual, benfeitor — antes

de se apresentar num concílio ecuménico, que sem dúvida seria convocado depois de o papa ouvir o que ele vinha dizer.

Capítulo 18

1128. ABRIL. BRAGA. UM GABINETE ONDE SE ASSINAM MUITOS DOCUMENTOS...

Foi um mês confuso e atarefado para Raimundo Bernardo. No dia 19 de abril, o francês há muito residente em Braga tomou posse de mais uma residência na cidade.¹ Manuseou o velino translúcido contendo a escritura e assinou-a, em latim, «in manu D. Raimundi Bernardi».²

Não só o cavaleiro francês detinha e adquiria propriedades, como o fazia enquanto procurador templário desde o dia em que chegara de Jerusalém com quatro outros membros da irmandade. Obviamente, Hugo de Payens estava satisfeito com o seu trabalho, porque, três anos após a sua chegada, foi elevado a mestre templário em Portugal. «Viveu aqui o mestre Raimundo Bernardo, francês e sempre um estrangeiro... no ano de 1128, ocupou este posto ministerial, uma vez que a sua ordem já estabelecera residência em Braga.»³ Por algum motivo, os templários desenvolveram uma súbita sede de propriedade nesta região, e em Dom Raimundo Bernardo — como era conhecido localmente — tinham um homem de confiança a olhar pelos interesses em expansão da ordem.

De facto, a assinatura de mestre Raimundo parecia ter grande procura nos últimos tempos. No início do mês, aceitara uma escritura especial em nome dos templários, um castelo da condessa Tareja, que, por algum motivo bizarro, doou de novo a mesma propriedade menos de duas semanas depois. A primeira doação do Castelo de Soure foi feita no dia 4 de abril, e o seu nome surge no documento. Dez dias depois, a transação é substituída por uma doação alargada, com toda a vila de Soure incluída.⁴ Os signatários da segunda escritura diferem muito — e duvidosamente — dos primeiros, sendo o mais notável a adição do seu sobrinho Afonso VII, agora rei de Castela e Leão, mais o seu amante, Fernão Peres de Trava, junto com uma nova cláusula a realçar que a terra e o

castelo prestes a serem doados tinham antes sido concedidos a Fernão por Tareja. Independentemente disso, ambos os documentos foram assinados e graciosamente aceites por Raimundo Bernardo, mestre templário e procurador.⁵

Assim termina uma transação confusa. Mas sendo isto Portugale no século XII, a história nunca poderia acabar aí.

A vila de Soure marcava há bastante tempo a fronteira sul entre os portugueses e os invasores mouros, e mudava de mãos conforme as circunstâncias; em 1111, o castelo foi doado à Ordem dos Cavaleiros do Templo pelo conde Dom Henrique.⁶ O que leva à pergunta: se já pertencia à ordem, porque haveria de ser de novo concedido às mesmas pessoas dezassete anos depois pela sua viúva? Parece que ou Tareja sofria de perdas de memória ou estava empenhada em cair nas boas graças dos templários, a qualquer custo, e rapidamente. Um relato histórico lança alguma luz sobre as circunstâncias: «Com a permissão do marido, a dita rainha [Tareja] fez uma doação à Ordem do Templo do Castelo de Soure... Outra doação foi feita pela rainha à mesma ordem das terras desertas entre [as cidades de] Coimbra e Leiria.»⁷

A primeira coisa que ficamos a saber é que Fernão Peres de Trava fora elevado ao estatuto de marido. Este acontecimento trágico deu-se, alegadamente, em Coimbra, em 1125, onde Tareja fazia as vontades ao amante. Em sua defesa, ela aceitou esta proposta enquanto sofria de febre e doença prolongada, o que, presumivelmente, justifica as suas ações.⁸

A segunda coisa é que a doação foi feita com a autorização de Fernão, não de Tareja, indicando o quanto o senhor galego se levava a acreditar que era soberano de Portugale. Não era, pelo que a adição do seu nome juntamente com o do rei de Castela e Leão indica que Tareja estava a ser forçada. As suas ações leem-se como um ato de desespero. Mas a pressão não vinha tanto de dentro como de fora, aplicada pelo filho exilado, Afonso Henriques, cuja campanha de três anos contra a mãe, a Galiza e o seu primo Afonso VII estava a ter um impacto mais destrutivo do que o previsto.

Afonso Henriques, legítimo proprietário do Condado Portucalense, recebia apoio logístico dos cavaleiros templários, tal como o seu pai antes dele.⁹ Os números do seu exército foram ainda mais reforçados pelos cavaleiros hospitalários, cujo mandato caritativo fora desde então expandido pelo papa para incluir atividades militares.[m](#)

É possível que nenhum dos titulares da corte portuguesa tivesse plena consciência da força da ligação entre os templários e o herdeiro ao trono, mas decerto que tinham conhecimento do braço militar dos templários e dos seus feitos no campo de batalha. Nos seus cálculos, quebrar essa ligação fazia estrategicamente todo o sentido, e a considerável doação de um castelo, uma vila, mais o território circundante, embora inútil, contribuiria para isso. Caso os templários aceitassem o suborno, tornar-se-iam um tampão entre Tareja, Fernão, Afonso VII e os truculentos mouros. Também poria fim à campanha de Afonso Henriques.

Mas o plano deu para o torto quando a sempre intriguista Tareja se esqueceu convenientemente de que era casada e que outorgara previamente o castelo ao novo marido; esperava que também os templários tivessem esquecido a doação de 1111 — e já agora que o seu braço militar estivera aquartelado em Soure durante os últimos três anos, tornando a doação redundante!¹⁰ Talvez ela tivesse alimentado, por um breve momento, uma visão dos templários a tomar o partido do seu exército, dando-lhe assim a vantagem tática para expulsar toda a gente de Portugale. Com o apoio dos templários, o reino estaria protegido, e seria seu. Talvez.

Talvez o mesmo motivo tenha estado por trás da sua anterior doação de Fonte Arcada. Seja como for, parece que a jogada de Tareja foi desmascarada. Ou as circunstâncias forçaram-na a adoçar o acordo da segunda vez: após a sua meia-irmã rainha Urraca ter falecido, o ambicioso Afonso VII exigiu a lealdade de Tareja. Tendo descoberto por si mesma os benefícios da independência, ela recusou. Mas, com os exércitos do rei de Espanha a escavar-lhe o território numa frente e os do filho a fazer

guerra noutra, e justamente, a melhor linha de ação para Tareja era fazer do rei de Castela e Leão um aliado e tentar que os templários mudassem de lado. Por isso, a doação de Soure foi expandida, com o «grupo de três» acrescentado como parceiros associados, na esperança de que os templários pudessem ser levados como mercenários a romper a lealdade para com o filho.

Havia um grande ponto a seu favor, uma figura poderosa com quem tinham excelentes relações: o papa Honório. Acabara de chegar de Champanhe a notícia de que Hugo de Payens abordara o pontífice com um pedido de aprovação papal para os seus templários. Caso o papa concordasse, sem dúvida que instruiria os cavaleiros a tomar o partido da sua favorecida irmandade espanhola e galega.

Era um plano excelente. Exceto por um pequeno problema: os cavaleiros templários nunca juraram fidelidade ao papa.

[n](#) A mudança nos estatutos verificou-se em 1113. Está documentado que os hospitalários foram muito hostis a isto.

Capítulo 19

1128. JANEIRO. UMA GRANDE REUNIÃO EM TROYES, UMA CIDADE EM CHAMPANHE...

O que quer que o papa Honório II tenha ouvido dos lábios de Hugo de Payens levou-o a convocar um concílio ecuménico para 13 de janeiro, dia da festa de Santo Hilário.¹ Decorreria não em Roma, mas em Troyes.

A cidade recebera o nome do seu famoso antecessor troiano, como recordação distante dos sicambros, os descendentes dos troianos que se instalaram ali perto. No século XII, Troyes tornara-se um centro de comércio e um foco de atividade intelectual onde uma academia de estudos esotéricos e uma escola cabalística judaica prosperavam, fundadas pelo famoso rabino medieval Rashi; um dos mais ilustres antigos alunos da escola foi Chrétien de Troyes, futuro compositor de um romance medieval sobre o Graal.

A escolha de Troyes parece premeditada e predisposta às figuras-chave envolvidas com os cavaleiros templários e a Ordem de Cister, estando a cidade a cerca de treze quilómetros da terra natal de Hugo de Payens² e a oitenta da de André de Montbard, o tio de Bernardo de Claraval, cuja abadia ficava cinquenta e três quilómetros a leste, em terras concedidas pelo primo de Hugo de Payens, o conde Hugo de Champanhe, em cujo território se situavam todos estes locais. Convenientemente, Hugo era também o conde de Troyes e, há vários anos, cavaleiro templário.

«Seria difícil dizê-los todos», escreveu Jean Michel, o escriba encarregado de cobrir a multidão de dignitários reunidos que enchia progressivamente o vazio da catedral. Mais de cem lordes, arcebispos e reis chegavam dos reinos franceses e germânicos, corpos quentes envoltos em sedas e peles misturando-se num chão de pedra tornado mais frio pelo gelo de janeiro. Embora o concílio tivesse sido convocado pelo papa Honório II, o pontífice estava ausente; seria antes presidido pelo cardeal Mateus e, no entanto, ninguém no edifício discutiria que era Bernardo de Claraval quem

mandava, tal era a sua reputação de embaixador, aumentada por uma série de notáveis manuscritos sobre a conduta espiritual que publicara recentemente.

Tinha-se-lhe respeito.

Havia vários pontos na agenda. Primeiro, estava o pedido de Balduíno II de apoio logístico e militar em Jerusalém, embora o rei já tivesse enviado delegados a Roma no ano anterior para apresentar ao papa um apelo idêntico.³ Não poderia este assunto ter sido tratado em Roma?

O segundo motivo para convocar o concílio foi para tomar posição na disputa entre Luís VI e o bispo Estêvão de Paris.⁴

Depois veio o terceiro, a oportunidade de a Igreja apoiar publicamente os cavaleiros templários, cuja maioria dos membros originais estava espalhada pela nave: Hugo de Payens, Godofredo de Saint-Omer, Payen de Mont-Didier, Archambaud de Saint-Aignan, Godofredo de Bisol e o irmão Rolando.

Sugeriu-se muitas vezes que o concílio foi preparado pelo papa como uma tentativa da Igreja Católica de se imiscuir no que quer que os templários e os cistercienses estavam a preparar entre eles. Há nove anos que os templários trabalhavam sob o monte do Templo e abundavam os rumores de que tinham descoberto um tesouro de natureza não especificada ou tropeçado em documentos de enorme importância. Podem existir bases para isto. A fortuita localização geográfica do concílio e a participação extraordinária dos melhores nobres e clérigos da Europa fazem com que o conclave pareça demasiado elaborado para cair nas boas graças de um grupo de homens humildes.

Talvez nunca venhamos a ter a certeza, mas sabemos que Bernardo não viu necessidade de assistir ao evento. A sua reticência devia-se ao facto de o papa insistir em que ele pregasse um sermão solicitando novos recrutas para os cavaleiros templários combaterem os muçulmanos — à semelhança daquele que Urbano II em tempos pregara em Clermont para atrair um vasto grupo de homens para a cruzada. Bernardo recusou por razões humanitárias,

citando: «Todo o ser humano é vosso vizinho. Matar o vosso vizinho, ainda que seja um muçulmano, é contra as leis de Jesus Cristo.» Tanto quanto sabia, nem Cristo nem os apóstolos haviam alguma vez pregado uma guerra santa. Nem Bernardo via a guerra como a missão dos templários, pelo que se escusou a estar presente, acrescentando: «A vossa razão para invadirdes a minha paz diz respeito a assuntos que ou são fáceis ou são difíceis. Se são fáceis, a minha assistência não é necessária. Se são difíceis, não estou em condições de lidar com eles — pelo menos, não posso fazer nada que é impossível aos outros homens.»⁵

O papa não aquiesceu a este pedido e insistiu que Bernardo presidisse ao concílio, uma jogada astuta, dado o historial diplomático de Bernardo com clérigos de toda a Europa. Bernardo recusou uma vez mais por motivo de doença, o que era verdade, pois sofria de febre alta.⁶ Por isso, o papa enviou uma liteira e carregadores a Claraval e fez com que Bernardo fosse transportado os cinquenta e três quilómetros até Troyes.

Bernardo de Claraval foi um visionário no seu tempo, um homem de grande instrução, escrupuloso em face da oposição, e uma figura de grande influência nas crenças e ordens religiosas. Por isso, no seu discurso no concílio, estabeleceu uma comparação entre a soldadesca secular e os soldados de Cristo. O seu proselitismo ilustrou como eram diferentes aos olhos de Deus a chacina e o derramamento de sangue perpetrados pelo militarista secular e as ações de um cavaleiro em busca de um ideal nobre: «Entre vós, de facto, nada provoca a guerra ou desperta o conflito, a não ser um impulso irracional de raiva ou um desejo insano de glória, ou o cobiçoso desejo de possuir as terras e os bens de outro homem. Em tais causas, não é seguro matar nem ser morto.» Continuou explicando como os «soldados de Deus e os soldados do mundo diferem uns dos outros», e como o cavaleiro perfeito tem «o cuidado de preservar a unidade do espírito no vínculo da paz».⁷

Pegou num decantador de água e prosseguiu com renovado vigor. «Não há dúvidas de que o homicídio é sempre mau, e proibir-

vos-ia de matar estes pagãos se fosse possível encontrar outro meio de os impedir de oprimirem os fiéis. Mas, tal como as coisas estão, é melhor combatê-los com armas do que permitir-lhes que prevaleçam sobre os justos, por medo de que os virtuosos sejam entregues à iniquidade.»⁸

Bernardo não era ingênuo; sabia que, no seu tempo, a guerra era por vezes necessária para retirar terras a gente que tinha pouca consideração ou respeito pelos outros, ou pela própria vida. As pessoas precisavam de lutar em defesa própria ou em circunstâncias em que propriedade ou pessoas tinham sido indevidamente retiradas — como no caso da cidade de Lisboa e dos seus habitantes, conquistados pelos mouros e retidos por mais de três séculos e meio.⁹ A Idade Média era um período violento, roçando muitas vezes o bárbaro, e a violência bateria inevitavelmente à porta, mesmo à dos monges, e fazia-o com frequência. A posição de Bernardo era que, se os cavaleiros pegassem em armas, não para provocar dano, mas para defender uma causa justa, não tinham nada a temer, e reiterou a questão fazendo a distinção entre cavaleiros espirituais e seculares — sendo estes vazios e violentos, a condição animal do ser humano mais vil.

Ainda assim, foi feita uma enorme pressão sobre Bernardo por parte de vários membros do concílio. O abade enfermo capitulou e, relutante, apoiou o plano da Igreja. Talvez o último ponto na agenda valesse um pequeno compromisso.

Hugo de Payens foi convidado a apresentar o seu caso ao concílio. O grão-mestre templário levantou-se e caminhou até ao centro da delegação. Para um cavaleiro, estava estranhamente vestido; sem brasões, nem sedas, nem peles; em vez disso, Hugo parecia uma espécie de velho eremita, inclusive trajava roupas esfarrapadas. Ainda assim, foi eloquente no discurso, delineando a criação dos cavaleiros templários, os seus objetivos e as dificuldades de fazer o seu trabalho em Jerusalém. «Muitas vezes», disse ele, «oiço perguntar “Porque laborais em vão? Porque pondeis tanto esforço para nada? Aqueles homens a quem servis

reconhecem-vos como parceiros de trabalho, mas não estão dispostos a partilhar em irmandade. Quando virão aos templários os benefícios dos fiéis pelos fiéis de todo o mundo?”»¹⁰

O seu pedido era simples: para continuar o trabalho, a irmandade precisava de apoio logístico, da bênção e do reconhecimento da Igreja (um pré-requisito naqueles dias), e de um código moral para guiar e governar os novos membros da ordem em crescimento. E isto bastaria.

Hugo e os templários receberam a aprovação papal que procuravam, e uma regra latina foi redigida entre os eclesiásticos e os seculares presentes, alguns dos quais eram analfabetos. O código de conduta continha setenta e dois artigos, difíceis, exigentes, rigorosos e austeros; um belo estereótipo de um projeto com muitos arquitetos. Exigia, entre muitas coisas, rigorosos exercícios devocionais, jejum, orações, submissão e mansidão, até a observância de que comida se devia consumir às sextas-feiras. Por exemplo:

Regra VI: consideramos que... quando ouvis o serviço divino, ficais demasiado tempo de pé. Não o aconselhamos; de facto, condenamo-lo. Ordenamos que todos, fortes e fracos do mesmo modo, se sentem quando o salmo (...) termina, bem como o convite e o hino, de modo a evitar escândalos.

Regra X: de modo geral, os irmãos devem comer aos pares, para que um possa olhar pelo outro com cuidado, não vá a dureza da vida ou uma frugalidade secreta tornar-se parte da refeição comum.

Regra XXXVIII: nenhum irmão deve ousar trocar com outro os pertences, nem pedir-lhe nada sem a autorização do mestre, e mesmo então, deverá ser pequeno, trivial e sem importância.

Regra XLVII: ordenamos especialmente e instruímos todos os irmãos professos para que não se aventurem a disparar nos bosques, seja com um arco, seja com uma besta; e, pelo mesmo motivo, que não ouse acompanhar outro que o faça, exceto com o propósito de o proteger do pérfido infiel.

Et cetera. Alguns artigos, pelo menos, têm a marca de Bernardo, como a atenção à «consumação dos mistérios divinos». Também:

Regra VIII: (...) imitando o salmista, que diz, pus uma guarda na minha boca; isto é, falei comigo para que não pudesse ofender, isto é, com a minha língua; isto é, guardei a minha boca, para não poder dizer o mal.

Regra XX: a todos os cavaleiros professos (...) vestes brancas, que aqueles que deixaram para trás uma vida negra possam saber que devem entregar-se ao Criador por uma vida pura e branca.

Regra XXXVII: determinamos que nunca ouro ou prata, a marca da riqueza privada, sejam vistos nos vossos corpos.



Os cavaleiros templários são consagrados no Concílio de Troyes.

Uma vez que a regra também fazia distinções entre os diferentes membros dos cavaleiros templários — cavaleiros, sargentos, padres e auxiliares para os serviços religiosos, e servos e artesãos —, isso demonstra como a ordem se expandira muito para lá dos nove (ou onze) homens originais.¹¹ Embora a regra fosse por natureza avassaladoramente religiosa, foram acrescentadas várias cláusulas relativas aos deveres militares dos templários, ainda que esta não fosse claramente uma ordem cujos membros nucleares viessem travando grandes combates, se alguns sequer. O prolixo documento foi redigido, depois editado por Bernardo e assinado pelo «humilde escriba destas presentes páginas», Jean Michel.¹²

Independentemente de todo o seu valor, a regra latina pode muito bem ter sido apenas um exercício académico. Apesar da laboriosa elaboração, o seu último parágrafo enuncia que as regras deviam ser deixadas à ordenação do grão-mestre, e assim, sem nenhum verdadeiro valor oficial; ao longo dos cento e quarenta anos

seguintes, sucessivos grão-mestres emendariam subtilmente a regra com mais de seiscentas cláusulas adicionais.

Independentemente disso, mais importante foi que, no dia 14 de janeiro de 1128, a Ordem dos Cavaleiros Templários obteve o reconhecimento oficial de Roma.

Capítulo 20

1128. DE VOLTA A CLARAVAL APÓS A CONCLUSÃO DO CONCLAVE...

Concluídos os seus assuntos no Concílio de Troyes, Hugo de Payens lembrou a Bernardo que compusesse outro tipo de regra: um sermão de incentivo aos cavaleiros templários, uma afirmação da validade do estilo de vida dos templários e uma bússola espiritual para os membros da ordem. Bernardo observou: «Uma, duas, três vezes, querido Hugo, me pedistes que escrevesse uma obra de exortação a vós e aos vossos cavaleiros.»¹ Com o tempo, o sempre viajando-escrevendo-pregando Bernardo concederia o seu pedido.

Com treze capítulos — aparentemente a regra cisterciense do ascetismo não se aplicava às palavras —, o *Livro dos Soldados do Templo: Em Louvor da Nova Milícia* é uma obra mais adequada aos ideais templários e cistercienses; analisa até o significado espiritual dos locais sagrados que era agora o papel dos templários proteger.² Neste opúsculo, Bernardo deixa mais uma vez clara a distinção entre *militia* e *malicia* — entre uma cavalaria empenhada nas verdadeiras virtudes cristãs e uma de cavaleiros mundanos dedicados à malevolência. Os que se envolviam na guerra pela guerra nada ganhavam, pois, se morressem, perdiam a vida; se vencessem, perdiam a alma. Bernardo via estes como assassinos que cobiçavam riquezas, vaidade e glória pessoal. A verdadeira batalha estava na conquista do espírito sobre as vis falhas humanas; assim, um monge guerreiro punha os ideais acima da barbárie, permitia a luta contra os «pecadores» para que estes deixassem de ameaçar os «justos».

A motivação por trás dos cavaleiros templários no monte do Templo e do abrupto regresso à Europa da sua irmandade interna e afiliados é exposta nos preliminares da regra que Bernardo estava a redigir, nos quais revela: «Bem trabalhou a Damedieu [mãe de Deus ou Nossa Senhora] conosco e o nosso salvador Jesus Cristo; que pôs os seus amigos da Cidade Santa de Jerusalém em marcha pela

França e pela Borgonha... A obra foi concluída com a nossa ajuda. E os cavaleiros foram enviados na viagem por Champanhe sob a proteção, como veremos, do conde de Champanhe, onde todas as precauções se podem tomar contra qualquer interferência de autoridades públicas ou eclesiásticas; onde, nesta altura, melhor se pode assegurar um segredo, uma vigia, um esconderijo.»³

Que tipo de obra tinham eles concluído?

Porque haveria de exigir medidas preventivas contra a interferência da Igreja?

Que segredo traziam de volta a Champanhe?

Os pontos de passagem para os templários tendo levado a cabo uma missão predeterminada em Jerusalém, e o seu regresso a Champanhe sendo organizado com total conhecimento de Bernardo de Claraval. Com a sua missão concluída, os cistercienses e os templários adotaram a colmeia como símbolo, sugerindo que tinham estado a recolher «pólen» para ser trazido de volta à «colmeia» em Champanhe.⁴

O simbolismo é esclarecedor. Antigas culturas egípcias e do Médio Oriente viam a abelha como uma ponte entre os vivos e o Outro Mundo,⁵ e esta associação divina foi adotada pelos merovíngios, que usavam a abelha como símbolo da imortalidade e da ressurreição. Esta é a mesma linhagem em que Bernardo de Claraval e Godofredo de Bulhão nasceram.⁶

O que quer que andassem a tramar, os templários investiam muita energia num novo domicílio longe da interferência eclesiástica. Portugale era tão distante de Roma quanto era possível, e os habitantes tinham um historial de fingir que respeitavam a autoridade papal. Obviamente, Bernardo e a sua Ordem de Cister estavam envolvidos neste plano, e o seu encontro anterior, em 1126, com os templários André de Montbard e o irmão Gondemare não fora nenhum convívio casual, sobretudo porque os três, mais os restantes templários — Bisol de Saint-Omer, Archambaud de Saint-Aignan, Nivard de Mont-Didier e o irmão Rolando, junto com Hugo de Payens e o conde Hugo de

Champanhe —, são todos apontados como membros da Ordem de Sião.⁷

O seu segredo teve passagem segura pelo substancial território na Europa Central pertencente ao conde Hugo de Champanhe, um dos primeiros patrocinadores e patronos dos cistercienses, cuja doação de terras permitiu que a Abadia de Claraval fosse construída; mais tarde, doou-lhes a Abadia de Orval, o edifício originalmente erigido pelos monges que se apelidavam Ordem de Sião.

Poderia este segredo envolver então a criação de um Estado ideal, um reflexo temporal da Jerusalém celeste tão idolatrada por Bernardo de Claraval? Afinal, porque haveria um grupo de homens da Europa Central de viajar até Jerusalém, para depois despender todas as energias a estabelecer um território banhado pelo oceano Atlântico a milhares de quilómetros para oeste? Não há respostas simples; no entanto, quando Bernardo redigiu *Em Louvor da Nova Milícia* e vários líderes da Igreja e soberanos lhe pediram que estabelecesse uma abadia cisterciense em Jerusalém, ele recusou, como se a Cidade Santa já não tivesse um papel na ordem que acabara de apoiar publicamente. Até numa carta ao papa, Bernardo manifestou a sua oposição ao estabelecimento de uma presença cisterciense em Jerusalém pelo abade da Casa Cisterciense de Moribund, com base em que «ele deseja propagar as observâncias da nossa ordem nessa terra, e por essa razão levar com ele uma multidão, que não consegue ver que a necessidade é de cavaleiros combatentes, não monges cantando e gemendo».⁸ Parece que a proteção do Santo Sepulcro ou a expansão do cristianismo já não eram o objetivo principal de uma ordem santa de cavaleiros, talvez porque nunca foi, e o derradeiro propósito da aliança templário-cisterciense estava noutro lugar.

Bernardo de Claraval meditava muitas vezes sobre o conceito de uma nação cristã exemplar onde os ideais do reino do Céu pudessem ser vividos aqui mesmo na Terra.⁹ Uma tal visão de utopia deve ter parecido encantadora no meio da dissonância do

século XII, e um olhar aos factos concretos indica que Portugale estava no topo do radar interior de Bernardo.

Há muito que os cistercienses tinham estabelecido uma relação com o conde Dom Henrique, cujos amigos íntimos — o antigo arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra — tinham vindo do Mosteiro de Cluny, do qual um grupo de monges partira para formar a Ordem de Cister em Cîteaux.¹⁰ Quando viajou para a Terra Santa, foi um monge cisterciense que vivia na Ermida de São Julião em Alcobaça que «serviu o conde D. Henrique de Portugale nas guerras com os mouros e na viagem a Jerusalém».¹¹ Além disso, Dom Henrique e Bernardo de Claraval partilhavam a linhagem borgonhesa e os mesmos ideais, e as propriedades das famílias de ambos em Dijon estavam praticamente à distância de um grito uma da outra.

As três irmandades de cavaleiros — os hospitalários, os cavaleiros do Santo Sepulcro e agora os templários — tinham-se gradualmente estabelecido em Portugale desde 1104; a trabalhar entre eles estavam membros de alto nível da Ordem de Sião, nomeadamente o irmão Gondemare (também um monge cisterciense) e o prior Arnaldo da Rocha (parente de Bernardo); mesmo naquele preciso momento, os templários auxiliavam Afonso Henriques a restabelecer a sua pretensão ao território usurpado por sua mãe e por um intruso galego.

Se Bernardo procurava um novo território para implementar a sua visão, as perspetivas de um resultado favorável em Portugale pareciam boas, dado que o abade fomentara uma relação com o seu jovem sobrinho Afonso Henriques desde tão cedo como 1119, após ter enviado uma delegação de monges para pedir terras para um mosteiro. Na idade adulta, Afonso cumpriu os seus deveres como uma espécie de vassalo de Claraval, doando à dita abadia cinquenta peças de ouro.⁹ O pagamento era feito todos os anos no equinócio da primavera «ao abade Dom Bernardo [Bernardo de Claraval] e seus sucessores» e entregue em nome de Afonso por um procurador dos cavaleiros templários em Portugale. Os reis

portugueses seguintes mantiveram esta promessa inviolável, e continuavam a fazê-lo dois séculos e meio depois.¹²

Basta dizer que tanto a Ordem de Cister como a Ordem Templária estavam por esta altura profundamente dedicadas a Portugale.

Os cavaleiros templários, por sua vez, fizeram mais do que jurar fidelidade ao código cisterciense estabelecido e desenvolvido na ode de Bernardo *Em Louvor da Nova Milícia*,¹³ estavam vinculados à Ordem de Cister, como prova um documento (no mosteiro cisterciense de Alcobaça) que descreve o juramento segundo o qual cada novo mestre templário ou procurador em Portugale devia reger-se:

*Eu [nome], cavaleiro do Templo, recém-eleito mestre dos cavaleiros que estão em Portugale, prometo... defender os Mistérios da Fé, juntamente com os sete sacramentos, os catorze artigos da fé, o símbolo dos apóstolos... e da Virgem Maria... e a linhagem do rei David. Depois disto, concedo soberania e obediência ao grão-mestre da ordem, segundo os estatutos do nosso padre Bernardo... e nunca negar auxílio aos religiosos, por palavras, armas e boas ações, em particular aos devotos da Ordem de Cister e seus abades, pois eles são nossos irmãos e companheiros.*¹⁴

Assim, os cavaleiros templários eram predominantemente uma extensão secular dos ideais cistercienses de Bernardo de Claraval, e continuava a ser tida como tal quatro séculos depois por cronistas cistercienses como Brito.¹⁵ Num depoimento posterior à Santa Inquisição, o irmão Aimery de Limoges fez uma defesa em nome dos templários aprisionados na Abadia de Santa Genoveva, em forma de oração a Deus, na qual revela o patrocinador dos templários: «A vossa ordem, o Templo, foi fundada em concílio geral para honra da santa e gloriosa Virgem Maria, vossa Mãe, pelo abençoado Bernardo, vosso santo confessor... Foi ele quem, juntamente com outros supervisores, os informou e lhes deu a sua

missão.» Dirige-se então à divina Virgem: «Maria, Mãe de Deus... defendei a vossa ordem que foi fundada pelo vosso santo e querido confessor, o abençoado Bernardo.»¹⁶

Não só muitas das figuras centrais dos cavaleiros templários estavam ligadas por laços familiares à Ordem de Cister, como muitas delas foram também escolhidas a dedo pelo próprio Bernardo de Claraval.¹⁷ É possível, então, que, se os templários juraram um voto de obediência a Bernardo, a sua viagem a Jerusalém fosse uma missão que lhes havia sido *confiada*, não de sua iniciativa. Assim, os discursos de Bernardo sobre os templários e a sua aprovação pública no Concílio de Troyes haviam sido mera fachada, um gesto público, o que, em certa medida, explica a sua relutância em apoiar publicamente a Ordem Templária no concílio. Era um facto consumado.

Há outra parte nesta equação, e envolve a fraternidade irmã dos templários, os cavaleiros hospitalários; até partilhavam o emblema, a cruz vermelha — sendo a versão templária definida pelo seu sinuoso padrão semicircular, em contraste com as linhas e arestas duras e angulosas da dos hospitalários.¹⁸ Em termos relativos, ambas as ordens tinham uma presença antiga em Portugal, mas, tal como em Jerusalém, com papéis muito diferentes.¹⁹ A primeira casa conventual e capítulo principal dos hospitalários em Portugal foi em Leça, em 1112;²⁰ a propriedade foi ampliada dez anos depois para incluir um mosteiro e as suas quatro casas a treze quilómetros, em Gondomar.²¹

O primeiro aspeto significativo tem que ver com a proximidade geográfica: Gondomar fica a treze quilómetros de Fonte Arcada — a maior doação dos templários em 1125 —, que, por sua vez, fica cinquenta e três quilómetros a oeste de Tarouca, o primeiro mosteiro fundado por monges cistercienses. O segundo aspeto significativo diz respeito a um dos monges enviados por Bernardo para fundar o dito mosteiro, o irmão Rolando, que os locais descreviam como «um perito nos feitos de França».²² Poderia este homem ser o mesmo irmão Rolando, um dos cavaleiros templários originais escolhidos a

dedo por Bernardo de Claraval? Se sim, isto coloca *dois* dos templários fundadores (três, se aceitarmos as alegações sobre o prior Arnaldo da Rocha) em Portugale muitos anos antes do Concílio de Troyes — o irmão Rolando em Tarouca em 1119, e o irmão Gondemare no mosteiro da sua vila homónima portuguesa, que tomou posse de uma propriedade vizinha em nome da Ordem do Templo em 1114.²³

E enquanto o irmão Rolando se mudava de Champanhe para Portugale, o itinerante irmão Gondemare viajava de Portugale para Jerusalém a fim de se juntar aos outros templários originais; depois, em 1126, embarcou numa galé com destino a Champanhe com o intuito de dar notícias das descobertas dos cavaleiros a Bernardo de Claraval.

Parece que todas as idas e vindas entre Claraval, Portugale e Jerusalém foram premeditadas, e que as bases lançadas em Portugale por cistercienses, templários e membros da Ordem de São foram um longo e paciente empreendimento realizado muito antes de o papa ter posto o seu selo de aprovação em Hugo de Payens e nos seus cavaleiros.

- 1 Godofredo de Bulhão era descendente de uma linhagem ilustre, cuja família alegava descender do rei Carlos Magno.
- 2 Assinou a promessa original na Sé de Lamego.

Capítulo 21

1128. ABRIL. UMA CÂMARA NA RESIDÊNCIA REAL DE GUIMARÃES...

Segundo o relato de um historiador espanhol, a conversa entre Afonso Henriques, a mãe e o marido dela, o conde Fernão Peres de Trava, correu mais ou menos assim:

Fernão: «Príncipe, não nos cansemos mais nesta disputa, mas enfrentai-me um dia em combate, vós e eu, quando quiserdes, e ou deixais este reino, ou deixo eu.»

Afonso: «Não agradaria muito a Deus se o vosso desejo fosse expulsar-me das terras que o meu pai herdou.»

Tareja: «É a *minha* terra, o meu pai deu-*ma*, e permitiu-*me* herdá-la.»

Fernão (para a esposa): «Acabemos com esta discussão ou arraste-vos de volta para a Galiza; ou deixo as terras ao vosso filho, se isso nos tornar mais poderosos.»¹

Esta cordial cena familiar só podia significar uma coisa: Afonso Henriques regressara em pleno do exílio que a mãe lhe impusera, e, a julgar pela ousadia de se mostrar na corte, a sua guerra revelava-se muito bem-sucedida até então. A caminho de Guimarães, aproveitou para ocupar os castelos de Faria e Neiva, invadiu outras fortificações vizinhas, reconquistou vilas nos arredores de Braga, por precaução, e uma rápida olhadela pelas janelas do palácio teria mostrado que as suas tropas estavam à vista de todos na capital do reino. E agora que sabemos a família manipulativa e disfuncional que Afonso tinha, compreende-se.

A confiança de Afonso Henriques como cavaleiro era ascendente, sem dúvida reforçada pela boa notícia que acabara de lhe chegar de Troyes de que os cavaleiros templários tinham conseguido a aprovação formal do papa.

A sua relação com a ordem, para não falar na vantagem militar que esta representava, tornava-se cada vez mais óbvia com a série de batalhas já vencidas. Claramente, a aposta dos rivais em

comprar a afeição dos templários com a doação de Soure não compensara.

Se a sorte dos deuses favorecia os justos, a hora de se bater por um reino independente chegara. Afonso escolheu um local para o confronto com a mãe e Fernão Peres de Trava nos campos de São Mamede, às portas das muralhas de Guimarães.

Ajoelhou ao seu Deus e pediu orientação. O confronto dar-se-ia no dia da festa de João Batista.



Castelo de Guimarães.

Capítulo 22

1128. ENTRETANTO EM CHAMPANHE...

Mal o Concílio de Troyes encerrou, os cavaleiros templários receberam a primeira de centenas de doações, esta de Raul, o *Gordo*, e sua esposa, de todos os seus bens perto da cidade;¹ como esperado, o próprio Hugo de Payens doou as suas terras à Ordem do Templo.

Hugo e Bernardo de Claraval despediram-se afetuosamente. A exaustiva digressão europeia do cavaleiro para garantir relações diplomáticas e angariar fundos e recrutas estava prestes a começar.

Hugo partiu primeiro para Anjou a fim de se encontrar com o conde Fulque de Anjou, que fora ordenado nos cavaleiros templários e, um dia, sucederia a Balduíno II como rei de Jerusalém.

Em abril, apareceu em Le Mans, depois aventurou-se para sul até Roussillon, no lado francês dos Pirenéus, para se encontrar com Raimundo Bernardo, mestre templário de Portugale.² De facto, os dois homens ficaram felizes por se reencontrarem pela primeira vez em três anos, no seguimento da missão de Raimundo enviado pelo grão-mestre, em Jerusalém, no inverno de 1125.³

Desde que fixara residência em Braga, o cavaleiro borgonhês era tão produtivo como Hugo, e poucas semanas antes do encontro, assegurara a doação do castelo e das terras de Soure — duas vezes.⁴ Depois, ou adquiriu o cavalo mais rápido ou apanhou boleia na mais rápida das galés para se encontrar com Hugo. Rodeado pelo ar fragrante de uma primavera mediterrânica, o mestre Dom Raimundo teria deleitado os ouvidos do seu grão-mestre com o excelente avanço a ocorrer presentemente em Portugale, como o seu jovem príncipe correspondia a todas as expetativas e, com o auxílio dos templários, a declaração de um Portugale independente era agora apenas uma questão de tempo; Dom Guilherme Ricardo — o outro mestre templário em Portugal — também mandava cumprimentos.

Bem como o arcebispo Paio Mendes, que estava a acrescentar cinco capelas à Sé de Braga — pondo essencialmente uma coroa no corpo —, em honra da aprovação dos cavaleiros templários, o momento em que a própria ordem foi simbolicamente «coroadas».

As implicações esotéricas são notáveis, pois no número de capelas está uma referência ao pentagrama, a forma geométrica de cinco pontas associada a *sophis* (sabedoria) e Ísis, a divina virgem cujo templo serviu de base à catedral.

Terminado o que tinham de tratar, Dom Raimundo apertou a mão a Hugo e regressou o mais rápido possível para apoiar Afonso Henriques e ajudar nos assuntos inerentes a uma nova nação em construção.

Por falar em devoção ao dever.

Satisfeito, Hugo regressou ao Norte de França, pedindo ajuda pelo caminho. Em junho, encontrou-se com Henrique I de Inglaterra na Normandia. «O rei recebeu-o com grandes honras e deu-lhe grandes tesouros, consistindo em ouro e prata; e depois mandou-o a Inglaterra, e lá foi ele recebido por todos os homens-bons, e todos lhe deram tesouros, e na Escócia também, e por ele mandaram para Jerusalém grandes propriedades inteiramente em ouro e prata.»⁵

Meteu-se então num barco com o irmão templário Payen de Mont-Didier, futuro mestre templário de Inglaterra, para a curta travessia até Inglaterra. Durante a sua visita, angariou uma quantidade extraordinária de dinheiro e de homens, e uma precetoria em High Holborn, em Londres, no local de um antigo templo romano.

As ligações de Hugo de Payens em Jerusalém abriram-lhe, sem dúvida, as portas para o que, em retrospectiva, se revelaria uma viagem crucial à Escócia, após o casamento de Eustácio III, irmão do falecido Godofredo de Bulhão, com Maria da Escócia.⁶ Aí, Hugo caiu nas boas graças do rei David I, que obviamente gostou do que ouviu, pois concedeu a Hugo as terras e a aldeia de Balantrodoch (que mais tarde passaria a Temple), onde ele fundou uma precetoria e uma igreja. O próprio rei David ficou muito impressionado com a

Ordem Templária, pois «confiou-se inteiramente à orientação de [monges] religiosos, mantendo a seu lado a mais nobre irmandade da distinta ordem militar do Templo de Jerusalém, fê-los a ambos, de dia e de noite, guardiães da sua moral».⁷

O incansável Hugo estava de volta a França em setembro de 1128 para se encontrar com o seu velho cofundador Godofredo de Saint-Omer, sem dúvida para trocarem informações e recuperar o fôlego, e maravilharem-se com a velocidade a que a sua proposta conquistava todos os que encontravam. O que quer que os cavaleiros templários estivessem a vender, toda a gente comprava. Casas e propriedades e centenas de doações foram recebidas durante o ano por toda a França.

Durante esse tempo, as suas redes foram ativadas para possibilitar a fundação de uma base terrestre segura no Oeste da Europa,⁸ onde há vinte e quatro anos se alimentavam relações e a Ordem do Templo recebia donativos a um ritmo mais rápido do que em qualquer outra parte da Europa,⁹ provavelmente em resultado dos esforços de Afonso Henriques num campo de batalha perto de Guimarães.

De facto, tudo parecia encaminhado para revelar a primeira nação templária de Hugo de Payens e a Nova Jerusalém temporal de Bernardo de Claraval.

Capítulo 23

1128. 24 DE JUNHO. UM CAMPO DE BATALHA ÀS PORTAS DE GUIMARÃES...

De um lado, estavam os exércitos combinados de Fernão Peres de Trava (representando a Galiza), do arcebispo Diego Gelmires (representando a Diocese de Compostela) e algumas tropas portuguesas leais à condessa Tareja. Do outro, as forças comandadas por Afonso Henriques, tropas leais ao arcebispo Paio Mendes de Braga e basicamente todas as pessoas capazes de pegar em armas e representar todos os senhores de Portugal.

Não sendo de ficar de braços cruzados perante o próprio filho, Tareja virou-se para o marido e declarou: «Quero entrar na batalha ao vosso lado, porque tendes mais motivos para fazer as coisas por amor a mim e, por mais que me tenha esforçado para aprisionar o meu filho, os dois juntos somos mais poderosos do que ele.»¹

O que, como se verificou, não era propriamente uma avaliação correta da situação. Não só Afonso obtivera o apoio unânime dos nobres — grande parte dos quais, tal como ele, eram de descendência borgonhesa —, como um foral datado de 27 de maio também punha os direitos das igrejas de Braga ao serviço de Afonso, querendo isto dizer que o príncipe garantiu o apoio eclesiástico da Diocese de Braga, a igreja mais influente da região.² O foral estava assinado por uma lista impressionante de dignitários locais, incluindo o seu mentor Paio Mendes, bem como o incansável mestre templário Dom Raimundo Bernardo, acabado de regressar do seu encontro com Hugo de Payens no Sul de França.³

As forças comandadas por Afonso Henriques prevaleceram no campo de batalha de São Mamede. Tanto a sua mãe como Fernão foram encarcerados, mas, apesar de ter Tareja a ferros, ela conseguiu enviar uma mensagem ao seu sobrinho Afonso VII para que a fosse salvar. O que ele tentou, juntamente com os exércitos combinados de Castela e Leão, Aragão e Galiza, e tal como a sua tia, também ele foi vencido em combate.

Afonso banuiu a mãe para um convento na Galiza, não antes de ela o ter amaldiçoado como presente de despedida; quanto ao marido, foi libertado nos ermos da Galiza e desapareceu na obscuridade. Alguns dizem que foi para o estrangeiro.

Assim, no dia 24 de junho de 1128, a batalha de São Mamede estabeleceu a independência de facto de Portugal. As antigas terras delimitadas pelos rios Minho e Mondego, em tempos conhecidas como Lusitânia, estão finalmente unidas e não mais subordinadas a ninguém — tudo isto cinco meses após o Concílio de Troyes, em que os cavaleiros templários foram formalmente reconhecidos como uma organização soberana.

Um Afonso exultante entrou em Guimarães como príncipe de Portugal e reemitiu o foral da cidade, restabelecendo os direitos e concessões anteriormente feitos pelo seu pai, ao mesmo tempo que amplificava os direitos dos moradores em reconhecimento do apoio que lhe haviam dado.⁴

Afonso tem sido descrito como um diplomata arguto, de discurso erudito, prudente nas ações, tenaz e preparado para defender o seu país contra todas as ameaças, e a formulação do foral de Guimarães é indicativo dessas qualidades. Não só o documento é uma declaração de independência do jugo da influência espanhola, como também traçados no seu pergaminho cor de caramelo estão sinais inconfundíveis de quem esteve por trás dos acontecimentos que transformaram Portugale de um condado em Estado independente. Nas suas palavras, Afonso afirma que a sua autoridade se estende por todo o seu território *ab omni pressura alienus* (livre de qualquer interferência externa), um eco das palavras utilizadas por seu tio Bernardo de Claraval, ao descrever a proteção concedida aos templários no seu regresso a Champanhe com o seu segredo.⁵ É talvez a mais aberta afirmação a reconhecer a mão invisível representada pelo líder da Ordem de Cister ao preparar o caminho para um novo reino cristão exemplar e uma indicação de que, fosse qual fosse o segredo com que os templários

tinham estado a trabalhar em Jerusalém, este se encontrava também em jogo em Portugal.

Mas as palavras arrebatadas de Afonso estão subordinadas ao símbolo em torno do qual se enrolam e para o qual o olhar é indubitavelmente atraído: a inconfundível cruz dos cavaleiros templários. Domina o velino, um selo de aprovação da ordem, implementado por um dos seus irmãos. Afinal, para todos os efeitos, Afonso Henriques fora o administrador dos cavaleiros templários em Portugal.⁶



Foral de Guimarães.

Capítulo 24

1129. MARÇO. AFONSO REVELA-SE...

Segundo o relato histórico, «Sabendo desta doação [Soure], e pretendendo ser o senhorio desta propriedade, de modo a não desapontar os membros da ordem (à qual estava grandemente obrigado) ao rescindir a doação, outorgou assim a doação do dito castelo, mas desta vez em seu próprio nome.»¹



Afonso Henriques.

Afonso Henriques anulou a anterior doação de Soure e, em menos de um ano, substituiu-a por uma doação aumentada em seu nome, sem as restrições impostas no documento original.²

A formulação de Afonso do foral reconstituído aos cavaleiros templários evoca o ardor de um jovem concentrado, referindo-se à sua nova posição como «só pela misericórdia de Deus, príncipe dos portugueses», mas revela também inequivocamente o porquê de ele estar tão «grandemente obrigado» para com a Ordem do Templo: «Faço esta doação, não pela força nem pela persuasão, mas por amor a Deus, e para bem da minha alma e de meus pais, e pelo amor cordial que tenho por vós, e porque na vossa irmandade e em todas as vossas obras sou um irmão.»³

Não era invulgar os membros da elite da Ordem do Templo dirigirem-se informalmente uns aos outros como «irmãos»; até o mais alto membro é referido como tal na regra, «mestre, irmão Hugo de Payens». ⁴ Assim, Afonso Henriques revela que, aos vinte anos, é membro de pleno direito da irmandade dos cavaleiros templários,

e era-o provavelmente desde a sua cerimónia de investidura em Zamora, tal como se suspeitava.

Junto ao seu nome no velino do documento está inscrito o inconfundível emblema dos templários.

Capítulo 25

1139. OURIQUE. PREPARANDO-SE PARA COMBATER OS MOUROS...

Entre os seus novos deveres como chefe de um Estado independente, Afonso nunca esqueceu a importância do papel desempenhado pelo seu mentor, o simpatizante templário Paio Mendes. Um mês após ter fixado residência em Guimarães, o exuberante príncipe fez uma generosa doação de propriedades ao seu amigo, em antecipação do dia «em que terei adquirido a terra de Portugal».¹

Se Afonso tinha algumas ilusões de que o dia em que o resto do território português lhe pertenceria viria em breve ou facilmente, depressa as dissipou. Ainda que a ameaça dos exércitos de Castela e Leão no Norte estivesse temporariamente controlada, os mouros tinham reocupado terras portuguesas a sul do rio Tejo em tempos libertadas pelo seu pai, incluindo a cidade de Lisboa. Era preciso desferir um golpe definitivo aos árabes, e esse dia chegou onze anos mais tarde nas planícies de Ourique.

Os mouros viam o conflito iminente como um momento potencialmente decisivo na solidariedade portuguesa, dada a forma como haviam reunido as forças combinadas de nada menos do que cinco califas. Na década decorrida desde que os portugueses tinham tomado a cidade de Guimarães, os árabes assistiram penosamente à bem-sucedida reconquista de território a sul, tanto que Afonso Henriques pôde mudar a sede do poder cento e trinta quilómetros para sul, para Coimbra, uma cidade histórica contígua ao território fronteiriço naquele momento sob domínio árabe. A manobra deu a Afonso espaço para começar de novo, romper com as velhas políticas dos territórios estabelecidos do Norte e os densos meandros do privilégio aristocrático que dificultavam o avanço na construção de um Estado-Nação.²

Mal se tinha instalado na sua nova morada quando, contrariamente à prontidão militar, a primeira grande atividade na

cidade foi tratar da fundação do Mosteiro de Santa Cruz destinada a uma comunidade de cónegos regrantes de Santo Agostinho, que figuraria como uma importante propriedade urbana ao longo das muralhas da cidade. Em termos militares convencionais, isto era uma estranha iniciativa em tempos de guerra, e havia guerra em abundância, a começar pelos milhares de forças mouriscas reunidas cujas fileiras cada vez maiores encobriam gradualmente os contornos das planícies ondulantes em torno de Ourique.



Batalha de Ourique.

O exército português começou os preparativos por volta de 22 de julho, dia de Maria Madalena. Três dias depois, a alta figura de Afonso Henriques seguia pensativamente à cabeça do seu exército, a mente oscilando entre as exigências dos preparativos militares e o sonho profético que tivera na noite anterior, no qual ficou convencido de que os seus exércitos prevaleceriam no campo de batalha. O seu devaneio foi interrompido por um contingente de nobres e cavaleiros que se aproximava, entre eles, Guilherme Ricardo, o primeiro mestre templário de Portugal, que surpreendeu o príncipe com uma proposta inesperada. Após uma reunião secreta daqueles senhores, era seu desejo unânime que Afonso fosse declarado rei de Portugal antes do início das hostilidades.³ Afonso ficou sobressaltado: «Meus irmãos, é uma honra ser o vosso senhor, e sinto-me bem servido e protegido por vós, e porque estou satisfeito com isto, não desejo ser chamado “rei”, nem sê-lo, mas como vosso irmão e amigo, ajudar-vos-ei com o meu corpo a derrotar estes inimigos da fé.»⁴

Mas os cavaleiros insistiram. Não só era esse o seu desejo, como, dadas as hipóteses impossíveis que as tropas portuguesas enfrentavam contra um exército árabe amplamente superior, os

homens sentir-se-iam sem dúvida encorajados com a perspectiva de marchar para a batalha atrás de um monarca.

Afonso aceitou, relutante, a honra, como eco do seu predecessor Godofredo de Bulhão, quando também a ele foi oferecido o título de rei de Jerusalém e no mesmo período, de 22 a 25 de julho.⁴ Após uma breve cerimónia no campo de batalha, o cavalo de Afonso foi trazido, coberto com os habituais mantos brancos; os seus cavaleiros montaram à esquerda e à direita e encarregaram-se dos respetivos flancos, e a batalha para desbaratar os mouros começou.

As hostilidades duraram três horas para lá do meio-dia ao calor sufocante de julho, ambos os lados tornados indistinguíveis pelo pó laranja projetado para o céu por mãos e pés envolvidos em combate febril. Contra todas as probabilidades, os mouros foram derrotados.

A 25 de julho, o triunfo foi completo. Afonso comemorou o acontecimento emendando o escudo de Portugal que trazia consigo, herança do seu falecido pai — a cruz azul sobre um campo branco —, para incorporar trinta quinas de prata, uma lembrança do requisito simbólico de entrada na Ordem Templária.⁵

Três dias após o término das hostilidades, Afonso regressou a Coimbra e ao Mosteiro de Santa Cruz, onde se encontrou com o seu prior, Dom Telo, para se aconselhar sobre o assunto dos prisioneiros de guerra, para não falar nas dezenas de cidadãos árabes que, numa partida do destino, deram por si subitamente sob domínio português. O velho prior sugeriu ao rei vitorioso que o caminho honrado seria agir com superioridade moral: mostrar misericórdia, pois até os cistercienses reconheceriam que travar a guerra pela guerra frustrava o propósito do guerreiro espiritual. Ao dar o exemplo, com o tempo, os inimigos podiam tornar-se amigos.

O novo rei ouviu. Foi anunciado um perdão e os prisioneiros muçulmanos foram libertados.⁶

Afonso partiu então para norte, para reunir a primeira assembleia dos estados gerais, e, numa cerimónia na Sé de Lamego — a um passo do primeiro mosteiro cisterciense que em tempos ele ajudara um grupo de monges de Claraval a fundar em Portugal —, Afonso

Henriques foi oficialmente coroado rei de Portugal por nada menos que Paio Mendes.

Quando se ergue, fá-lo não só como chefe de um país independente, mas também como rei do primeiro Estado-Nação da Europa.⁷

2 O trono foi oferecido a Godofredo de Bulhão poucos dias depois de o conselho se ter reunido para discutir o assunto, no dia 22 de julho de 1100. A decisão foi tomada de 23 a 25 de julho.

Capítulo 26

1139. CLARAVAL. MANHÃ CEDO, FORA DA CAPELA...

Bernardo estava a meio da celebração das matinas quando o som de cascos de cavalos na gravilha anunciou a chegada de dois entusiasmados, ainda que cansados, cavaleiros — o meio-irmão de Afonso, Dom Pedro, e um dos cavaleiros templários originais, o irmão Rolando, que tinham vindo apressados de Portugal trazendo uma carta que anunciava o triunfo na batalha de Ourique, a coroação de um rei e o nascimento de uma nação.¹

Bernardo sentou-se e abriu a carta que trazia boas notícias, na qual Afonso se lhe dirigia como parente próximo.² O tio Bernardo teria ficado igualmente satisfeito por saber que, apesar da ascensão do sobrinho a chefe de uma nação, Afonso não sucumbira à sede de poder; honrara os seus votos e, mal lhe foi atribuída a Coroa de Portugal, demonstrou a sua gratidão para com os apoiantes doando ainda mais propriedades aos cavaleiros templários, aos cavaleiros do Santo Sepulcro e à Ordem de Cister.³

Os templários ficaram igualmente satisfeitos. A sua devoção a este jovem arrojado compensara, tal como as décadas de paciência nessa empreitada geopolítica. Contudo, o seu envolvimento na batalha de Ourique teve um preço elevado: o primeiro mestre templário, Dom Guilherme Ricardo, pereceu a defender o seu rei e irmão templário. Afonso assegurou a continuidade nomeando o mestre templário seguinte, Hugo Martins. Ordenou, além disso, vários cavaleiros na Ordem Templária enquanto no campo de batalha, incluindo Gualdim Pais, um dos cinco preceptores enviados por Hugo de Payens para «estabelecer a Coroa portuguesa».⁴ Só alguém que fosse já membro de alto estatuto nos cavaleiros templários teria poder e autoridade para fazer tais nomeações.

Um ano após a batalha, outra figura que ajudou a manter o rumo dos acontecimentos desde o início, o incansável arcebispo Paio Mendes, foi também sepultado⁹, mas, fiel ao seu estilo, não antes de fazer o seu inimigo, o arcebispo Diego Gelmires, de Compostela,

reconhecer o novo bispo português do Porto e renunciar à influência da Igreja galega sobre esta mais portuguesa de todas as cidades. Ironicamente, o novo bispo viria a substituir Paio um ano depois, após o seu funeral no outono, quase como se Paio tivesse tido uma premonição da própria morte.

Paio também legou os seus bens aos cavaleiros templários.

Outra ilustre figura que não viveu para ver a manifestação de uma Nova Jerusalém temporal foi o grão-mestre templário Hugo de Payens, que faleceu em Jerusalém em 1136.⁵

Ainda assim, 1139 revelou-se um momento crítico para os templários. Em França, a ordem recebeu uma das suas mais importantes doações, que teria um papel crucial na circulação eficiente de recursos — e, em última instância, do seu tesouro —, o porto de La Rochelle, «inteiramente livre e limpo de qualquer imposto», doado por uma muito esclarecida mulher da época, Leonor da Aquitânia. Entretanto em Roma, a longa luta pelo recém-vacante trono papal foi finalmente ganha pelos diligentes esforços diplomáticos de Bernardo de Claraval, cujo protegido Inocêncio II foi elevado ao estatuto de papa. Dado que Inocêncio fora monge em Claraval, não será uma surpresa que, mal subiu ao lugar mais alto da cristandade, ele tenha emitido *Omne datum optimum*, uma bula papal garantindo os privilégios dos cavaleiros templários.

A bula asseverava que os cavaleiros não deviam fidelidade a nenhuma ordem secular ou autoridade eclesiástica além do papa, e visto que o papa era cisterciense, o decreto podia muito bem ter dito que os templários só deviam fidelidade a Claraval. O seu poder seria agora independente de reis e prelados e livre de interferências das autoridades políticas ou religiosas. Para todos os efeitos, a ordem era agora uma corporação internacional autónoma. Com o tempo, os templários tornar-se-iam coletivamente na ordem mais rica da Europa, ultrapassando até os cofres incalculáveis da Igreja. No entanto, paradoxalmente, a sua primeira geração de cavaleiros renunciou a toda a riqueza e vivia em condições austeras.

Eram, porém, ricos em património imobiliário, pois um dos membros da sua irmandade era agora rei de um Estado-Nação.

Em apenas três décadas, o minúsculo reino de Portugal tornou-se um florescente território social, político, económico, religioso e militar templário. De facto, as sortes de Portugal, dos templários e dos cistercienses estavam interligadas, todas as entidades cresciam em conjunto. Ainda assim, a campanha para expulsar por completo os colonizadores árabes do território português manteria Afonso Henriques ocupado durante uma década, mesmo com a generosa assistência quer dos templários, quer dos cavaleiros hospitalários, para não falar em extravagantes infiéis como Geraldo, o *Sem Pavor*, que ficou conhecido por subir às fortificações mouriscas sem ser visto e esconder-se entre o inimigo à noite; depois, antes do amanhecer, armava um tão terrível alvoroço que fazia com que os habitantes da cidade acreditassem que estava um regimento inteiro a atacar. Ato contínuo, erguia o gradeado da ponte levadiça e permitia a entrada às tropas de Afonso, enquanto ele regressava ao acampamento com um saco cheio do que pilhara.

Curiosamente, durante estes anos de consolidação, o núcleo dos templários distanciou-se em geral dos assuntos militares e dedicou antes um enorme esforço exclusivo a um objetivo: a criação de um território em Portugal onde a ordem prosperasse com base nos ideais cistercienses e no conhecimento colhido da sua obra secreta em Jerusalém. De início, o centro de operações manteve-se na zona de Braga, como atesta um documento de 1151: «Os vossos irmãos do Templo, Petro Gratia e Martino Pelais, que vivem em Braga sob as ordens de Dom Ugo.»⁶ Dois anos depois, a Ordem Templária comprou uma propriedade junto ao rio Aliste na vila vizinha de Vilar, seguida da venda de uma propriedade na Feira por vinte e três peças de ouro.⁷ «Esta é a escritura da venda, que desejo fazer-vos, mestre Ugo, e aos vossos irmãos do Templo, voluntariamente e em paz.»⁸

Viterbo, historiador franciscano do século XVIII, resume elegantemente a importância dos acontecimentos em causa: «Como

teria sido útil ter uma monarquia inteira disponível, fundada a partir da dissolução de terras anteriormente sob domínio espanhol.»⁹ Pois foi precisamente isso que aconteceu com a independência de Portugal em 1128, seguida da sua soberania onze anos depois. Exceto que não fora tudo uma questão de conveniência, mas de planejamento paciente. Os cavaleiros templários, associados aos cistercienses e à Ordem de São, conseguiram o seu objetivo: a criação de um protótipo de estado cristão, e, no entanto, o que ali desenvolveriam seria tão impressionante quanto misterioso.

A questão é: porquê Portugal, porquê tão longe do ponto de origem dos templários? A resposta começaria no município de Ceres, numa igreja dilapidada à beira de uma vila decrépita sob um promontório calcário vagamente semelhante ao monte São.

Alguns relatos colocam este acontecimento em 1138, mas, se Paio coroou Afonso em Lamego em 1139, não podia estar morto.

INTERMEZZO

Recapitulemos a história até aqui. Perto do fim do século XI, os ducados de Lorena, Champanhe e Borgonha formam um núcleo de iluminação europeia. As suas nobres casas estão ligadas por uma teia intrincada de linhagens e casamentos, sendo a mais proeminente a linhagem merovíngia, que se diz representar uma tradição de sacerdotes-reis iluminados remontando a Troia e à Suméria.

Nesta altura, um grupo de monges autointitulados Ordem de Sião chega a Orval e prepara um jovem cavaleiro chamado Godofredo de Bulhão, que, graças ao momento conveniente de uma cruzada, viaja para «libertar a igreja do Santo Sepulcro». Com o auxílio da ordem, torna-se *princeps* da Cidade Santa. Em troca, instala os monges na abadia dilapidada no monte Sião, onde as suas raízes alegadamente começaram no tempo de João Batista.

Entretanto, um nobre chamado Henrique de Borgonha recebe o condado de Portucale como dote e torna-se seu governante. Como conde Dom Henrique, viaja para Jerusalém na altura da sua reconquista; com ele, está Pedro Arnaldo da Rocha, português de origem borgonhesa cuja família tem ligações profundas à Ordem de Cister. Os dois homens criam laços com uma série de parentes na Cidade Santa, incluindo Godofredo de Bulhão, o futuro grão-mestre templário Hugo de Payens e o conde Hugo de Champanhe, um dos primeiros benfeitores tanto dos templários como dos cistercienses.

Sob a proteção do conde Dom Henrique, os prototemplários, os cavaleiros hospitalários e os cavaleiros do Santo Sepulcro estabelecem uma representação em Portucale desde tão cedo como 1104. Tal como os cistercienses, cujo abade, Bernardo de Claraval, envia uma delegação de monges em 1119 para pedir a fundação de um mosteiro ao jovem Afonso Henriques — sobrinho de Bernardo e futuro rei de Portugal. Um dos monges, o irmão Rolando, um dos cavaleiros templários fundadores, age como emissário entre Portugale e Claraval. Um segundo monge, o irmão

Gondemare — também um dos templários originais e alegado membro da Ordem de Sião —, revela ser português. Aceita uma doação de propriedades na cidade de Braga em nome da Ordem do Templo logo em 1114.

Embora o conde Dom Henrique consiga reconquistar território português a sul até Lisboa, a sua morte prematura suspende os planos discutidos com os prototemplários até que o seu jovem filho, Afonso, tenha idade para governar. Entretanto, a educação do príncipe é assumida por Paio Mendes, arcebispo de Braga e prior dos cavaleiros hospitalários.

Em Jerusalém, os prototemplários mudam-se para o monte do Templo em 1118 e tornam-se nos cavaleiros templários. Hugo de Payens desenvolve uma relação próxima com Arnaldo da Rocha, que se tornou abade da Ordem de Sião; cronistas cistercienses alegam que ele terá sido um cavaleiro templário fundador anteriormente desconhecido.

Em 1125, os templários descobrem alguma coisa no monte do Templo. Hugo de Payens envia cinco procuradores templários — três franceses, dois portugueses — para estabelecer uma Coroa portuguesa. Graças a ligações antigas em Portugal, os templários fixam na cidade de Braga e arredores a sua residência permanente e nomeiam um mestre regional, Guilherme Ricardo. Três anos antes de receberem o reconhecimento oficial do papa no Concílio de Troyes, os templários obtêm propriedades estratégicas em Portugal e continuam a fazê-lo a um ritmo mais rápido do que em qualquer outro local da Europa.

Afonso Henriques chega à idade adulta e é secretamente admitido na Ordem do Templo pouco antes de entrar em guerra com a mãe para recuperar o controlo do seu devido território, com o claro apoio dos cavaleiros templários.

Cinco meses após a sua proclamação oficial em Troyes, os templários ajudam Afonso Henriques a assegurar a independência do país; onze anos depois, após a vitória de Afonso na batalha de

Ourique, são fundamentais para o estabelecimento de Portugal como primeiro Estado-Nação independente da Europa.

São estes os factos até aqui.

A grande questão é: porque haveria um grupo de cavaleiros e de monges de se aventurar desde os ducados francos e flamengos até Jerusalém, só para estabelecer um novo território quatro mil quilómetros a oeste?

Acreditariam os templários e os cistercienses que podiam construir uma Nova Jerusalém temporal num canto remoto da Europa?

Porque refeririam constantemente João Batista, Maria Madalena, Ísis, os antigos locais de veneração e as antigas festas pagãs?

Estariam os seus motivos relacionados com o segredo que descobriram em Jerusalém, um segredo que exigia proteção especial da Igreja e que os cavaleiros preferiam morrer a revelar?

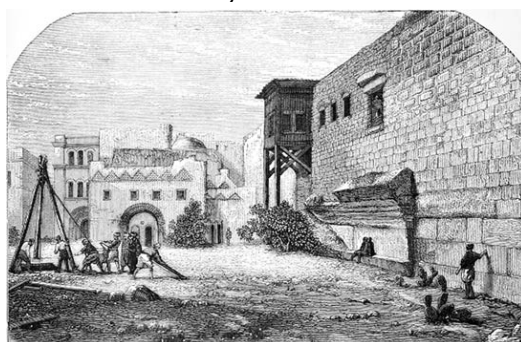
Se sim, terão depositado este segredo em Portugal?

Capítulo 27

1867. Jafa. UM COMBOIO DE MULAS DIRIGINDO-SE A JERUSALÉM...

Na tarde do dia 15 de fevereiro de 1867, uma equipa de escavadores britânicos desembarcou no cais, apesar das convulsões das águas do Mediterrâneo. Depois de descarregarem vários caixotes cheios de pás, alavancas, pés-de-cabra, teodolitos e sextantes, dirigiram-se para leste através da estrada de terra, a caminho de Jerusalém, às quatro da manhã, acompanhados por um cortante vento frio que, às vezes, tinha força suficiente para deitar ao chão as mulas carregadas. Os cabos Birtles, Phillips e Hancock, juntamente com os capitães Warren e Wilson, estavam habituados àquele templo inclemente. Para o que não estavam preparados era para o passo lento do seu grupo, que demorou umas treze horas a completar a viagem de cinquenta e três quilómetros.

Ao chegarem finalmente a Jerusalém, o capitão Wilson apresentou-se ao cônsul britânico, e juntos visitaram o governador Izzet Pacha, que lamentou informar o capitão de que uma carta necessária não chegara e que, enquanto a esperavam, teria todo o gosto em conceder a Wilson a autoridade de escavar em qualquer local, exceto no interior de Al-Haram ash-Sharif — o Nobre Santuário, a Cúpula do Rochedo. Para começar, os muçulmanos estavam inquietos com os engenheiros a escavar no monte do Templo, sobretudo em Es Sakhra (Rocha Sagrada), pois dizia a tradição que sob esta pedra angular nasciam todos os rios da energia da Terra, e mexer neste local sagrado podia trazer calamidades ao país. Ao mundo, até.



Escavando sob Jerusalém.

Ainda assim, a carta a solicitar aprovação arqueológica chegou, pedindo que fossem proporcionadas aos homens «as instalações necessárias com respeito ao objeto da missão, e autorização e todas as estruturas possíveis para escavar e inspecionar locais após satisfazer os proprietários... com exceção do Nobre Santuário e dos vários templos muçulmanos e cristãos.»¹

A escavação foi lenta, pesada, desconfortável, e arrastou-se durante anos. Consistiu sobretudo em poços quadrados escondidos por ripas gotejantes, calcário duro e camadas de destroços de cidades antigas, empilhadas. Por vezes, o Corpo de Engenheiros Reais encontrava esgotos que infetavam qualquer bolha nas mãos dos escavadores. Ou então as valas de trabalho não tinham mais de sessenta centímetros de largura e em solo tão solto que se abria em buracos suficientemente largos para engolir um boi.

Warren e a sua equipa encontravam incentivo sempre que irrompiam por galerias e câmaras inesperadas. E havia muitas. Algumas tinham-se formado pela força natural da água agindo sobre o calcário poroso, mas outras tinham claramente sido moldadas por homens de uma era passada. Quem fora louco o suficiente para escavar túneis sob o monte do Templo num ar tão viciado que até as velas tinham dificuldade em respirar?

A sua tenacidade foi recompensada quando encontraram corredores e abóbadas e arcadas ladeando as fundações subterrâneas que sustentavam as paredes do santuário. Os arcos eram suportados por mais arcos em baixo, criando um labirinto de câmaras. Esta era de longe a alvenaria mais antiga de Jerusalém, ou debaixo dela, alguma coberta por estruturas sarracenas posteriores.

Uma câmara destacava-se das outras e mereceu que Warren fosse descido por uma corda para a sua forma retangular de nove metros por sete, as paredes feitas de pedras quadradas e unidas sem argamassa, cada esquina marcada por um pilar coroadado com um capitel; ao centro, erguia-se uma coluna. Uma sala semelhante,

contígua ao Templo de Salomão, foi em tempos descrita no Talmude como câmara secreta reservada a cerimónias especiais.

Depois, os engenheiros depararam-se com túneis rasgados havia séculos, nos quais foram encontrados artefactos pertencentes aos cavaleiros templários: uma cruz e uma espada, assim como uma espora e restos de uma lança.

Os artefactos seguiram para um arquivista templário em Edimburgo, o neto de um amigo do capitão Parker, um dos elementos do Corpo de Engenheiros Reais que ajudara Warren nas escavações; também lhe foi dada uma carta escrita por Parker a explicar que, durante uma das escavações sob o Templo de Herodes, ele descobriu uma sala secreta sob o monte do Templo com uma passagem que conduzia a uma parede. Quando rompeu a cantaria, deu por si por instantes dentro da Mesquita de Omar, no pátio sul da Igreja do Santo Sepulcro. O seu espanto durou pouco, no entanto, pois foi de imediato perseguido por uma turba zangada de muçulmanos devotos que estavam a rezar dentro da mesquita.²

Entre os muitos achados do Corpo de Engenheiros Reais estava um dos poços abertos pelos templários sob o monte do Templo, com quase vinte e cinco metros de profundidade através da rocha maciça, antes de se ramificar horizontalmente numa série de laboriosos túneis radiais. Tal como os britânicos, os templários antes deles tinham escavado sub-repticiamente para evitar o confronto com os muçulmanos, que continuaram a ter acesso aos seus locais sagrados mesmo após a sua derrota em 1100.

Transcorreu quase um século até as próximas escavações relevantes serem feitas por um grupo de arqueólogos israelitas, que também tropeçaram num túnel escavado pelos cavaleiros templários:

O túnel segue para dentro, por uma distância de cerca de trinta metros, a partir da parede sul, antes de ser bloqueado por pedaços de pedra e destroços. Sabemos que continua mais adiante, mas tínhamos definido a regra rigorosa de não escavar nos limites do monte do Templo, que está atualmente

*sob jurisdição muçulmana, sem primeiro obtermos permissão das autoridades muçulmanas competentes. Neste caso, só nos autorizaram a medir e fotografar a secção exposta do túnel, não a realizar qualquer tipo de escavação. Após concluirmos este trabalho... selámos a saída do túnel com pedras.*³



Túneis sob o monte do Templo.

Sem dúvida que os templários tinham aberto o seu caminho até às partes mais sagradas de Jerusalém — a Igreja do Santo Sepulcro, a Es Sakhra dos muçulmanos, a Shetiyya dos judeus —, a pedra basilar do monte sagrado onde em tempos se erguera o Templo de Salomão. Mas o que procuravam especificamente, e como sabiam os templários onde escavar?

Capítulo 28

1146. COIMBRA. EM CASA COM AFONSO E A SUA NOVA NOIVA...

Afonso Henriques deve ter parado para respirar, porque, de repente, deu-se conta de que tinha trinta e sete anos e estava solteiro. Talvez estivesse finalmente a baixar a guarda após o emissário do papa o ter convencido de que envolver-se em mais hostilidades com o seu brutal vizinho do Norte, Afonso VII de Castela e Leão — que Afonso derrotara em Guimarães, mas que, desde então, recuperara o seu espírito combativo —, só beneficiaria o inimigo comum, os mouros. Assim, os dois primos em disputa, Afonso e Afonso, apertaram, por fim, as mãos em paz, ironicamente de novo na cidade santa de Zamora, onde o rei português foi armado cavaleiro.

Agora, ali estava ele, no auge da vida, monarca, irmão templário, criador do primeiro Estado-Nação independente da Europa, decerto um íman para inúmeras nobres elegíveis a vaguear pelo circuito europeu em busca de uma boa linhagem aristocrática. A sua descendência dos duques da Borgonha teve provavelmente algum papel na sua decisão de reforçar a sua determinação e pedir Mafalda, uma prima do duque da Borgonha, em casamento, que de bom grado aceitou, e os dois parentes distantes uniram-se em matrimónio.

Os recém-casados desfrutaram de um momento de alegria conjugal curto, pois, no dia 10 de março de 1147, após receber uma carta de Claraval, Afonso saiu com as suas tropas de Coimbra sem lhes dizer para onde se dirigiam. Pararam em Soure para apanhar a milícia templária residente e, quatro dias depois, a meio da noite, um grupo selecionado de cento e vinte cavaleiros esgueirou-se para a cidade detida pelos mouros de Santarém.¹ Ao nascer do Sol, a cidade fortificada foi tomada com o mínimo de resistência.² Retirar Santarém das mãos dos mouros foi uma doce recompensa pela derrota dos templários em Soure, três anos antes, às mãos do

governador árabe de Santarém, Abu-Zakaria, que arrasou a vila e levou consigo metade da sua população como escrava.



No foral passado à cidade, Afonso fez uma promessa solene aos templários.

Quando comecei essa viagem até àquele castelo que se chama Santarém, fiz uma proposta no meu coração, e fiz um voto, que, se Deus na sua misericórdia mo permitisse, daria todos os bens eclesiásticos a Deus e aos irmãos militares do Templo de Salomão, criados em Jerusalém para a defesa do Santo Sepulcro, parte da qual [ordem] foi estabelecida comigo no mesmo país. E uma vez que Deus me fez essa honra e realizou o meu desejo, eu, Afonso, supramencionado rei, juntamente com a minha esposa, Mafalda, fazemos o foral aos supramencionados cavaleiros de Cristo de todas as igrejas em Santa Irene [Santarém], para que eles e todos os seus sucessores possam ter e possuir em direito perpétuo, a fim de que nenhum clérigo ou leigo possa questionar isto. Mas se por acaso acontecer que em, qualquer altura, Deus, na sua misericórdia, me dê aquela cidade que se chama Lisboa, deverão concordar com o bispo sobre o meu conselho. Se alguém tentar anular a minha doação, não pode fazê-lo em nenhuma condição, e caso alguém queira contestá-la, que seja removido da fraternidade da Santa Igreja e que não partilhe das alegrias de Jerusalém.³

O documento foi corroborado e aceite pelo presente mestre templário de Portugal, Hugh Martin (Hugo Martins, como o conheciam os portugueses),⁴ e com Santarém assegurada, os templários mudaram a sua base de operações para fora de Braga.

Estranhamente, apesar de Santarém ser da máxima importância estratégica — o bastião da fronteira do florescente reino português e a entrada para a grande cidade de Lisboa —, os templários mostraram pouco interesse em proteger a sua nova sede eclesiástica da retaliação dos mouros. O seu único foco centrava-se nos bens eclesiásticos da cidade, especificamente na igreja matriz que o rei lhes concedeu. Mudaram-se para a mesquita, dedicaram-na a João Batista,⁵ depois entregaram-se à construção de um novo templo, na forma da Igreja de Nossa Senhora da Alcáçova, fundada por nada menos do que o misterioso Arnaldo da Rocha.⁶ Uma lápide sobre a porta principal da igreja diz: «Esta igreja foi fundada em honra da Virgem Maria... pelos soldados do Templo de Jerusalém, por ordem de mestre Ugonis, edificado sob o cuidado de Petrus Arnaldo.»⁷ Teria sido um tributo adequado ao prior Arnaldo, dado que esta cidade era a sua terra natal.⁸

É, de facto, estranho que Afonso Henriques, novo rei de uma nova nação, tendo gastado recursos e esforço pessoal a conquistá-la e a defendê-la dos mouros, doasse persistentemente e sem esforço enormes extensões de terra, igrejas e castelos estratégicos aos templários. Tais ações só fazem sentido quando se considera que ele era o administrador da Ordem Templária em Portugal e, sem dúvida, o líder do seu braço militar.⁹ Ainda assim, leva-nos a perguntar porque precisariam os templários de tanto território. As heranças eram vastas e decerto para lá da sua capacidade de administrar ou proteger. No século XVIII, o cronista Bernardo da Costa descreveu a enorme quantidade de doações feitas aos cavaleiros templários em Portugal nesta altura e como «copiá-las a todas tornaria esta história demasiado grande». Obviamente, ele teve acesso a muito mais documentos contemporâneos do que os

agora disponíveis, porque um incêndio devastador em Viseu destruiu o arquivo central cisterciense em 1841.

Ainda mais bizarro, os templários mostravam uma extraordinária indiferença quanto aos direitos que lhes eram atribuídos, e tão pouco tiravam proveito das propriedades excepcionais que lhes eram dadas, como se estivessem a executar um plano preconcebido ou em busca de algo muito mais valioso, algo intangível e imaterial.

Afonso foi também generoso com o seu tio Bernardo de Claraval, com quem mantinha uma saudável correspondência.¹⁰ Os cistercienses receberam extensas doações de terra da parte do rei português, como os quarenta e quatro mil hectares na serra dos Candeeiros;¹¹ o eremita João Cirita (que em tempos apelara a um jovem Afonso, juntamente com o grupo de monges de Claraval) visitou o agora adulto rei para pedir outro mosteiro, em Alafões, para o qual Afonso de bom grado emitiu um novo foral em 1146; e quando a Sé do Porto ficou de novo vacante, foi oferecida a um monge cisterciense chamado Pedro.¹² Graças a estas e outras doações na região em torno da terra natal do rei em Viseu,¹³ os cistercienses prosperaram neste novo Portugal e contribuíram para a profunda mudança nos sucessos agrícolas e educacionais, os dois pilares centrais da filosofia cisterciense.¹⁴

Talvez a maior surpresa para Bernardo de Claraval tenha sido o dia em que um mensageiro chegou à sua abadia com uma carta de Afonso a pedir ao velho abade que enviasse monges para tomarem conta de um presente, ao que Bernardo respondeu: «Que possais sempre receber sinais infalíveis do céu para o uso do vosso reino», e agradecendo-lhe a doação de terras para um novo mosteiro.¹⁵ Enviou de imediato cinco monges de Claraval para Portugal, armados de extensões de corda marcando as medidas das várias divisões, para que pudessem reproduzir na parcela virgem de terra um esboço preciso da dita abadia. Situada na confluência de dois rios, a terra era densamente arborizada, impenetrável e horrível. Mesmo como os cistercienses gostavam. Mas viria a assinalar um dos mais magníficos mosteiros cistercienses da Europa, a elegância

da sua arquitetura ultrapassando até a da abadia-mãe da ordem em Fontenay.¹⁶

Recebendo o seu nome de Al Cobaxa, o nome árabe que descrevia a forma das colinas circundantes, o Mosteiro de Alcobaça seria o maior reconhecimento do afeto de Afonso pelo seu tio, para não falar no falecido conde Dom Henrique, pois, ao escolher o local junto à velha Ermida de São Julião, Afonso honrou o monge que em tempos lá vivera e acompanhara o seu pai na sua primeira viagem a Jerusalém.

O mosteiro foi fundado a 2 de fevereiro, dia da festa pagã e celta do Imbolc (a cristianizada Candelária), simbolizando o emergir da luz das trevas do inverno, quando a fertilidade é de novo devolvida à Terra. Uma das primeiras pessoas a juntar-se ao mosteiro foi o irmão de Afonso, Dom Pedro.¹⁷

A arquitetura do edifício reflete a regra cisterciense. É de pedra nua, moldada e organizada nos mínimos essenciais do equilíbrio, ritmo, luz e sombra, criando um ambiente em que Deus é procurado e o ego é negado. Esta pequena insistência bastava para devolver a estabilidade à vida de um indivíduo mortal. Bernardo não era grande apreciador de igrejas opulentas e defendia a importância de se concentrarem nas coisas divinas sem distrações, como em tempos recordou aos excessivos beneditinos: «Nada digo da vasta altura das vossas igrejas, da sua desmedida extensão, da sua largura supérflua, dos aperfeiçoamentos dispendiosos, dos curiosos entalhes e pinturas que atraem o olhar do adorante e dificultam a sua atenção a Deus.»¹⁸



Mosteiro de Alcobaça.

Tal como a associação entre os cavaleiros templários e a fundação de Portugal, a relação entre Portugal e os cistercienses é ainda mais profunda, ocorrendo com a chegada do conde Dom Henrique, como um cronista cisterciense afirma:

O início do reino de Portugal e da Ordem de Cister ocorreu ao mesmo tempo... O reino de Portugal está grandemente obrigado [à Ordem de Cister] porque, além de ser abençoado com a santidade dos seus monges, como foi registado nos seus anos iniciais... [a ordem] estendeu-lhe o seu auxílio espiritual e material, como nas conquistas de Santarém, Lisboa... e outros sucessos, para os quais foi providenciada assistência pela intervenção de Bernardo e dos seus contactos: isto é prova da assistência material... [que Bernardo] pôs ao alcance de Afonso Henriques na instigação do seu reino, pelo que o rei pôs o seu reino sob as [regras] de Claraval.¹⁹

Assim, a Ordem de Cister e o condado português estavam temporal e espiritualmente interligados, tendo nascido em simultâneo, como o próprio Bernardo de Claraval declarou. «E assim temos aqui apresentado um mistério, pois o céu ordenou que o reino de Portugal e a nossa Ordem de Cister nascessem na mesma altura. Em 1098, Roberto [de Molesme, um dos fundadores] instituiu a sagrada reforma de Cister, e no mesmo ano... o conde D. Henrique recebeu o Estado de Portugale como dote.»²⁰ A ligação torna-se ainda mais clara devido à relação familiar entre Bernardo de Claraval e Dom Henrique.²¹



Monges cistercienses.

Dizer que a relação se revelou vantajosa no desenvolvimento do ideal cisterciense é um eufemismo. A ordem deixou a sua maior marca em Portugal ao erguer aqui a maior concentração de mosteiros da Europa.²² Poucos anos após se terem instalado em Alcobaça, os monges já estavam a negociar um excedente com Lisboa. Em meia década, o seu extenso conhecimento das variedades de plantas e de agronomia fez desabrochar uma região anteriormente desfavorecida. Instituíram explorações mineiras, fundições de ferro, plantaram extensos pomares, organizaram a construção naval e zonas de pesca e a secagem e salga do bacalhau (criando o mais nacional dos pratos portugueses). As suas receitas de conservas e salsichas e presuntos curados não só se tornariam elementos fundamentais da dieta portuguesa, como sobreviveriam até ao século XXI, junto com o seu cristal *Atlantis* soprado à mão, ainda hoje um produto de renome internacional.

A base do sucesso dos cistercienses estava firmemente assente numa plataforma humanista que deve ter parecido estranha na Europa medieval. Proibiram a escravatura, pagavam salários justos aos trabalhadores e labutavam ao lado deles nos campos, abriram escolas livres, alimentaram os famintos, deram abrigo aos despojados, educavam os jovens e cuidavam dos idosos. Também honravam o divino feminino e concederam a igualdade às mulheres. O teólogo e místico muçulmano Al Ghazali compara a doutrina dos cistercienses com a do ramo esotérico do próprio islão, o sufismo: «A ciência deles tem como objetivo o desenraizamento da alma de

todas as paixões, a extirpação dos desejos perversos e das qualidades malignas, de modo a que o coração se possa distanciar de tudo o que não é Deus, e dar-se para a sua única ocupação, a meditação sobre o Ser Divino.»²³



Painel em Alcobaça mostrando monges a chegar de Claraval, marcando o local com cordas, em forma da constelação da Virgem, a divina virgem.

Mas a história de como os cistercienses e os cavaleiros templários vieram a ser fundamentais para a fundação do primeiro Estado-Nação independente da Europa não está completa sem realçar o envolvimento da terceira parte desta santíssima trindade — a Ordem de Sião, em particular a figura que foi, talvez, a mais influente na realização desta grande obra, um homem cuja pegada é enorme, mas paradoxalmente tão pouco está escrito sobre ele, possivelmente porque ele preferiu assim e provavelmente porque o seu envolvimento em algo tão sensível como a construção de uma nação estava destinado a permanecer discreto: o misterioso prior Arnaldo da Rocha.

Capítulo 29

1147. ABRIL. BRAGA. O MISTERIOSO PRIOR ARNALDO NO SEU NOVO LAR...

A nota de venda de uma casa à beira-rio à saída da cidade, nas encostas do monte Ferrocan, é de Dona Sancha Viegas e filhos, dada a «Petrus Arnaldo, um frade do Templo».¹ Ninguém merecia mais este cenário bucólico do que ele.

Nascido em Santarém, na família De la Roche da Borgonha,² Arnaldo da Rocha viajou para Jerusalém com o conde Dom Henrique para se encontrar com Godofredo de Bulhão, tornou-se prior da Abadia de Nossa Senhora do Monte Sião, e continuou como tal até meados dos anos 1120.³ É considerado um dos fundadores dos cavaleiros templários em Jerusalém e é-lhe atribuída a sua introdução em Portugale.⁴

O seu nome surge em dois documentos assinados com Hugo de Payens, expressando contínua cooperação entre as respetivas organizações.⁵ Por ordens expressas do grão-mestre, regressa a Portugale em 1125 com o título adicional de procurador,⁶ e, juntamente com outros quatro cavaleiros templários, recebe instruções para criar um lar para a ordem e «estabelecer uma Coroa portuguesa».⁷ Isto coincidiu com a descoberta pelos templários de algo de uma importância monumental, que concluiu as suas escavações dentro do monte do Templo.

Está presente no início do esforço rumo à independência portuguesa, providenciando propriedades e aceitando donativos em nome dos templários. Depois, durante quase trinta anos, este homem de elevado estatuto e reputação ocupa um humilde segundo plano em relação a três mestres templários consecutivos em Portugal, mas continua a trabalhar nos bastidores. Porque haveria um indivíduo tão extraordinário de se manter praticamente incógnito durante os anos fundamentais para a criação de uma nação?

Subsiste frustrantemente pouca documentação referente a esta muito influente figura. Sempre que o prior Arnaldo sobe à ribalta, fá-

lo fugazmente, como que envolvendo-se numa subtil diplomacia. Como presidiu a um grupo também misterioso e fechado escondido atrás de uma basílica fortificada no monte Sião, talvez não seja uma surpresa que ele tivesse conduzido o seu trabalho da mesma forma após regressar ao seu país natal, momento que coincide com a investidura de Afonso Henriques em Zamora. (Esteve presente na cerimónia?)

Terão as renegociações frenéticas da condessa Tareja, ao conceder a propriedade de Soure aos templários, sido uma marca da sua influência? Soberanos paranoicos não entregavam território e castelos estratégicos a não ser que confiassem implicitamente nas pessoas com quem lidavam, e Arnaldo, com laços familiares estabelecidos dentro e em torno da corte portuguesa, confidente do seu falecido marido e familiar de Bernardo de Claraval, era sem dúvida um homem de reputação irrepreensível. Se houve um diplomata tão centralmente posicionado entre tantas fações, o prior Arnaldo é o principal candidato, o pilar de toda a operação.

Há outra questão. Os templários estavam envolvidos num plano geopolítico e, como tal, seria difícil divulgarem-no abertamente. A influência de uma organização estrangeira em solo soberano, quanto mais a ideia de construir uma nação, é um assunto subtil; é um exercício de forjar amizades e alianças invisíveis. Que cavaleiros franceses, procuradores e mestres se mudassem para Braga é uma coisa (dada a herança borgonhesa do conde de Portugale, isto dificilmente faria arquear sobrolhos), mas Arnaldo era português, de família borgonhesa e um clérigo. O falecido investigador templário André Paraschi foi conciso quanto a esta hipótese: «A instalação no país de uma Ordem dos Templários precisava de ser um assunto subtil, pois teria sido uma tarefa difícil de conseguir por alguém já investido de uma óbvia autoridade, como um mestre regional.»⁸

Paraschi continua sugerindo que o prior Arnaldo era o mestre templário não documentado em Portugal desde que estabeleceu o seu domicílio em Braga, pouco depois de regressar do monte Sião, em 1125: «Foi o cérebro da expansão e consolidação da ordem na

Península... obra que tinha de ser realizada com paciência e secretismo, longe do olhar do mundo profano.»⁹

O governo de Arnaldo assume uma coesão misteriosa, transcendente, que não é desconhecida para quem estiver envolvido em movimentos esotéricos.¹⁰ Para todos os efeitos, as figuras de que ele se rodeava estavam implicadas numa democracia teocrática; até as ações das pessoas recrutadas para a Ordem Templária sugerem que a irmandade era regida como se por um colégio ministerial.

Pouco depois de Afonso Henriques doar as propriedades eclesiásticas de Santarém aos templários, Arnaldo da Rocha volta à ribalta e, agindo como procurador da ordem, aceita e supervisiona grandes donativos neste território.¹¹ Em 1157, após a morte do mestre templário Hugo Martins, aceita finalmente — e, ao que parece, com relutância — o título de mestre.¹²

Mas o seu mandato como quarto mestre dos templários em Portugal é breve, menos de um ano, de facto. E passa grande parte dele a preparar o sucessor, um cavaleiro que conhecera enquanto jovem em Braga e que partilhara das suas aventuras em Jerusalém — Gualdim Pais —, como se o prior de Sião estivesse a orientar este jovem cavaleiro para um importante rumo de ação.

Capítulo 30

1119. MONTE DO TEMPLO. UM TÚNEL A VINTE E CINCO METROS DE PROFUNDIDADE...

Mesmo para um cavaleiro, era um trabalho duro extrair o calcário e os destroços de mil anos de civilizações acumuladas debaixo de Es Sakhra, a rocha sagrada sobre a qual tanto sangue fora derramado, tudo em nome de uma divindade informe. Por duas vezes, Hugo de Payens viajou até Jerusalém para avaliar a probabilidade de localizar um objeto relacionado com a sua causa, mas agora os cavaleiros templários estavam mais do que convencidos de que se encontravam no caminho certo.

Até o senso comum dita que a história de nove cavaleiros a patrulhar cinquenta e três quilómetros de estrada entre Jafa e Jerusalém para proteger milhares de peregrinos de bandidos, ladrões, sarracenos e pumas é uma ideia absurda. Um grande enigma medieval. Nem Fulquério de Chartres, cronista do rei de Jerusalém, alguma vez retratou os cavaleiros templários a agir como polícias dos peregrinos, provavelmente porque a segurança já era exercida pelos cavaleiros hospitalários.¹

O dever inicial dos hospitalários era defender e cuidar dos peregrinos visitantes. Após ser-lhes concedido estatuto oficial em 1113 por bula papal, o seu nome também se expandiu para a Ordem do Hospital de São João de Jerusalém — batizados não com o nome de João Batista, como seria de presumir, mas em memória de João Esmoler², um nobre cipriota que, após a morte da esposa, deu todos os seus bens terrenos aos pobres, subiu à posição de bispo de Alexandria e tornou-se um modelo de caridade exemplar.² Assim, os cavaleiros hospitalários adotaram como seu santo padroeiro um homem que dedicou a vida a ajudar os outros.³



A paisagem em torno de Es Sakhra no monte do Templo.

A sua associação a João Batista surge do facto de a hospedaria hospitalária ter sido construída sobre as ruínas da sua antiga igreja.

Uma regra de conduta foi redigida pelo seu grão-mestre, o cavaleiro Raymond du Puy, que não incluía objetivos militares. Mas, em meados do século XII, por ordem do papa, o espírito militar suplantou a sua função caritativa original, para grande desgosto dos membros.⁴

Em vez de prestarem assistência aos peregrinos da Terra Santa, os membros nucleares dos cavaleiros templários passaram os primeiros sete anos enclausurados nos estábulos de Salomão, armados com pás e picaretas, recusando teimosamente a entrada no local a qualquer pessoa externa à sua irmandade interior.⁵ Mas algo mudou em 1121, levando um dos templários fundadores, Godofredo de Saint-Omer, a regressar à Flandres armado de pergaminhos.

João Esmoler viveu em 610 d. C.

Sob a tutela de Gilbert d'Assalit, os cavaleiros hospitalários planearam a invasão do Egito e pediram assistência aos templários, que recusaram. «Parecia uma questão difícil para os templários travar uma guerra sem causa, desafiando os tratados e contra toda a honra e consciência, contra uma nação amiga, mantendo connosco a fé, e confiando na nossa própria fé.» A crónica prossegue afirmando que os hospitalários tentaram armar-se como uma grande sociedade militar «em imitação dos templários». Supostamente, os hospitalários mais antigos lembraram a Gilbert que eram uma ordem religiosa, não militar, e que «a Igreja não lhes tinha posto armas nas mãos para fazer conquistas». Inevitavelmente, foram demovidos pelos mais jovens e mais tolos no seio da ordem, e obteve-se dinheiro dos mercadores florentinos e genoveses, que introduziram mercenários na ordem e organizaram os hospitalários numa unidade militar.

Ver Guilherme de Tiro, *History of Deeds*. Os cavaleiros hospitalários transformar-se-iam na Ordem de Acre, na Ordem de Rodes e na Ordem de Malta.

Capítulo 31

1147. BRAGA. GUALDIM PAIS TAMBÉM SE MUDA PARA A SUA NOVA RESIDÊNCIA...

«Pelagius construiu uma certa casa, uma morada para peregrinos, como remédio para a sua alma e a de seus pais, em Braga, para cujo sustento trouxe consigo mãos generosas, vinhas, propriedades agrícolas, muitos benefícios e muitos proveitos. Após a sua morte, contudo, aqueles que queriam muitas das riquezas perecíveis deste mundo... destruíram-na, reduzindo-a a nada. Depois, eu, Afonso, rei de Portugal, vi a supramencionada casa tão destruída e diminuída, e querendo reformá-la para melhor, criei para ela um foral de testamento e estabilidade, juntamente com João, arcebispo de Braga, com Deus e os cavaleiros do Templo de Salomão... A eles a dou e concedo, com todas as dependências que agora tem e costumava ter no dia da morte do arcebispo Pelagius, para que possam tê-la e possuí-la, e fazer com ela o que desejarem ao serviço do Templo.»¹

A carta de Afonso Henriques ilustra o enorme respeito que o rei de Portugal tinha por Pelagius, também conhecido por Paio Mendes. A decisão de Afonso de renovar a antiga casa de peregrinos e o seu hospital para os pobres foi oportuna, pois não tardaria a tornar-se no domicílio da próxima personagem em ascensão dos templários, Gualdim Pais, após os esforços do cavaleiro na reconquista da cidade de Santarém.²

A vida de Gualdim lê-se como uma lista de coincidências e de ironias; de facto, toma um aspeto quase mitológico. Nasceu nos arredores de Braga, na cidade de Marecos, em 1118, o mesmo ano em que os cavaleiros templários foram fundados enquanto entidade. De igual modo, a sua morte a 13 de outubro reflete o dia infame em que os templários seriam presos por toda a França e praticamente obliterados. Descendia da primeira e mais alta nobreza do Norte de Portugal, e o seu pai, Paio Ramires, tomou o partido de Afonso Henriques contra a mãe do príncipe.

Gualdim viajou muito, aprimorando as suas competências enquanto homem da espada e adepto da devoção, e à então idade adulta de vinte e um anos, lutou ao lado de Afonso na decisiva batalha de Ourique, o momento que definiu Afonso como rei, Portugal como nação e Pais como futuro mestre templário.¹

Como um eco do nascimento simultâneo de Portucale e da Ordem de Cister, a ascensão de Gualdim Pais é indissociável da sorte dos templários, dos cistercienses e da era dourada de ambos em Portugal.

Além da sua amizade duradoura com o futuro rei (com quem partilhava uma visão singular de um reino que só devia contas a Deus), o estatuto nobre da sua família teria inevitavelmente estabelecido ligações com outra das mais ilustres famílias de Braga, os La Roche, em particular Arnaldo da Rocha, e provavelmente foram os feitos do prior no monte Sião que inspiraram os pais de Gualdim a enviá-lo para Jerusalém. O jovem juntou-se ao círculo íntimo de Arnaldo, pois é referido como um dos cinco procuradores enviados a Portugal por Hugo de Payens. O que é um conceito extraordinário, dado que, em 1125, Gualdim teria apenas oito anos!

Fica ainda mais estranho. No ano seguinte (junho de 1126), este pequeno procurador templário é referido no foral da aldeia de Ferreira pela condessa Tareja.³ Uma entrada escrita junto ao documento diz: «Este foral é um acordo e reafirma que mestre Gualdim e Arnaldo da Rocha tomam conta da nossa aldeia de Ferreira.» E como se a história não pudesse tornar-se ainda mais notável, um cronista cisterciense afirma categoricamente que, durante toda a sua vida, Gualdim Pais foi um mestre templário,⁴ «o principal cavaleiro neste reino, a quem eles eram obedientes».⁵

O que havia de tão especial neste menino-prodígio que exigia que fosse preparado logo desde a infância para ser mestre templário?

À mais sensata idade de trinta anos, seguiu os passos de tantos ilustres e devotos cavaleiros antes dele ao fazer a peregrinação a Jerusalém, a segunda. Após ter preparado os pertences, apanhou

boleia de uma das muitas frotas que passavam pelas costas de Portugal vindas de Inglaterra, cheias de cruzados, mercenários, caçadores de glória, fanáticos sanguinários, e todo o tipo de caçadores de fortunas, esperando ficar com parte dos despojos da Segunda Cruzada que então decorria na Terra Santa. É pouco provável que ele fizesse parte do exército de cruzados, pois Portugal nunca foi zona de recrutamento, sendo a razão que todas as mãos estavam ocupadas, ou a proteger o seu emergente Estado-Nação ou a empurrar os restantes mouros para sul e de volta ao Norte de África.⁶ Impõe-se portanto a questão: porque haveria Gualdim de ter sido poupado para esta viagem?

Em Jerusalém, Gualdim juntou-se a outros templários e durante cinco anos aprimorou as suas competências de cavaleiro, participando no cerco de Ascalão ao lado de um dos templários originais, André de Montbard.

Uma pista quanto ao porquê de ele ter sido enviado à Terra Santa está nas suas ações após o regresso à pátria. Junto com os companheiros templários, dedica pouquíssimo esforço aos objetivos militares ou a manter as vitórias; em vez disso, consagra-se aos assuntos espirituais e, juntamente com Arnaldo da Rocha, à busca e ao estabelecimento de igrejas e terrenos anexos, até à construção de novos templos, e a obter de Afonso Henriques garantias de liberdade da interferência eclesiástica e imunidade do Estado, o que o rei mais do que de bom grado concedeu.⁷ Tais ações entram em contradição com um homem que foi à Terra Santa para, alegadamente, passar todo o seu tempo envolvido na guerra. Aparentemente, o tempo de Pais era talvez mais proveitoso a fazer o que Bernardo de Claraval prescreveu no seu elogio aos templários: compreender o contexto espiritual da terra e visitar os locais sagrados do Próximo Oriente.

Quando regressou, Pais descobriu um presente à sua espera. Na sua ausência, o rei Afonso outorgou ao amigo a aldeia de Sintra e os territórios circundantes e fez dele comandante templário de todo o município,⁸ cujas implicações revelam muito sobre o que os

templários descobriram em Jerusalém e o que andavam a fazer com isso em Portugal. Mas estamos a adiantar-nos...

Se um homem deve ser julgado pelas companhias, então a ligação de Pais a um místico chamado Dom Telo diz muito sobre a sua bússola moral.

Dom Telo era o prior de Viseu, que, após regressar da sua própria peregrinação a Jerusalém, lhe viu oferecido o bispado, mas recusou-o por motivos éticos. Dom Telo foi também aliado do jovem Afonso Henriques contra a mãe e até jurou, a certo ponto, excomungar a condessa Tareja pelo seu comportamento instável. Não surpreende, portanto, que, após a morte de Paio Mendes, tenha sido Dom Telo quem assumiu o aconselhamento do agora adulto rei.

Dom Telo também fez uma segunda peregrinação a Jerusalém e, após o regresso, em 1132, encontrou-se em Coimbra com Afonso Henriques, que acabara de mudar para lá a capital de Portugal e estava ocupado a fundar o Mosteiro de Santa Cruz, para que o seu recém-retornado mentor e onze dos seus monges pudessem viver em novas instalações. Em troca deste gesto de bondade, o prior Telo elevou Santa Cruz a uma das mais importantes casas monásticas durante a primeira dinastia de Portugal; por sua vez, seria canonizado como o primeiro santo português (São Teotónio), em reconhecimento pela sua reforma dos hábitos corruptos da Igreja cristã em Portugal, e o seu exemplo espalhar-se-ia pelo mundo através da Ordem de Santo Agostinho.

O esforço de Telo para reformar um sistema corrupto não é muito diferente do de Bernardo de Claraval, não surpreendendo a descoberta de que os dois clérigos trocavam correspondência, na qual exprimiam que «estão estabelecidas boas relações entre o Mosteiro de Santa Cruz e a Abadia de Claraval», uma frase estranhamente idêntica à do acordo anterior assinado entre a Ordem de São e os cavaleiros templários.⁹

Escusado será dizer que associar-se a uma figura tão exemplar como Dom Telo deixaria uma marca indelével em qualquer um. E

não há dúvidas de que o fez em Gualdim Pais, porque não só o jovem cavaleiro foi educado no seu mosteiro, como aquilo que ali lhe ensinaram moldou a sua conduta na Terra Santa, e daí em diante.

Após o regresso de Pais de Jerusalém, em 1156, é-lhe atribuído o título de comandante templário.¹⁰ Passa o ano seguinte em estreito contacto com o recém-nomeado mestre templário Arnaldo da Rocha, que, em julho de 1157, confere a Gualdim esse título.¹¹

(Curiosamente, um dos parentes posteriores de Arnaldo, o mestre templário Aimery de la Roche, iniciaria na ordem o mais famoso dos grão-mestres templários, um tal Jacques de Molay.)¹²

Após entregar a Gualdim as rédeas da irmandade templária, Arnaldo regressa ao quase anonimato, desempenhando apenas tarefas secundárias. Dois anos depois, após assinar o foral da vila de Redinha como mero «irmão Arnaldo», o quarto mestre templário de Portugal, um verdadeiro homem de mistério internacional, dá a Deus o seu último suspiro, humilde até ao fim.



Gualdim Pais.

Esta breve supervisão de Pais pelo antigo líder da Ordem de Sião no crepúsculo da sua vida faz com que pareça que o prior Arnaldo estava a instruir o seu jovem vizinho de Braga, acrescentando à especulação de que o caminho de Gualdim foi meticulosamente planeado com um certo fim em mente. Em retrospectiva, dado o meticuloso trabalho realizado pelos templários e pelos seus associados em Portugal desde o início, as viagens de Pais à Terra Santa serviram de preparação para o seu futuro papel, pois foi sob o

seu mandato enquanto mestre que os cavaleiros templários estabeleceram um reino dentro de um reino.

Um dos primeiros deveres de mestre Gualdim foi presidir à apoteose de um confronto que há muito supurava entre Afonso Henriques e um inglês chamado Gilberto de Hastings, um monge que viajava com o exército cristão que tomou parte no cerco e conquista de Lisboa em 1147. Após a queda da cidade, Gilberto foi nomeado bispo da diocese, a seguir ao conveniente e provavelmente premeditado homicídio do bispo cristão em exercício e membro da Igreja Ortodoxa Oriental, ela mesma envolvida numa disputa de décadas com os católicos romanos. Assim, a sua morte oportuna impediu que a Igreja sediada em Constantinopla reivindicasse a Diocese de Lisboa, e correu amplamente o rumor de que Gilberto, um católico romano, estava fortemente envolvido na «remoção» suspeita do antecessor.

Gilberto levou então a mal que o rei atribuísse aos templários propriedades na recém-conquistada Santarém, porque a sua diocese estava sob a jurisdição de Lisboa. O inglês fez enormes — e ridículas — exigências (como uma nova igreja construída pelos templários), manobrando arduamente para obter os benefícios de que os cavaleiros gozavam, ao enviar para Roma uma carta petulante descrevendo a maneira como estava a ser desrespeitado. A situação era delicada, principalmente para Afonso Henriques, que conseguira Lisboa graças ao conveniente sentido de oportunidade de uma armada de cento e sessenta e quatro navios que navegava ao largo da costa a caminho da Segunda Cruzada. Mas como é que Afonso tomara conhecimento desta armada?

Quando os navios chegaram ao Porto, no dia 16 de junho, para carregar comida, água e provisões, encontraram o bispo Pedro Pitões à sua espera no cais.¹³ No manto do cisterciense estava uma carta do rei: «A Pedro, bispo do Porto, saudações. Se porventura os navios dos francos chegarem a vós, tende o cuidado de os receber com toda a cordialidade e cortesia possíveis; e, em conformidade com o acordo que possais firmar com eles para que parem comigo,

oferecei-vos e a quem mais possam desejar convosco como garantia da sua absoluta inviolabilidade; e assim podeis vir com eles até mim em Lisboa. Adeus.»¹⁴

Basicamente, o rei requisitou a frota e instruía-a para que fizesse uma paragem extraordinária em Lisboa. A proposta seria tentadora para os soldados, principalmente devido ao modo como a região em torno de Lisboa foi descrita por Raul, o capelão da armada:

*... sem igual, rica em produtos da terra, quer se procure a fruta das árvores ou das videiras. Tem tudo em abundância, tanto artigos caros de luxo como artigos necessários de consumo. Também tem ouro e prata e nunca lhe faltam minas de ferro. O olival prospera. Não há nada improdutivo ou estéril ou que se recuse a dar uma colheita. Não fervem o seu sal, mas cavam-no. Os figos são tão abundantes que mal podemos comer uma parte deles... o ar é saudável. Nos seus pastos, as éguas reproduzem-se com uma maravilhosa fecundidade.*¹⁵

Junto à cidade, fluía o poderoso Tejo, na altura tão abundante que se dizia consistir em duas partes de água e uma de peixe e marisco. Afonso pensou que este éden ocidental tentaria os homens a ficar por algum tempo. E enquanto lá estavam, podiam muito bem ajudar a expulsar os mouros da cidade magnificamente fortificada e completar a tarefa que o seu pai tentara quarenta anos antes.

Como soubera Afonso que estava a chegar uma armada ao Porto? Existe uma carta enigmática, escrita na altura da subsequente escaramuça, de Bernardo de Claraval para o seu sobrinho Afonso, aludindo ao facto de o rei ter enviado um emissário a Claraval a pedir ajuda para remover os mouros então entrincheirados em Lisboa: «Recebi a carta de Vossa Alteza com grande prazer... O que fiz quanto ao assunto será evidente pelo resultado, como vereis por vós mesmo. Vereis com que prontidão atendi ao vosso pedido e às exigências da questão. Pedro, o irmão de Vossa Alteza, e um príncipe digno de toda a honra, pôs-me a par

dos vossos desejos... O meu filho Rolando levar-vos-á documentos que demonstram a liberalidade da Santa Sé.»¹⁶

Nitidamente, Bernardo usou a sua influência em Roma para persuadir a Santa Sé a desviar um contingente de homens destinados à Terra Santa ao sugerir astutamente que pelo caminho removessem os infiéis do flanco ocidental da Europa, cuja consequência natural ajudaria o seu ilustre sobrinho a consolidar o plano templário-cisterciense para assegurar um novo território onde a sua Nova Jerusalém pudesse prosperar. Um cronista cisterciense posterior deixou isto muito claro: «[A Ordem de Cister] estendeu a [Portugal] auxílio espiritual e material, como as conquistas de Santarém, Lisboa... e outros sucessos, para os quais foi fornecida assistência por intervenção de Bernardo e dos seus contactos: isto é prova do auxílio material que o nosso santo [Bernardo] pôs ao alcance de Afonso Henriques na instigação do seu reino, pelo que o rei pôs o seu reino sob as [regras] de Claraval.»^{u17}

Em astúcia, tio e sobrinho eram iguais.

Quando o bispo Pitões abriu as negociações no Porto em nome do rei, os cavaleiros normandos e ingleses que viajavam com a frota recusaram-se, de início, a atacar, a não ser que o rei lhes desse o direito de saquear tudo no interior das muralhas de Lisboa, sem partilhar sequer um tijolo com o exército português. No seu acampamento a norte de Lisboa, Afonso debateu a situação. «Tendo sido constantemente assediados pelos muçulmanos, não tem sido decerto nosso destino acumular riquezas materiais», disse ele, e com isso aceitou os termos, com a ressalva de que «eu e todos os meus homens não tomaremos neles qualquer parte».¹⁸ Os cruzados não só despojaram Lisboa das suas riquezas, como renegaram a provisão dos termos pacíficos de rendição, forçando Afonso a intervir para travar as atrocidades que se seguiram.

Portanto, Afonso conquistou a cidade à custa dos cruzados, mas, visto que o exército estava às ordens do papa, tecnicamente ele devia a Roma um pequeno favor. E Roma desejava que fosse dado ao bispo Gilberto o que ele queria. Era uma posição agridoce para

Afonso, pois o rei não era adepto das bizarrias da Igreja Romana, e revelou-o ao promover um monge negro ao posto de bispo de Coimbra com o poder de celebrar missa. Este simbolismo de um monge a celebrar missa — quanto mais um africano — era uma afronta à Santa Sé, que tinha todo o domínio sobre a sagração dos bispos.¹⁹

Afonso manteve-se firme, e a disputa com Gilberto ficou a arder em fogo lento durante doze anos.

Depois, por volta de 1158, como se Afonso tivesse estado à espera do momento oportuno, o rei apresentou abruptamente a Gilberto uma proposta tentadora: se os templários renunciassem às suas propriedades em Santarém, mostraria o bispo boa fé ao trocá-las por uma enorme parcela de terreno agrícola não muito bom a norte de Lisboa pertencente à sua diocese, junto com uma velha vila dilapidada e o seu castelo em ruínas?

Por esta altura, Afonso tornara-se um perspicaz leitor de pessoas, e a sua oferta apelava à ganância e à vaidade do bispo: as cidades de Lisboa e de Santarém para o bispo, um pedaço de terra aparentemente sem valor para os templários.

A ganância e a vaidade triunfaram. Porém, após Gilberto «ceder todos os seus direitos e os dos seus sucessores a todas as igrejas já fundadas naquele território, a título perpétuo»,²⁰ Afonso Henriques, como mediador, e provavelmente a desgosto da moral de Gilberto, reteve para os templários os dois locais principais em Santarém exigidos pelo bispo — a Igreja de São Tiago e o Templo de Nossa Senhora da Alcáçova.

Assim, os templários ficaram com as terras agrícolas estrategicamente pobres e de segunda qualidade do município de Ceras, uma vila devoluta e o seu destroço de castelo.²¹ A transação foi testemunhada por Petrus Silva e aceite sem qualquer protesto pelo mestre Gualdim Pais em nome da Ordem do Templo.

Porque haveriam os templários de negociar tão ridículo acordo?

A súbita mudança de ideias de Afonso coincide com uma série de acontecimentos inter-relacionados. Após a tomada de Santarém,

Gualdim Pais e Arnaldo da Rocha mudam-se para casas em Braga e passam os seis meses seguintes a fazer planos antes de regressarem ao sul para auxiliarem o rei nos preparativos para a libertação de Lisboa. Depois da batalha, Pais faz a sua segunda viagem a Jerusalém, onde se junta a André de Montbard para ajudar na conquista de Ascalão.

Para André, foi um período agrídoce. Pouco antes de conquistar a cidade, soube da morte de seu tio Bernardo de Claraval. Para Gualdim, foram um tempo e um local oportunos, já que, dois dias depois, André é nomeado grão-mestre templário.

Os dois cavaleiros passam três anos a tratar de assuntos na Terra Santa, até que André falece, em janeiro de 1156, precipitando o regresso de Gualdim a Portugal, onde restabelece a ligação a mestre Arnaldo. Pais beneficiou de cinco anos de treino sob a supervisão não só de dois mestres templários, mas de dois oficiais da Ordem de Sião.²²

É neste ponto que Afonso Henriques faz a sua jogada e negocea uma enorme faixa de território com o bispo Gilberto e a Igreja que representa, depois transfere-a para os cavaleiros templários e o seu recém-nomeado mestre, Gualdim Pais. O momento sugere que Pais voltou a Portugal com alguma instrução secreta que exigia passar à ação.

Será possível que o vasto e aparentemente inútil território de Ceras tivesse um papel neste plano secreto?

A verdade é que o território atribuído aos templários pode ter sido uma fraca compensação pelas ricas propriedades eclesiásticas dentro e nos arredores de Santarém — duas das quais os templários mantiveram, de qualquer modo —, mas, quando combinadas com o território contíguo mais tarde doado pelo rei, os templários ficaram de repente na posse de um enorme pedaço de terra, um terço de Portugal, para ser preciso, suficiente para estabelecer um reino dentro de um reino. Além disto, as terras de Ceras foram garantidas «livres de qualquer interferência eclesiástica» de Roma, pelo que, quando o foral foi aprovado por

bula papal, em junho de 1159, os templários receberam efetivamente o direito a construir sem preito à Igreja.

Em semanas, Gualdim e os templários saíram de Santarém para a sua quinta e última base em Ceras, batizada em honra da deusa da agricultura, do grão e da fertilidade da terra. Neste apagado domicílio, a era dourada dos cavaleiros templários estava prestes a começar, como se todo o exercício tivesse sido pacientemente premeditado.

┆ Gualdim foi alegadamente doutrinado nos cavaleiros templários no campo de batalha.

┆ A regra cisterciense entrou em vigor no Concílio de Coimbra em 1162, altura em que a associada Ordem Templária dos Cavaleiros de São Bento de Avis também foi criada. O seu centro era em Évora. O seu grão-mestre era Pedro, irmão de Afonso Henriques.

Capítulo 32

1121. SAINT-OMER. EM CASA DE UM CRIPTÓGRAFO CHAMADO LAMBERTO...

Godofredo de Saint-Omer chegou à sua cidade homônima após três laboriosos anos a escavar sob o monte do Templo com os companheiros cavaleiros.

Dado que a cidade flamenga pertencera ao falecido Balduíno I, os pergaminhos escondidos na túnica do colíder templário teriam garantida uma passagem segura e proteção. O resto cabia a uma enciclopédia humana local chamada Lamberto de Saint-Omer, em cujo quente escritório Godofredo estava agora.

Lamberto de Saint-Omer, cónego reformado e professor no Capítulo de Nossa Senhora, não só era um sábio (compilou uma enciclopédia sobre conhecimento humano), como a sua amizade com Godofredo assegurava que a decifração dos pergaminhos prestes a ser-lhe confiados podia ser feita em segredo e os resultados mantidos na família, por assim dizer.¹



O que quer que Godofredo e os templários tenham encontrado, esses pergaminhos foram apenas o início. Após anos escondidos no monte do Templo, partiriam abruptamente de Jerusalém e, num período historicamente expedito, construiriam um enorme império, acumulariam aproximadamente seiscentos e noventa e dois mil milhões de libras (cerca de setecentos e setenta e cinco mil milhões de euros) na moeda de hoje, e fundariam o primeiro Estado-Nação independente da Europa. É evidente que descobriram algo de grande importância no local do Templo de Salomão, e a velocidade a que as doações de propriedade à ordem eram feitas significava que, de igual modo, era muito benéfico para condes, reis e leigos.



Lamberto de Saint-Omer.

Supondo que os cavaleiros não eram mais de um punhado, é seguro presumir que os doadores não entregavam a propriedade por serem ameaçados com violência.

Que curiosa informação continham esses pergaminhos? Votos feitos por novos recrutas templários como Arnaldo de Sournia, que se juntou à ordem em 1142, sugerem inequivocamente uma promessa de algum considerável benefício espiritual: «Eu, desejando chegar às alegrias do Paraíso, entrego o meu corpo e alma ao Senhor Deus e à Bem-Aventurada Maria e aos irmãos da cavalaria do Templo de Salomão em Jerusalém.»²

Um membro posterior da Ordem de Sião descreve igualmente o tesouro dos templários como de natureza espiritual, consistindo em parte num segredo que possibilitaria uma importante mudança social.³

Capítulo 33

1947. QUMRAN. DOIS PASTORES DE CABRAS NUMA GRUTA JUNTO AO MAR MORTO...

Muhammed e Ahmed, da tribo Ta'amireh, tropeçaram nos pergaminhos desgastados enterrados numa das grutas junto às ruínas de uma antiga comunidade de místicos chamados essênios, que existiu por volta do tempo de João Batista. Até este momento fortuito, o «tesouro» dos essênios era considerado praticamente perdido.

Os pergaminhos esboroados^v revelaram que, além de um depósito de barras de ouro e ornamentos de prata escondido sob o monte do Templo devido a um exército romano que se aproximava, também fora escondido ali «um tesouro indeterminado».

Tesouro normalmente implica uma coisa: dinheiro. A súbita ascensão da pobreza à riqueza por parte da Ordem do Templo indica que a irmandade direcionou todos os recursos para encontrar, escavar e gastar uma vastidão de despojos. No entanto, se se tornaram milionários da noite para o dia devido a este golpe essénio, porque precisariam ou aceitariam sequer uma soma inusitada de donativos de gente de toda a Europa? Além disso, a principal ressalva para aderir à Ordem Templária era a renúncia à riqueza pessoal; de facto, todos os cavaleiros tinham de honrar um voto de castidade, obediência e de dar todas as suas propriedades como garantia.^w Claramente o dinheiro ou a acumulação de riqueza pessoal não era um dos motivos principais. Se os cavaleiros tivessem andado à procura de tesouros enterrados, havia meios mais fáceis de os nobres ficarem ricos do que tornando-se cavaleiros, mas trabalharam como mineiros, levando anos a tentar perfurar rocha maciça em condições perigosas, quentes e claustrofóbicas! Podiam muito bem ter-se agarrado às suas heranças.

Surge uma pista nos ritos originais da Maçonaria do Arco Real, em que o ritual de entrada nos três graus descreve, alegoricamente,

como os templários encontraram uma câmara secreta sob o monte do Templo. Diz-se que o acesso a esta câmara envolvia a remoção de uma pedra-chave retangular com um anel de ferro. Descidos para o interior, descobriram um importante pergaminho, mas «sem luz» não conseguiram interpretar a informação que ele continha.¹ Depois de terem «recebido luz», os homens perceberam o seu conteúdo.



A luz de que precisavam não veio de uma tocha, mas da sua interpretação figurada: a iluminação. (No ritual maçónico, o iniciado está vendado; depois a venda é removida.) A partir desse ponto, assume a obrigação de reconstruir o antigo templo.² Para todos os efeitos, o ritual é a encenação de um acontecimento verdadeiro, e o pergaminho não é nada menos do que um arquivo contendo leis espirituais, a Palavra de Deus.

A palavra *arquivo* deriva do grego *arkheia* (residência magistral), uma descrição adequada a um local onde Deus reside; a sua raiz é *arkhe*. Mas há mais. Ainda presumindo que os templários não procuravam senão tesouros financeiros, uma análise à impressão digital etimológica dessa palavra revela o contrário. *Tesouro* em português vem da raiz grega *thesauros* (um armazém, um tesouro). Curiosamente, em português antigo, ambas as palavras são intermutáveis e sinónimas de um tesouro de aprendizagem, este último muitas vezes equiparado a livros ou a uma biblioteca.³ Por isso, de certa maneira, os templários descobriram um tesouro, porém não tanto um tesouro de ouro, mas mais um tesouro de palavras.

Mas uma arca contendo um tesouro de palavras? Estamos a lidar com um recetáculo contendo leis que, metaforicamente falando, descendiam de uma fonte muito elevada? Terão os templários recuperado a Arca da Aliança, ou alguns dos seus conteúdos?

Está escrito que o Templo de Salomão foi construído com o único propósito de alojar a Arca, e mesmo antes de o seu Santo dos Santos ter sido violado por um exército babilónio invasor, a caixa sagrada foi selada numa divisão secreta sob o monte do Templo.⁴ Também está escrito que as Leis de Deus depositadas nesse recetáculo eram suficientemente importantes para merecer que qualquer estranho que se aproximasse da Arca sem o devido treino fosse punido com a pena de morte. Isto parece uma atitude bastante dura. Mas se por «estranho» o relato se referir na verdade a um não iniciado, isto seria consistente com os princípios das escolas dos mistérios egípcios, nas quais só aos adeptos e iniciados do Templo podiam ser confiados os segredos herméticos e gnósticos, para que tal conhecimento não fosse usado de forma irresponsável.

As leis colocadas na Arca da Aliança não deviam ser confundidas com os Dez Mandamentos, porque esses não são propriamente secretos; mesmo no tempo de Moisés, cerca de 1300 a. C., eram do conhecimento geral. De facto, estes mandamentos — os quarenta e dois — já eram conhecidos como os «Enunciados do Faraó» no tempo de Tutmósis III, afirmações para a conduta ordeira da vida pessoal de modo a garantir um resultado favorável quando a alma partir do corpo físico para a vida depois da morte.

Na verdade, a Arca continha muito mais do que mandamentos. Segundo as Escrituras, quando Deus instruiu Moisés para que subisse ao Sinai, disse: «Dar-te-ei tábuas de pedra, e uma lei, e mandamentos que escrevi, para que possas ensiná-los.»⁵ Isso são *três* artigos diferentes. No Êxodo 34:27-28, é clarificado que as Tábuas do Testemunho foram escritas por Deus, e os Dez Mandamentos foram escritos separadamente por Moisés. A Igreja ignorou estrategicamente as tábuas e concentrou-se nos mandamentos como o assunto importante.⁶

Quanto aos templários, são as Tábuas da Lei que interessam, porque supostamente contêm uma espécie de equação cósmica. São uma instrução preciosa, um entendimento das forças criativas em ação na natureza. Quem estiver na posse dessa informação tem

acesso direto ao modo como o universo funciona e às próprias leis de causa e efeito. Diz-se que o poder da Terra deriva destas instruções; portanto, são em si mesmas uma forma de poder e decerto não se destinam a ser confiadas aos ignorantes nem aos tolos.

Segredos desta magnitude mereciam ser bem protegidos. Qualquer tolo decidido a passar pela fortemente armada guarda levita enfrentava uma Arca eletrificada, seguida de um perímetro de defesas não especificadas que se revelaram tão eficazes que causaram hemorroidas aos filisteus que se aproximaram. Mesmo que sobrevivesse a estas provações, as tábuas contendo a palavra de Deus só podiam ser lidas por alguém iniciado nos mistérios secretos — como Moisés, que era adepto do Templo Egípcio.⁷

Iniciados, adeptos e escolas dos mistérios não faltavam nos ducados esclarecidos da Borgonha e de Champanhe do século XI. Escolas cabalísticas podem ter ali existido três séculos antes, quando foi dado aos judeus um reino dentro de um reino e insistiram em ter à cabeça um descendente reconhecido da Casa Real de David. Isto tomou forma no conde Guilherme de Toulouse, merovíngio, que acedeu ao trono como rei da Septimânia, como era então chamada a região.⁸ Mais tarde, os judeus perseguidos encontraram novo refúgio junto dos iluminados condes de Troyes e Champanhe, em particular do apoiante templário conde Hugo de Champanhe, que patrocinou uma influente escola da cabala e outros estudos esotéricos que prosperaram na cidade de Troyes por volta de 1070. Esta escola dos mistérios foi fundada pelo rabino Salomão ben Isaac, ou, como era afetuosamente chamado, Rashi, homem de grande reputação intelectual obcecado por procurar informação sobre a Arca da Aliança. E, dado que residia em Troyes,⁹ era um convidado frequente na corte do conde Hugo de Champanhe.



Esta escola cabalística estava, então, bem financiada, e situada e preparada para a tradução críptica continuada de documentos encontrados pelos templários sob o monte do Templo, sobretudo porque Lamberto de Saint-Omer morrera pouco depois de receber os primeiros pergaminhos do cavaleiro templário Godofredo de Saint-Omer.¹⁰ Um manuscrito chamado *Seper Yatzirah* (Livro da Formação) teve especial atenção por alegadamente fornecer um guia para a criação do universo. Era o mais matemático dos pergaminhos, como se fosse uma fórmula ou manual de manifestação ou, de certa maneira, uma espécie de santo Graal.¹¹ Naturalmente, o seu conteúdo esotérico não devia ser acessível a ninguém exceto aos devotos, e só em certas condições.

Um segundo homem que se interessou muito por estes estudos cabalísticos foi Stephen Harding, clérigo que desistiu de um lugar na Abadia de Sherbourne, em Inglaterra, para se tornar num erudito itinerante em França. A caminho da Abadia de Molesme (alguns quilómetros a sul de Troyes), Stephen travou conhecimento com Rashi,¹² e sem dúvida que os seus estudos esotéricos moldaram a sua visão do mundo quando se tornou abade da abadia cisterciense em Cîteaux.

Em 1112, Stephen teve a oportunidade de partilhar a sua paixão pela filosofia espiritual da cabala com um visitante da abadia, um jovem monge chamado Bernardo de Claraval. Quando Bernardo criou mais tarde a Abadia de Claraval, cinquenta e três quilómetros a sudeste de Troyes, manteve a colaboração com a escola cabalística.



Salomão ben Isaac, conhecido como Rashi.

O conhecimento transmitido nessa escola envolvia um entendimento da geometria sagrada, sobretudo no que diz respeito ao Templo de Salomão. Líder entre os pedreiros de Salomão — os chamados «filhos de Salomão» — estava o seu mestre pedreiro, Asaph, arquiteto especializado na importância da harmonia geométrica e no comportamento da ressonância, particularmente quando aplicado a edifícios sagrados. Estes «mestres do ofício» eram referidos por graus de conhecimento e proficiência quanto às leis universais. É provável, então, que Bernardo tenha sido ensinado a entender e aplicar a geometria sagrada do Templo de Salomão contida nos manuscritos, porque, quando lhe pediram para descrever Deus, Bernardo respondeu enigmaticamente: «É comprimento, largura, altura e profundidade.»¹³

Que Deus é geometria é algo que todos os muçulmanos sabem, visto que se diz que os elaborados mosaicos geométricos que figuram de forma proeminente em todas as mesquitas representam o rosto de Alá; a mesma verdade está contida em cada mandala, seja de um monge budista, seja de um xamã nativo-americano, e diz-se que trabalhar com essa geometria induz um estado alterado de consciência.¹⁴

A determinado nível, parece que o tesouro redescoberto pelos templários durante as suas escavações era um léxico de leis cósmicas que incluía os segredos da geometria e da harmonia, conhecimento sagrado para os arquitetos de pirâmides, templos e outros locais sagrados. Estes sábios tinham plena consciência de que tais harmonias são capazes de induzir o tipo de experiências xamânicas que levam a uma experiência pessoal e mística de Deus.¹⁵ Que os templários aplicaram este conhecimento tornou-se

óbvio quando o primeiro papa cisterciense lhes concedeu o direito único de construir igrejas cuja forma redonda e geometria octogonal geram uma acústica tão clara que são capazes de induzir estados de transe no ouvinte.¹⁶ Até os pilares dos edifícios produzem um som ressonante.¹⁷

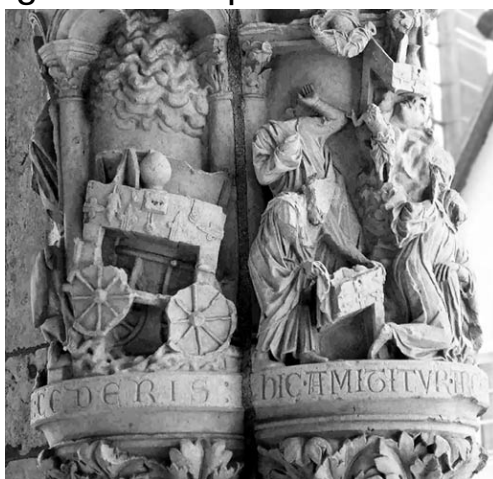
O conhecimento dos arquitetos templários e cistercienses era decerto avançado para a época medieval (é excecional mesmo pelos padrões modernos),¹⁸ levando uma testemunha ocular coeva em Jerusalém a observar: «Do outro lado do palácio, os templários construíram uma nova casa, cuja altura, comprimento e envergadura, e todas as suas adegas e refeitórios, escadaria e telhado, estão muito além do costume desta terra. De facto, o telhado é tão alto que, se eu fosse a referir quão alto é, aqueles que me ouvem dificilmente acreditariam em mim.»¹⁹

No espaço de seis anos após terem regressado do monte do Templo, introduziram este conhecimento na Europa na forma da arquitetura gótica. *Gótico* deriva do grego *goetia* (por força mágica); a sua extensão é *goeteuein* (enfeitiçar), um termo bastante apropriado dado o modo como a relação espacial dos edifícios gera frequências que encontram a sua correspondência no corpo humano, em particular no ADN,²⁰ para não falar na glândula pineal,²¹ bem como na região do cérebro associada às experiências místicas, a amígdala.²²

Uma das primeiras catedrais a ser erigida no estilo gótico foi Saint-Denis, em Paris, no local de uma estrutura anterior fundada por Dagoberto I, rei merovíngio. Em Portugal, o estilo gótico surgiu em 1153, quando Afonso Henriques lançou a primeira pedra para o deslumbrante mosteiro cisterciense de Alcobaça, um edifício de superlativas propriedades acústicas construído em honra do seu tio Bernardo de Claraval. Mas talvez o mais fascinante dos edifícios góticos seja o que se ergueu a oeste de Troyes: a Catedral de Chartres.

Cada faceta deste templo revela informação, tanto explícita como codificada, à semelhança do que os egípcios fizeram com a Grande

Pirâmide de Gizé.²³ Bernardo de Claraval reunia-se diariamente com os construtores,²⁴ e um olhar atento aos pilares que emolduram a Porta dos Iniciados não deixa dúvidas quanto à origem do conhecimento. Um relevo esculpido em calcário retrata a Arca da Aliança transportada numa carroça, a sua tampa aberta revelando uma tábua e uma orbe com a flor-de-lis gravada, símbolo da linhagem sagrada em França; junto dela, um homem esconde com o manto o recetáculo de madeira, ladeado por quatro indivíduos que parecem estar a subir uma escadaria para o Céu. No pilar, está inscrita a frase complementar: «Aqui, as coisas seguem o seu curso; deveis trabalhar com a Arca.»²⁵ É como se a catedral fosse um sermão de Bernardo gravado na pedra.



A Arca da Aliança na Porta dos Iniciados na Catedral de Chartres.

Esta não era de modo algum a única arte conhecida por Bernardo de Claraval. Às vezes, dava a entender que era versado em criptografia, usando-a de modo divertido nas suas muitas obras, particularmente nos sermões. O texto latino do *Cântico dos Cânticos* — referente à experiência de Bernardo do divino — consiste em noventa e nove sílabas. Em numeração romana, isso escrever-se-ia IC, as iniciais de Iesus Christos.²⁶ Outra referência codificada está na citação final do sermão 74 do *Super Canticum*, que consiste em cento e cinquenta e nove sílabas. Em numeração romana, isto escreve-se CLIX. Dado que o X era muitas vezes trocado e equiparado ao S, as letras dizem CLIS, uma contração comum de

CLARAVALLIS, Claraval em latim. O abade sugere que a sua experiência mística de Deus está intimamente associada ao seu local de residência, uma escolha invulgar para uma abadia, em primeiro lugar, onde se podia viver, circular e estar em Deus. Esta linguagem críptica sugere que ele sabia que a escolha do local, associada às práticas espirituais feitas num edifício com uma forma específica era fundamental para alcançar o caminho mais curto entre o mundo material e outra dimensão.²⁷

Quando chegaram a Jerusalém em 1104, Hugo de Payens e o conde Hugo de Champanhe inspecionaram cuidadosamente o monte do Templo e averiguaram os desafios envolvidos na realização do seu objetivo predefinido. Voltaram uma década depois, talvez um pouco mais sábios, porque, por essa altura, sabiam onde escavar e o que procurar. Como vários dos primeiros templários eram também cistercienses (os irmãos Rolando e Gondemare, em particular²⁸), se Bernardo de Claraval estava ao corrente do conhecimento obtido na escola cabalística de Troyes, é possível que o tivesse transmitido através destes cavaleiros aos outros templários. Sabia de antemão que, fechados naquele monte sagrado, estavam documentos contendo o maior dos tesouros.

Se os templários acharam esses documentos que descreviam o processo de iniciação na arte da ressurreição espiritual, talvez isso explique o porquê de tantos nobres e leigos doarem prontamente aos templários tanta da sua riqueza pessoal, assistência ou proteção. A Igreja Católica era tão odiada como corrupta, um símbolo de opressão, e muitos monarcas fingiam apenas submeter-se à sua autoridade para manter a paz ou continuar vivos. O que os templários ofereciam era uma saída, um caminho para que cada candidato aos mistérios encontrasse o fortalecimento pessoal através de uma experiência direta de Deus — «as alegrias do Paraíso», como afirmavam os recrutas templários.

De certo modo, Lamberto de Saint-Omer seguia o conselho de Jesus mil anos antes, quando disse aos apóstolos: «A vós vos foram dados os mistérios do reino do Céu. Mas outros veem-nos

apenas por parábolas, pelo que olhando não veem, e ouvindo não compreendem.»²⁹ De facto, e quando estes mistérios iniciáticos foram registados pelos essénios, foram encriptados aos olhos profanos, o seu verdadeiro significado revelado apenas pelos considerados dignos de receber instrução secreta.



A Jerusalém celeste descodificada por Lamberto.

A leste de Saint-Omer fica a biblioteca da Universidade de Gante, onde uma obra do século XII intitulada *Liber Floridus* subsiste. É uma cópia de um diagrama encontrado nos manuscritos essénios e retrata a Jerusalém celeste: uma cidade muralhada com oito entradas dentro de uma *vesica piscis* (a geometria que representa, com o divino feminino, o equilíbrio dos opostos). Dentro, estão doze torres, juntamente com motivos do esquadro e do compasso, o principal emblema da Maçonaria. A fundação desta cidade celestial é atribuída a João Batista.³⁰ A imagem é obra de Lamberto de Saint-Omer. Obviamente, ele descodificou o que estava escondido nos pergaminhos trazidos de Jerusalém por Godofredo, o *Templário*.^x

Parece que os templários encontraram as chaves da Jerusalém celeste. E podem ter assumido a obrigação de a recriar num município português chamado Ceras, e especificamente na sua cidade dilapidada, Thamara.

¹ Este foi o Manuscrito de Qumran, decifrado na Universidade de Manchester em 1956.

- ✓ A ideia de que faziam um voto de pobreza advém de um erro de tradução.
- ✓ Os templários erigiram uma catedral em Gante no século XIII, dedicada a Nossa Senhora.

Capítulo 34

1159. CERAS. UMA PILHA DE DESTROÇOS JUNTO A UMA CIDADE EM RUÍNAS...

«Silêncio e perpétua distância de todo o tumulto secular que compele a mente a meditar sobre as coisas celestiais.» Foi o decreto de Bernardo de Claraval, através do qual a disciplina é trazida a um mundo governado pelo caos perpétuo. No meio de um período de anarquia, o seu ideal de estilo budista — *new age*, até — dava um raro exemplo de ordem.

O modelo cisterciense exigia um afastamento da vista das habitações humanas, tanto quanto possível. Assim, as propriedades cistercienses tendiam a localizar-se nalgum vale esquecido, no topo de uma colina solitária ou noutro ambiente vazio e deserto. E, no Portugal do século XII, não havia melhor lugar do que o território despovoado em torno de Ceras. Isto talvez explique em parte o porquê de os monges de Bernardo e um grupo de cavaleiros templários associados terem escolhido o canto mais distante da Europa para criar do nada um país onde a sua utopia pudesse ser concretizada.



Os cistercienses eram mestres em ressuscitar terras dos mortos. «Deem aos cistercienses um deserto e, em poucos anos, encontrarão uma importante abadia entre risonha abundância», escreveu o cronista medieval Geraldo de Barri. Tinha razão. Eles drenaram pântanos, domaram bosques silvestres e ressuscitaram o solo. Os templários que se instalaram em Ceras aplicariam estes princípios a reconstruir toda uma comunidade funcional em poucos anos, enquanto, a cinquenta e três quilómetros, em Alcobaça, os cistercienses no seu novo mosteiro comerciavam os excedentes de

comida com vilas e cidades locais. E, entre eles, criaram um paraíso.

Quando o mestre Gualdim Pais e os templários se mudaram para a região, tudo o que tinham com que trabalhar era uma velha igreja devoluta com relva a crescer da fachada fendida. Ainda assim, refugiaram-se dentro das suas paredes sagradas e usaram como camas os bancos partidos e o chão de lajes húmidas. Sem dúvida que Bernardo de Claraval teria acenado do Céu em aprovação.

Da posição da igreja numa planície aluvial povoada por carvalhos e olmos e as águas límpidas do rio Nabão, os templários ergueram os olhos para uma colina calcária e uma acrópole a necessitar urgentemente de uma enorme reconstrução.¹ Lá em baixo, a cidade de Thamara consistia em pouco mais do que escombros. Era uma grande despromoção do seu primeiro lar em Fonte Arcada em 1125, ou de Braga, Soure ou Santarém, sequer.² No entanto, os cavaleiros começaram a fazer planos para a sua quinta e última casa em Portugal.

O que quer que tenha atraído os templários a este local atraiu outros, milhares de anos antes.³ Em 480 a. C., fora fundada uma vila por uma tribo de celtas lusitanos chamados túrdulos, que a denominaram Nabância, em honra da deusa das águas sagradas; duzentos anos depois, os visigodos mudaram-se para ali e com eles surgiu um mosteiro beneditino, que se transformou em dois, juntamente com uma hoste de santuários vizinhos. Um deles era uma gruta sagrada junto ao rio Nabão, um santuário onde a virgem Iria praticava as suas orações.

Iria^y nasceu numa família abastada de Nabância e juntou-se ao mosteiro beneditino, onde se tornou uma mulher muito culta cujo grande intelecto complementava a sua beleza. Usou o seu conhecimento para melhorar as vidas dos locais e, com o tempo, veio a ser amada por eles. Em particular pelos homens. Escusado será dizer que uma mulher de tal magnitude atraiu um tolo em busca dos seus afetos. Veio na forma de um jovem chamado Britaldo, filho

de uma família nobre, cujo amor não correspondido por Iria lhe provocou uma doença que nenhum remédio curava.

A família do jovem acusou-a de ter enfeitado o filho e, como se isso não fosse pressão suficiente, o conselheiro espiritual de Iria também a desejava, mas, após ficar a saber que era um de muitos homens com um inchaço entre as pernas, foi dominado pelos ciúmes e deu a Iria uma bebida adulterada, ficando na incauta mulher os sinais exteriores de uma gravidez. Como era de prever, ela foi expulsa do mosteiro.



Mosteiro beneditino e estátua de Santa Iria.

Encontrou o caminho para uma gruta junto ao rio, onde ficou algum tempo em contemplação e oração, até que um dos servos de Britaldo a localizou e matou, num ato de vingança, despindo-a das roupas, como prova do seu feito, antes de deitar o corpo nu ao rio.⁴

Neste ponto, a história dá uma volta extraordinária, particularmente no que se refere aos templários que tinham acabado de se mudar rio acima, de Santarém para o que era a antiga Nabância. As correntes que levavam o corpo de Iria fundiram-se com as do rio Tejo, fluindo para sul até que as águas do antigo rio depositaram gentilmente o seu corpo inerte num banco de areia sob a velha cidade de Scallabis, a sessenta e um quilómetros do seu ponto de origem. Como acontece com as lendas de tantos santos, o seu corpo manteve-se incorruptível ao longo do tempo e desenvolveu-se o culto. A cidade onde o seu corpo apareceu foi rebatizada em sua honra como Sancta Irene, e finalmente Santarém — terra natal do prior Arnaldo da Rocha e a cidade que os

templários «perderam» a favor de um território aparentemente inútil e da sua cidade decrépita de Thamara, cuja santa padroeira é Iria.

Parece, portanto, que os templários herdaram um terreno sem valor só para seguir os passos de uma mártir local. Mas para que fim?

A certo ponto após a ocupação romana, Nabância foi destruída por uma súbita inundação, e com ela levou as fortunas dos que ali viviam e rezavam. Quando os árabes repovoaram a região, encontraram a cidade basicamente nas mesmas condições que os templários. Reconstruíram-na e rebatizaram-na Thamara² (também se escreve Ta'amarah e Tamara),⁵ que significa palmeira.⁶ Dado que o clima local naquela época era demasiado frio para sustentar esta variedade de árvore, é uma estranha escolha.

Dizia-se que os senhores árabes tinham sido tolerantes com os locais; permitiram-lhes cultivar as terras e continuar com as suas leis, e não era invulgar que mesquitas e igrejas cristãs se situassem lado a lado.⁷ Quando Afonso Henriques e o exército templário chegaram a Thamara, em março de 1159, a cidade estava guardada apenas por um exército simbólico de mouros, rapidamente despachado graças aos cavaleiros, que apanharam o sentinela de surpresa.

O rei doou então a cidade e o seu município de Ceras à Ordem do Templo, representada por Gualdim Pais, a título de uma antiga promessa, implicando que os templários tinham anteriormente feito um pedido para este local específico.⁸

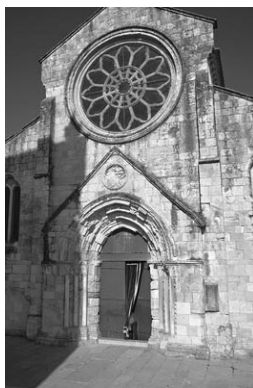
Quando se mudaram para Tamar (como também se escrevia o nome naquele tempo), os templários já possuíam centenas de propriedades em Portugal, todas em muito melhores condições do que esta. Tamar estava em destroços; situava-se numa planície propensa a ataques de bandidos mouros e sarracenos, só as sete suaves colinas que se erguiam a oeste podiam ser consideradas uma posição defensiva, e mesmo isso exigia alguma imaginação, pois a fortificação também estava decrépita.^{aa}

Contra as práticas militares correntes, para não falar no senso comum, Gualdim e os templários descartaram a segurança da colina a favor da velha igreja exposta na planície fluvial, e aí fixaram residência. Diz-se que Pais assegurou que a sua reconstrução tinha precedência sobre as fortificações, embora os dois locais estivessem a uma curta distância a pé um do outro. Durante um ano inteiro, lançaram mão a todos os recursos para esta atividade. Localizaram a nascente sagrada que alimentava o rio — a Fonte do Agroal — e honraram o seu principal menir, de acordo com o costume local de tocar no monólito sagrado sempre que se aproximavam da nascente. A pedra erguia-se ali desde o Neolítico, como tantas outras nas redondezas, e agora tinha o emblema templário gravado na sua face de granito.⁹



Seshat e os seus sete raios.

O que tinha de tão especial esta igreja em ruínas? Sim, erguia-se no local do antigo mosteiro beneditino, e perto de onde Santa Iria fora martirizada, «o seu poço sagrado mantendo-se dentro do mosteiro, local de muitos milagres»,¹⁰ mas além de um gesto de respeito, as suas ações parecem irracionais, metafísicas até. Teimosamente, o grupo não deu início a nenhum outro projeto até a igreja estar concluída.¹¹ Mesmo a campanha para expulsar os restantes mouros em solo português para o Norte de África foi inteiramente confiada a Afonso Henriques.



Santa Maria do Olival, a «igreja-mãe das igrejas templárias».

O simbolismo na arquitetura deste edifício, ao qual os templários tanto se dedicaram, revela o motivo da sua aparente loucura. Dedicada a Maria Madalena,^{ab12} a igreja surgiu como um exercício de pureza, humildade e elegante simplicidade, como se o arquiteto fosse cisterciense. Uma enorme roseta com doze pontas dominava a austera fachada gótica, enquanto a coroa do edifício exibia uma abside invulgar, consistindo em sete câmaras numa forma de leque semelhante ao símbolo estelar da deusa egípcia Seshat, padroeira dos edifícios sagrados. Lá dentro, o arco que conduzia à abside apresentava uma janela circular mais pequena, mas proeminente, emoldurando um pentagrama esculpido em calcário, o antigo símbolo egípcio da divina virgem, ou Ísis, mas também de Sophia, ou *sophis*, a «sabedoria» a que as irmandades esotéricas e seitas gnósticas são tão dedicadas.



Símbolo de Ísis em Santa Maria do Olival.

Dizer que este edifício tinha uma importância secreta é um eufemismo. Com o tempo, a Igreja de Santa Maria do Olival tornar-se-ia no panteão dos templários, com os vinte e dois futuros mestres portugueses lá enterrados.¹³ Curiosamente, o bíblico monte das

Oliveiras (de onde deriva o nome Olival) tem sido há muito profetizado como o local onde os mortos são trazidos à vida;¹⁴ é o lugar onde o rei Salomão primeiro erigiu uma série de altares,¹⁵ para não falar de onde Jesus foi traído por trinta peças de prata, tal como trinta moedas de prata se tornou no «preço de admissão» simbólico na Ordem Templária. É como se os templários estivessem a realçar uma questão, e a humilde igreja que construíram se tivesse tornado um ponto focal para um grande projeto quando foi subsequentemente eleita a «igreja-mãe de todas as igrejas templárias», incluindo as de África, Ásia e das Américas durante o período dos Descobrimentos Portugueses.¹⁶

Curiosamente, este foi o título atribuído à igreja essénia no monte Sião; no tempo do imperador Adriano, já era referida como a «mãe de todas as igrejas», construída como fora sobre o túmulo do rei David e possivelmente um templo ainda mais antigo,¹⁷ e o lugar sobre o qual Godofredo de Bulhão erigiu a Câmara dos Mistérios, circular e com oito pilares.

Após completarem a sua igreja, os templários interessaram-se finalmente pela colina calcária adjacente e passaram ao ponto seguinte na agenda. Segundo a lenda: «Mestre Pais e alguns monges examinaram o local onde hoje se ergue Santa Maria do Olival e acharam que já lá tinha sido construído antes... e atiraram lanças três vezes, e três vezes elas pousaram naquele local e eles concordaram em construir ali.»¹⁸ Nenhum ser humano é capaz de atirar lanças a mais de oitocentos metros, quanto mais fazê-las aterrar três vezes no mesmo local e no topo de uma colina. Contudo, a lenda não é invulgar. Há histórias idênticas associadas à fundação de lugares sagrados, sendo uma delas a magistral catedral gótica inglesa de Salisbury, cuja localização foi decidida pelo disparo de uma seta a partir de um túmulo sagrado do Neolítico ali perto (também dedicado à fertilidade e ao divino feminino) a uns ainda mais absurdos três quilómetros de distância.

Pais não estaria familiarizado com essa lenda, porque esta estava ainda sessenta anos no futuro, mas, para alguém iniciado

nos mistérios, a alegoria é muito familiar. Nos tempos antigos, antes de se erigir uma estrutura sagrada, era chamada uma elite de sacerdotes para avaliar e localizar um ponto de acesso onde a energia da Terra fosse favorável, aquilo a que hoje se chamaria geomancia. Esta prática continuou no tempo dos gregos e dos romanos, através de um grupo de sacerdotes chamado Colégio dos Áugures, cujos nome e propósito são ainda celebrados na cerimónia de abertura de locais importantes, a in-augur-ação.¹⁹ No Egito, este processo incluía o ato de «trespassar a cobra».²⁰ A cobra representa os caminhos naturais de eletromagnetismo que fluem através e ao longo da Terra como fitas invisíveis. Esta energia é um pré-requisito para fazer com que o templo funcione como um circuito elétrico, e todos os locais sagrados na Terra se situam na interseção destas correntes telúricas.²¹ Contudo, devido à sua natureza sinuosa, esta energia tem primeiro de ser presa ao local por uma espécie de acupuntura da terra, e por todo o mundo existem símbolos representando um deus a pregar uma serpente ao chão com um bastão ou uma serpente enroscada numa pedra alta semelhante a uma agulha.



A serpente e o pilar, mais tarde conhecidos como caduceu, muitas vezes retratado com um deus.

Na época medieval, o processo adquiriu uma imagística reconhecível nesse período, como o atirar de uma lança ou o disparo de uma seta. Gualdim Pais teria estado familiarizado com esse simbolismo se, durante a sua segunda visita à Terra Santa, seguiu as instruções de Bernardo de Claraval para frequentar os locais sagrados e entender o contexto espiritual da Terra. A prova de que ele fez isso vem de um elogio inscrito numa laje de mármore branco por ordem de Afonso Henriques em honra do seu amigo: [ac](#) «Mestre Gualdim desabrochou num verdadeiro nobre, natural de Braga, durante o reinado do ilustre rei de Portugal, abandonou as

tropas seculares e resplandeceu qual estrela brilhante, porque, tendo-se tornado um cavaleiro do Templo, viajou até Jerusalém e durante cinco anos não baixou os braços nem descansou; juntamente com o mestre e os seus irmãos, entrou numa batalha com o rei do Egito e da Síria. Após cinco anos, regressou àquele que o educou e treinou como cavaleiro.»



Interior da igreja do Olival.

Portanto, este cavaleiro não só «abandonou as tropas seculares», como também «resplandeceu qual estrela brilhante» — não *como* uma estrela brilhante, mas *qual*. Esta subtilidade pode parecer trivial, mas, para quem estiver familiarizado com o misticismo egípcio, as implicações são imensas.

Um elemento fundamental para os iniciados das antigas escolas dos mistérios era um ritual no qual a alma é despertada e o indivíduo já não se associa unicamente às forças materiais. Seguir-se-ia a vários anos de observação do candidato e instrução nas artes esotéricas. A metáfora associada a este rito é a «ressurreição dos mortos», após o que o iniciado se torna «como uma estrela».²² Pais passou cinco anos na Terra Santa, tempo suficiente para entrar em contacto com os seus locais sagrados, as suas práticas espirituais e as várias seitas esotéricas que as ensinavam, por isso é bem provável que tenha sido instruído nas artes sagradas. Se assim foi, seguiu os passos do conde Dom Henrique, pois também ele «venerou os locais sagrados» e foram-lhe confiadas relíquias sagradas em Jerusalém.²³ É certo que, após o seu regresso da Terra Santa, Gualdim veio armado apenas com a mão de São

Gregório Nazareno, que mais tarde colocou na igreja que ele e os templários levaram um ano inteiro a reconstruir em Thamar, onde a sua carne permanece «sem corrupção, tal como o seu corpo em Roma, sem corrupção».²⁴

Numa reviravolta metafísica, o comportamento dos templários em Thamar assume a pátina do antigo ritual.

Não só o mestre templário parece ter sido iniciado nos mistérios, como pode até ter-se distinguido como «mestre da arte», porque as três lanças que Gualdim metaforicamente atirou correspondem à marca gráfica esculpida pelo mestre pedreiro na pedra angular dos edifícios sagrados. Este símbolo assemelha-se simultaneamente a três lanças ou aos três raios que simbolizam a descida do Espírito Santo. Existe uma dessas marcas numa pedra angular no promontório sobre Thamar. A sua data de 1 de março de 1160 marca a inauguração de uma impressionante igreja redonda estranhamente evocativa da igreja em Jerusalém que dá pelo nome de Santo Sepulcro.

ß

/ Também era conhecida como Santa Irene.

z Os locais eram referidos como tamarões.

aa Tem-se debatido nos círculos portugueses que os templários se mudaram primeiro para a vila de Ceras, alguns quilómetros a norte, mas não há provas de ali ter existido qualquer castelo, pelo que o consenso atual é de que se mudaram diretamente para Thamar.

ab Hoje, Santa Maria do Olival. A consagração a Maria ou Nossa Senhora era sempre a Madalena, não à mãe de Jesus.

ac A data original da pedra é AD 1170. Foi mudada por volta de 1208 do seu local original, no Castelo de Almourol, para Tomar e colocada sobre a porta da sacristia.

Capítulo 35

68 D. C. MONTE SIÃO. HOMENS DE BRANCO ESCONDENDO PERGAMINHOS E OUTRAS COISAS IMPORTANTES...

Dizia-se dos essênios que eram «fiéis até à morte», em vez de revelarem os segredos do Caminho, como se estes místicos tivessem um pacto especial com Deus que incorporava as aspirações espirituais de todos os povos.¹ Com os romanos a avançar sobre Jerusalém, tomaram a decisão de evacuar a sua igreja e sinagoga no monte Sião, mas não antes de esconderem vários manuscritos num cofre sob o Santo dos Santos no monte do Templo. Independentemente do resultado, os segredos seriam preservados.

A irmandade mística escapou à destruição dos seus templos pelos romanos ao fugir para a Jordânia, levando consigo os restantes pergaminhos a fim de serem escondidos em cinco outros locais.²

Dois anos após as perseguições, os essênios regressaram e reconstruíram o santuário; afinal, esta havia sido a mais importante das comunidades essénias, situada como estava no monte Sião.[ad](#) A liderança foi providenciada por Simon Bar Kleopha, descendente da família de David.³

Os manuscritos essênios contendo a soma de todo o seu conhecimento — o seu «tesouro» — foram considerados praticamente perdidos durante quase dois mil anos, até que dois pastores de cabras tropeçaram neles numa gruta em Qumran. Assim, o mundo ficou a saber da existência de livros secretos, rituais e conhecimento «revelado por Deus». Um manuscrito feito de cobre dava até indicações precisas para nada menos do que sessenta e um diferentes depósitos de bens. Mais importante, revelava como os cavaleiros templários tinham sabido o tempo todo onde procurar sob o monte do Templo e como vieram a seguir e a personificar uma doutrina mística.

Há muitos paralelismos entre os essênios e os templários: ambos favoreciam uma existência monástica, usavam hábitos brancos, desfaziam-se da sua fortuna um ano após serem ordenados, acreditavam em vários níveis de filiação e, apesar de existir um grupo exterior mais amplo, só os iniciados eram autorizados a entrar na câmara interior dos seus templos.⁴ Ambos faziam votos de obediência e absoluto secretismo, ao ponto de os iniciados levarem os ensinamentos para o túmulo. E não admira, pois os dois grupos afirmavam estar na posse de informação ultrassecreta que oferecia nada menos do que o Paraíso.

No que aos essênios e cistercienses dizia respeito, praticavam uma vida comunal dedicada ao ascetismo, devoção, pobreza voluntária e abstinência dos prazeres mundanos. Empenhavam-se na caridade, proibiam expressões de raiva e também estudavam os mistérios e preservavam os seus segredos.

Os três eram irmandades espirituais cujos membros praticavam a verdade, a retidão, a bondade, a justiça, a benevolência universal, a tolerância religiosa, a honestidade e a humildade.

Os essênios também partilhavam muitas características com uma seita gnóstica sua contemporânea chamada nazoreanos, e há provas suficientes de que os dois grupos eram o mesmo, ao ponto de ambos os nomes serem combinados como naassenos.⁵ A raiz *nasrani* significa «um grupo de pequenos peixes», daí o seu emblema de dois arcos interligados parecendo um peixe. No seu tempo, Jesus era visto como um membro e não como um líder original desta seita.⁶

Hoje em dia, os nazoreanos sobrevivem no Sul do Iraque como os *natzoraje*, parte de uma seita mandeia. Os mandeus — cujo nome tem origem em *manda* (conhecimento secreto) — ainda seguem uma antiga forma de gnosticismo e praticam iniciações que levam a estados de êxtase.⁷ Curiosamente, traçam as suas raízes religiosas não até Jesus, mas a um indivíduo chamado Yahia Yuhana, também conhecido como João Batista, e os seus textos referem como a sua fé foi em tempos a do Egito.⁸ Tal como os

essénios no seu tempo, a opinião dos mandeus sobre Jesus no grande esquema das coisas é fraca; julgam-no um rebelde que, na sua precipitação, revelou doutrinas secretas que lhe haviam sido confiadas.⁹

O fio que liga estas seitas é simples: todas descendem de tradições iniciáticas — e antecedem as práticas templárias, que, por sua vez, foram preservadas nos ritos da Maçonaria Escocesa — cujas origens remontam ao século XIV a. C. e à época em que Moisés teve acesso aos mesmos ensinamentos secretos do círculo íntimo do faraó. Há indícios suficientes de que o motivo da sua partida apressada do Egito, enquanto era perseguido por um faraó compreensivelmente zangado, reside no facto de que ele fugiu com segredos que nunca deviam ter saído do Santo dos Santos do Templo. Na *Assunção de Moisés* — uma obra essénia —, Moisés dá instruções para a preservação destes livros especiais e a necessidade de os manter escondidos.¹⁰ Como precursor dos frenéticos esforços de ocultação dos essénios antes da chegada do exército romano, os livros deviam ser colocados «em vasos de terra no local que Ele fez desde o início da criação do mundo».¹¹ Esses lugares criados por uma divindade no início dos tempos são conhecidos pelas culturas indígenas como montes primordiais ou umbigos da Terra; são locais de incalculável santidade e, coincidentemente, pontos quentes onde as correntes telúricas da Terra se encontram e influenciam extraordinariamente o corpo humano.¹² Um desses pontos quentes é o monte do Templo em Jerusalém, ou, para ser mais específico, a rocha sob o Santo dos Santos.

Para se ter acesso ao conhecimento contido nesses ensinamentos, o indivíduo era primeiro doutrinado numa irmandade esotérica ou gnóstica. Após completar com sucesso um período de observação, o candidato era então admitido num grupo interno, uma irmandade dentro de uma irmandade, como os templários, e seguia-se a iniciação nos mistérios maiores. No Antigo Egito, há um tema recorrente de os membros da casa do faraó receberem a honra de

se juntarem a um tal círculo interno para «dominar as coisas secretas do faraó». Um indivíduo que enfrenta a iniciação é conduzido a uma câmara restrita onde proclama, jubiloso: «Encontrei o caminho.»¹³ Esta expressão, que remonta à prática chinesa do *Tao* (o Caminho) em 2800 a. C., foi adotada pelos essênios e pela Igreja de Jerusalém dos primeiros cristãos, cujos iniciados eram referidos como «os do Caminho», bem como os «filhos da luz».



Sob o monte do Templo.

Um dos objetos invulgares descobertos nas grutas de Qumran foi o Manuscrito de Cobre, um rolo gravado composto por vinte e três itens de inventário cunhados em oito colunas de cobre, cada folha de metal rebitada, em vez de cosida, e concebido pelo escriba para ser manuseado como um rolo normal de pergaminho, lido da direita para a esquerda e enrolado a partir de cada ponta. Lê-se como um verdadeiro mapa do tesouro: «Na Grande Cisterna que fica no Pátio do Peristilo, na argamassa do chão, escondidos num buraco à frente da abertura superior: novecentos talentos... Na cavidade da Velha Casa do Tributo, na Plataforma da Corrente: sessenta e cinco barras de ouro... nove cúbitos abaixo do canto sul: vasos de ouro e prata para o dízimo, bacias de aspersão, taças, tinas sacrificiais, vasos de libação, num total de seiscentos e nove.»¹⁴ Ao todo, os essênios ocultaram sessenta e cinco barras de ouro, mil duzentos e oitenta talentos de ouro e mais de três mil duzentos e oitenta e dois talentos de prata.¹⁵ Além dos recipientes.



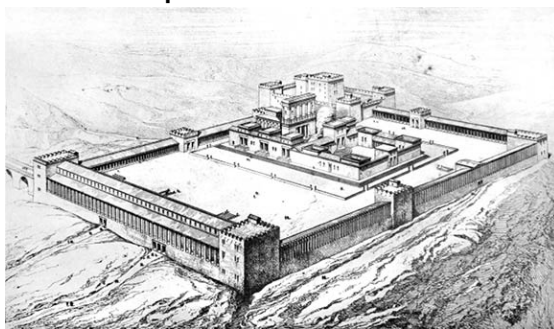
Mais adiante, é revelado que pelo menos duas dúzias desses locais estão no recinto do monte do Templo.¹⁶ A partir destas pistas, e de referências cruzadas nos relatos contemporâneos do historiador Josefo, tornou-se possível identificar a zona sob o Templo de Herodes onde parte do tesouro estava fechada, especificamente numa câmara tosca no extremo norte da cisterna oeste, mais tarde identificada como a Casa dos Dois Tanques.¹⁷ Aí foi escondida uma cópia do Manuscrito de Cobre juntamente com «pergaminhos no meio dos jarros» sob o altar, numa gruta selada por um bloco de mármore com um anel ao centro.¹⁸

Eram estes pergaminhos que interessavam aos templários, porque, tal como os descobertos pelos dois pastores em Qumran, têm menos que ver com questões temporais e mais com as espirituais, além de obras que não só precedem, mas diferem dramaticamente em conteúdo da demasiado modificada narrativa apresentada pela Igreja Católica.¹⁹ Havia apenas dois obstáculos na leitura do conteúdo: um, foram escritos numa língua estrangeira, e dois, partes dos manuscritos estavam em código.

Um dos primeiros investigadores destes manuscritos do Mar Morto, o padre J. T. Milik, reparou que certos manuscritos usavam mecanismos crípticos como dois alfabetos paralelos com símbolos-aleatoriamente inseridos; nalguns casos, o texto corria ao revés. Depois, uma cifra descoberta pelo estudioso britânico da Bíblia, e nomeado para o Prémio Nobel da Paz, Hugh Schonfield abriu o caminho para a iluminação. Graças à sua Cifra Atbash, elementos como os nomes codificados nos textos podiam agora ser revelados.

Por exemplo, quando aplicada a uma personagem chamada Taxo (também se escreve Tacho), que também aparece na *Assunção de Moisés*, surgem detalhes interessantes. No comentário, Taxo incita os seus filhos a retirar-se com ele para uma gruta e a submeter-se a uma morte simbólica que precede um reino do Céu na Terra. Obviamente alegórica, esta história descreve a iniciação dos iluminados através da ressurreição da alma que promove um modo de vida mais ideal. Quando filtrado pela Cifra Atbash, o nome deste misterioso indivíduo translitera-se em Asaph, o nome do mestre pedreiro que ajudou Salomão na construção do seu templo e o pseudónimo adotado pelo líder da comunidade essénia posterior.

A certo ponto, o nome Taxo migrou para oeste até Espanha e Portugal, onde é pronunciado da mesma maneira, mas escrito como Tajo e Tejo, o nome do principal rio de Portugal, cuja origem é um mistério em si mesma.^{ae} Mas duas coisas são certas: o rio Tejo definiu em tempos a fronteira sul do território do conde Dom Henrique, Portugale, e é a principal via aquática através da qual se chega ao último lar dos templários em Tamar.



Templo de Salomão reconstruído.

A Cifra Atbash não funciona apenas nos manuscritos essénios, também funciona nas palavras templárias de código. Por exemplo, depois de os templários terem sido detidos, no dia 13 de outubro de 1307, a Inquisição acusou-os de adorarem um demónio misterioso chamado Baphomet. No entanto, quando se aplica a cifra, a palavra translitera-se em *sophis*, o termo grego para «sabedoria».²⁰ Portanto, menos sinistro do que a Igreja nos quis fazer acreditar, muito pelo contrário, de facto.

As implicações são claras: os templários descobriram um tesouro de pergaminhos sob o monte do Templo e um tesouro monetário, e fizeram-no graças a criptógrafos que desvendaram a linguagem e a cifra. Com o seu novo e cuidadosamente guardado conhecimento, embarcaram numa viagem de fortalecimento das pessoas através da iluminação, usando os fundos à sua disposição para construir os melhores templos medievais, as catedrais góticas, enquanto ressuscitavam dos mortos algumas das partes mais insensatas da Europa. E foram amados por isso.

Esta incrível viagem de um grupo de cavaleiros espirituais numa demanda aparentemente fútil para recuperar um tesouro difícil de obter tem todas as características de uma demanda pelo Graal.



Levantamento do monte do Templo pelos engenheiros britânicos, mostrando as escavações subterrâneas. 1884.

[ad](#) O novo edifício mais os banhos rituais e o Portão dos Essênios foram confirmados durante escavações arqueológicas.

[æ](#) Também era usado como pseudônimo do mestre templário em Espanha.

Capítulo 36

1159. COIMBRA. A ESCRIVANINHA DO REI DE PORTUGAL, PARTE I...

«Há na ordem uma lei tão extraordinária, da qual se deve guardar tal segredo, que qualquer cavaleiro preferiria que lhe cortassem a cabeça do que revelá-la a alguém», revelou Gervásio de Beauvais, preceptor templário em França, durante o seu interrogatório pela Santa Inquisição.

A ordem mantinha um livro de estatutos, semelhante a um conjunto de diretrizes, mas também existia um livro secreto que não podia ser revelado para lá da irmandade interna de depositários, juntamente com um artigo no capítulo geral da ordem: caso outra pessoa o lesse, mesmo que fosse o rei de França, os membros matá-lo-iam.¹

Capítulo 37

1159. COIMBRA. A ESCRIVANINHA DO REI DE PORTUGAL, PARTE II...

A palavra ibérica para cavalo é *caballo*; em português, *cavalo*. De *cavalo* vem *cavar*, «escavar abaixo da superfície», o que é preciso fazer para entender o conhecimento secreto contido em ensinamentos esotéricos como a Ka-Ba-Allah (corpo espiritual de Deus).

Todas as seitas gnósticas e sociedades secretas promulgaram o seu conhecimento através do uso sagaz de alegorias, metáforas e símbolos. Num mundo de clérigos e reis corruptos, revelou-se o método mais seguro de transmitir conceitos importantes e de os iniciados trocarem sinais. A este respeito, os templários não eram diferentes; até desenvolveram uma cifra complexa em latim.¹ Nos seus monumentos, selos e talismãs, há uma linguagem simbólica codificada. É intemporal e, como tal, não pode ser purgada pelo tempo. Mas, para os envolvidos nos mistérios, pode ser tão fácil de desvendar como uma rima infantil.

O mais famoso dos talismãs templários é o símbolo com que costumam ser identificados: os dois cavaleiros montados num cavalo. Na mitologia, o cavalo é sinónimo de conhecimento, especificamente do conhecimento sagrado. Mesmo nas Escrituras, quando Deus deseja revelar informações à humanidade, normalmente envia um arcanjo montado num cavalo.

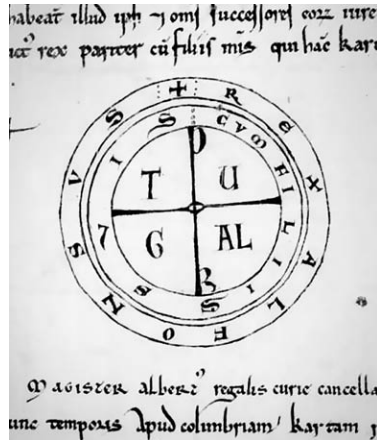
O correspondente ao cavalo no Médio Oriente é a esfinge, e dizem as lendas que esta protege um salão de registos: o repositório de todo o conhecimento. Por isso, quando dois cavaleiros templários montam num único cavalo não só personificam os dois níveis de iniciados no seio da ordem, como representam também as forças complementares da luz e da escuridão, e é o equilíbrio entre ambas que guia o conhecimento no seu rumo certo e pretendido.



A palavra *talismã* vem do árabe *tilsam* e significa «rito religioso completo», indicando um objeto ou símbolo imbuído de propriedades mágicas. De modo a entender o poder dessa magia, é importante compreender primeiro como a magia ensinada nas escolas esotéricas é uma ciência que a mente cínica acha difícil de aceitar porque as suas raízes foram corrompidas por truques de salão vitorianos, o poder da religião, os fanáticos da ciência e, claro, esse Lúcifer do mundo moderno: a televisão popular. Mas nem sempre foi assim. Mesmo no século xvii, a magia era administrada todos os dias em forma de medicamento. Sobrevivem muitos relatos de figuras importantes a quem foram dados amuletos ou prescritos remédios durante a doença ou a peste que hoje parecem intragáveis. Um anel oferecido à rainha Isabel I pelo seu físico para a proteger da peste, as três aranhas usadas por Elias Ashmole para combater a sezão, ou a pata de lebre utilizada por Samuel Pepys para curar as cólicas — tudo isto demonstra como não havia distinção entre remédios naturais e magia simbólica. Porém, quando se analisam esses remédios do ponto de vista de um químico, eles revelam como os elementos naturais no que parecem ser poções invulgares contêm ingredientes que previnem os tipos de doenças para que os «remédios» eram receitados. Assim, a «magia» não era mais do que um exaustivo entendimento e aplicação das leis naturais.²

Quando reis e rainhas iluminados desejavam que a sua palavra ou lei levasse especial favor, salpicavam muitas vezes ervas sobre a página antes de assinarem o nome.³ A erva pode, ou não, ter tido poder em si mesma, mas as suas propriedades corresponderiam à intenção da mensagem. Por outras palavras, as propriedades da

Do mesmo modo, um selo complementar seria concebido usando uma geometria ou criptograma específico que fosse emblemático da mensagem ou da vontade do monarca.



Esta crença na utilidade efetiva de qualquer objeto, remédio ou geometria proveio dos antigos sistemas de observação e classificação que estudavam a existência de correspondências e analogias em todos os ciclos do mundo natural. Antes de a indústria e a lógica fria e dura terem separado o senso comum humano das capacidades intuitivas que Deus lhes deu, as pessoas observavam e experimentavam a vida diretamente. As culturas aborígenes ainda percorrem um deserto estéril vendo ou sentindo as correntes telúricas da Terra e viajando ao longo delas para alcançar o destino pretendido.⁴ Com um tão grande grau de ligação ao ambiente, é possível discernir facilmente a natureza a um nível muito subtil, pode-se deduzir correspondências e interações que acontecem a toda a volta. E, armados com milénios de experiência passados oralmente ou através do ensino, supera-se problemas a nível físico pela aplicação de uma alquimia baseada nas forças naturais.

Isto é magia. Só quando uma sociedade perde o entendimento subjacente a um conceito é que a ciência e a magia de uma pessoa se tornam no ridículo e na superstição de outra.⁵

Um importante talismã para os cavaleiros templários era o octógono, o plano geométrico por trás do seu símbolo, das suas igrejas e dos seus templos.

Para o rei Afonso Henriques, era também o desenho do selo real que estava prestes a colocar no foral de Ceras, pois investiria Gualdim Pais do poder de erigir a igreja matriz dos templários, reconstruir a cidade de Thamara e sobre ela consagrar uma invulgar igreja redonda.

Capítulo 38

1159. COIMBRA. A ESCRIVANINHA DO REI DE PORTUGAL, PARTE III...

O Graal é variavelmente descrito como útero, cálice, taça, caldeirão, recetáculo, mulher, linhagem, altar, arca e salva — bandeja feita de um metal precioso.

O Graal surge na literatura medieval francesa como *Graal* e *Sangraal*, ou *sang real*, e significa literalmente «sangue real», referindo-se a uma linhagem de realeza divina. Esta linhagem está associada a uma estirpe de sacerdotes-reis merovíngios cujo legado provém da linha feminina dos sicambros por volta de 380 a. C., mas cuja história recua até ao rei David de Judá e ao seu filho Salomão, sob cuja orientação foi construído um templo impressionante no monte do Templo e em cujo Santo dos Santos repousava uma caixa de madeira que se dizia conter a soma do conhecimento de Deus. A pista embrenha-se ainda mais na história com a família real troiana e a cidade de Troia, e, antes deles, os sacerdotes-reis da Suméria que seguiam a tradição iniciática do casamento divino e ostentavam o título de Sanga-lugal.

As práticas reais de Salomão tornaram-se no modelo respeitado por sucessivos monarcas merovíngios, tal como o seu templo se tornou no foco de atenção para os cavaleiros templários — à semelhança da cidade portuguesa de Braga, fundada por Teucro, lendário arqueiro da linhagem real grega e troiana. O que leva à pergunta: estavam os templários em busca desta linhagem quando escolheram Braga como sua base?

A tradição merovíngia não era muito diferente da dos druidas, mandeus ou da irmandade de ascetas a viver no monte Sião, os essénios. No seu tempo, os merovíngios eram conhecidos como «novos magos» (nova aliança), ironicamente, o mesmo nome adotado pelos essénios.¹ Uma das principais preocupações dos merovíngios era a propagação do conhecimento esotérico secreto, enquanto os seus descendentes — pessoas como Godofredo de

Bulhão, Balduino I e, segundo parece, Afonso Henriques — estavam comprometidos com votos de obrigação.

Esta linhagem real inclui Jesus e a sua consorte, Maria Madalena,^{af2} cuja união deu origem a uma filha chamada Tamar.³ Esta união era conhecida no Próximo Oriente, mesmo pelos cristãos gnósticos, mas era considerada uma enorme ameaça para uma nova religião cujos papas se tinham ungido como únicos representantes de Deus na Terra. Para preservar esse monopólio, a Igreja Católica fez tudo para negar a linhagem davídica, e por este motivo, acima de todos os outros, exterminou centenas de milhares — provavelmente milhões —, tentando apagar qualquer vestígio que pudesse desestabilizar a sua falsa pretensão de governar por nomeação sagrada. Retirou relevo ao papel de Maria Madalena enquanto prolongamento da linhagem ao demonizá-la como meretriz, e sufocou o poder do feminino ao demonizar as mulheres em geral.



A divina virgem, Ísis, com o pequeno Hórus.

Bernardo de Claraval, por outro lado, destacou a importância de Maria Madalena no grande esquema das coisas, pois, ao redigir a regra latina no Concílio de Troyes, afirmou especificamente que os cavaleiros deviam seguir «a obediência de Betânia, o castelo de Maria e Marta». Por outras palavras, obediência a Maria de Betânia, conhecida na Igreja medieval como a Madalena.⁴ Os cavaleiros honrariam este juramento, entre muitos atos, ao dedicar as suas catedrais e inúmeras igrejas à divina virgem, Nossa Senhora,

também conhecida como a Madalena,⁵ enquanto amplificavam ainda mais a ligação ao situar os edifícios nos locais de templos anteriormente dedicados à divina virgem original, Ísis, como é o caso da Catedral de Braga. Até os acontecimentos notáveis na história templária eram celebrados no seu dia, 22 de julho.

Os talismãs dos merovíngios eram a abelha e o favo de mel, sobretudo porque caracterizam facilmente a manifestação da harmonia divina na natureza. O mesmo se aplica aos sacerdotes-reis seus antecessores, os faraós egípcios, e às sacerdotisas que honravam os cultos da fertilidade, como Ceres e Deméter, chamadas *abelhas*.⁶ Assim, a construção da colmeia estava associada à percepção pessoal e à sabedoria, um conceito imortalizado na Bíblia: «Jónatas... estendeu a ponta do bastão que tinha na mão e mergulhou-a num favo de mel e levou a mão à boca; e os seus olhos iluminaram-se.»⁷ De novo, no Livro dos Provérbios: «Meu filho, come mel, porque é bom; e o favo de mel, que é doce ao teu paladar. Assim será o conhecimento da sabedoria para a tua alma: quando o tiveres encontrado, então haverá uma recompensa, e as tuas expectativas não serão frustradas.»⁸ Esses talismãs foram mais tarde adotados por Bernardo de Claraval, levando à especulação de que, através da sua nobre ascendência borgonhesa, também ele descenderia desta linhagem.

O regresso do *sang real* é anunciado como a restituição da fertilidade a uma terra que se tornou estéril. É a devolução de uma ordem divina a territórios reduzidos a escombros por uma longa guerra; por outras palavras, o reaparecimento da sabedoria sobre a barbárie. Quer se interpretem estas histórias literal ou alegoricamente, a noção de que os templários, juntamente com a Ordem de Sião, estavam envolvidos num golpe de Estado contra Roma para restabelecer esta linhagem espiritual é uma linha de investigação plausível e tentadora, sobretudo porque o «preço de admissão» nos templários era de trinta peças de prata, a soma pela qual o ministério dos essênios/nazoreanos e os seus sacerdotes Jesus e João Batista foram traídos. Era uma declaração, uma piada

interna, até, por parte da Ordem do Templo sobre o seu objetivo de corrigir uma injustiça que travou uma sucessão de legítimos descendentes espirituais, e com ela a negação do seu mais importante ritual de iniciação, a «ressurreição dos mortos».

A linhagem é um tema recorrente na história dos templários, tal como o é na da Ordem de Sião, cujo propósito declarado era restabelecer a linhagem merovíngia em Jerusalém,⁹ o que aparentemente fez graças a uma frutífera relação estabelecida por alguns dos membros da ordem — particularmente Pedro, o *Eremita* — com Godofredo de Bulhão, a quem puseram no trono de Jerusalém.

Dados os frequentes casamentos entre as casas vizinhas da Borgonha, Flandres e Champanhe, Godofredo não teria sido o único descendente portador do ADN sagrado. Ele era apenas o mais elegível e o mais direto dos descendentes da linhagem davídica.¹⁰ Dada a descendência borgonhesa do primeiro rei de Portugal, e a forma como obteve o trono, por via da inter-relação dos templários, dos cistercienses e da Ordem de Sião, é tentador considerar que a Ordem de Sião pode ter posto discretamente um segundo merovíngio no trono, desta vez no lado oposto da Europa. Há decerto indícios disso:

- A figura central da ordem, o prior Arnaldo da Rocha, trabalhou de perto com o conde Dom Henrique e a corte de Portugal para garantir a implementação de um Estado-Nação independente após a morte prematura do conde, com o seu filho como rei.
- A árvore genealógica de Afonso Henriques descende da linhagem real dos reis francos e inclui Henrique I e Hugo Capeto.
- O rei era sobrinho de Bernardo de Claraval e do duque Odo I da Borgonha, dois alegados merovíngios.
- Tal como Godofredo de Bulhão, Afonso subiu ao trono indiretamente — não como filho de um rei, mas de um conde com descendência real.
- A proclamação da sua realeza no campo de batalha em Ourique coincide com o dia em que a coroa de Jerusalém foi oferecida a

Godofredo de Bulhão.

Realisticamente, tudo isto é circunstancial. Há obstáculos consideráveis no caminho da prova definitiva, pois os templários esconderam grande parte dos seus registos escritos durante a perseguição organizada à ordem em 1307. Os poucos que ficaram em Portugal foram purgados pela Inquisição, e durante o ominoso período de reformas no século xvi pelo padre jesuíta António de Lisboa,¹¹ que também vandalizou os vinte e nove túmulos dos mestres templários e dos cavaleiros sepultados na igreja matriz do Olival antes de espalhar os seus restos mortais. O irmão Bernardo da Costa, cronista da Ordem Templária em Portugal, descreve como inúmeros documentos escritos antes da reforma dos templários desapareceram nessa altura, incluindo o famoso diário da ordem. Por fim, parte considerável do restante arquivo templário perdeu-se quando o Arquivo Nacional em Lisboa ardeu após o catastrófico terramoto de 1755.¹²

A ideia de uma linhagem sagrada instalada em Portugal manter-se-ia como puramente especulativa, não fosse o indício de uma prova conclusiva. Nos séculos xii a xv, o Mosteiro de Alcobaça acumulou uma vasta coleção de códices na sua biblioteca. Um documento sobrevivente guardado nos arquivos cistercienses delineia os ritos de sucessão dos mestres templários em Portugal, nos quais o juramento de fidelidade de cada novo mestre declara inequivocamente obediência à Ordem de Cister e o voto de «proteger a linhagem de David».¹³ Tão flagrante artigo dificilmente figuraria no ritual a menos que houvesse uma linhagem para proteger!

Mas há outro ponto de vista igualmente convincente para a interpretação do Graal, e talvez ajude a explicar o porquê de os templários, os cistercienses e a Ordem de São terem formado um complexo padrão de lealdades que deu vida ao reino de Portugal.

Diz-se que, enquanto recetáculo sagrado, o Graal tem o poder de devolver a vida aos mortos. Mas, dado que devolver à vida um organismo em decomposição é uma perversão das leis da natureza

(para não dizer olfativamente repugnante), é provável que a frase fosse simbólica. Todas as sociedades esotéricas, herméticas e gnósticas que alguma vez existiram dissimularam sempre os seus princípios mais importantes em alegorias e metáforas, como meio de esconder informações importantes ou de proteger os seus autores da tortura, do encarceramento e da morte certa. Assim, para o leitor casual, um mito ou lenda é aceite pelo seu valor facial, mas, para um iniciado nos mistérios, revela uma camada mais profunda de informação. Como escrever uma mensagem com sumo de limão para que o olhar comum não veja mais do que um pedaço de papel em branco. Os iniciados nos mistérios são hábeis a ocultar material aos profanos; Jesus era particularmente bom nisso, como determinada vez lembrou aos apóstolos: «A vós vos foram dados os mistérios do reino do Céu. Mas outros veem-nos apenas por parábolas, pelo que olhando não veem, e ouvindo não compreendem.»¹⁴

Uma dessas parábolas diz respeito à «ressurreição dos mortos», um processo iniciático tão antigo como os faraós egípcios. A metáfora descreve como as pessoas normais passam pela vida como se adormecidas ou inconscientes (mortas), mas, através da iniciação nos mistérios e de anos de instrução orientada (quando «bebem do cálice da vida eterna»), elas tornam-se iluminadas. Ou, pondo as coisas de outro modo, são «ressuscitadas dos mortos». Essas práticas eram consideradas cruciais para o fortalecimento pessoal, tanto que o conhecimento era escondido aos não iniciados, para que não fosse alvo do abuso de déspotas ou eclesiásticos em busca do controlo da experiência direta de Deus por parte de cada indivíduo. Os adeptos preferiam morrer a revelar os segredos dos mistérios. E muitos pereceram; entre eles, João Batista, que estava profundamente envolvido nas práticas iniciáticas dos essénios/nazoreanos.¹⁵

Os mistérios eram componentes essenciais das seitas esotéricas que praticavam e pregavam a gnose. *Gnosis* é a palavra grega para conhecimento, especificamente «conhecimento dos mistérios

espirituais». É um saber que não vem apenas dos ensinamentos antigos, mas também de uma percepção mais ampla, à semelhança dos budistas que encontram uma consciência expandida ao contemplar os reinos interiores. As perspectivas destas seitas, incluindo os cristãos gnósticos, diferiam das dos fundamentalistas, na medida em que não interpretavam literalmente a ressurreição. Reconheciam a condição humana pelo que é, uma morte espiritual. Para eles, a ressurreição é o momento em que se descobre a iluminação, e o evangelho gnóstico de Filipe deixa bem clara esta distinção: «Aqueles que dizem que morrerão primeiro e depois ressuscitarão estão enganados, devem receber a ressurreição enquanto vivem.» Os cristãos gnósticos chamavam à visão literal da morte de Jesus «a fé dos tolos», e quem acreditasse nisto estava a confundir uma verdade espiritual com um verdadeiro acontecimento.^{ag16}

Filósofos como Cícero, Platão, Pitágoras e Voltaire afirmaram que a imersão nos mistérios providenciava o único bastião contra a queda da humanidade num estado de depravação e brutalidade, e os anteriores gnósticos egípcios sentiam o mesmo. Para eles, não havia tal coisa como uma religião formal, só a *heka*, sendo o equivalente mais próximo a expressão «poder mágico».¹⁷ Deriva de *heka* a palavra hebraica *hekhal* (templo ou santuário), e a sua parte mais energética é o Santo dos Santos, equivalente ao altar, considerado por praticamente todas as culturas a morada de um deus. Por outras palavras, é um espaço que representa a mais próxima simulação possível da força criativa aqui no mundo material.

Isto é algo poderoso, daí que os segredos das escolas dos mistérios fossem bem guardados e regra geral transmitidos oralmente de geração em geração por guardiães da sabedoria ou sacerdotes da mais alta integridade moral.

A demanda do Graal sempre esteve associada a um grupo fechado de sábios conhecedores de um saber especial que embarcam numa missão para encontrar a verdade, a iluminação e a

ação correta contra a injustiça. Os contos são produzidos para o público da época, por exemplo, *Jasão e os Argonautas*, *Artur e os Doze Cavaleiros*, ou *Robin dos Bosques e os seus alegres companheiros* (sendo que Robin, vestido de verde, representa os deuses da natureza rejuvenescidos-ressuscitados Osíris, Pã e o Homem Verde). Durante os anos que passaram a escavar sob o monte do Templo, se os templários redescobriram textos essênios a delinear os ritos da ressurreição em vida, então é um simples salto lógico deduzir que foi esta a razão pela qual todos se apressaram a entregar propriedades e a alma aos templários, pois eram eles quem podia fornecer as chaves para o reino do Céu, não a Igreja Católica.

Salvação pessoal sem um intermediário corrupto? Puro paraíso! Na verdade, as cerimónias de ressurreição dos templários vieram à luz durante os interrogatórios da Inquisição em França, nos quais informadores revelaram cerimónias que envolviam os iniciados a ser ressuscitados de um túmulo ritual.

Poderia ser este, então, o conceito central por trás do Graal?

A história do Graal surge na Europa no ano 717 como *Le Seynt Graal*, de um eremita chamado Waleran após uma visão de Jesus, que lhe entrega um livro e diz, enigmaticamente: «Eis o Livro da tua Descendência. Aqui começa o Livro do Sangréal.» Nada mais se ouviu sobre ele até 1128 — um ano marcante para os templários — , quando a história ressurgiu na pequena cidade de Oxford, em Inglaterra.

Após ser-lhe atribuído o título de mestre templário de Inglaterra, Payen de Mont-Didier (um dos templários originais) despediu-se de Hugo de Payens, em Londres, e lançou-se num impressionante projeto de construção a nível nacional, começando por uma precetoria templária em Oxford em terrenos fornecidos pela princesa Matilde, esposa do neto de Balduíno II e filha do conde Fulque de Anjou, um dos primeiros financiadores dos templários e que mais tarde se tornou cavaleiro templário e rei de Jerusalém.

Enquanto em Oxford, Payen de Mont-Didier confidenciou a história dos templários e o seu propósito a um cônego secular chamado Godofredo de Monmouth, que publicou o relato oito anos depois numa história intitulada *A Matter of Britain*, na qual uma espécie de rei-salvador messiânico obscuro chamado Arthur Pendragon é levado para oeste até uma terra mágica, onde o seu corpo deve repousar até ao momento em que for ressuscitado e a Luz prevaleça de novo sobre o reino. Godofredo foi categórico durante toda a sua vida em que os acontecimentos retratados na história eram baseados em documentos muito antigos de que tivera conhecimento em Oxford, mas teve o cuidado de nunca revelar a sua origem ou o paradeiro.¹⁸

Ainda que a história de Godofredo não chegue a apresentar o Graal, o historiador coevo Guilherme de Malmesbury incluiu-o na sua versão posterior. Guilherme tão-pouco teria desconhecido Payen de Mont-Didier, pois a abadia onde residia ficava a apenas meia hora a cavalo da outra precetoria templária em Temple Guiting. E Guilherme, sendo bibliotecário, precetor e cronista da Igreja, dificilmente teria deixado passar a oportunidade de conhecer este flamengo envolvido num muito invulgar programa de construção de igrejas.¹⁹

Depois disto, o Graal reaparece em França, na obra do poeta e trovador francês Chrétien de Troyes,²⁰ cuja patrocinadora, Leonor da Aquitânia, rainha consorte de França, doou o porto estratégico de La Rochelle aos templários.²¹ Em 1160, a sua filha, a condessa Maria de Champanhe, também se tornou patrona de Chrétien, e posteriormente ele juntou-se à sua corte em Troyes. Aí, aninhado no coração do território templário e cisterciense, Chrétien escreveu *Le Conte del Graal: Roman de Perceval*, no qual uma longa e aparentemente inútil busca por um objeto supremo é cuidadosamente dissimulada numa fachada de imagística cristã aceitável, de modo a evitar acusações de heresia por parte da Igreja. É uma história alegórica que descreve um caminho para a transfiguração espiritual através de um processo iniciático no qual o

herói atinge uma transmutação alquímica em «ouro». Simplificando, a personagem principal da história é uma espécie de eremita que deixa os bosques para se tornar cavaleiro, treina-se com um mentor espiritual, depois parte numa longa demanda e volta com os olhos bem abertos, após o que conhece uma bela donzela, e os dois casam-se. Por outras palavras, o herói é despertado para o grande mistério da vida e percorre um caminho rumo à autoiluminação.

E assim se ergue um «homem morto».

Há um momento significativo na história de Chrétien em que o herói, Perceval, testemunha uma procissão na qual uma jovem mulher transporta o Graal numa salva elaboradamente decorada, e porém não há em nenhum lado qualquer menção a uma taça, um cálice ou associação a uma linhagem real — de facto, a atenção está naquela salva, e é a essa salva que voltaremos mais tarde.

O fascinante na obra alegórica de Chrétien é que, ao ler nas entrelinhas, veem-se ecos da vida das personalidades envolvidas com os templários, bem como os vários eremitas e monges que desempenharam papéis secundários, para não falar nas figuras e nos acontecimentos centrais na criação de Portugal. É como se o autor estivesse a transmitir um importante relato histórico, mas profundamente velado, do propósito por trás da aliança Sião-Cister-templários. Que a história simboliza a demanda templária é revelado quando Chrétien afirmou que o seu trabalho tinha sido inspirado em histórias de Filipe da Alsácia, conde da Flandres, cujo pai era primo do templário Payen de Mont-Didier!²²

Após ter escrito nove mil linhas, Chrétien morreu, sendo a história continuada por um tradutor chamado Wauchier de Danain, nome que implica uma associação àquele místico povo celta, os *tuadhe d'anú* (ou *tuatha dé danaan* na Irlanda), para não falar nos antecessores dos portugueses, os lusitanos.

Um novo pedaço da história do Graal foi acrescentado em 1190 por um templário anónimo, possivelmente um dos muitos poetas encorajados a juntar-se à ordem.²³ Nesta obra, intitulada *Perlesvaus*, o herói Perceval é recebido num castelo que hospeda

um conclave de iniciados familiarizados com o Graal. Durante uma cerimônia, conhece trinta e três iniciados «vestidos de branco e não tendo nenhum deles senão uma cruz vermelha a meio do peito».²⁴ Desta vez, a ênfase é dada, ao longo da história, à importância da linhagem, mas o que faz com que *Perlesvaus* se destaque é o foco no entendimento dos iniciados sobre a alquimia e o gnosticismo, e como o Graal pretende ser uma experiência transcendental e iluminadora, através da qual se vê o mundo de uma forma muito diferente, porque, simbolicamente, o iniciado «ressuscita dos mortos».

Os ensinamentos esotéricos do Graal são uma vez mais expandidos, pelo escritor bávaro contemporâneo Wolfram von Eschenbach, na sua história *Parzival*, graças a material que lhe foi transmitido por um monge trovador chamado Guiot de Provins, que trabalhara como porta-voz dos templários. Guiot pode ter recebido o seu conhecimento de uma das escolas cabalísticas na Europa, da cidade ibérica de Toledo, por exemplo, que era gerida por eruditos árabes e judeus, ou das de Montpellier ou Girona, talvez da de Troyes, cidade natal dos templários, a qual se materializou mais ou menos na mesma altura em que um grupo de monges autointitulado Ordem de Sião passava pela cidade a caminho de construírem um mosteiro em Orval.

Na história de *Parzival*, os templários são encarregados de proteger um castelo, e por trás dos normais monges guerreiros há uma ordem mais secreta, um grupo muito espiritual representado por uma pomba, que é o guardião do Graal. Wolfram descreve como esta irmandade é alimentada por «uma pedra que caiu do céu». Esta, sendo a mais pura das pedras, diz-se, pode ressuscitar um corpo, revitalizar os doentes, prolongar a vida e devolver o vigor e a juventude ao corpo. E é referida como o Graal.²⁵

Para a mente racional, tal descrição parece ridícula. Os meteoritos não fazem essas coisas. Mas, segundo a mente esotérica, que lê simbolicamente essas histórias, esta pedra é semelhante a uma biblioteca de informação descida de uma fonte

inteligente (simbolizada pelo Céu ou por Deus), à semelhança das tábuas de pedra entregues a Moisés. Por outras palavras, esta pedra-chave incorpora uma muito antiga sabedoria, e, devidamente aplicado, o conhecimento que contém revitaliza e revigora o indivíduo, que, por sua vez, incorpora a sua filosofia, de tal modo que a pedra se torna na base espiritual do indivíduo, até de todo um movimento filosófico.

A pedra-chave é verdadeira: é conhecida em Jerusalém como a Rocha de Sião e em Meca como a Ka'Ba, e a sua tradição foi incorporada nos ensinamentos esotéricos da cabala.

A absorção de tal sabedoria seria uma libertação inacreditável, equivaleria à ressurreição pessoal e, comparado com a vida que conhecia antes, é claro que se sentiria como se tivesse recuperado a juventude. Esta transformação é identificável com um estado alterado de consciência: uma união com Deus. E além de ser simbólica, é suposto ser *vivida*.

Uma experiência de tal magnitude seria algo que valeria a pena proteger com a vida, por que justificaria a pena lutar e, paradoxalmente, também matar.

Parece, então, que o Graal é a materialização de um protocolo de iniciação nos mistérios da vida, uma experiência direta e mística de Deus — o mesmo credo da Ordem de Cister e do seu abade Bernardo de Claraval.

As suas raízes estão num relato sumério de cerca de 2500 a. C., no qual o *gra-al* é descrito como «o néctar da suprema essência» de Inanna, a deusa portadora da taça, uma rainha do Céu semelhante a Ísis, que toma como noivo o iniciado Dumuzi (também se escreve Tamuz), e é através deste casamento sagrado que este pastor é ressuscitado como um deus-homem. Chamado *Cântico de Inanna*, foi o modelo no qual o Cântico de Salomão se baseou mais tarde.

Inanna era uma *hierodula* (mulher sagrada), uma alta sacerdotisa que presidia aos mais elevados e secretos aspetos da iniciação — corporizada pela união do iniciado com a sua noiva divina —, e era responsável por garantir que o iniciado recuperava da sua

experiência extracorpórea. Essas sacerdotisas eram apelidadas «abelhas» e usavam o manto vermelho de *ritu* (verdade), a origem da palavra *ritual*.²⁶

Por isso, de certo modo, o Graal é sinónimo de uma linhagem e de um ideal espiritual, visto que cabia a uma linhagem de sacerdotes-reis, faraós e iniciados doutrinados nos mistérios carregar e transmitir o seu conhecimento, com a importância atribuída à linha matriarcal de mulheres que perpetuavam a dita linhagem.

Como muitos épicos eternos retratando o triunfo do bem sobre o mal, a custódia do Graal pede aos convidados que sejam monges guerreiros. Durante a demanda, os iniciados procuram harmonizar polos opostos: as necessidades da alma e as óbvias questões práticas da carne. No século XII, até os monges tinham de pensar como soldados só para sobreviver. A mediação entre a cabeça no Céu e os pés na Terra é a forma através da qual o herói da história se mantém fiel à donzela com quem se casa. Esta mulher deve ter possuído qualidades excepcionais, pois ele protege-a a qualquer custo.

De facto, é uma beleza radiante, pois é repetidamente referida como Sophia (sabedoria).

Esta noiva é a personificação do divino feminino na natureza, conhecimento ao mais elevado grau. Ela era a bela donzela com quem os seguidores do Graal acabavam por se casar, e por quem de bom grado dariam a vida — e a maioria dos templários fá-lo-ia, um dia.

Estes princípios foram adotados por Bernardo de Claraval. Os templários honraram o seu juramento à divina virgem ao seguir a «obediência de Betânia, o castelo de Maria e Marta» onde e sempre que consagravam igrejas a Nossa Senhora ou voltavam a dedicar antigos templos à sua antecessora egípcia, Ísis, tal como o conde Dom Henrique fez em Braga quando honrou o templo em ruínas da dita deusa erguendo uma nova catedral sobre as suas pedras.

É possível que um dos motivos pelos quais os templários investiram tanto esforço na criação do primeiro Estado-Nação independente da Europa fosse para aí esconder tal segredo, um objeto ou conhecimento de tão grande importância que exigia um território tão longe de Roma quanto possível, «livre de toda a interferência oficial e eclesiástica».²⁷ Na lenda original, o Graal é descrito como um objeto de ouro transportado numa salva, uma bandeja de prata usada numa cerimónia formal. É semelhante ao étimo português *salvar*, do qual surge o termo *salvação*. E a salvação através do Graal — esta Sophia, esta bela mulher de saber — parece ser a verdadeira intenção da demanda dos templários. Pode isto ter sido motivação suficiente para enviar um grupo de monges guerreiros numa busca desde a Lorena, Champanhe e Borgonha até Jerusalém, e depois para os ajudar a instalar uma Coroa portuguesa no outro lado da Europa, precisamente como Hugo de Payens ordenou?

A criação de um Estado-Nação na Europa do século XII deve ter parecido aos envolvidos uma demanda pelo Graal, o empreendimento de uma viagem perigosa para realizar uma tarefa aparentemente impossível. Até o acontecimento que estabeleceu Portugal como Estado-Nação — a batalha de Ourique — está envolto em mito; o verdadeiro local nunca foi satisfatoriamente localizado. É uma das grandes ironias da história que o momento determinante da história de Portugal não possa ser devidamente identificado, como a versão ibérica de Parzival em busca do elusivo Graal. O mesmo se aplica a outro famoso cavaleiro do Graal, o rei Artur, pois o famoso local da sua batalha em Mons Badonicus também nunca foi devidamente localizado,²⁸ e campos de batalha de tão grande importância histórica não desaparecem simplesmente!

Descrições do terreno nos relatos sobreviventes de Ourique sugerem que o conflito se travou não muito longe do estuário do pujante rio Tejo, e em 1139 essa região marcava a nebulosa fronteira com os mouros. No meio, erguia-se uma aldeia chamada

Casal do Ouro, e sensivelmente cinquenta e três quilómetros a norte, a cidade de Ourém. Ambos os locais partilham a mesma raiz com Ourique — *ouro*. Visto que o ouro é uma metáfora para o Graal, poderá o momento determinante na história de Portugal ter ocorrido nos campos em redor de Ourém? Afinal, a ortografia exata das palavras e dos nomes no século XII era em si mesma um assunto bastante nebuloso.

Situada a sul do Castelo de Soure, a aldeia montanhosa de Ourém foi conquistada aos mouros por Afonso Henriques em 1136, três anos antes de Ourique, mas coincidentemente no mesmo dia, o dia de João Batista. Com territórios a serem ganhos, perdidos e reconquistados, e sendo os registos desta época tão escassos como contraditórios, é possível que os dois acontecimentos sejam o mesmo.

Duas coisas tornam a ideia convincente. Primeiro, de todas as cidades famosas em sua posse, Afonso Henriques concedeu o foral desta aldeia de resto inconsequente a uma sua donzela, a sua filha Teresa (não a confundir com a sua mãe). Segundo, uma lenda local diz que Ourém deve o seu nome, de entre todas as coisas, a uma história de amor entre uma muçulmana e um cristão. Uma princesa árabe chamada Fátima foi capturada por um cavaleiro chamado Gonçalo durante a batalha pela cidade, mas mais tarde apaixonou-se loucamente por ele, converteu-se ao cristianismo e mudou o seu nome para Oureana, de onde deriva o nome da cidade.

Para um nome escolhido, é astuciosamente apropriado, pois *ouro-ana* traduz-se como «ouro de ana», uma clara referência à deusa dos lusitanos, bem como aos seus primos celtas na Europa Central, os *burgundii*, a linhagem do rei de Portugal.

Tragicamente, Fátima morreu jovem. Um compreensivelmente inconsolável Gonçalo juntou-se ao mosteiro cisterciense na vizinha Alcobaça como remédio para o seu pesar, e quando o seu abade construiu um pequeno priorado numa colina ali perto, o irmão Gonçalo levou os restos mortais de Fátima para lá serem sepultados.²⁹ Uma vila cresceu em torno do priorado e, com o

tempo, tornou-se no mais cristão dos locais de peregrinação, ainda lembrado nos dias de hoje como Fátima.

A história não é propriamente uma prova definitiva de que a batalha de Ourique foi na verdade a batalha de Ourém, mas, lendo nas entrelinhas deste aparente conto de fadas — pois as personagens e os acontecimentos são suficientemente reais —, esta história que representa a reconciliação de opostos, aqui patenteados por uma muçulmana e um cristão, estaria de acordo com os princípios cistercienses e esotéricos, os mesmos que estão no cerne da demanda pelo Graal, pois é com uma reconciliação que aquele que procura finalmente encontra «ouro».

A mesma reconciliação está no cerne da relação entre os templários e os árabes esclarecidos, e os dois trabalharam mais estreitamente do que é muitas vezes divulgado. O próprio Afonso Henriques pactuou com o mestre sufi Ibn Qasi contra os almorávidas que invadiram Portugal; até a introdução da arquitetura gótica foi uma mera extensão do estilo árabe. Havia inclusive respeito mútuo na sua devoção a Deus, como demonstra o seguinte relato de um peregrino muçulmano a Jerusalém:

Quando visitei Jerusalém tinha o costume de caminhar até à mesquita de Al-Aqsa, local de residência dos meus amigos templários. De um lado, havia um pequeno oratório onde os francos puseram uma igreja. Os templários puseram-na à disposição para as minhas orações. Um dia, entrei e disse: «Allah Akbar», e, quando começava as minhas orações, um homem, um franj [cruzado], correu para mim e virou-me para leste, e disse: «É assim que se reza!» De imediato alguns templários vieram em meu auxílio e afastaram-no. Continuei com as orações e novamente o homem veio na minha direção, repetindo: «É assim que se reza.» Mais uma vez, os templários intervieram e pediram desculpa: «Ele é um estranho, acaba de chegar com as cruzadas e nunca viu ninguém rezar sem estar virado para leste.» Respondi que tinha dito as minhas orações

*e parti, estupefacto com o comportamento daquele demónio que ficou tão horrorizado por me ver rezar na direção de Meca.*³⁰

Em última análise, para Afonso, os templários e os cistercienses, o «ouro» que acalentavam era o nascimento de uma nova nação, pois, ao fazê-lo, criaram um reino de consciência a partir de uma terra há muito morta por décadas de conflito.

Vale a pena salientar mais duas coincidências extraordinárias: , Leonor da Aquitânia — patrona do autor do Graal Chrétien de Troyes — doou o porto marítimo estratégico de La Rochelle aos templários na mesma altura em que Portugal se torna um Estado-Nação;³¹ e Chrétien junta-se à corte da sua filha em Troyes, e senta-se à sua escrivaninha para escrever a sua obra sobre o Graal quando os templários lançam os alicerces de uma igreja redonda na cidade de Thamar.

Talvez nunca venhamos a saber quantos destes pensamentos sobre o Graal passavam pela cabeça de Afonso Henriques enquanto via a tinta do seu selo real secar no velino do foral de Ceras. As sociedades secretas adoram os seus símbolos porque, tal como uma parábola, transmitem uma mensagem ao observador casual, enquanto para o iniciado nos mistérios escondem outra.

Para o observador casual, o selo circular do rei e a sua quadratura central de letras misturadas formam o anagrama da palavra PORTUGAL.

Ao leitor esotérico, revela algo mais profundo: PORTUGAL.

E ao iniciado diz, em português, POR TU, O GRAL — Por ti, o Graal.

Será possível que os templários tenham depositado um aspeto do Graal na cidade de Thamar, homónima da filha de Jesus e de Maria Madalena?³²



Foral de Ceras.

- af** O compilador desta linhagem foi Fredegário, escriba borgonhês do século VII.
- ag** Este conceito de morte figurada ainda está consagrado no terceiro grau maçónico, cujas raízes remontam às práticas do templo egípcio e do faraó Seqenenre Tao, por volta de 1560 a. C.

Capítulo 39

1160. 1 DE MARÇO. UMA CERIMÓNIA AO AMANHECER NO PROMONTÓRIO SOBRE THAMAR...

Mestre Gualdim depôs a pedra angular da igreja redonda que os templários passariam os dois anos seguintes a construir. Pela própria localização num monte no topo da colina, a rotunda seria o primeiro elemento do terreno envolvente a ser banhado pela luz do sol nascente. O momento da cerimónia simbolizava a antiga prática egípcia do rito da ressurreição ao amanhecer.

O acontecimento também marcava, naquele dia, o quadragésimo aniversário da fundação do primeiro mosteiro cisterciense em Portugal, em Tarouca, após o cavaleiro templário irmão Rolando e um grupo de monges de Claraval se terem encontrado com o jovem Afonso Henriques.

A geometria octogonal da rotunda seria uma homenagem à Igreja do Santo Sepulcro e à arquitetura sagrada árabe; o seu interior estava despido de ornamentos, como Bernardo de Claraval prescrevera: «Não deve haver decoração, só proporção.»¹

Durante este período, os templários não concretizaram nenhum outro projeto. Era um foco singular, uma grande obra, um empreendimento total e sinérgico como que essencial ao seu propósito. Só depois de a rotunda estar completa é que se voltaram para as questões defensivas e cívicas, primeiro cercando a rotunda com uma extensa cidadela, depois concentrando-se em Tamar e na atenção de que a cidade precisava.

A cidade foi praticamente reconstruída do zero, exigindo o recrutamento de uma vasta quantidade de artistas e pedreiros, e na década que se seguiu os templários dedicaram todo o seu esforço à sua ressurreição.² Devia tornar-se o seu quartel-general em Portugal, o portal da ordem, contendo talvez os mais significativos monumentos templários da Europa.

O que quer que os templários trouxeram para aqui deve ter sido notável, porque, numa quente manhã de julho, vinte anos depois,

acordariam para encontrar o castelo cercado por um exército muçulmano de quatrocentos mil cavaleiros e quinhentos mil soldados de infantaria.^{ah3} Mesmo deixando cair alguns zeros destes números absurdos, ainda fica um exército desproporcionado de homens ansiosos por despojar os templários de um castelo, um pomar e uma capela! Certamente que os árabes não tinham marchado desde o Sul de Espanha só pela paisagem. Em todo o caso, apesar de um ataque de seis dias, os árabes foram repelidos e o exército invasor retirou de mãos vazias.

POR TU, O GRAL. «Por ti, o Graal.» A mesma frase inscrita junto à imagem da Arca da Aliança na Porta dos Iniciados da Catedral de Chartres. Poderia o castelo na colina sobre Thamar ser o mesmo «castelo do monte selvagem» descrito na lenda do Graal? Coincidência ou planeado, no momento em que a cerimónia de Gualdim se realiza em Thamar, Chrétien de Troyes está a instalar-se em Champanhe para escrever a sua história do Graal.

A origem por trás do nome de Thamar é tão intrigante como a razão por que os templários haveriam de ter escolhido um lugar tão afastado da sua terra original para dar à luz a sua era dourada. Thamar ou Ta'amarah foi o nome atribuído pelos seus habitantes árabes por volta do século IX,⁴ e a sua escolha lança alguma luz sobre o porquê de o lugar ser importante, além do local de um antigo mosteiro beneditino onde uma divina virgem foi martirizada.

Tamar ou Tamara era o nome da filha do rei David,^{ai5} bem como a filha da união entre Jesus e Maria Madalena.⁶ O nome significa «palmeira» e, para quem estiver familiarizado com o simbolismo esotérico, isto tem uma profunda ligação ao culto da ressurreição dos mortos.

Já vimos como muitas das buscas templárias têm conotações decididamente esotéricas ou do Antigo Egito. Um dos principais pilares das escolas dos mistérios egípcios é o mito da ressurreição protagonizado por Osíris e a sua consorte, Ísis. Osíris governou o reino até que o seu irmão ciumento, Set, e setenta e dois coconspiradores o cortaram em pedacinhos e, sem cerimónias, os

dispersaram pelo Nilo. Porque Osíris não concebera um herdeiro, Ísis ficou sem um filho para se livrar do maléfico Set. De facto, ela era a divina virgem a presidir a um reino arruinado. Engenhosa até ao fim, parte para recolher os pedaços do corpo do marido, reagrupa-o por magia e, após moldar-lhe um novo falo feito de ouro maciço, usa o som da sua voz, após o que Osíris é ressuscitado e Ísis fecundada.

Após a sua provação, Osíris regressa para devolver a vida a uma terra estéril e resplandece para sempre como uma estrela brilhante. O mito resume o ritual da ressurreição em vida, e o símbolo da experiência de Osíris é a palmeira. É representado com pele verde, fazendo dele a mais antiga expressão do culto do Homem Verde, a divindade tutelar da fertilidade que revitaliza a Terra e a ressuscita dos mortos.



Uma das muitas visualizações do Homem Verde. Capela de Rosslyn.

Parece que Osíris era hábil na magia, talvez porque o sacerdote-deus que o ajuda no ritual é o deus com cabeça de íbis Djehuti (o grego Tot-Hermes), tido «como o autor de todos os ramos do conhecimento, tanto humano como divino... o inventor da astronomia e da astrologia, da ciência dos números e da matemática, da geometria e do levantamento topográfico, da medicina e da botânica».⁷ Djehuti corresponde à personificação da mente de Deus. É uma enciclopédia meio humana, meio divina, uma representação em pele e osso das tábuas de pedra escritas por Deus. Na verdade, o conhecimento de Djehuti desceu dos Céus, do deus Ámon, cuja imagem é retratada nas paredes dos templos com

uma coroa de duas tábuas de forma suspeitosamente idêntica às que foram entregues a Moisés.



O deus Ámon. Repare-se nas duas tábuas da sabedoria na sua cabeça.

Depois de recuperarem o conhecimento escondido sob o monte do Templo, os templários juraram «reconstruir o templo», física e simbolicamente. Fizeram isto ao escolher especificamente Thamar, na terra de Ceras, um pedaço de terreno inerte a que se agarraram após uma longa controvérsia com o bispo de Lisboa. E agora sabemos porquê.

A coroação da colina com uma igreja redonda dava-lhe o aspeto do monte Sião com a sua basílica curva, o local onde os essênios em tempos realizaram ministérios secretos. Se os templários pretendiam recriar a essência do monte Sião, terão também recriado os ritos da ressurreição? A estrutura invulgar sobre Thamar nunca foi uma igreja normal; nunca teve um altar dentro nem ao lado.⁸ E porque haveriam os templários de precisar de um segundo local de culto quando já tinham a igreja vizinha de Santa Maria do Olival, onde as suas orações e os seus ofícios sagrados decorriam diariamente?

Ainda mais curioso, durante os cercos, o povo de Thamar nunca foi autorizado a entrar na rotunda, provavelmente o edifício mais seguro e protegido no interior da cidadela. E, caso tivessem sido autorizados, entrar revelar-se-ia difícil, pois não tinha porta.⁹

[ah](#) Textualmente do lapidário na parede da rotunda.

[ai](#) Era também o nome de uma cidade construída pelo rei Salomão.

Capítulo 40

TEMPO PRESENTE. ABRIL. DENTRO DA ROTUNDA DE TOMAR...

O modesto interior cisterciense da rotunda manteve-se quatro séculos, até se tornar fora de moda que uma casa de Deus se assemelhasse à residência de um eremita.¹ O que em tempos foi um arco altaneiro de oito colunas simples dentro de um deambulatório circular tornou-se eventualmente numa decoração decadente de estátuas policrómicas, provando a máxima barroca de que o que vale a pena fazer, vale a pena exagerar. Bernardo de Claraval estaria a soprar magma líquido se estivesse ao meu lado neste momento. Quase podia ouvir a sua famosa admoestação aos beneditinos a ressaltar das altas paredes da rotunda: «Nada digo... dos aperfeiçoamentos dispendiosos, dos curiosos entalhes e pinturas que atraem o olhar do adorador e dificultam a sua atenção a Deus.»²

Tinham passado quinze anos desde que me perguntara: «Porque vieram os templários até ao meu país de origem?» A réplica silenciosa foi uma lenta e crescente montanha de pesquisa. Procurar debaixo de uma pedra levou a um labirinto de raízes, cada uma delas ligada ao corpo ilimitado e em constante expansão de um monstro benevolente cujos meandros se tornaram tão multifacetados como os três rostos de Hermes. Fizera uma pergunta sincera. Não antecipara a sonoridade da resposta nem a natureza controversa do material que descobri. Agora, tinha de concluir a jornada regressando à rotunda de Tomar (como é escrito hoje) e ao convento labiríntico que brotou em torno do seu núcleo.

Adoro investigar. Só agora tomava plena consciência de que estivera inadvertidamente a seguir uma demanda pelo Graal.



Interior da rotunda. A decoração foi acrescentada quatro séculos depois.

Um dos aspetos do Graal é a busca de conhecimento secreto capaz de erguer um indivíduo da morte espiritual que é a vida no plano material. Este conhecimento deriva de um antigo sistema de ensinamentos que abrange eras, irmandades e continentes incalculáveis, e o seu material de base é muitas vezes associado à Arca da Aliança. Talvez tenham sido depositados aqui mesmo elementos do Graal ou da Arca. Talvez dentro da rotunda estivesse a mesma pedra-chave de mármore com um anel de ferro que conduzia a uma câmara dos mistérios, como em tempos sucedeu no monte do Templo. Certamente, a fundação da rotunda tornou-se um símbolo tão poderoso que a data continua a ser feriado em Tomar, e até à mudança de calendários, do juliano para o gregoriano, marcava o primeiro dia do calendário civil oficial de Portugal.



A rotunda, Tomar.

Para chegar à rotunda, é preciso subir a colina por um velho e sinuoso caminho de pedras que leva à Porta do Sol. Dentro das muralhas do castelo e no seu bem cuidado pátio, o cheiro a lavanda, limão e laranja é tão inebriante para os sentidos como a visão do templo redondo que os cavaleiros erigiram. De facto, tem uma vaga

parecença com a Igreja do Santo Sepulcro, até com a velha basílica do monte Sião — os locais sagrados cujo encanto cativou a imaginação de Godofredo de Bulhão, Hugo de Payens, o conde Dom Henrique e tantos outros protagonistas neste drama templário-cisterciense.

O edifício não é tanto atrativo como é fascinante e arrebatador.

O seu aspeto externo circular é na verdade uma ilusão de ótica; trata-se de uma estrutura poligonal de dezasseis lados sustentada por contrafortes de segurança. Lá dentro, o teto assenta numa arcada central de oito colunas esguias, agrupadas como quadrifólios e dispostas de acordo com o octógono. O espaço entre as colunas e a parede da galeria é definido pela geometria invisível de um hexagrama: dois triângulos interligados, cada um deles representando os opostos complementares da natureza em perfeito equilíbrio, à semelhança do simbolismo por trás da insígnia templária dos dois cavaleiros montados num cavalo.

O motivo octogonal das igrejas que os templários construíram deve muito à arquitetura sagrada árabe, que usa esta geometria porque representa o ser humano plenamente iluminado. É um quadrado duas vezes desdobrado, e tal como o círculo representa o espírito e tudo o que existe, assim o quadrado representa o seu homólogo físico, a matéria, e os quatro elementos que a compõem: terra, ar, fogo, água. As quatro faces restantes representam o reino invisível. Portanto, ao trabalhar com este talismã, procura-se alcançar a harmonia absoluta entre o material e o espiritual. Este era, e continua a ser, o objetivo das seitas esotéricas e gnósticas.

Os derivados do octógono são o símbolo do infinito e o número 8. Importantes avatares associados a estes talismãs são Jesus, Maomé, o arcanjo Miguel, o feiticeiro arturiano Merlim, e por fim, mas certamente não menos importante, Djehuti, padroeiro dos escribas e deus da magia, da cura e da sabedoria. O seu templo situa-se em Khmun (cidade dos oito), devido ao grupo de oito divindades egípcias ou forças naturais que representam o mundo antes da criação.^{[aj](#)}

A irmandade interna dos templários seguia uma doutrina secreta,³ e, portanto, as suas cerimónias realizavam-se, como lhes convinha, em pequenas capelas secretas dentro dos seus templos, como a que fica por baixo da sua precetoria em Paris.⁴ Os rituais exigiam total devoção à arte, e o conteúdo era revelado estritamente a esta irmandade interna, e só depois de um período de observação, regra geral, um ano. A violação desta lei era punida com pena de morte, como é graficamente descrito no artigo 29.º da Regra dos Irmãos Eleitos:

*Se um irmão se esquecer, por descuido ou tagarelice, e tornar conhecida a mais pequena parte das regras secretas ou do que acontece nos capítulos à noite, que ele seja castigado segundo a grandeza da sua falha, com tempo de detenção a ferros e exclusão dos capítulos. Se for provada a traição e ele tiver falado com má intenção, é condenado a prisão perpétua, ou até secretamente morto, caso isso sirva os melhores interesses de todos.*⁵

Os templários eram completamente dedicados a Tomar, e dado o que sabemos até agora das suas tendências para seguir um antigo sistema de conhecimento, seria incaracterístico se não tivessem adotado estas práticas dentro, em torno ou sob a própria rotunda.



Ritual da ressurreição. Abidos.

No Manuscrito de Cobre, um dos edifícios mais importantes descritos no átrio do Templo Interior é a Casa do Tributo. A entrada ainda era conhecida, no século I a. C., como Portão das Oferendas, e erguia-se sobre uma plataforma de pedra, tendo cada um dos seus quatro cantos uma pequena câmara, uma das quais era a

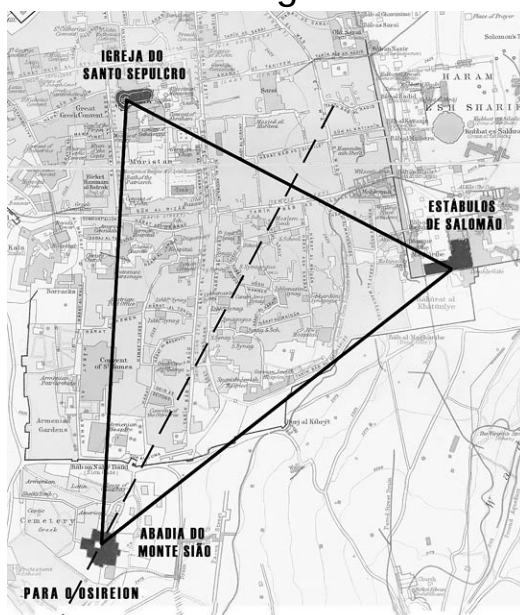
Câmara da Lareira.⁶ Inserida no chão estava uma laje de mármore que podia ser levantada por um anel fixo de metal para revelar uma abertura para uma funda caverna.⁷ Numa câmara contígua, a Escadaria do Refúgio conduzia a uma passagem subterrânea e à Câmara de Imersão, onde presumivelmente se realizavam rituais como a «ressurreição dos mortos». Esta pode ser a mesma câmara que se destacou das outras e mereceu que o capitão Warren, o escavador britânico, fosse descido por uma corda para a sua forma retangular; é a mesma câmara em tempos descrita no Talmude como sala secreta reservada a cerimónias especiais.

O *Livro de Ezequiel* descreve também como os anciãos de Jerusalém «se envolviam em mistérios secretos... de origem egípcia» nas trevas sob o Templo de Salomão.⁸ Essas câmaras ainda existem sob os altares das primeiras igrejas e catedrais espalhadas pela Europa, particularmente nas que foram construídas sobre templos antigos preexistentes onde eram realizados rituais idênticos. Algumas são bem conhecidas: a Catedral de Chartres, o Monte Saint-Michel, a Capela de Rosslyn, e por aí adiante. No Egito, existe uma câmara estreita e claustrofóbica sob o Templo de Dendera decorada com relevos únicos representando uma espécie de processo de renascimento. A oeste, a Capela de Osíris em Abidos contém um mural que representa a mesma cerimónia em termos gráficos, enquanto no vizinho Osireion — um templo subterrâneo feito de ciclópicos blocos de granito vermelho —, os mistérios do nascimento e do renascimento eram também ensinados e realizados, e embora o local se situe mais de oitocentos quilómetros a sudoeste de Jerusalém, o Osireion e os templários estão relacionados.



Igreja do Santo Sepulcro.

Os principais locais templários em Jerusalém estão assinalados pela Igreja do Santo Sepulcro e pelos estábulos de Salomão, onde os cavaleiros residiam; o terceiro é a Abadia de Nossa Senhora do Monte Sião. Os três locais formam um triângulo isósceles perfeito, uma santíssima trindade simbólica. Quando este triângulo é dividido em dois, estende-se uma linha imaginária até ao Osireion.



O triângulo do Osireion.

Geodesia à escala continental.

Da mesma forma, os essênios conduziam os seus ensinamentos dos mistérios em câmaras subterrâneas no monte Sião e, após a sua igreja ter ficado degradada, Godofredo de Bulhão fez acrescentos à planta original na forma da Câmara dos Mistérios, que assentava numa base de oito pilares, uma sala onde o iniciado

tomava uma refeição antes do ritual de ressurreição em vida, também conhecida como a Última Ceia.⁹ Godofredo pode portanto ter mantido uma tradição na qual Sião se baseia, porque a palavra *sião* está relacionada com o árabe *sahi* (subir até ao topo), sugerindo que a localização está concernente com o processo de «elevação».¹⁰ Esta interpretação árabe encontra-se refletida na cabala judaica, onde a referência a Sião assume um manto esotérico como *Tzion* (um ponto espiritual de onde toda a realidade emerge).

A referência mais direta às câmaras secretas dos templários está em Gisors, França, cuja rotunda é indistinguível da de Tomar. A estrutura de Gisors ergue-se sobre um túmulo do Neolítico, no qual os romanos construíram um templo. Sob o seu chão, um extenso sistema de túneis liga duas igrejas vizinhas, uma delas possuindo uma câmara subterrânea de iniciação.¹¹ Porque estas salas são fundamentais para a integridade estrutural do edifício, não podem ser removidas sem tornar perigosa a estrutura de cima. Por conseguinte, se os templários praticavam os mistérios em Portugal, devem ter construído uma câmara semelhante sob a rotunda, e essa câmara ainda deve existir.



Interior da rotunda.

Infelizmente, a pobreza e a ignorância, os demónios gémeos da conservação, não foram benevolentes com a rotunda de Tomar. Detalhes que ajudariam na busca de uma câmara oculta foram tapados ou substituídos por tentativas bem-intencionadas de preservação e, pior, por falta de documentação. Quando se

procedeu à restauração das lajes em meados do século xx, não foram feitas quaisquer anotações (pelo menos não se conhecem nenhuma que tenham sobrevivido), nem se tiraram fotografias aos pormenores que pudessem parecer invulgares. Se tinha esperança de encontrar uma réplica da pedra-chave retangular com um anel de ferro e uma escadaria conduzindo a uma câmara subterrânea, a minha busca foi temporariamente frustrada.

Retirei-me para o pátio contíguo e reforcei-me com uma laranja acabada de colher de uma das quatro árvores. A esperança precisava de reanimação. Esta foi fornecida naquela tarde, durante uma visita aos arquivos da cidade, onde um breve mas fascinante artigo de jornal dos anos 1940 descreve como o exterior da rotunda fora revestido com betão armado que escondeu ou destruiu a entrada para o que foi então descrito como uma espécie de cripta.

a] Os gregos rebatizaram-na Hermópolis, em honra do deus Hermes, que associavam a Djehuti.

Capítulo 41

1865. VATICANO. O PAPA PIO IX FICA EXALTADO...

O papa Pio IX esclareceu rapidamente a sua posição ao lançar *Multiplices inter*, uma imprecação contra a Ordem da Maçonaria, na qual dizia que os seus antecessores, os cavaleiros templários, tinham seguido desde o início uma heresia joanita: «Os templários, como todas as outras ordens e associações secretas, tinham duas doutrinas, uma escondida e reservada aos mestres, o joanismo; outra pública, a católica romana. Assim enganavam os adversários que procuravam suplantar.»¹

Um dos mentores desta heresia — sendo o significado original de *herege* «alguém na posse de factos que é capaz de escolher» — era Hugo de Payens, o que o papa não tardou a confirmar:

*Os joanitas atribuíam a São João [Batista] a fundação da sua Igreja Secreta, e os grandes pontífices da sua Seita assumiam o título de Christos, Ungido ou Consagrado, e alegavam ter sucedido uns aos outros desde São João numa sucessão ininterrupta de poderes pontifícios. Aquele que, no período da fundação da Ordem do Templo, reivindicou estas prerrogativas imaginárias chamava-se Teocleto; conhecia Hugo de Payens, empossou-o nos mistérios... e finalmente designou-o seu sucessor.*²

Também foi alegado que os grão-mestres da Ordem de Sião eram joanitas secretos.³

Que isto tivesse provocado a ira da Igreja Católica explica-se pelo facto de os cavaleiros templários, bem como quaisquer seitas gnósticas do tempo de João Batista, seguirem o evangelho gnóstico de João, em vez do cânone da Igreja, que confere a Jesus poder como messias e como deus. Parece que todos exceto os católicos seguiam uma versão mais verdadeira do cristianismo. Isto explicaria o porquê de ser pedido aos iniciados na Ordem Templária que pisassem e cuspissem na cruz. [ak](#) «Não ponhais muita fé nisto», era-

lhes dito, «pois é demasiado jovem.»⁴ Para eles, a cruz era um símbolo de tortura, o emblema de uma falsa instituição religiosa que divulgou uma das maiores mentiras alguma vez contadas. Até o debochado papa Leão X admitiu isto no que deve classificar-se como uma das maiores gafes da história: «Todas as eras podem testemunhar quão lucrativa aquela fábula do Cristo foi para nós e para a nossa companhia.»⁵

A autoridade da Igreja Católica foi ainda mais abalada pelo Apocalipse gnóstico de Pedro, outro de um conjunto de manuscritos escondidos descobertos numa gruta, desta vez junto ao Nilo: «Aqueles que se apelidam de bispo e diácono, e agem como se tivessem recebido a sua autoridade de Deus, são na verdade canais sem água. Embora não compreendam o mistério, gabam-se de que o mistério da verdade lhes pertence somente a eles. Interpretaram mal o ensinamento do apóstolo e montaram uma igreja de imitação, em vez da verdadeira irmandade cristã.»⁶ Até o célebre teólogo católico Ireneu estava bem consciente do poder das seitas gnósticas: «Ninguém se lhes pode comparar na grandeza da sua gnose, nem mesmo falando em Pedro ou Paulo ou qualquer dos discípulos.»⁷

A lealdade dos templários a João Batista, em vez de ao ministério de Jesus, precisa de pouca persuasão. Uma das raras informações extraídas aos cavaleiros sob tortura foi a sua alegada adoração de um demónio chamado Baphomet. Também foram acusados de praticar o culto da cabeça e, de facto, uma cabeça barbuda prateada foi um dos objetos confiscados pela Santa Inquisição na precetoria templária em Paris.⁸ Por mais sinistro que isto possa parecer, *baphomet* é apenas uma corruptela da palavra árabe *abufihamet*,^{[al](#)} que significa «pai da sabedoria», o que no seu árabe nativo também é entendido como «fonte». E quando descodificado usando a cifra descoberta nos manuscritos essénios, a palavra translitera-se como *sophis* (sabedoria).

Esta relíquia, a única com significado especial para os templários, seria supostamente a cabeça mumificada de João Batista, o

sacerdote-messias que batizou iniciados nos mistérios e na ressurreição em vida que se lhes seguia.

O culto da cabeça é uma prática anterior ao druidismo. Não é nada mais funesto do que a veneração do princípio da fertilidade na natureza, em tempos identificado com o deus Pã — que a Igreja subverteu em Satanás — e com o Homem Verde, cuja imagem de uma cabeça esculpida de cuja boca brota uma sã quantidade de vegetação se encontra mais frequentemente nas igrejas de Inglaterra do que as estátuas de Jesus.⁹

Dado que se julgava que o crânio continha o assento da alma, era prática comum que a cabeça de um líder falecido fosse preservada ou enterrada num local espiritualmente significativo. Porque todos os lugares sagrados são construídos em locais onde as vias telúricas da Terra convergem, o poder da cabeça cortada impregnava o local sagrado e fluía por toda a terra ao longo das condutas invisíveis, protegendo a vida e as pessoas. O culto da cabeça é um elemento fundamental da mitologia celta, tal como o é na lenda arturiana de Sir Gawain e o Cavaleiro Verde, até na vida de São Dinis, que se diz ter transportado a própria cabeça decapitada ao longo de mais de três quilómetros até ao local em Paris onde os templários construíram uma das primeiras catedrais góticas.

Uma das primeiras e mais notáveis lendas envolvendo este ritual ocorreu em Londres — uma cidade fundada pelos troianos¹⁰ —, onde a cabeça do rei Bran, o *Abençoado*, foi sepultada no monte sagrado que mais tarde se tornou na base da Torre Branca. Enquanto a cabeça se manteve enterrada, o reino esteve protegido, mas quando sucessivos líderes finalmente a retiraram, a sorte de Inglaterra começou a esmorecer.

Há uma série de semelhanças entre Bran, o *Abençoado*, e a lenda do Graal. O guardião do Graal é mortalmente ferido na perna (o ferimento de Bran foi no pé); ambos estão associados a um castelo místico; Bran possuía um caldeirão mágico que devolvia a vida aos mortos; e, tal como os templários no monte do Templo, o pequeno grupo de guerreiros que protegia a cabeça de Bran

manteve-se junto sete anos antes de partir para um local longínquo onde vivem por mais oitenta, imunes à passagem do tempo como se por magia.

Talvez o mais emblemático dos decapitados seja João Batista, visto pelos essênios e similares seitas gnósticas como sacerdote-messias. João era um dos dois messias esperados, sendo o outro, Jesus, mas toda a autoridade era cedida a João.¹¹ Dizia-se ter vivido de forma simples, de uma dieta de gafanhotos e mel silvestre, uma característica sem dúvida aplaudida pelos cistercienses. Viveu no povoado de Betânia; o lugar onde realizava batismos estava assinalado por um monte sagrado onde quatro nascentes se cruzavam, refletindo assim o outro nome de Betânia, Bethabara (casa do cruzamento).

Betânia, claro, era também a residência de Maria Madalena, e os epítetos com que os gnósticos a descrevem — «a mulher que conhecia o Todo» e «a herdeira da Luz» — identificam-na claramente como tendo sido também doutrinada nos mistérios.¹² Por isso, quando Bernardo de Claraval escreveu que os templários deviam jurar fidelidade a «Betânia, o castelo de Maria e Marta», era uma fidelidade a Maria Madalena e à irmã Marta, e à linha sacerdotal do seu mentor, João Batista. Foi isto que o criptólogo Lamberto de Saint-Omer transmitiu na sua ilustração, *A Jerusalém Celeste*, que reconhece o fundador deste reino da consciência como sendo João Batista, e não, como o mundo foi levado a crer, Jesus.¹³

Tudo isto é muito familiar para um grupo específico de seguidores de João Batista chamado Mughtasilah (Aqueles Que Se Lavam), ou, como a seita é conhecida hoje, mandeus. O nome tem origem no étimo *manda* (conhecimento secreto). Muitas vezes chamados cristãos de São João, as origens dos mandeus remontam à Palestina, mas, quarenta anos após a decapitação de João, foram perseguidos, pelo que se mudaram para norte, para Harã, um centro de gnosticismo habitualmente associado a outra seita chamada sabeus, que emergiram do Sul da Arábia e da Etiópia.

A gnose mandeia caracteriza-se por nove elementos, todos eles fazendo eco das crenças templário-cistercienses. Por exemplo:

- A alma está no exílio enquanto habita o corpo físico.
- Espíritos salvadores ajudam na jornada da alma ao longo da vida e devolvem-na depois à Luz.
- O uso de uma linguagem de símbolos e metáforas.
- A prática dos mistérios para auxiliar e purificar a alma, garantindo o seu renascimento num corpo espiritual.
- A manutenção de uma cultura de absoluto secretismo quanto à revelação dos mistérios de modo a que só àqueles que são capazes de entender as verdades e suficientemente éticos para as promulgar é permitida a entrada numa irmandade interna.¹⁴

Segundo o credo dos mandeus, Deus é uma entidade sem forma conhecida como o Rei da Luz ou o Grande Mana (magia).¹⁵ Até hoje, afirmam que João foi o verdadeiro profeta¹⁶ e que o novo cristianismo e até o judaísmo rabínico são falsas religiões que impedem a libertação da alma da escravidão. E não admira que acreditem nisto: alegam ter estado na posse de uma coleção de livros sagrados originais chamados *Ginza* (Tesouro), escritos em aramaico, a língua usada no tempo de João Batista. Entre estes, estava o *Livro de João* (também conhecido como o *Livro dos Reis*), que contém uma narrativa lendária da mensagem original de Batista que foi censurada pela Igreja.¹⁷

No decorrer das suas atividades no Próximo Oriente, os templários estabeleceram sem dúvida contacto com estas seitas joanitas, pois as crenças da irmandade espelham tanto as dos mandeus como as dos essênios. É possível que o mandato templário consistisse apenas em revitalizar o ministério de João Batista e o antigo sistema filosófico que ele tão claramente personificava. Isto explicaria o porquê de os templários que caíram sob o martelo da Inquisição terem admitido que a sua ordem protegia um grande segredo, e se este segredo incluísse provas da sobrevivência de uma linhagem sagrada, para não falar numa tradição de evangelhos que precediam e contradiziam o cânone

oficial (o que fazem), a Igreja Católica seria exposta como impostora. Tal segredo precipitaria de facto uma mudança profunda na sociedade.

Só isto não chega para explicar uma doutrina que permitia aos iniciados «entrar nas alegrias do Paraíso», nem o porquê de as pessoas fazerem tão prontamente enormes donativos à ordem. A formulação dos candidatos que se juntavam à fraternidade templária implica uma experiência libertadora e fortalecedora, pelo que a conclusão resultante é que o segredo gira, afinal, em torno de um conhecimento *revelado* através do ritual da iniciação física — a ressurreição dos mortos —, cuja experiência conduz à revelação pessoal. Segundo as insinuações espalhadas por livros esotéricos, manuscritos e edifícios sagrados, isto era possível através de um conhecimento seletivo e da aplicação prática das leis naturais.¹⁸

Quando encontraram os manuscritos essénios, os templários acederam a esta tradição, fruto de milhares de anos de conhecimento.¹⁹ A sua obra sugere que foi aplicado na conceção específica de edifícios e na sua escolha deliberada de locais, bem como na aplicação estratégica da geometria, que, tal como a ciência descobriu, é capaz de influenciar significativamente o corpo humano.²⁰

Bernardo de Claraval era um grande admirador de João Batista, tal como os templários portugueses, que, no reinado de Afonso Henriques, selaram o dia da independência de Portugal na data que lhe é dedicada, 24 de junho. Construíram um número desproporcionado de igrejas a ele consagradas e, ao alcance do ouvido, erigiram igual quantidade de igrejas — pelo menos catorze em Portugal — em honra de Nossa Senhora, a Divina Virgem, que tanto significa Ísis como Maria Madalena.

Em Tomar, os templários construíram três locais de veneração: a igreja dedicada a Nossa Senhora, no Olival, a rotunda e uma terceira, na praça central da cidade, a Igreja de São João Batista. Dentro desta igreja, várias colunas estão marcadas por figuras do Homem Verde e do dragão, dois poderosos talismãs da força vital. E

entre eles, alinha-se uma seta invisível apontando diretamente a Jerusalém.

[ak](#) Artigo 13, Regra dos Irmãos Eleitos: O neófito pisará a cruz e cuspir-lhe-á; receberá a túnica branca com cinto.

[al](#) Em espanhol mourisco, pronuncia-se *bufihimat*.

Capítulo 42

TEMPO PRESENTE. ABRIL. JUNTO À ROTUNDA, ENTRE OS SEGREDOS DA COLMEIA...

Havia algo nitidamente enebriante em estar sentado na quietude do claustro, e tinha pouco que ver com o aroma a lavanda vindo do canteiro octogonal. Quem quer que tivesse criado este pátio pretendia certamente que a sua geometria provocasse um ataque soporífico aos sentidos. Não tardei a descobrir que parte da responsabilidade pertencia a Henrique, o *Navegador*, mestre templário durante o século xv. Do outro lado do pátio quadrado, a rotunda (ou, como os portugueses se lhe referem, a charola) devolvia-me o olhar para lá da copa de telhas vermelhas.

O acesso à rotunda costumava cingir-se aos iniciados no seio da Ordem Templária. Mesmo nos períodos de cerco, nem às pessoas da cidade era permitido refúgio na segurança das suas paredes de quase dois metros de espessura, apesar de ser talvez o edifício mais sólido da cidadela.¹

Se nunca teve um altar, o edifício foi evidentemente concebido para outro propósito que não o culto. Se não tinha porta, como se entrava?

Perguntas. *Puzzles*. Enigmas.

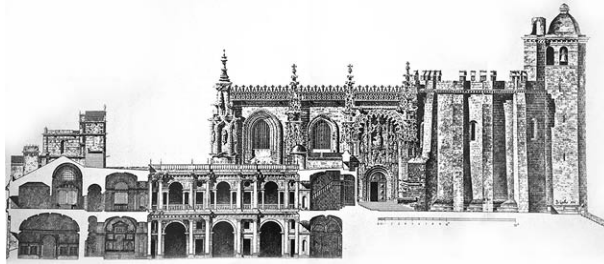
As primeiras alterações à rotunda foram feitas após a dissolução da Ordem do Templo, no início do século xiv pelo papa Clemente V. Sendo o local depois temporariamente abandonado. A primeira porta foi acrescentada, talvez um século decorrido, por Henrique, o *Navegador*, quando incorporou uma sacristia ou, por Manuel, o *Venturoso*, que lhe anexou uma verdadeira igreja, bem como uma casa do capítulo, unindo essencialmente a rotunda a um corpo.² Até esse ponto, o acesso era por vias subterrâneas secretas concebidas como parte das práticas iniciáticas da ordem.³

As tradições locais insistem em que os templários construíram túneis sob a rotunda, conduzindo à sua igreja matriz de Santa Maria do Olival e a outros lugares de Tomar. Os residentes mais velhos

com quem falei juram, mas também se lembram de como os avós viram os túneis quando alguns deles desabaram sob os passeios da cidade. Alguns relatos foram gravados. Um guarda que viveu durante o tempo dos últimos monges no convento, em meados do século XIX, afirmou ter descido uma escadaria com vários dos monges até um ponto debaixo da cidade, mas o seu avanço foi impedido pelo estado frágil da construção e pela degradação das passagens subterrâneas, para não falar na fraca qualidade do ar, após o que se tornou necessário apagar as tochas. Mais tarde nesse século, o chão cedeu junto à Igreja das Misericórdias no centro de Tomar, revelando um túnel que levava ao castelo e, em sentido oposto, por baixo do rio.⁴

Nos anos 1940, foram feitas obras de restauro na igreja matriz do Olival. Descobriu-se um túnel parcialmente coberto, marcado por uma procissão de condutas de ar à superfície.⁵ A passagem ramificava-se em duas, uma em direção ao velho Convento de Santa Iria, a outra sob o leito do rio e em direção ao largo principal de Tomar, onde se ergue a invulgar igreja dedicada a João Batista. No momento em que o túnel virava para a rotunda, o avanço foi uma vez mais impedido pela degradação. Por conseguinte, as entradas e saídas foram seladas com pedra como medida de segurança.⁶

Nos anos 1970, um jornalista local e o seu operador de câmara terão alegadamente entrado numa câmara subterrânea junto a um poço à entrada do seminário contíguo à rotunda, só para serem confrontados por uma presença fantasmagórica semelhante a um vapor (que foi filmada), após o que o jornalista ficou muito doente. Outro investigador foi autorizado por um guarda a entrar numa capela subterrânea através de uma porta instalada numa das torres do castelo.⁷



A rotunda e a torre do sino e convento que cresceram à volta dela após o século XIV.

Parecia que várias pessoas ao longo dos séculos tinham entrado em contacto com a periferia da câmara dos mistérios da rotunda, sendo a única peça em falta uma prova definitiva da câmara em si. Mas pelo menos não estava sozinho na minha frustração. Em 1988, um grupo internacional de peritos quis saber o que havia na cave do Convento de Tomar, sabendo que há entradas, agora seladas, e que noutro local os templários construíram um túnel a mais de vinte e sete metros da superfície. Estabeleceram contacto com o Instituto de Geofísica, cujo radar de penetração no solo era capaz de detetar cavidades de até trinta e sete metros sem deixar sequer uma picadela no chão, mas, apesar desta obviamente discreta e não destrutiva técnica científica, o Ministério da Cultura português proibiu inexplicavelmente todas as investigações.⁸

Tendo marcado um encontro com a diretora do Convento de Cristo (nome por que é hoje conhecido todo o local), levantei a questão de uma câmara subterrânea secreta sob a rotunda, mas ela não me pôde ajudar mais; de facto, o que conseguira desenterrar até ali nos arquivos parecia pôr a minha pesquisa na vanguarda. Também não tinha conhecimento das experiências propostas com um radar de penetração no solo, mas informou-me de uma segunda experiência em 2011, cujos resultados foram algo inconclusivos. Insisti em pormenores sobre o instituto de modo a prosseguir este trabalho, mas as respostas cessaram, como se o meu nariz já se tivesse enfiado o suficiente no pote de mel. Depois disso, todas as comunicações de seguimento foram ignoradas pela diretora, tal como as enviadas ao arquiteto do convento e ao consultor técnico.

É fácil alegar que está em jogo uma conspiração de silêncio em Tomar, mesmo séculos após os cavaleiros templários e a Ordem de São terem conspirado para instaurar um pedaço do Graal em Portugal, como é insinuado pelo selo críptico de Afonso Henriques no foral que deu aos cavaleiros este mesmo pedaço de terra. Perante a forma como tantos cavaleiros pagaram com a vida para manter o seu secretismo, isto não surpreende. O que é ao mesmo tempo intrigante e reconfortante é que o segredo possa estar vivo e de boa saúde.

O problema das conspirações é que tendem a dilatar-se relativamente à falta de factos concretos. O que eu precisava era de mais informação.

Os lugares antigos — como Jerusalém — estão crivados de passagens secretas subterrâneas, abóbadas complexas, cisternas e aquedutos, e graças aos esforços dos capitães Warren e Wilson e dos seus topógrafos em 1867, a sua existência foi revelada.⁹ Contudo, só porque algo se esconde na escuridão, isso não implica que um grande mistério ou segredo esteja em curso. Relativamente à época em que foram construídas, essas passagens subterrâneas eram essenciais à sobrevivência dos povos locais; algumas eram usadas para assuntos banais como a recolha de água e comida, a provisão de abrigo ou como meio de fuga. São as que não encaixam nestas categorias que têm interesse, e tanto as provas físicas como as bíblicas mostram como câmaras específicas em locais sagrados estavam reservadas para propósitos rituais especiais.

Há sinais espalhados por toda a periferia da rotunda em Tomar de que em tempos foi ali praticada uma tradição esotérica. Contíguo à base do edifício fica o Claustro da Lavagem, termo que implica ablução, brancura e purificação espiritual. As seitas que honravam este ritual de batismo (como essénios, nazoreanos, mandeus, sabeus, cátaros, e por aí adiante) mantinham um ritual matinal de banho diário antes de entrarem nos santuários. Situado ao nível da cave, o Claustro da Lavagem fica dois pisos abaixo do nível do chão da rotunda, e não é preciso muita imaginação para visualizar

iniciados a lavar-se ritualmente dos pensamentos impuros antes de se imergirem nos mistérios.[am](#) Dispersa por este claustro está uma coleção de invulgares pedras circulares de calcário, cada uma delas gravada com as formas da geometria sagrada — pentagramas, hexagramas, heptagramas. Os arqueólogos têm dificuldades em explicá-las, pelo que oficialmente foi-lhes dada a designação de lápides, apesar de parecerem auxiliares de ensino; afinal, compreender a geometria sagrada era fundamental para as escolas esotéricas.



Lápides templárias, a conveniente explicação oficial.

O posicionamento relativo do claustro no quadrante leste da rotunda pode dar uma resposta, pois na tradição da concepção de templos, esta posição na bússola corresponde ao renascimento, quando a luz clara do Sol ressurge ao amanhecer após a sua imersão no submundo, daí que fosse a direção associada aos rituais de ressurreição praticados nas antigas escolas e templos dos mistérios.¹⁰

Quanto à prova conclusiva dessa elusiva câmara dos mistérios, bem, não há nada como uma comichão que não se pode coçar.

Depois de passar vários dias a vaguear pelo convento, eu e o pessoal tínhamos ficado a conhecer-nos bem. De manhã, prescindiam das habituais formalidades da entrada e acenavam-me para que retomasse as minhas meditações. Um dia inteiro foi dedicado a olhar para o teto de cada câmara, e tomei notas sobre as centenas de bojos e capitéis que sustentavam cada abóbada e pilar. Nunca me apercebera de como olhar para tetos podia ser tão educativo. Havia louros e quadrifólios, cruzes templárias e esferas

armilares, querubins e folhas de carvalho, abundantemente repetidos por todo o lado. Mas três esculturas apareciam uma só vez à superfície, e de forma propositada. Estão numa pequena antecâmara retangular contígua ao refeitório dos monges a oeste da rotunda. Exceto uma porta trancada verde-escura adicionada em tempos recentes, não há nada de interessante que faça parar os turistas de passagem; só olhando para o teto é que a câmara nos detém de repente: dois arcos, cada um deles sustentado por efígies de uma cabeça desmembrada de onde brota vegetação — o Homem Verde em pessoa, deus tutelar da regeneração. Entre eles, e a única vez que aparece em toda a propriedade, um bojo representando as três faces de Hermes Trismegisto, o três vezes grande deus da sabedoria, Djehuti. Se fosse eu a construir uma câmara dedicada aos mistérios, seria mesmo por baixo desta abóbada.

O que quer que lá estivesse encontrava-se bloqueado por aquela porta verde-escura. Após obter autorização para a abrir, vi uma estreita escadaria de calcário que descia em espiral. Ao entrar na escuridão, os meus passos ecoaram com uma espécie de timbre que só se ouvia em ambientes acústicos perfeitamente harmonizados. Uma pequena passagem levava a uma varanda de pedra vazia, para lá da qual jazia uma simples escadaria de pedra de oito degraus descendo para uma grande sala envolta na meia luz de uma porta a trinta e quatro metros de distância.

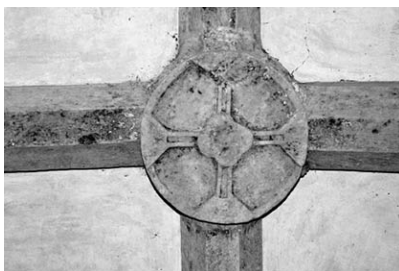


As três faces de Hermes Trismegisto. Rotunda de Tomar.

A sala era alegadamente usada como adega. Porém, o armazenamento de vinhos requer um ambiente frio e seco, e, no entanto, esta é decerto uma das partes mais húmidas do convento. Embora não seja invulgar que edifícios deste tempo sejam

reutilizados de acordo com as necessidades em evolução dos tempos, eu duvidava que os construtores tivessem identificado este ponto de acesso (de que eu não estava sequer consciente) com a única imagem do deus da sabedoria, depois, coincidentemente, tivessem instalado em baixo uma escadaria em espiral no sentido dos ponteiros do relógio (símbolo das viagens interiores), conduzindo a uma sala cuja pegada matemática se transpõe para o equivalente musical de uma dupla oitava — tudo para armazenar uvas fermentadas. Não bate certo.

Locais sagrados de todo o mundo eram construídos com a aplicação das leis naturais relativas ao ambiente que o arquiteto desejava gerar.



Símbolo da Ordem de Sião. Rotunda de Tomar.

Cada medida, cor e motivo, a geometria visível e oculta do edifício, até o seu alinhamento para refletir certas estrelas, tudo era cuidadosamente tido em conta para reforçar o propósito do templo.¹¹ Nenhum detalhe se mostrava supérfluo.¹² É uma ciência chamada «lei da correspondência», uma das muitas formas de conhecimento contidas no currículo das escolas dos mistérios.¹³

Esta alegada adega fica três a quatro níveis abaixo do chão da rotunda. Quanto mais andava por ali, mais as pistas apontavam para uma função original e completamente diferente. Há nove bojos cimentados à espinha do teto, o número esotérico associado à perfeição. Destes, dois têm um traçado diferente. O quarto bojo tem uma cruz templária com uma rosa ao centro — a rosa-cruz, insígnia da Abadia de Nossa Senhora do Monte Sião no tempo da sua conceção.¹⁴

Mal podia acreditar que estava a olhar para o símbolo de uma irmandade cujas raízes remontavam à escola dos mistérios egípcios

de Tutmósis III,¹⁵ cujos ensinamentos foram divulgados por Platão, pelos magos samaritanos (fundados pelo avô de Maria Madalena) e por uma irmandade gnóstica na antiga Alexandria chamada Irmãos da Cruz Vermelha,^{an} fundada por um místico chamado Ormus.¹⁶

Ormus^{ao} é um nome adotado, uma palavra sinónima do princípio da Luz, e a primeira referência a ela surge nos ensinamentos zoroastrianos. É provável que Godofredo de Bulhão estivesse familiarizado com *ormus* enquanto conceito de iluminação, porque se tornou mais tarde na alcunha adotada pela Ordem de Sião.^{ap}¹⁷ Um curioso anagrama foi concebido para exprimir esta palavra: um *M* com um apêndice adicionado, em que duas das suas «pernas» estão cruzadas para formar o símbolo astrológico de Virgem, e o símbolo de Nossa Senhora e de Maria Madalena.^{aq} Entre este curioso *M* estão as letras *OURS*, a palavra francesa para «urso», ou em latim, *Ursus*,¹⁸ o nome do líder dos monges residentes em Orval a que Godofredo de Bulhão foi associado.

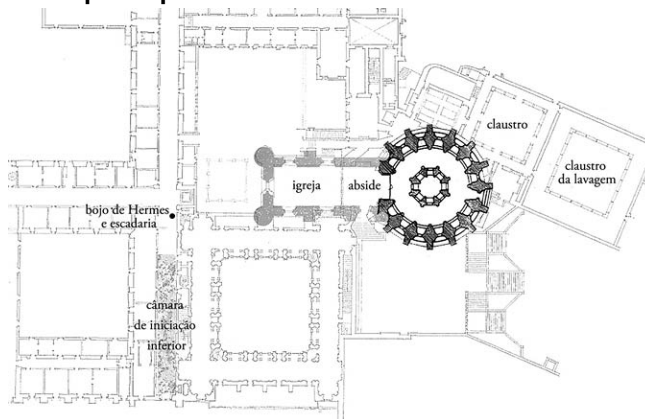
A técnica usada para este anagrama é idêntica em método à do selo concebido por Afonso Henriques para codificar a palavra *Graal* em PORTUGRAL.

Olhar para o teto estava a levar-me a algum lado, por isso continuei. De cada lado da rosa-cruz, e a única vez em que aparecem nesta sala, estão dois bojos representando o Homem Verde.

Quando me aproximei do nono e último bojo, também este diferia significativamente dos outros: um sol circular de dezassete raios, não muito diferente do símbolo budista do total desdobramento da coroa, com uma pequena rosa ao centro.

Dividir um círculo em dezassete dá uma matemática estranha e desvia-se da prática padrão de um pedreiro. Contudo, para um maçom do Rito Escocês (cuja fundação data de 1314 com a chegada à Escócia do cavaleiro templário Robert de Heredom),¹⁹ o dezassete representa um dos mais profundos graus da ordem, o Cavaleiro do Oriente e do Ocidente, que lida com o poder espiritual em bruto do iniciado, uma espécie de ressurreição pessoal.

Há outra estrutura em que este número é altamente significativo: o Osireion, a câmara subterrânea em Abidos cujas câmaras laterais chegam às dezassete e onde os ensinamentos dos mistérios de Osíris foram em tempos praticados.



Sob o bojo da «adega» há uma conduta exposta inconveniente e perigosamente situada frente a uma porta que dá para o pomar. Não se sabe aonde leva a conduta, mas perante o que sabemos até aqui, se esta sala invulgar foi originalmente concebida para funcionar como adega, então eu sou o barbeiro de Sevilha!

Encorajado por estas descobertas, saí para o pomar com o intuito de absorver as suas implicações. Os templários e a Ordem de São tinham obviamente colaborado aqui em Tomar, e uma vez que tanto a «adega» como a sala por cima dela (a do bojo de Hermes) são de construção posterior, é óbvio que os rituais das ordens foram continuados pelos membros seguintes.

Caminhando sob a copa de limoeiros e laranjeiras, dirigi-me ao que costumava ser a entrada principal do castelo, a Porta da Almedina. Esta porta sul é hoje pouco visitada, a sua escadaria está degradada e, além dela, mato e trepadeiras conquistaram a muralha da cidadela. Contudo, um detalhe é visível por cima do portão: uma pedra esculpida com uma grande rosa-cruz templária. A inscrição envolvente revela a sua data, 1160, o ano da fundação da rotunda.²⁰ A presença em Tomar dos cavaleiros templários e da Ordem de São é reforçada. Mas é o símbolo no canto superior esquerdo da rosa-cruz que tem mais interesse: a marca de um mestre pedreiro, representando, em forma estilizada, as três setas

«disparadas» por Gualdim Pais que definiram a localização da rotunda.

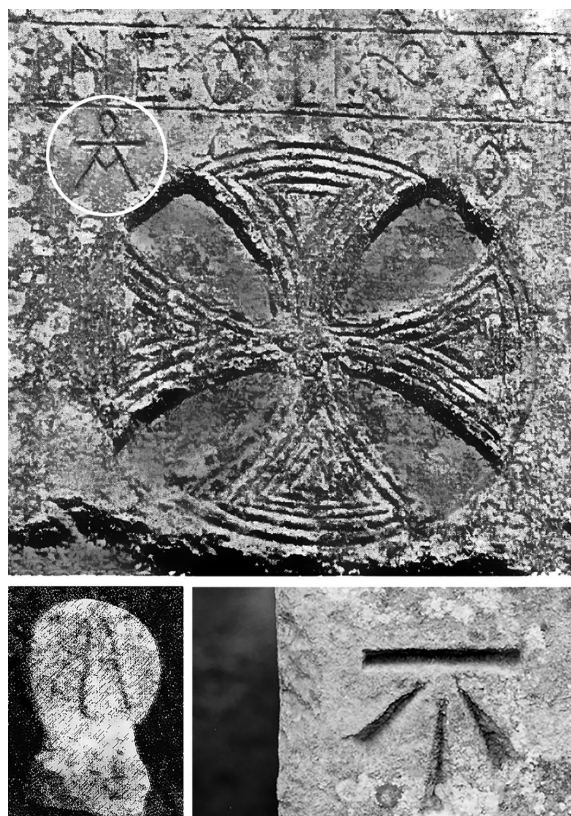


Sala do nível inferior, originalmente utilizada para os mistérios.

Voltei à rotunda para concluir o que se revelava um dia longo, mas produtivo. O céu nublado abriu-se, por fim, para deixar que alguns raios de sol penetrassem nas janelas altas ao longo das paredes curvas da rotunda. Foi nesse momento que olhei para cima e reparei em algo que não se encontra em mais lado nenhum do convento nem nos monumentos templários de Tomar: o vidro opaco branco e dourado era feito inteiramente de favos de mel.



Imagens do Homem Verde ladeiam o bojo da rosa-cruz.



Marca de pedreiro no canto superior esquerdo da rosa-cruz e, em baixo, variações da mesma marca.

Estivera o tempo todo dentro da colmeia.

Caminhei sob a abóbada central octogonal. Tantas pistas conduziam à câmara dos mistérios que, tinha a certeza, estava mesmo sob os meus pés. Se ao menos eu pudesse levantar o chão de lajes, nem que fosse só por um segundo.

Talvez não precisasse de o fazer. Há um relato oral feito por um velho residente em Valado dos Frades que recordou um incidente algures no fim do século XIX:



A janela da colmeia.

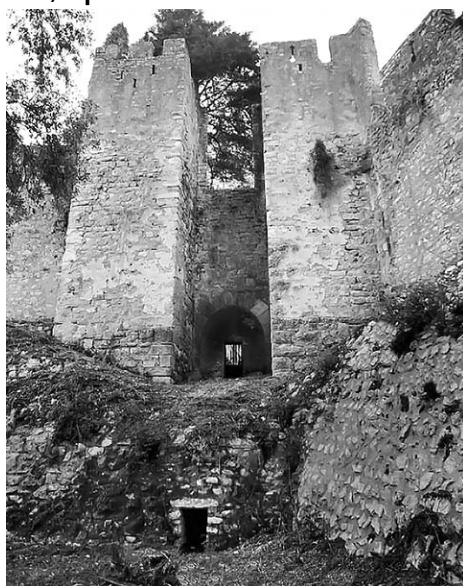
Dizia-se antigamente que mestres pedreiros e carpinteiros eram contratados na cidade para trabalhar na manutenção do Castelo de Tomar. Isto foi há muitas gerações. Era hábito de um destes mestres regressar a casa e registar as alterações feitas dentro do castelo, porque estas continuariam até muito do que era antigo ter sido deixado irreconhecível ou feito desaparecer. Uma das coisas que mais o irritaram foi a desfiguração de um belo e intrigante caminho árabe que os velhos monges do Templo usavam nas cerimónias e que conduzia diretamente à cave da igreja do Templo [a rotunda].

Mesmo nesses dias, os irmãos que viviam no convento costumavam partilhar, de memória, histórias com os pedreiros de como Gualdim Pais trouxe da Terra Santa os planos do Santo Sepulcro que deveriam ser usados para a construção da rotunda. Mestre Gualdim ordenou também que fosse construído um caminho até ela ao estilo árabe, e que ambos fossem usados não só para cerimónias religiosas, mas também para a investidura de novos cavaleiros.²¹

Os monges também disseram que o mestre templário regressara da Terra Santa com muitos pergaminhos. Guardou-os em segurança numa sala escavada na rocha, que ficava à direita da entrada principal e tinha uma porta a que os monges se referiam como o

«portão para o submundo». Essa porta assentava em alvenaria muito antiga, em cujas vigas os templários gravaram dragões, e no lintel de suporte, uma espécie de serpente alada.²²

Diz a tradição que um velho judeu era a única pessoa autorizada a entrar na gruta para trabalhar na tradução dos manuscritos. Mais tarde, este homem falou dos resultados do seu trabalho e como vários volumes haviam sido traduzidos para latim: «Muito depois, a alvenaria foi desmantelada e foi tudo remendado, incluindo grande parte do caminho árabe, que nunca mais voltou a ser visto.»²³



Entrada sob a Porta da Almedina, cujos túneis conduzem a uma câmara sob a rotunda; o lintel com os dragões esculpidos permanece in situ.

O mestre pedreiro deixou um registo descritivo dos trabalhos de construção feitos na rotunda e no Castelo de Tomar, mas o paradeiro do livro foi esquecido. «Depois, em 1936, o pároco de Valado encontrou um velho livro atrás do altar da Capela de São Sebastião que pode ter pertencido ao mestre pedreiro, mas o padre deitou-o a uma fogueira. Ainda assim, as histórias espalharam-se há muito pela tradição oral.»²⁴

Durante tentativas recentes de embelezar o perímetro do Castelo de Tomar, foi limpa uma área em torno da Porta da Almedina original. Um pedaço do caminho que em tempos dava acesso ao portão a partir do exterior foi erodido ou destruído, revelando uma queda de seis metros no terreno à volta da base da muralha. Mesmo por baixo do espaço onde ficava o caminho encontra-se a entrada de uma gruta. A versão oficial é que esta gruta é uma mina, mas quem no seu perfeito juízo abriria uma mina num local que enfraquece os alicerces de um muro do castelo?

A pedra do lintel ainda está no sítio e tem, de facto, uma espécie de serpente alada esculpida, ladeada pelas cabeças de dois dragões de cujas bocas emana uma série de círculos, agora seriamente desgastados, e duas luas em quarto crescente.

As duas verticais que teriam constituído o corpo de cada dragão desapareceram. Contudo, um desenho feito em 1918 mostra as gravuras na totalidade, acompanhadas de uma descrição de que partes do caminho árabe eram visíveis dentro das passagens subterrâneas e conduziam à câmara por baixo da rotunda.^{ar25}

^{am} Foi nos séculos seguintes que o claustro foi literalmente usado para os monges se lavarem.

^{an} Também chamados Sábios da Luz.

^{ao}^{**} Or é a palavra francesa para «ouro».

^{ap} Em 1188, quando alterou o seu nome para Prieuré de Sion, ou em português, Priorado de Sião.

^{aq} Muitos túmulos templários representam cavaleiros com os pés cruzados da mesma forma abaixo da barriga da perna.

^{ar} Curiosamente, durante as obras de restauro realizadas mais tarde, nos anos 1940, muitos dos pedreiros a trabalhar no projeto foram ameaçados e assediados pelas pessoas encarregadas do restauro.

Capítulo 43

TEMPO PRESENTE. ABRIL. MEDITANDO À ENTRADA DA COLMEIA...

O que podia ter acontecido aos manuscritos que mestre Gualdim escondeu naquela câmara subterrânea? Para não falar no seu texto decodificado, a partir do qual um único velho erudito judeu extraiu copiosos manuscritos?

Às vezes, o conhecimento e a bebida combinam muito bem. Para entender os mistérios, e especificamente o ritual da ressurreição, é primeiro necessário «beber» do conhecimento, do «cálice da vida eterna». Os chineses referiam-se ao processo como *tao*, os essênios como o caminho, os gregos chamavam-lhe *sophis*, e os templários *baphomet*.



Djehuti. E mais tarde Tot-Hermes.

Um símbolo que representa esta tradição são as três faces de Hermes, a personificação grega de Djehuti, três vezes grande escriba dos deuses.¹ Luminárias como Copérnico e Kepler afirmaram que os seus feitos eram resultado do estudo das artes sagradas ocultas de Djehuti,² tendo Kepler admitido que estava meramente «a roubar os vasos dourados dos egípcios».³ Até o cientista do século XVII Isaac Newton afirmou que a sua lei da gravidade não era nova, que fora decodificada na Antiguidade e que o seu conhecimento dos processos universais, bem como as suas próprias conclusões da física, provinham da sabedoria

esotérica, especificamente da decodificação de tratados herméticos e alquímicos, para não falar na linguagem críptica das escrituras bíblicas proféticas.⁴ Newton desvendou códigos escondidos nos livros de Ezequiel e do Apocalipse, tendo aprendido hebraico para o fazer bem. Reconstruiu a planta do Templo de Salomão, convicto de que o edifício deliberadamente construído para alojar a Arca da Aliança era um criptograma do universo e, ao entendê-lo, conhecer-se-ia a mente de Deus — como era alegado nos ensinamentos de Djehuti.⁵ Conforme disse Newton: «Os egípcios esconderam mistérios que estavam acima da capacidade do rebanho comum, sob o véu de ritos religiosos e símbolos hieroglíficos.»⁶

Newton foi um escritor prolífico, membro de uma instituição ao estilo maçónico e um alegado grão-mestre do Priorado de Sião, nome pelo qual a Ordem de Sião ficou conhecida a partir de 1188 depois de uma cerimónia historicamente documentada.⁷ Dadas as associações entre estas fraternidades e os cavaleiros templários, é revelador que, quando os até então desconhecidos manuscritos privados de Newton vieram à luz, o economista John Maynard Keynes tenha comentado o significado das fontes de Newton e, ao fazê-lo, possa ter revelado o tipo de conhecimento de que os templários e Bernardo de Claraval haviam estado ao corrente: «[Ele via] o universo inteiro e tudo o que nele está como um enigma, como um segredo que só podia ler-se aplicando o pensamento puro a certas evidências, certas pistas místicas que Deus tinha escondido pelo mundo para possibilitar à irmandade esotérica uma espécie de caça ao tesouro filosófica. Acreditava que estas pistas deviam encontrar-se... em certos papéis e tradições passadas pelos irmãos numa cadeia ininterrupta desde a revelação críptica original.»⁸

Durante os seus anos de formação em Jerusalém, os templários teriam tido tempo para absorver as influências esotéricas locais, particularmente as dos descendentes de um grupo de gnósticos denominados sabeus que compilaram um grande livro hermético sobre magia chamado *Ghayat al hakim* (O Objetivo dos Sábios).

Esta valiosa obra foi traduzida para latim na Espanha mourisca no mesmo período em que os templários se instalavam em Portugal. Foi rebatizado *Picatrix*.⁹ Muito à semelhança do manuscrito templário decodificado por Lamberto de Saint-Omer, também este continha uma planta para a cidade hermética utópica,¹⁰ juntamente com duzentos e vinte e quatro manuscritos sobre o hermetismo, a cabala, a astrologia, a magia e a alquimia — o tipo de tomo a que alguém dedicaria sete tranquilos anos em Jerusalém para ler, absorver e compreender. Não admira que seja considerada uma das obras mais exaustivas existentes sobre a magia talismânica.

Os sabeus eram uma seita árabe que vivia em Harã, uma província do atual Sul da Turquia e não muito longe de alguns dos mais antigos locais sagrados do mundo. Sabeu vem de *saba'ia* (povo das estrelas). Veneravam a Lua — símbolo de Djehuti — e eram conhecidos por empreenderem peregrinações anuais ao planalto de Gizé para fazer observações astronómicas, reconhecendo as pirâmides como monumentos que refletiam as estrelas, o que acabou por se revelar uma dedução correta.¹¹

Deriva de *saba'ia* a palavra portuguesa *sábia*; as suas extensões são *saber* (conhecimento) e *sabedoria*. Onde adquiriram os sabeus o seu conhecimento?

Depois de a biblioteca de Alexandria ter sido extinta no final do século IV por uma turba furiosa de fundamentalistas cristãos (que não eram lá muito divertidos, mas eram decerto muito loucos), o conhecimento mudou-se para norte, para Edessa, e depois para Harã, onde foi fundada uma academia para permitir que os ensinamentos herméticos da alquimia e do simbolismo permeassem o mundo islâmico e, conseqüentemente, a região de e em torno de Jerusalém.

Alquimia vem do árabe *al-khem*, ironicamente o antigo nome do Egito. Por isso, praticar a alquimia é saber «coisas que vêm do Egito». Os gregos reconheceram a sua gratidão para com os mistérios egípcios ao chamar àquela terra Khemet, e *khemia* à arte de transformar em ouro um metal vulgar. Exceto que, no mundo

esotérico, essa alquimia tem pouco que ver com a transformação de minerais e tudo que ver com a alteração do indivíduo através do conhecimento, e quando uma pessoa é «transformada em ouro», também se diz que ele ou ela «ressuscitou dos mortos».

A antiga Thamara teria sido um sítio ideal para beber ou absorver tal conhecimento. A mais antiga iteração conhecida da cidade é *atamarmah*, uma palavra árabe que significa «águas doces», uma descrição do rio que a atravessa. Os templários adaptaram o nome para Thomar, e também esse é um jogo de palavras em português, pois significa literalmente «beber, absorver, ingerir». Para os templários, então, Tomar era *sabedoria*, o local onde esta se deve absorver.

Embora não tivesse encontrado o objetivo principal da minha busca — nomeadamente a Câmara dos Mistérios sob a rotunda —, estava satisfeito com a quantidade de indícios sobreviventes que apoiavam a sua existência e que a toda a volta da periferia da rotunda restassem sinais suficientes de que algo de grande importância tivesse ali sido ensinado, geração após geração, o suficiente para justificar que o califa árabe Yaqub-al-Mansur e o seu exército de um milhão de homens viessem à sua procura. Talvez também ele andasse em busca do seu Graal; afinal, o jovem e turbulento líder árabe vinha do mesmo tempo e do mesmo local onde o *Picatrix* foi traduzido.

Todas estas possibilidades me troavam na mente enquanto passava o tempo sob um grupo de árvores adultas na colina com vista para Tomar, à espera de que uma tempestade de fim de tarde se dissipasse. Lá em baixo, a torre gótica octogonal da Igreja de João Batista, construída no local de um antigo templo de origem esquecida^{as}, erguia-se sobre os telhados como uma agulha emergindo da sua caixa de pedra quadrada. Os portões do castelo fecharam-se para o dia e, atrás deles, o encanto da rotunda, cujos braços invisíveis se recusavam a afrouxar o seu aperto, como se outro elemento deste mistério templário estivesse escondido à vista de todos.¹²



Igreja de João Batista. E o invulgar relevo em pedra sob o pináculo.

Como a esfinge no planalto de Gizé, a rotunda e a sua capela adjacente apontam expetantemente para um objeto de distante significado além do sol nascente. O eixo que atravessa estes dois edifícios está deslocado alguns graus impercetíveis do verdadeiro leste. Se esta linha invisível se prolongar, desce para a praça de Tomar, para a torre sineira da Igreja de João Batista, especificamente para um pequeno baixo-relevo piramidal ao longo da sua base. As pessoas passam por esta estranha escultura todos os dias, tiram fotografias, mas ninguém faz a menor ideia do porquê de estar ali ou do que significa. O relevo desgastado representa um

rebento do qual brota uma flor-de-lis; um cão e um leão erguem-se de cada lado. Se eu fosse um antigo egípcio, o cão representaria Sirius, a estrela do cão, corporificação do conhecimento; o leão seria Regulus, a estrela mais brilhante da constelação de Leão, referida como a estrela real, que há muito tem sido descrita como um portal para os registos de todo o conhecimento, a chave dos mistérios. A astronomia védica identifica Regulus com o solstício de verão, associando-a assim a João Batista. Em sânscrito, chamam à estrela Magha (a Poderosa), de onde derivam a palavra *magos* e o título Magda, como em Magdal-eder — como em Maria Madalena.

Como o enfiar de uma agulha, a linha atravessa duas colunas dentro da igreja, cada uma delas exibindo efígies, de um dragão e de um Homem Verde, respetivamente; depois, estende-se em linha reta por 4645 quilómetros até atingir uma colina notavelmente semelhante a Tomar e à sua rotunda — a Abadia de Nossa Senhora do Monte Sião.



Os pilares do dragão e do Homem Verde dentro da Igreja de João Batista. O espaço entre os dois alinha-se com a rotunda e, a 4645 quilómetros de distância, com a Abadia de Nossa Senhora do Monte Sião.

[as](#) O pináculo parece ter sido construído pelo rei D. Manuel I, um mestre templário posterior.

Capítulo 44

1165. MONSANTO. COMPORTAMENTO PECULIAR NUMA COLINA INVULGAR...

Com Gualdim Pais e os templários a reconstruir Tomar, Afonso Henriques ocupou-se no Leste de Portugal com a reconquista de um vertiginoso afloramento de granito aos mouros.

Mons Sanctus, ou Monsanto, ergue-se abruptamente da sua planície circundante, e o conglomerado de rochedos continua a subir até atingir os setecentos e sessenta metros. Abaixo do seu cume, um minúsculo povoado muito antigo aninha-se entre as rochas pelo menos desde o Paleolítico, tendo-se as casas de pedra desenvolvido organicamente em torno dos colossais e miraculosamente equilibrados rochedos de granito. Para os lusitanos, era talvez o seu mais prezado local de veneração. Como todos os verdadeiros pagãos, os aldeãos realizavam um festival a cada mês de maio, no dia de Beltane, o festival celta da fertilidade, altura em que as mulheres levavam jarros de barro cheios de flores até ao topo da colina e os atiravam das muralhas da fortaleza em ruínas.

Sucessivos reis portugueses e mestres templários praticaram também aqui o seu próprio estranho ritual: outorgaram a Monsanto quatro forais, o que é estranhamente desproporcional ao tamanho do povoado.

Terminado o seu trabalho em Tomar, o foco dos templários voltou-se para a construção de uma cidadela no topo desta enigmática colina. Qualquer guerreiro louco o suficiente para subir Monsanto provavelmente cairia morto de exaustão quando atingisse o cume e, por isso, as muralhas da fortaleza são compreensivelmente baixas.



Castelo templário. Monsanto.

Erigir uma fortificação no cimo de uma montanha exige um esforço considerável. O que é preocupante é que Gualdim Pais e os templários a tivessem situado abaixo do nível dos afloramentos rochosos imediatamente contíguos às muralhas, tornando todo o local vulnerável quer a espiões inimigos, quer às setas. Os templários eram hábeis construtores de castelos por excelência; um lapso destes seria impensável.

Além da óbvia localização estratégica — de onde se mantinham de olho no sempre problemático rei de Castela e Leão —, os templários dedicaram de novo um esforço desproporcionado a atender aos assuntos espirituais, e isto num cume onde, durante boa parte do ano, os elementos predominantes são neblina, ventos implacavelmente frios e neve. No interior da cidadela, construíram uma igreja dedicada a Maria Madalena e alinharam-na de modo a referenciar o nascer do Sol no solstício de verão; a poucos metros *fora* da muralha protetora erigiram outra, uma capela dedicada a João Batista, enquanto a mais uma dúzia de metros reconstruíram uma terceira igreja, possivelmente de origem visigoda, mas em ruínas, na altura.

Desde a sua génese que, quaisquer que fossem os locais que os templários escolhessem, estes vinham com uma longa história de veneração. Monsanto não foi diferente, mas há três indícios de que os cavaleiros também praticavam aqui rituais secretos.

O primeiro é uma série de túmulos antropomórficos talhados no leito de granito. Embora à primeira vista sugiram uma função funerária, a maioria é demasiado superficial para alojar um corpo e, portanto, de pouca utilidade enquanto túmulo. Se eram usados para

cremações, a rocha não mostra efeitos da aplicação de calor. Os «túmulos» são impossíveis de datar, mas os diferentes estilos sugerem que a ideia foi mantida através de várias culturas.

Estas curiosidades ficam no lado oriental do cume, o sentido cardeal tradicionalmente associado ao rito da ressurreição espiritual. Poderiam, então, estes sarcófagos de granito ter sido usados para outra coisa que não a inumação?



Um dos muitos sarcófagos superficiais antropomórficos talhados na rocha viva.

A resposta jaz na base da montanha, do lado ocidental, a direção seguida pelos iniciados que se preparavam para uma entrada ritual no Outro Mundo. Aqui, contíguos a outra igreja templária, jazem dois enormes sarcófagos talhados no granito, cada um deles rodeado por um saliente rebordo irregular que deve ter exigido uma demorada remoção do leito rochoso. Se se pusesse uma tampa, o intervalo resultante não impediria os roedores de entrarem e se banquetearem com o cadáver, invalidando essencialmente o propósito com que os túmulos haviam sido concebidos. Esta característica seria útil, contudo, para alguém que precisasse de pouca luz, mas de ar suficiente para respirar. Além do mais, as medidas interiores destes recetáculos de granito são idênticas às de uma famosa caixa de granito vermelho no Egito: a que está dentro da Câmara do Rei da Grande Pirâmide.



Sarcófagos adicionais talhados no lado ocidental da montanha.

Não existe uma prova que sustente o facto de o «sarcófago» da Grande Pirâmide alguma vez ter sido concebido com objetivos funerários. Há, no entanto, provas substanciais a indicar que a câmara terá sido uma componente fundamental dos rituais de ressurreição.¹ Verifica-se que a harmonia interior da caixa ressoa numa frequência de 117 Hz,² uma característica partilhada com câmaras megalíticas de pedra que vão de Malta à Irlanda, muitas das quais se sabe estarem acusticamente sintonizadas para ressoar numa frequência comum de 110 Hz.³ Estas frequências situam-se num intervalo que desencadeia uma mudança na atividade do córtex pré-frontal do cérebro e induz transe e estados alterados de consciência.⁴



Rochedo sobre a câmara subterrânea arqueada. Repare-se no entalhe de um útero na sua face. A igreja dedicada a Maria Madalena está voltada para ele.

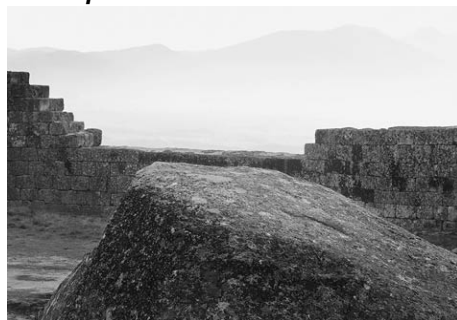
O segundo indício é que a cidadela de Monsanto circunda elegantemente um monólito do tamanho de uma pequena capela, em cuja superfície está gravado o que parece ser o símbolo de um útero. Sob o monólito jaz uma câmara oca escavada no leito rochoso e no solo. O buraco fundo é disfuncional enquanto cisterna, e também não é um poço, mas acima dele abrem-se dois arcos de

pedra sem nenhum propósito estrutural óbvio, exceto o de assinalarem visivelmente o caminho de duas correntes telúricas que se intersejam. O que prova que o local é ritualmente significativo — além do óbvio simbolismo de uma pessoa ser descida para uma sala ou útero subterrâneo — é a forma como o muro da fortificação atrás deste «ovo cósmico» foi deliberadamente reduzido em noventa centímetros, contradizendo o seu propósito defensivo. Mas o visitante atento reparará em como, à medida que o Sol nasce no equinócio, o dia associado aos antigos rituais de ressurreição, é a menor altura desta parede que permite que os primeiros raios de luz solar atinjam o topo achatado do rochedo.

Quanto ao terceiro indício, está nas palavras de Bernardo de Claraval.



Olhando para o interior da câmara.



Referenciação estratégica entre a pedra «ovo», o muro reduzido, a montanha distante e o nascer do Sol no equinócio.

Capítulo 45

TEMPO PRESENTE. MONSANTO E OUTROS LOCAIS PARA MEDITAR...

Bernardo de Claraval foi taxativo em que se devia prestar atenção, primeiro e acima de tudo, a uma vida espiritual e à contemplação mística da alma. Era esta graça que conduzia à iluminação. Uma das muitas virtudes positivas dos cistercienses residia no seu foco no bem comum, com ênfase na caridade fraternal e na unidade no espírito do amor divino. Grande parte disto foi alcançada adotando uma vontade submissa e caridosa.

A outra era frequentar os locais sagrados, e a exortação de Bernardo aos templários — a todos os cavaleiros, até — concentra-se na importância de visitar e proteger os locais sagrados, que não deviam desperdiçar a oportunidade de meditar nos mistérios mais profundos da vida que se desenrolam nestes locais especiais.

Foi com este conselho em mente que escreveu uma série de excelentes meditações sobre as experiências positivas associadas à transformação pessoal em templos antigos, particularmente onde avatares como João Batista haviam demonstrado a virtude do amor; no Próximo Oriente, era dado destaque ao Santo Sepulcro enquanto símbolo da ressurreição que revela que o mundo físico é um palco temporário para a transição da matéria. Ao descrever o significado ritual destes locais, Bernardo esperava que os templários vissem a sua vida como uma peregrinação e que, após as suas visitas, olhassem para os lugares sagrados com olhos espirituais em vez de materiais.¹

O princípio essencial do espírito cisterciense era a consecução do casamento sagrado entre a alma e a sua fonte, um vínculo que lança uma jornada de autodescoberta como via para o fortalecimento pessoal. Por arrastamento, este ideal cisterciense era também a força motriz por trás dos cavaleiros templários. A este respeito, Bernardo de Claraval seguia uma receita que em tempos manteve as culturas antigas em equilíbrio durante milhares de anos,

fossem elas tibetanas, zoroastrianas, egípcias, sabeias, lusitanas, bogomilas, cátaras ou celtas. Como Bernardo escreveu em *De Laude Novae Militae*, a sua carta em louvor dos cavaleiros templários:

*Surgiu uma nova cavalaria na terra da Encarnação, uma cavalaria que trava uma dupla batalha, contra adversários de carne e osso e contra o espírito do mal. Não penso que seja algo espantoso que estes cavaleiros resistam aos inimigos físicos com força física, porque isso, eu sei, não é raro. Mas pegam em armas com as forças do espírito contra vícios e demónios e a isso eu chamo não só espantoso, mas digno de todo o louvor dado aos homens de Deus... o cavaleiro que protege a sua alma com a armadura da fé, tal como cobre o seu corpo com uma cota de malha, está verdadeiramente acima do medo e da censura. Duplamente armado, não teme nem homens nem demónios.*²

Se Bernardo de Claraval reconhecia a imersão nos lugares sagrados como essencial à transformação pessoal, deve ter tido igualmente consciência do mecanismo em ação nesses locais.

Um elemento crucial na encenação dos mistérios, em particular na componente que lida com a «ressurreição dos mortos», era o posicionamento estratégico do templo. Tal como os cistercienses, que habitualmente escolhiam zonas que se desviavam da norma arquitetónica, também os templários tiveram muito cuidado a designar os locais para as suas casas do capítulo e precetorias, como se estivessem a extrair da terra um elemento subtil.³ Sem dúvida que se decidiram por lugares, sobretudo em Portugal, ricamente associados a tradições antigas, com destaque para cultos pré-cristãos que honravam a Terra Mãe, Ceres, a Divina Virgem, Inanna, e Ísis. A província que, no seu tempo, cobria a maior parte de Portugal — e coincidentemente a *precisa* área doada aos templários — recebeu o nome da deusa dos mitos celtas da criação, Beira. Surge na Escócia (outra importante fortaleza templária) como

Cailleach Bheur, deusa do inverno e mãe dos deuses, o nome atualmente simplificado para Beira.⁴

O mesmo se aplica ao derradeiro lar dos templários, Tomar, a antiga Nabância. O nome deriva de Nábia, deusa lusitana da água e dos rios. A massa de água mais associada ao seu culto era o rio (Neiva) honrado pelas pessoas de Braga e de Fonte Arcada, coincidentemente os primeiros dois lares templários em Portugal, e obviamente o rio Nabão em Tomar. Esta atração específica dos templários pela santidade e pureza da água harmoniza-se com os ensinamentos de João Batista sobre a importância dos banhos rituais e do batismo.

A segunda atenção que os templários prestavam à localização era ficar ao lado ou por cima de antigos lugares de veneração. As precetorias em Paris, Gisors e Londres, por exemplo, foram construídas em capelas romanas sobre templos mais antigos dos druidas, até círculos de pedra do Neolítico. Seguiram a mesma prática em Portugal, como demonstram os locais escolhidos:

- Loures. Igreja dedicada a Nossa Senhora construída sobre as ruínas de um templo celta anterior.
- Ceras. Batizada em honra da deusa da fertilidade, local de um antigo templo honrado pelos lusitanos.⁵
- Castelo do Bode. O «castelo do bode», associado ao culto pagão de Prosérpina, filha de Ceres, cujo ritual está ligado à primavera, daí a raiz da palavra *proserpere*, «emergir», relativamente ao amadurecimento da semente.
- Soure. Local de um antigo mosteiro construído com pedras reutilizadas de um antigo templo visigodo.⁶
- Faria e Idanha-a-Nova. Ambas em sítios sagrados do Neolítico.
- Idanha-a-Velha, Braga e Almourol. Em templos dedicados a Vénus e Ísis.⁷
- Pombal. Numa capela anterior ao ano 200 d. C. dedicada ao arcanjo Miguel.⁸
- Monsaraz. Centro de uma metrópole de monumentos megalíticos.

- Santa Maria da Feira. No templo lusitano de Tueræus-Lugo, e um dos primeiros locais tomados por Afonso Henriques em 1128.
- Castelo Branco. Venerado desde o Neolítico; os templários construíram uma igreja dedicada a Nossa Senhora sobre uma câmara subterrânea.

A lista é extensa.

Estes locais têm um segundo tema central em comum: sabe-se que coincidem com os pontos de cruzamento das correntes naturais de energia eletromagnética da Terra, aquilo a que os antigos se referiam como estradas do espírito. Muitos destes lugares marcam anomalias gravitacionais,⁹ e todos os antigos sítios sagrados, sem exceção, estão assentes nestes pontos quentes.¹⁰

Dito de forma simples, a corrente telúrica da Terra é uma espécie de força vital, uma combinação das forças interligadas da eletricidade e do magnetismo. Como o antropólogo William Howells tentou classificá-la: «Era a força básica da natureza através da qual tudo era feito... [a sua] comparação com a eletricidade, ou a energia física, é aqui inevitável. Julgava-se indestrutível, embora pudesse ser dissipada por práticas impróprias... Fluía continuamente de uma coisa para a outra e, dado que o cosmos foi construído sobre uma ideia dualística, fluía pelas coisas celestes até às coisas terrenas, como se de um polo positivo para o negativo.»¹¹

Quando os cientistas da NASA descobriram a energia magnética a mover-se em espiral, como tubos ligando a Terra ao Sol — empregando o termo metafísico *portais*¹² —, basicamente legitimaram os antigos mestres geomantes e os construtores de templos que extraíam da terra esses eventos de fluxo porque estavam plenamente conscientes da sua ligação a territórios muito para lá dos confins desta esfera física. A figura que os antigos escolheram para representar esta intangível força telúrica foi a serpente ou o dragão, e tornou-se um arquétipo culturalmente partilhado para descrever o comportamento sinuoso da energia ao longo do seu curso terrestre.

Os *Textos da Construção* egípcios fornecem efetivas instruções para a fundação de um local sagrado, sendo a componente principal o «trespassar da cobra», que serve para enraizar estas correntes no ponto pretendido.¹³ Normalmente, quando o motivo de uma serpente é exibido num templo, significa que a corrente telúrica passa pelo local, é o X que marca o ponto.¹⁴ Os construtores de templos do Neolítico fizeram o mesmo ao colocar monólitos onde quer que as correntes telúricas fluam. Estes monólitos mostram por vezes uma serpente enroscada à volta deles; os monólitos de Portugal, os *bétilos* (literalmente «casa de deus»), têm muitas vezes serpentes esculpidas a subir do fundo destas sentinelas de pedra.

Esta energia da serpente é uma força natural que pode ser canalizada para todo o tipo de fins benéficos; na geomancia chinesa, esses dragões nunca eram mortos, mas a sua energia elétrica era mantida no reino e utilizada para todo o género de propósitos xamânicos.¹⁵

Em 1983, foi feito um estudo exaustivo para validar a existência desta energia em locais sagrados. Usando um magnetómetro, o círculo de pedra de Rollright, em Inglaterra, tornou-se no objeto do teste. Descobriu-se que as correntes telúricas são atraídas para o círculo de pedra num padrão em espiral. O cientista que liderava o projeto também reparou em como «a intensidade média do campo [geomagnético] no interior do círculo era significativamente mais baixa do que a medida no exterior, como se as pedras agissem como um escudo».¹⁶ Leituras idênticas foram encontradas em templos de toda a Europa, Egito e Índia, onde o campo energético da Terra parece esticar-se em torno dos locais como uma membrana protetora.¹⁷ Célebres túmulos primordiais como Saqqara, Karnak, Luxor e as pirâmides controlam a energia para uma zona neutra interior de um modo que é benéfico para as pessoas. Existem pontos de energia idênticos em catedrais góticas como a de Chartres.¹⁸

A ideia de que os lugares sagrados estão rodeados por um campo de forças tem sido amplamente explorada. Algumas

medições revelam como a corrente que circula pela entrada dos locais é o dobro da dos campos circundantes, fazendo deles não só portais, mas também entradas. As leituras magnéticas nos templos enfraquecem à noite a um nível muito mais elevado do que se pode explicar em circunstâncias naturais, só para se recarregarem ao nascer do Sol, com a corrente terrestre da terra circundante a ser atraída para o templo ao mesmo tempo que as flutuações magnéticas no interior atingem o máximo.¹⁹ A voltagem e as variações magnéticas estão relacionadas e seguem o fenómeno conhecido na física como indução elétrica,²⁰ levando à percepção de que os locais sagrados agem como concentradores de energia eletromagnética.²¹



Imagem de um magnetómetro mostra como as forças telúricas se comportam no círculo de pedra de Rollright.

Há mais uma coisa. Os templos, incluindo as mais recentes catedrais góticas, estão normalmente situados em locais continuamente utilizados há milénios, e são únicos no sentido em que uma segunda anomalia acontece nestes pontos. A cada amanhecer, a Terra é sujeita a um aumento do vento solar, que intensifica o campo geomagnético do planeta; à noite, este campo enfraquece, depois aumenta ao amanhecer, e o ciclo repete-se *ad infinitum*. Mas há zonas no solo onde o campo geomagnético interage com as correntes telúricas.²² Esta ação gera um ponto quente conhecido pela ciência como *descontinuidade de condutividade*, e embora os povos antigos não possuíssem magnetómetros, já extraíam (*source*) esta energia muito antes de os cientistas terem construído máquinas que provaram que eles estavam certos. Daí o nome dado a tais sensitivos: *sourcerers*.

Os *sioux* chamam a esta energia *skan*, e quando concentrada em locais sagrados, diz-se influenciar a mente e a criatividade, bem como elevar o poder pessoal na forma de uma sintonização espiritual. Essencialmente, a energia aumenta a ressonância do corpo. O contacto constante com múltiplos locais de poder gera uma espécie de estado de espírito numinoso, aquilo que os taoístas chineses descrevem como «despertar o grande homem interior».

Isto tem um profundo efeito no corpo humano, que é agora amplamente aceite como sendo composto por partículas de energia, um edifício eletromagnético andante sensível a ínfimas flutuações no campo geomagnético local. Com o eletromagnetismo a desempenhar um papel tão importante nos templos, a sua influência no corpo é imediata. Visto que o sangue que flui nas veias e artérias tem uma boa quantidade de ferro, o magnetismo agirá sobre ele tal como um íman reorganiza limalhas de ferro salpicadas sobre uma folha de papel. O mesmo se aplica ao cérebro, há quantidades substanciais de magnetite no tecido do cérebro e no córtex cerebral e, nas condições certas, a estimulação magnética do cérebro induz estados oníricos, mesmo na consciência desperta.²³

Em último lugar, e possivelmente o mais importante, está o efeito que as energias telúricas dos templos podem ter na glândula pineal, uma protuberância em forma de pinha situada junto ao centro do cérebro. As flutuações no campo geomagnético afetam a produção de químicos produzidos pela pineal, como a pinealina, que interage com outro neuroquímico, a serotonina, sendo o resultado final a criação da DMT, um alucinogénio. Crê-se que este é o gatilho neuroquímico para o estado onírico — o estado de consciência alucinogénio que permite receber informação. Num ambiente em que a intensidade do campo geomagnético é reduzida, sabe-se que as pessoas experimentam estados psíquicos e xamânicos.²⁴

Esta mistura da ciência moderna com práticas e crenças esotéricas antigas ajuda a explicar o porquê de os templos serem construídos onde são e de templários e cistercienses seguirem a

mesma fórmula, preferindo locais arquitetonicamente inadequados ou áreas de veneração preexistentes.

É possível que essa informação fizesse parte do conhecimento decodificado pelos cabalistas a trabalhar em Troyes. Esta tecnologia espiritual era uma componente dos ensinamentos dos mistérios, cujo pilar central dizia respeito às práticas xamânicas e extáticas que conduziam a uma experiência pessoal de Deus, num sentido não religioso, e o posicionamento estratégico do templo mais a sua geometria facilitavam o processo.

Um destes pontos de acesso é Jerusalém, um dos muitos chamados montes primordiais espalhados pelo mundo antigo. No tempo do faraó Aquenáton, era conhecida como Garesalem, que se divide em *gar* (pedra), *esa* (Ísis) e *salem* ou *shalem* (perfeita). Assim, Jerusalém é «a pedra que incorpora a perfeição de Ísis»; é um lugar de reconexão com a essência da Divina Virgem.

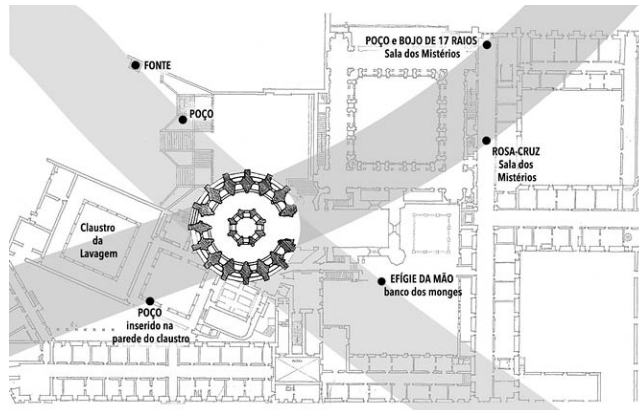
Curiosamente, as correntes telúricas tendem a ser atraídas para a água, e a água é um pré-requisito na fundação de um local sagrado, muito além da óbvia necessidade para o sustento humano. O lugar onde João Batista fazia batismos, Betânia, estava assinalado por um monte sagrado onde quatro nascentes se interseam, refletindo assim o outro nome de Betânia, Bethabara (Casa do Cruzamento).

O mesmo cruzamento se verifica em Monsanto, onde os dois arcos enigmáticos no interior da sua conduta marcam o exato ponto de interseção de duas correntes telúricas.

Existe uma situação idêntica sob a rotunda de Tomar. O local marca o cruzamento de quatro cursos de água subterrâneos, enquanto o diâmetro do edifício em si define a largura exata de duas correntes telúricas que se interseam. Ainda existem vários indicadores a assinalar o caminho desta energia terrestre nos claustros e câmaras contíguos. Um deles é uma efígie gravada numa parede baixa usada como banco para os monges em meditação, semelhante a uma mão que aponta para baixo ou, vista de outro modo, uma energia que desce do Céu; dois capitéis

representando o Homem Verde na sala subterrânea dos mistérios (a alegada adega) assinalam outra ponta da corrente, tal como a sua conduta subterrânea e o bojo de dezassete raios estrategicamente colocado por cima dela.

No entanto, Tomar não está sozinha no que diz respeito à extração desta energia exótica pelos templários. Anomalias geomagnéticas em torno de lugares sagrados em Portugal têm sido observadas desde o século xvii e, recentemente, o Instituto Nacional de Geologia encontrou três grandes concentrações de magnetismo na Península Ibérica: a zona de megálitos em torno da cidade de Évora, o promontório de Sagres e a serra de Sintra.²⁵ Coincidentemente, todos eles eram destacados locais templários.



Relação entre as correntes telúricas e a posição da rotunda de Tomar.



Vários elementos sobreviventes assinalam as orlas destes caminhos, incluindo o banco dos monges com a sua efígie gravada.

Évora, um centro do culto de Ísis-Diana, tornou-se lar da filiada Ordem Templária dos Cavaleiros de São Bento de Avis, criada em 1162 no Concílio de Coimbra, quando a regra cisterciense entrou

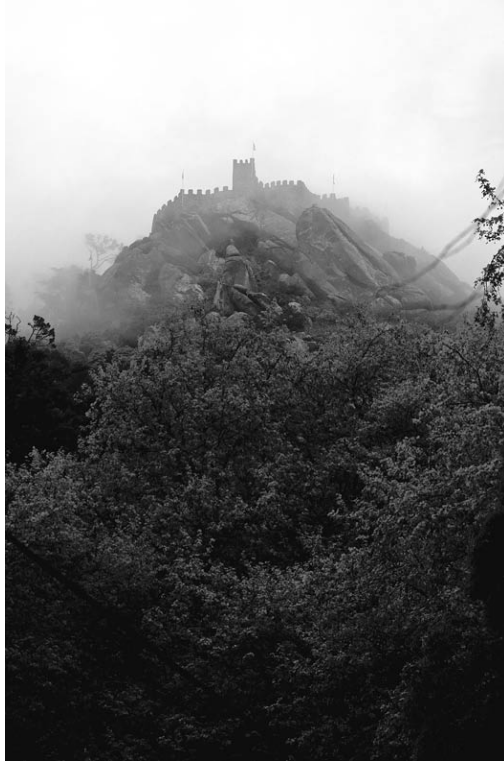
em vigor em Portugal.²⁶ O seu primeiro grão-mestre foi Pedro, irmão do rei D. Afonso Henriques.



Sagres. A estrutura radial assimétrica deixada para trás pelos templários.

Sagres, já descrita no tempo do erudito Estrabão como o promontório sagrado e lar de um grupo de dólmens,²⁷ tornou-se mais tarde no ponto central das explorações marítimas dos templários às ordens de Henrique, o *Navegador*. O que ninguém consegue explicar até hoje é o que faziam os templários com uma curiosa roda de noventa metros de largura feita de linhas radiais de pedras, cujo propósito é um completo mistério; ao lado dela, construíram uma capela dedicada a Nossa Senhora, concebida com um telhado octogonal e perfeitamente situada na interseção de duas correntes telúricas.

Quanto a Sintra, esta foi a vila doada por Afonso Henriques a Gualdim Pais *in absentia*. Foi a única doação deste tipo, o que torna esta oferenda ainda mais intrigante.



Castelo de Sintra.

Capítulo 46

1147. SINTRA. ALGO ENGRAÇADO ACONTECE A CAMINHO DO CASTELO...

Enquanto os cruzados se preparavam para saquear a cidade de Lisboa, Afonso Henriques conduziu discretamente os seus cavaleiros para a vila de Sintra, vinte e três quilómetros a oeste, recuperando o que em tempos marcara o limite sul do território do seu falecido pai até os mouros a terem capturado uma vez mais.

Afonso e os seus cavaleiros tomaram o caminho sinuoso colina vertiginosa acima em direção ao castelo onde os mouros estavam acampados. Usando os enormes rochedos e a vegetação luxuriante como proteção, dominaram a fortificação sem qualquer resistência; de facto, os habitantes não se viam em lado nenhum. Até a mesquita estava despida de relíquias.

Sintra tinha uma enorme importância estratégica, e, no entanto, os árabes partiram sem dar luta. Como podia uma guarnição inteira simplesmente evaporar-se?

Dizem as histórias que fugiram por túneis e galerias subterrâneas desde a torre de vigia, alguns emergindo junto ao mar a oeste, outros cinco quilómetros a leste, onde foram vistos homens mouros a sair da montanha: «A caminho da primeira torre existia um celeiro de metro e meio de diâmetro, através do qual se diz que havia uma estrada oculta que ia até ao Rio Mouro [Rio de Mouro], e chama-se isso porque, do lado direito, foi vista uma porta que, diziam, era a verdadeira entrada.»¹

Até os cronistas mouros afirmaram que Xentra (como os árabes lhe chamavam) é uma montanha oca, com um dos seus topos ligado por uma colmeia de galerias subterrâneas a outra colina a cinquenta e seis quilómetros de distância, tanto que até o mar é capaz de entrar nestas cavernas.² Embora um bom número de cavidades seja de origem vulcânica, as restantes foram propositadamente escavadas com objetivos defensivos e cerimoniais. Segundo um zelador do castelo mourisco, a colina é

uma grande cidade subterrânea com quilómetros de túneis, um deles ligando o castelo a um mosteiro capuchinho a cinco quilómetros.³ Quando os templários chegaram — ou regressaram —, fizeram bom uso dessas características e acrescentaram algumas. Na Penha Verde, na encosta norte de Sintra, construíram uma igreja redonda sobre um templo lunar dilapidado de cerca de 5000 a. C. e dedicaram-na a Maria de Sião. Sob os alicerces, foram descobertas várias galerias em tempos usadas para a prática de mistérios ctónicos. Estas galerias ligavam-se a outras passagens que se estendiam por cerca de três quilómetros antes de emergirem junto a um rio.⁴ Existem câmaras semelhantes ali perto, no Mosteiro da Penha Longa, «uma gruta que esteve em tempos fechada pela cristalização, que foi descoberta por um monge no convento... A descida para esta gruta faz-se por uma porta (que em tempos serviu para a proteger) de mais de dois metros de altura... há um intervalo por onde o sol, os seus raios penetrando com um efeito maravilhoso, faz desta uma casa de cristal brilhante».⁵



Dentro de uma das estreitas passagens de Sintra, escavadas no leito rochoso de granito maciço.

Esta fascinante sacralidade de Sintra teve um efeito particular num dos cavaleiros do rei de Portugal, Pero Pais, que, ao chegar, ficou tão impressionado que se retirou da soldadesca secular e mudou-se para um dos seus picos com o intuito de continuar a vida como penitente. Aí, fundou uma capela dedicada a Saturno (o deus

que representa a avaliação racional da vida, particularmente as forças negativas) para melhor adquirir o domínio de si mesmo.^{at6}

Por coincidência, o pai mitológico de Saturno, Júpiter, criou uma era dourada, não muito diferente do que os templários e os cistercienses tentavam moldar em Portugal.

Cinco anos depois (em 1152), Afonso emitiu um foral no qual a vila de Sintra e treze das suas propriedades são doadas,⁷ com privilégios excepcionais, «a Gualdim Pais, mestre templário geral de Portugal, damos-vos as referidas casas, com as suas propriedades cultivadas e por cultivar, para que possais tê-las e possuí-las todos os dias da vossa vida».⁸ Um documento posterior é mais explícito quanto aos pormenores da propriedade.⁹ Identifica as casas como as que definem a praça da vila e o seu direito público de passagem, e afirma que, além de «algumas boas casas na vila», foram concedidos aos templários «dois vinhedos, uma azenha, várias propriedades na costa... e um pomar em *almosquer*», ou seja, em árabe, um subúrbio, que ficava então a uma caminhada de apenas dez minutos do centro da vila.¹⁰

O foral também trata dos residentes da vila, pondo todos em pé de igualdade, «tanto a classe mais alta como a inferior», sejam eles cristãos, judeus ou mouros, e a responsabilidade de manter esta justiça equitativa foi confiada exclusivamente aos templários.

Tomada à letra, tal doação do rei aos templários parece suficientemente típica, e, no entanto, original, na medida em que é outorgada a Gualdim enquanto ele está na Terra Santa, a vivenciar os locais sagrados, e o modo como é referido como «mestre templário», cinco anos antes de lhe ser oficialmente atribuído o título, faz parecer que a promoção do cavaleiro após o seu expetável regresso era uma conclusão inevitável.

Entretanto, o «pomar em *almosquer*» providencia uma grande pista para a compreensão da natureza desta doação. Um documento sobrevivente afirma que mais de duzentos anos depois, em 1371, os templários ainda tinham direitos sobre esta «floresta de Almosquer»,¹¹ que, por essa altura, incluía um bosque chamado

Floresta dos Anjos e, abaixo dele, um lugar deveras fascinante chamado Quinta da Torre. É este pedaço de propriedade que revela muito sobre os motivos espirituais/esotéricos que a irmandade nuclear procurava em Portugal.

[at](#) Tornou-se a Capela de São Saturnino.

Capítulo 47

TEMPO PRESENTE. SINTRA. NA FLORESTA DOS ANJOS...

Artigo 7. «Construí nas vossas casas locais de encontro que sejam grandes e secretos, que possam ser acedidos através de túneis para que os irmãos possam ir a encontros sem correr o risco de se meterem em sarilhos... Nas casas dos irmãos não eleitos, é proibido conduzir certos materiais relativos às ciências filosóficas ou à transmutação de metais de base em ouro e prata. Isto deverá realizar-se apenas em locais secretos e escondidos.»¹

Por falar em prova concreta! Esta instrução aos irmãos do Templo vem de um documento que enumera as duas regras secretas dos cavaleiros templários — a regra dos irmãos eleitos e a regra dos irmãos consolados. Foi originalmente encontrado na posse do mestre templário Roncelin de Fos² e redescoberto por acaso nos arquivos do Vaticano por um bispo dinamarquês. Prova inequívoca de que os templários seguiam a tradição de utilizar criptas exclusivamente para a iniciação nos mistérios, intensificando as palavras do precetor templário Gervásio de Beauvais à Inquisição de como «existe na ordem uma lei tão extraordinária, da qual se deve guardar tal segredo, que qualquer cavaleiro preferiria que lhe cortassem a cabeça do que revelá-la a alguém».³

Uma cópia destas regras foi preservada pelo irmão Mathieu de Tramlay até 1205, depois passada a Robert de Samfort, representante do Templo em Inglaterra em 1240, e finalmente ao mestre Roncelin de Fos. Eram guardadas apenas pela irmandade interna, proibidas «de guardar pelos irmãos, porque os escudeiros encontraram-nas uma vez e leram-nas, e revelaram-nas aos homens seculares, que podiam ter sido prejudiciais à nossa ordem».⁴ O documento descreve como só os verdadeiros iniciados da ordem sabiam de um segredo que «permanece escondido dos filhos da Nova Babilónia», até do rei de França, e que nenhum príncipe ou sumo sacerdote da época sabia a verdade: «Se a soubessem, não teriam adorado a cruz de madeira e queimado os

que possuíam o verdadeiro espírito do verdadeiro Cristo.» Esta verdade alude a uma transformação da alma e ao estabelecimento de um reino unido e presidido apenas por Deus.⁵

O artigo 18, em particular, revela muito do conteúdo dos mistérios que os templários descobriram e como, à semelhança dos essênios, este conhecimento era transmitido apenas a alguns selecionados: «O neófito será levado aos arquivos onde lhe serão ensinados os mistérios da ciência divina, de Deus, do Menino Jesus, do verdadeiro Bafomet, da Nova Babilónia, da natureza das coisas, da vida eterna, bem como da ciência secreta, da Grande Filosofia, Abraxas [a Fonte de tudo] e os talismãs — tudo coisas que devem ser cuidadosamente escondidas dos eclesiásticos admitidos na ordem.»⁶

Um dos extensos artigos ilustra o apelo universal da irmandade às pessoas comuns: «Sabei que Deus não vê diferenças entre os povos, cristãos, sarracenos, judeus, gregos, romanos, franceses, búlgaros [referindo-se aos bogomilos] porque todo o homem que reza a Deus é salvo.»⁷ Esta visão utópica fragilizava claramente a autoridade religiosa da Igreja Católica e a sua doutrina expressa de que «fora da Igreja não pode haver salvação». Mas, para uma população medieval cuja alimentação diária consistia em guerra perpétua, uma economia baseada no saque, na intolerância e corrupção religiosas, o princípio exposto pelos templários deve ter parecido mel a descer em cascata do Céu.

Este pensamento utópico ter-se-ia sentido perfeitamente em casa em Sintra. Por toda esta bucólica colina, não faltam imersões e desaparecimentos em mundos empíreos. Duas lendas locais falam de cavaleiros templários que se apaixonaram por princesas mouras encantadas pouco antes de desaparecerem por portas secretas para as entranhas da montanha; outra descreve a Gruta da Fada, [au](#) «formada por uma grande pedra de granito equilibrada sobre duas rochas. Diz a lenda que todas as noites uma fada chora aí o seu destino».⁸ Esta câmara de passagem do Neolítico ergue-se junto a outro local de imersão chamado Anta do Monge; *anta* [av](#) significa

«assinalar», descreve como estas estruturas artificiais monolíticas indicam deliberadamente pontos quentes cuja energia difere do território circundante.⁹ A sua associação a um monge vem de uma lenda local sobre um irmão capuchinho que se perdeu num dos famosos nevoeiros de Sintra e se abrigou na câmara de pedra, e, de repente, deu por si «noutro mundo».

Um dos motivos pelos quais a memória da magia persiste em Sintra relaciona-se com a sua consagração a cultos ctónicos e lunares pelo menos desde o Mesolítico. Por toda esta montanha verdejante há degraus esculpidos em colossais rochedos de granito, como se feitos para gigantes. Há dólmens do Neolítico, grutas para iniciados e monges solitários, e velhas ermidas serenas cobertas de fetos e musgo. Sintra é, citando Byron, um «éden glorioso», e ele devia saber; o poeta prolongou as suas férias durante três anos porque Sintra está tão perto do Paraíso quanto se pode chegar enquanto vivo.

Em tempos remotos, a região era conhecida como Promontório de Ofiússa (Promontório da Serpente), sendo os seus residentes os *ofiússa* (povo da serpente).¹⁰ O nome não tem nada que ver com o culto físico das serpentes e tudo que ver com honrar a profusão de energias terrestres que mais tarde se provou congregarem-se nesta região.¹¹ Os celtas locais associavam a montanha a Cynthia, a deusa lunar, da qual deriva o nome de Sintra.¹² Uma vez que o prefixo *sin* é a palavra babilónia para lua, isto liga Sintra ao Sinai (Montanha da Lua), onde Moisés viu em tempos um pilar de luz descer do Céu e oferecer um tesouro de palavras gravadas em tábuas de pedra. Assim, ser um pecador (*sinner*) é adorar a Lua juntamente com as suas conotações femininas.



Degraus que levam à Gruta do Monge. Estes locais de veneração e introspeção atraíram cultos ctónicos a Sintra desde pelo menos 5000 a. C.

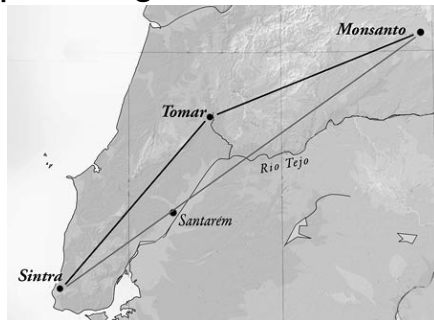
Um dos mais antigos templos pré-históricos conhecidos em Sintra, dedicado à Lua, data, pelo menos, de 4000 a. C. Situa-se num dos seus muitos picos, e ainda se veem por ali espalhados vários megálitos. Ao seu lado ergue-se um templo^{aw} de origem desconhecida cujas colunas sobreviveram até ao século XIX; a alguns metros, a Igreja de Santa Eufémia assinala o local onde uma nascente sagrada era virtuosa, mesmo no século XII,¹³ a sua água era considerada milagrosa para a cura de «escaras do fígado e de outras deformações do corpo», e ainda assim acontecia em 1787.¹⁴

Quando aqui se aventuraram, os gregos viram Sintra como Mons Sacer (Monte Sagrado),¹⁵ e amplificaram a tradição ao construir pelo menos um templo dedicado a Militha, deusa da Lua.^{ax} A Ermida de Melides foi posteriormente erigida sobre as suas ruínas.

Assim, Sintra tem sido um verdadeiro refúgio para quem busca um paraíso terrestre, uma montanha sagrada para refletir sobre os maiores mistérios da vida. Buscadores como a irmandade interna dos cavaleiros templários.

Séculos de restauros bem-intencionados em Tomar podem ter deixado poucos, mas inegáveis sinais do conhecimento que os templários trouxeram da Terra Santa, mas Sintra é algo bem diferente. Como se compreende, as sociedades secretas não anunciam abertamente a sua mercadoria, mas subsistem vestígios da arte templária espalhados por toda a região, e numa propriedade

em particular. Dado que esta propriedade fica à mesma distância da rotunda de Tomar que o centro ritual no cume dessa outra montanha sagrada, Monsanto, tão deliberada referência triangular foi demasiado tentadora para a ignorar.



Posicionamento geodésico equidistante dos locais templários em Sintra, Tomar e Monsanto.

As casas templárias em torno da praça principal em Sintra eram contíguas ao antigo palácio árabe, cujo piso térreo inteiro os cavaleiros reconstruíram.¹⁶ Centenas de anos de tremores de terra, negligência e tempo deixaram a sua marca nas propriedades, mas os alicerces originais mantêm-se e albergam agora estabelecimentos comerciais modernos, como o Hotel Central e o Café Paris.^{ay} Em 1970, um hipogeu, ou câmara ritual, com túneis de acesso foi descoberto debaixo do dito café, com uma passagem de ligação, de um lado, ao palácio vizinho e, do outro, colina acima em direção ao castelo; encontrou-se outra sob o Café da Avozinha.¹⁷ Parece que o café e os locais secretos dos templários estão magneticamente envolvidos.

Em 1904, Sintra atraiu uma figura notável para o seu seio como se por um impulso mágico, um rico mercador chamado Carvalho Monteiro, que comprou uma grande propriedade silvícola chamada Regaleira. A menos de dez minutos de caminhada a partir da praça central da vila, a vasta reputação da propriedade deve ter-lhe despertado interesse, pois o seu estatuto enquanto local sagrado era conhecido desde 1717, altura em que é feita referência a uma *via sacra* que percorre a propriedade, que naquele tempo era conhecida como Quinta da Torre.^{az18} Mesmo quando Afonso

Henriques e os templários chegaram, sabia-se existir ali uma nascente sagrada, as suas águas tão eficazes que levaram uma testemunha ocular a escrever: «Cujo uso se diz acabar com as tosses e a tísica. Daí que, se os habitantes ouvissem alguém tossir, podiam perceber que não era natural dali.»¹⁹ Os árabes residentes descobriram por si mesmos estas propriedades curativas, observando até como muitas das rochas tinham benefícios medicinais, principalmente para curar doenças dos rins.

A propriedade produzia grande abundância de fruta e outros produtos, mas em 1904 os donos caíram em tempos difíceis, e a Quinta da Regaleira, como ficou conhecida, foi leiloada, sendo Carvalho Monteiro o licitante vencedor. Era um homem de uma cultura prodigiosa, licenciado em direito pela Universidade de Coimbra. Era também maçom e, por coincidência, seguia uma longa tradição de maçons que haviam sido donos da propriedade: o irmão do antigo dono em 1840 era maçom, enquanto o proprietário anterior, Manuel Bernardo, era, além de maçom, membro da Real Academia de Ciências.

Não existe documentação sobre a história da propriedade dos séculos XIV a XVIII, mas dado que a Maçonaria é a progénie dos templários,²⁰ presume-se que permaneceu «na família». E percebido o que existe na propriedade, não é difícil entender porquê.

Monteiro fez melhoramentos consideráveis na propriedade e, a julgar pelo simbolismo aplicado à moradia que construiu, na capela que erigiu e nos jardins que renovou, cada centímetro foi projetado para ser um convite aberto à imersão nos mistérios. Disfarçado de uma cena de uma ópera divina, cada canto e cada alcova da Regaleira estão repletos de simbolismo alquímico e sagrado. É um complexo ambiente de espaços sagrados e talismãs míticos e mágicos, com grutas, torres e templos situados numa paisagem cenográfica que leva um peregrino à contemplação profunda do conhecimento hermético.

Carvalho Monteiro era um homem robusto, um decano de saúde perfeita, por isso é claro que não se mudou para aqui para beber das águas miraculosas. As imagens, temas e símbolos da Regaleira seguem os temas espalhados pelo Convento de Cristo em Tomar, a sua localização na propriedade refletindo uma profunda sabedoria filosófica e esotérica. Após a sua morte, a sua prodigiosa coleção de livros foi comprada pela Biblioteca do Congresso americana.

Perto da sua vivenda ergue-se uma compacta capela retangular semelhante a um castelo branco em miniatura, transbordante de simbolismo templário, hospitalário e maçónico, incluindo um triângulo aureolado com um olho central sobre a entrada — o olho de Deus que tudo vê. Uma imponente cruz templária feita de minúsculos mosaicos coloridos domina o chão da capela; na galeria em cima, várias cruzes templárias estão intercaladas com a cruz da família Monteiro. Uma estreita e intrincadamente esculpida escadaria de calcário em espiral liga a uma cave cujo chão de mármore está coberto de parede a parede por um padrão em xadrez, o eterno jogo entre a luz e a escuridão, o bem e o mal, símbolo dos cavaleiros templários e, mais tarde, dos maçons. Uma segunda escadaria desce ainda mais para um recesso que conduz a um labirinto de túneis profundamente escavados no flanco da montanha.

Após reemergir eventualmente para a luz do dia atrás de uma estátua da Divina Virgem, um rápido olhar à parte detrás da capela revela uma escultura subtil representando um castelo com duas torres — o castelo de Maria e Marta, ao qual os templários juravam fidelidade, assente numa efígie do Homem Verde.



A capela branca.



Interior da capela. Chão de mosaicos com a cruz templária portuguesa posterior sobre a esfera armilar, símbolo da exploração marítima dos templários.

Estando a apenas onze quilómetros do meu local de nascimento, visitei esta propriedade inúmeras vezes, até em dias consecutivos, e sempre uma nova maravilha se me apresentava. Dado que um dos pontos fulcrais da minha investigação se centra no motivo por trás da presença dos templários em Portugal, fui atraído para uma estrutura semelhante a um dólmen mais acima na colina, que se alcança subindo os sinuosos caminhos do jardim, repletos de estátuas de divindades solares e lunares, um espelho de água para observar as estrelas e uma gruta protegida por dois enormes dragões. Por fim, os monólitos aparecem, fortemente incrustados de musgo húmido e macio.



O castelo de Maria e Marta, símbolo de Madalena, a quem os cavaleiros templários juravam fidelidade; ergue-se sobre um Homem Verde, espírito tutelar da natureza.

De início, não parece haver qualquer porta, mas uma inspeção mais atenta revela uma laje com mais de dois metros de altura e, com um pouco de esforço, a laje roda para dar passagem por entre

as pedras verticais. Lá dentro, é-se confrontado com a notável visão de um poço de quase vinte e cinco metros circunscrito por uma escadaria em espiral.



Entrada para o poço iniciático bem disfarçada como uma câmara de pedra neolítica.

O fundo do poço repousa à meia luz refletida pela luz difusa do Sol que passa por entre as árvores lá em cima, mas o símbolo no chão de mármore é inconfundível: uma combinação da insígnia heráldica da família Monteiro com a cruz dos cavaleiros templários.



A entrada secreta para o topo de um poço iniciático.

Após um choque com a realidade, li na bússola a direção da entrada do megálito. Está voltada para oeste; na tradição esotérica, a direção que o iniciado segue durante o ritual final da ressurreição em vida. A descida ritual faz-se tradicionalmente no sentido dos ponteiros do relógio. De facto, a escadaria pavimentada desce assim. O construtor sabia o que fazia. A um terço da descida, um túnel escavado no calcário atravessa a colina, ao fundo do qual surgem dois dragões a guardar a entrada para a luz do dia. Voltei atrás e continuei a descer; a cruz templária lá em baixo reluzia com as gotas do chuveiro que caía. Ao fundo, outra entrada esculpida acedia a nova passagem rumo ao desconhecido, e seguiu-se-lhe

uma viagem por um labirinto de túneis. Escavadas no calcário e no granito, várias passagens de idade indeterminada ramificam-se em várias direções; nalguns locais, é óbvio que as passagens foram bloqueadas e, para lá delas, jaz uma rede de túneis ainda por explorar.

Alguns nichos e câmaras são suficientemente grandes para acomodar alguém que deseje passar o tempo num ambiente solitário como eremita, contemplando os mistérios em total privação sensorial, meditando na paz, no sossego e na escuridão do ventre até ao ponto em que o ego é dissolvido e só a alma permanece. É o método alquímico preferencial através do qual um número incalculável de adeptos ao longo das eras vivenciou a revelação pessoal.



Completada a imersão, continua-se a vaguear pelo labirinto de túneis, cada um deles decorado com pedaços de calcário coralino importados da costa e colados manualmente às paredes, para eventualmente emergir sob uma cascata, como que participando numa espécie de batismo, e, enfim, para a luz. A fim de realçar a questão de que a experiência foi concebida para ser não só iniciática, mas também simbólica, um lago surge entre nós e a terra firme, e só depois de transpor cuidadosamente um conjunto de pedras quase escondidas abaixo do nível da água é que se chega ao outro lado.



O primeiro poço.

Caminhar sobre a água. Bem visto.

Sem dúvida que o poço nunca foi concebido para conter água. É um poço ritual, parte de uma paisagem ritual deliberadamente concebida. Mas uma paisagem ritual criada por um mercador do início do século xx não prova que os templários estiveram aqui nem que se envolveram em práticas semelhantes. Ou será que sim?



Parte das intermináveis passagens subterrâneas na Regaleira, profundamente escavadas na serra de Sintra.

Pode ser uma construção extraordinária, mas a arquitetura do poço da Regaleira é incongruente com o resto da propriedade. Enquanto as estruturas espalhadas foram construídas no estilo manuelino romântico-revivalista comum na época de Carvalho Monteiro, o poço é românico, o estilo geral do tempo dos templários. Contudo, a condição da estrutura tão-pouco sugere que ela tenha oitocentos anos. Não há dúvida de que foram feitas obras de restauro. Os arcos românicos não são muito diferentes em estilo das

reproduções do início do século xx, e os degraus uniformes, sem sinais de uso, e o chão de mosaicos do poço também parecem ser recentes. Mas, uma vez mais, algo não batia certo.

Enquanto questionava e vagueava pelo labirinto de túneis, virei à direita para uma secção não iluminada e, confinado nas suas trevas de obsidiana, descobri, enfim, uma utilidade prática para o meu *iPhone* — uma lanterna. Após bater com a cabeça e com os ombros aqui e ali, um ténue brilho de luz cinzenta penetrou o negrume mais além. Emergi no fundo de um segundo poço e dentro de outro mistério.

Ao contrário do «poço» anterior, esta segunda conduta era de construção primitiva. Cinco níveis de blocos de calcário irregularmente empilhados e despidos, aqui e ali remendados e reparados. Atrás dos blocos, escondiam-se cinco galerias circulares baixas e estreitas, cada uma delas acessível por claustrofóbicas escadarias em espiral embutidas na parede áspera e num estilo comedido que sugere uma renovação posterior. O topo do poço é um buraco de cinco metros e meio de diâmetro, ao nível do chão e rodeado por uma parede áspera de pedra seca em forma de ferradura.

O estilo arquitetónico deste poço não podia estar mais distante do primeiro; de facto, o seu estilo de construção tem mais em comum com as casas encontradas ali perto em Castro de Ovil, datadas de cerca do ano 100 a. C.

Apesar da abundância de desenhos arquitetónicos de toda a propriedade, incluindo os elementos encontrados nos jardins, não existe uma planta de qualquer dos «poços».

O dia seguinte foi passado nos arquivos de Sintra, que, para uma vila pequena, estão surpreendentemente bem conservados; alguns dos seus registos originais datam do tempo em que Afonso Henriques passou pela vila com os seus templários. A enorme escala do trabalho manual realizado na Regaleira teria deixado um rasto de papelada; era impossível não o ter feito. Foi o sonho deste investigador e o pesadelo do arquivista da vila quando fez um pedido

de todos os pedaços de papel e notas de venda disponíveis entre a chegada da escrita e a época de Monteiro, e as pastas continuavam a amontoar-se. Algures: uma impressionante reportagem, uma nota de venda de grandes quantidades de material de construção, dinamite, cavalos, mão de obra contratada — qualquer coisa que pudesse ligar os poços ao mercador do início do século xx.

Nada. Não há qualquer prova de que Carvalho Monteiro tenha construído algum deles. Materializaram-se mais desenhos de arquiteto; nenhum mostrava um poço ou uma conduta. Apresentavam-se duas possibilidades. Primeiro, se os poços faziam parte de iniciações secretas nos mistérios, então, a sua existência teria sido uma questão de discrição. No entanto, terminada a obra de Monteiro na Regaleira, a propriedade foi aberta ao público, tornando redundante o secretismo. A segunda possibilidade é que os poços, ou pelo menos o mais primitivo, já estivessem na propriedade antes do tempo de Monteiro. Monteiro comprou a Regaleira em estado de degradação; inquestionavelmente fez imensos investimentos e melhoramentos no local, e pode ter também restaurado uma porção do que quer que já existisse na propriedade.



O segundo poço.

As provas disponíveis e as circunstâncias que rodeiam a proveniência da propriedade favorecem o segundo argumento, e os

investigadores locais chegaram independentemente à mesma conclusão: «Não se sabe ao certo, mas é provável que tanto o poço grande como o pequeno já existissem antes da aquisição da propriedade por Carvalho Monteiro.»²¹ Os anteriores donos da Regaleira também eram maçons, e em 1830 a propriedade já estava bem desenvolvida. Os maçons e os seus precursores templários partilham uma história de vínculos estreitos e laços familiares, seria inconcebível que a propriedade tivesse sido vendida a «estranhos» entre os últimos donos templários registados em 1371²² e o seu uso documentado como rota cerimonial sagrada três séculos depois. E aí está o buslís: a propriedade era espiritualmente significativa mesmo antes do dia em que Afonso Henriques a redescobriu. Afinal, deve ter havido um muito bom motivo para em tempos ter sido chamada Floresta dos Anjos.



Uma das duas câmaras de passagem megalíticas em cada ponta de Sintra. Estão alinhadas com o nascer e o pôr do Sol do equinócio, respetivamente, as direções rituais usadas nos rituais da ressurreição em todo o mundo. Ambas as estruturas foram essencialmente portais dos lados este e oeste da montanha.

A prova de que os templários compreendiam o seu significado espiritual está na anómala doação de Sintra por parte do rei ao mestre Gualdim Pais *in absentia*. Ninguém poderia ter garantido o regresso de Pais em segurança de Jerusalém; tanto quanto sabia, Afonso Henriques podia estar a outorgar a propriedade a um homem morto, e, no entanto, seguiu em frente com a doação. Podia ser que Afonso — ele mesmo um iniciado da irmandade interna — tivesse atribuído a Regaleira à pessoa que provavelmente mais

apreciaria a sua santidade, um homem que viajou até à Terra Santa, foi iniciado nos mistérios e brilhava «como uma estrela»?

Duas coisas são certas sobre o segundo «poço» primitivo: a entrada em ferradura está voltada a nordeste, o nascer do Sol no solstício de verão, a posição mais alta da luz, a referência esotérica à sabedoria antiga e, coincidentemente, o dia de João Batista; e toda a estrutura é tão simples, e desprovida de qualquer decoração, que é como se tivesse sido construída por pessoas para quem a ornamentação era supérflua, uma distração da experiência total de Deus — como se o arquiteto não tivesse sido um revivalista manuelino do século xx, mas um monge cisterciense.

[au](#) A Gruta da Fada situa-se perto do portão principal do Parque da Pena.

[av](#) Do latim *anotare*.

[aw](#) Um templo lunar ficava junto à praia na ponta ocidental da montanha, onde esta encontra o Atlântico. No tempo de André de Resende, o pai da arqueologia portuguesa no século xvi, tudo o que restava eram ruínas românticas cobertas de trepadeiras. O historiador romano Plínio, o *Velho*, afirmou que a montanha costumava estender-se por mais noventa e sete quilómetros até ao mar, corroborando as tradições esotéricas de que existia uma cidadela no seu promontório, mas foi destruída por volta de 9700 a. C., durante uma violenta erupção do oceano. Certamente, Ptolomeu afirma ter havido ali uma ilha, para a qual os lusitanos se mudaram ao fugir da ocupação romana. Embora a ilha já não exista, mapas subaquáticos mostram uma grande montanha submarina na região.

[ax](#) A alcunha de Atena.

[ay](#) Muitas destas propriedades sobreviveram ao catastrófico terramoto de 1755 e ainda estavam de pé em 1850, antes de a gentrificação os ter removido.

[az](#) Havia três torres ao longo da propriedade.

Capítulo 48

TEMPO PRESENTE. ABRIL. À SOMBRA DE UMA ESTÁTUA EM TOMAR...

Por esta altura, estava confiante de que os cavaleiros templários, em cooperação com os cistercienses e a Ordem de Sião, tinham perseguido dois objetivos principais em Portugal. O primeiro era a criação de um Estado-Nação independente que, uma vez fundado, permitisse o desenvolvimento de um reino dentro de um reino, uma Nova Jerusalém temporal; o segundo era a prática dos mistérios, particularmente o ritual da «ressurreição dos mortos», promulgado por uma irmandade interna a partir de conhecimento obtido sob o monte do Templo, graças em parte à descodificação de textos por indivíduos cultos na Flandres e em Champanhe.

Há, além disso, evidências da preservação de uma linhagem sagrada, sendo a mais flagrante o juramento feito por cada novo mestre templário e procurador em Portugal: «proteger a linhagem de David».¹

Desde o início que a demanda empreendida por Godofredo de Bulhão, Hugo de Payens, o conde Dom Henrique, Bernardo de Claraval e o seu elenco secundário conduz inevitavelmente à mesma conclusão: o melhoramento da condição humana. O seu guia era o conhecimento de uma natureza reveladora que molda o indivíduo num recetáculo metafórico de ouro. Como descrevem os antigos egípcios, dado que o indivíduo se transforma num recetáculo adequado para este conhecimento, ele ou ela absorve o conhecimento e torna-se o conhecimento. Muitas culturas de todo o mundo falam neste processo de fortalecimento pessoal, como essa informação é intemporal, transmitida há muito tempo por um deus ou alguém de estatuto divino, as palavras inscritas em ícones especiais ou pedras sagradas e alojadas em recetáculos ou templos adequados.

Os tempos podem mudar, mas não as características essenciais humanas. Ninguém que estivesse envolvido numa tal demanda

resistiria à tentação de procurar a fonte da sua origem, principalmente porque aconteciam coisas prodigiosas àqueles que com ela interagiam. Citando um iniciado templário, levava-os a «experimentar as alegrias do Paraíso».

Admito que, por esta altura, estava de igual modo curioso, e embora o meu propósito inicial nunca fosse suscitar temas controversos como o Graal ou a Arca, meramente ao acariciar a urna templária, uma pessoa reaviva-os por defeito. Seja como for, vim a saber que, em 1210, as lendas do Graal foram compiladas numa obra intitulada *O Ciclo da Vulgata*, talvez por monges cistercienses.² A uma das suas cinco secções — a Queste del Saint Graal — é acrescentada uma intrigante dimensão à lenda quando a demanda é concluída por Galahad, um cavaleiro virgem destinado de nascença a consegui-lo.

O paralelismo com o caminho dourado de Gualdim Pais é aqui inevitável. Embora um cronista alegue que este cavaleiro era mestre templário desde o início — ainda que fosse improvável —, se se levar esta alegação em sentido figurado, a implicação é que Pais estava destinado, tal como Galahad, a empreender a demanda desde muito novo. No caso de Gualdim, pode ter começado em criança, pois quando regressou de Jerusalém com Arnaldo da Rocha e três outros procuradores templários, no inverno de 1125, mal tinha oito anos.

À luz da doação de Sintra a Gualdim e das descobertas esotéricas ali feitas, questionei-me até que ponto os aspetos do Graal e da Arca da Aliança estavam representados em Portugal, sobretudo tendo em conta o selo críptico de Afonso Henriques no foral de Ceras, a propriedade a que mestre Gualdim e os templários deram bom uso ao criar um oásis elísio em Tomar, sendo o ponto central a sua enigmática rotunda.

A Arca e o Graal partilham características semelhantes, em especial na história posterior e mais completa de Wolfram von Eschenbach. São ambos recetáculos, servem de oráculo, oferecem informação, são leves para os puros de coração, mas para os outros

tornam-se insuportavelmente pesados, são pedras que caíram do Céu, emitem um brilho ofuscante, geram fertilidade ou uma cornucópia de abundância, estão associados a uma salva de prata, são feitos de ouro e representados pelo emblema da pomba. Pode argumentar-se, então, que procurar a Arca — ou o que foi depositado dentro dela — é procurar o Graal.

A tradição descreve como a Arca foi tirada às escondidas do Templo de Salomão por Menelik, filho da rainha etíope de Sabá e do rei Salomão,^{ba} pouco antes de um exército babilónio arrasar o edifício.³ Diz-se que Menelik a transportou para a Etiópia, através do rio Nilo, e que depois se tornou no primeiro imperador judeu desse reino. Fizeram-se investigações sobre o paradeiro físico da Arca nos anos 1990, levando a um argumento convincente de que o seu atual local de repouso é a singela Igreja de Santa Maria de Sião na cidade de Axum.^{bb}⁴ Dita então a simples lógica que, se o precioso objeto está na Etiópia, então não pode estar também em Portugal.

Nem eu esperava que estivesse. Mas um *aspeto* da Arca, isso já é outra história. Se, tal como o Graal, o conceito da Arca depende muito da forma como é interpretado, não há razões para que a informação em tempos depositada no seu recipiente — manuscritos, geometria sagrada, rituais, e por aí adiante — não devesse ter sido aplicada em Tomar por Gualdim Pais, principalmente se um exército árabe de um milhão de homens se deslocou do Sul de Espanha para lha retirar.

Era isto que me passava pela cabeça quando encontrei uma sombra sob o ponto focal no largo central de Tomar, uma estátua de bronze de Gualdim Pais, a mão direita apertando firmemente um pergaminho como se o seu escultor desejasse transmitir uma mensagem.

A cada quatro anos, a praça em si torna-se o centro de uma antiga tradição, a Festa dos Tabuleiros. Numa longa procissão, homens e mulheres desfilam lado a lado pela cidade, as mulheres equilibrando na cabeça um tabuleiro decorado, ao qual está presa uma vara extremamente alta com trinta pães enfiados. As estruturas

são coroadas com uma pomba ou com uma esfera armilar. A festa é exclusiva de Tomar e realiza-se pelo menos desde o reinado de Dom Dinis, rei português do século XIII e protetor dos templários,⁵ e até 1895, era celebrada no dia, ou perto, de João Batista.

Estes festivais populares revelam muito sobre a história de um local, pois celebram muitas vezes uma verdade ou um evento suficientemente importantes para preservar na consciência local muito depois do acontecimento em si. O que me impressionou neste foram as suas flagrantes raízes e simbolismo templários: trinta pães, sinónimo das trinta peças de prata pelas quais a linhagem de Jesus — e em consequência a de João Batista — foi traída, tornando-se mais tarde a taxa de admissão simbólica na Ordem Templária; a esfera armilar, insígnia exclusiva dos descobrimentos marítimos da Ordem do Templo em Portugal; e a pomba, representando o espírito santo, um símbolo importante na história do Graal de Parzival, na qual um grupo secreto e espiritual no seio dos templários, simbolizado por esta ave, protege o Graal e um castelo numa colina, muito à semelhança de como aquele no topo da colina atrás de mim protege a rotunda.

Por acaso, o selo da Ordem de São também apresenta uma pomba.

Talvez começasse a especular demasiado no que podia não passar de uma festa inocente em honra do solstício de verão, mas então porquê realizá-la a cada quatro anos, quando o solstício é um evento anual? Também não pude deixar de tomar nota dos tabuleiros desproporcionadamente altos precariamente equilibrados na cabeça das mulheres e como a combinação é assombrosamente parecida com a invulgarmente prolongada coroa de tábuas gémeas usada por Ámon, o deus egípcio que em tempos entregou o conhecimento do Céu ao deus da sabedoria, Djehuti.



O selo da Ordem de São.

A palavra *tabuleiro* significa «bandeja», e a festa partilha muitas semelhanças com o festival etíope de Timbuk, celebrado desde o tempo em que Menelik colocou a Arca na Igreja de Santa Maria de São. Durante o Timbuk, os sacerdotes equilibram na cabeça uma bandeja chamada *tabotat*, e essa palavra tem a mesma raiz etimológica que *tabuleiro*.

Como foi que a Etiópia veio a estar em Portugal?

[a](#) Os genomas do povo etíope mantêm ecos do encontro entre um rei e uma rainha lendários.

[b](#) Tendo a Igreja original sido destruída por um exército muçulmano.

Capítulo 49

1153. RUMORES NOS BECOS DE JERUSALÉM...

Há já oito anos que circulavam pela cidade histórias sobre a existência de um monarca etíope chamado Preste João. Gualdim Pais, recentemente chegado de Portugal para se juntar ao recém-nomeado grão-mestre templário André de Montbard, teria estado ao corrente desses rumores, embora regressasse à terra natal quando os enviados representando este rei finalmente chegaram para pedir um altar na Igreja do Santo Sepulcro ao patriarca de Jerusalém.

Visto que o rei etíope era «descendente direto dos magos, que são referidos no Evangelho»,¹ e um dos líderes dessa seita era avô de Maria Madalena, o pedido foi concedido em 1177.² Os peregrinos descrevem os monges e padres na Igreja do Santo Sepulcro nessa época como coptas, cristãos egípcios da cidade de Alexandria.

Passa um século e a história prossegue na Baviera, quando o escritor Albrecht von Scharfenberg acrescenta o último elemento à lenda do Graal originalmente iniciada por Chrétien de Troyes. Nela, menciona o derradeiro local de repouso da Arca como sendo a terra de um sacerdote-rei chamado Preste João. Embora esse reino seja eventualmente identificado como a Etiópia, nunca os etíopes se referiram ao seu rei por esse nome. «Preste João» foi um infeliz artefacto de tradução, sendo Preste uma contração do latim *pretiosus* (exaltado), enquanto João se pronunciava na verdade como *gyam*, o que em etíope significa «poderoso».³

A Etiópia tinha uma longa tradição de soberanas negras, referidas muitas vezes como «rainhas virgens». Governavam um vasto império que se estendia ao longo do Nilo, pelo Egito e até ao Mediterrâneo, cobrindo partes da Eritreia, Núbia, Iémen e Sul da Arábia. Era uma província considerada tão grande como a Índia, tanto que os cartógrafos confundiam muitas vezes as duas.⁴ O centro focal do reino era Meroé, uma antiga cidade na margem leste

do Nilo centrada numa região onde predominavam duzentas pirâmides.

Meroé traz inevitavelmente conotações com merovíngio, a linhagem sagrada dos reis troianos e a linhagem dos reis David e Salomão, que reemergiu na Europa Central por volta do século v d. C. com Meroveu, rei dos francos, cujo território incluía o ducado da Borgonha. O ponto central destas ligações é Salomão e a sua amante, a rainha de Sabá.

A rainha de Sabá usava o título Maqueda, ou, como aparece no Médio Oriente, Magda, como em Madalena. O predicado traduz-se como «magnífica». Em árabe, Sabá é Saba, e pode associar-se linguisticamente aos sabeus, a seita gnóstica que em tempos migrou da Etiópia, por volta de 690 a. C.⁵ Na história etíope, esta consorte do rei Salomão era referida como Negesta Sabia, com a palavra *sabia* a sobreviver intacta na língua portuguesa e significando «uma mulher sensata».

A curiosidade dos cavaleiros templários levou-os a seguir o local de repouso da Arca da Aliança até ao antigo reino da rainha de Sabá,⁶ pois, por volta de 1181, diz-se que o imperador Lalibela da Etiópia lhes deu autorização para construírem igrejas redondas no seu território. Assim fizeram, e prosseguiram criando outras onze inteiramente escavadas no leito de rocha vulcânica, uma delas em forma de cruz templária. O relato de uma testemunha ocular descreve como algumas das igrejas «escondem-se nas bocas abertas de enormes grutas escavadas. A ligá-las, está um complexo e desconcertante labirinto de túneis e passagens estreitas com criptas, grutas e galerias deslocadas... um mundo subterrâneo, ensombrado e húmido, silencioso exceto pelos ecos ténues de passadas distantes à medida que padres e diáconos tratam dos seus assuntos intemporais.»⁷

Que o imperador Lalibela se encontrava de algum modo envolvido com uma linhagem sagrada está na natureza do seu nome, que se traduz literalmente como «as abelhas reconhecem a sua soberania», sendo a abelha o símbolo adotado pelos

merovíngios ao longo dos séculos.⁸ Como outros monarcas etíopes, Lalibela também detinha o título de Neguse Tsion (rei de Sião); assim, pode ter estado envolvido com a Ordem de Sião em Jerusalém, dada a sua relação original com a Igreja do Santo Sepulcro.



Esquerda, cruz templária portuguesa da primeira dinastia, e direita, cruz da Ordem de Avis, no topo de cetros processionais etíopes.

Passam três séculos e meio, e a história prossegue no século XVI, quando invulgares cetros processionais são vistos na comunidade cristã copta da Etiópia. Um deles é composto por uma grande cruz central de formato idêntico à cruz templária portuguesa da primeira dinastia, enquanto o outro ostenta o inconfundível emblema da cruz templária coroada com a flor-de-lis, símbolo da Ordem Portuguesa de Avis, o grupo dissidente de templários criado por Afonso Henriques, cujo líder era o irmão do rei, Dom Pedro.⁹

Tudo isto é muito estranho. Como foi que os templários portugueses se envolveram com a longínqua Etiópia, sobretudo tendo em conta que a ordem fora supostamente extinta dois séculos antes, em toda a Europa, por ordem do papa?

Capítulo 50

1312. SUL DE PORTUGAL. OS TEMPLÁRIOS DESFRUTAM DE UMAS FÉRIAS DE SEIS ANOS...

Com a Inquisição a enraizar-se em Espanha, o papa Clemente V emitiu a bula *Regnans in coelis*, ordenando ao monarca português que investigasse os cavaleiros templários. Tinham passado cinco anos desde que haviam sido emitidas ordens na noite de 13 de outubro para prender todos os templários e confiscar as suas propriedades. As ações do papa procuravam extinguir o poder dos templários juntamente com os seus ensinamentos secretos, pelo motivo óbvio de que ambos estavam a fragilizar a autoridade da Igreja.

O segundo interessado no decretar das prisões era o rei francês, Filipe, o *Belo*, que estava meramente ansioso por deitar as mãos à sua vasta fortuna, pois acumulara uma dívida colossal em empréstimos aos templários. Havia também algum ressentimento que albergava após ter solicitado a admissão na sua irmandade interna, mas sendo tão honesto como uma nota de três libras, os templários recusaram-no categoricamente.

O rei D. Dinis de Portugal não aceitou as acusações do papa; de facto, a sua reação à carta do pontífice a requerer o encarceramento dos templários foi risível. Ainda assim, fingiu atender à autoridade do papa e solicitou ao arcebispo de Lisboa que investigasse as acusações mediante um processo. Previsivelmente, o arcebispo não encontrou nenhum delito, e o rei absolveu os templários.

Passaram quatro anos tranquilos, e os templários portugueses continuaram sem ser incomodados, por isso um compreensivelmente irado papa Clemente insistiu no assunto com uma bula de seguimento, *Vox in excelso*, desta vez pondo fim à Ordem Templária e ordenando que todos os bens templários fossem entregues aos hospitalários, entretanto reorganizados num braço militar da Igreja Católica, com notáveis exceções em Portugal e na

Escócia, onde ainda cooperavam com os templários e, basicamente, prosseguiram com o seu propósito caritativo inicial.^{bc1}

Dinis, o *Lavrador*, e a rainha, Isabel, eram fortes defensores do modelo cisterciense e incentivavam os seus ideais e práticas por todo o reino. Sob pressão, o rei argumentou com Roma que aos templários fora simplesmente concedido o uso perpétuo de terras que, na verdade, pertenciam à Coroa portuguesa.² Quando o ardil não convenceu, o rei convocou os templários à sua corte para explicar outro plano astuto.

O que aconteceu a seguir classifica-se como uma das maiores jogadas da história. Dinis propôs aos templários que transferissem todos os seus bens para a Coroa portuguesa e tirassem uma licença sabática no Algarve. Entretanto, seria enviada ao papa uma carta a indicar que a Ordem do Templo em Portugal deixara de existir.³

Os templários arrumaram os pertences, saíram de Tomar para Castro Marim e mantiveram-se discretos por algum tempo, mas, para provar que os velhos hábitos são difíceis de perder, estabeleceram o feriado municipal da vila a 24 de junho, dia de João Batista.

Seis anos depois, no dia da Assunção (o mesmo em que Godofredo de Bulhão marchou para Jerusalém), os antigos templários regressaram das férias prolongadas e encontraram-se com o rei, para descobrir que ele rebatizara os templários como Ordem de Cristo, que todos os antigos templários eram agora membros desta ordem e que todas as suas antigas posses e fundos haviam sido transferidos intactos.⁴

De certa forma, os cavaleiros templários morreram e foram ressuscitados.

Todos os cavaleiros permaneceram incólumes em Portugal. E na Escócia também, onde a muitos templários franceses perseguidos foi dado um porto seguro pelo rei Roberto de Bruce, rebatizando-se como «maçons do Rito Escocês».

De volta a Tomar, a «nova» Ordem de Cristo retomou os seus objetivos e desenvolveu uma estranha aliança, a roçar a obsessão,

com a Etiópia.

A Etiópia era um reino do outro lado do mundo, exigindo um esforço considerável para o alcançar. Não oferecia qualquer incentivo financeiro óbvio a quem estivesse disposto a fazer a perigosa viagem; era uma terra para a qual, até àquele período, não se conhecia nenhuma rota marítima. Mas os portugueses perseveraram e, com duas exceções, os primeiros visitantes conhecidos à Etiópia eram portugueses.⁵ Porque haveriam os templários/Ordem de Cristo de desenvolver esta obsessão irracional?

Passado um século, em 1452, um grupo de emissários coptas chegou a Lisboa para se encontrar com o novo rei, Afonso V. Pouco depois, o rei publicou um livro invulgar chamado *Arte Magna*, um tratado alquímico no qual refere ter sido iniciado nas artes mágicas por um homem de saber que veio das terras do Egito e lhe ensinou os segredos do que por essa altura se tornara conhecido como «Pedra Filosofal» — anteriormente conhecida como as «Pedras do Testemunho», as mesmas associadas à Arca da Aliança. Quer os dois acontecimentos estejam ou não relacionados, a verdade é que, dois anos após o encontro, o iluminado Afonso V concedeu a jurisdição espiritual sobre a Etiópia à Ordem de Cristo!⁶

Estes emissários passaram depois um período considerável na companhia do tio do rei, o infante Dom Henrique (ou Henrique, o *Navegador*, como é mais conhecido), grão-mestre da rebatizada Ordem de Cristo e a mente por trás dos feitos marítimos sem precedentes de Portugal, que supervisionou a partir do seu gabinete contíguo à rotunda de Tomar.

Tomar tornou-se especialmente importante no século xv como núcleo da expansão portuguesa no estrangeiro, e Henrique aplicou o conhecimento e os recursos da Ordem Templária com grande sucesso nos seus empreendimentos por toda a África e Atlântico. A característica cruz vermelha da Ordem de Cristo estava pintada nas velas das caravelas portuguesas, e as missões nas novas terras ficavam sob a autoridade de Tomar.

Enriquecido pelos seus esforços além-mar, Henrique tornou-se na primeira pessoa desde Gualdim Pais a melhorar os edifícios originais do Convento de Cristo — como fora rebatizada a área em torno da rotunda — e posteriormente mudou-se para os novos aposentos. O cognome de Henrique, o *Navegador*, proveio em parte das suas explorações marítimas, embora ele passasse pouco tempo a bordo de um navio. *Navegador* ou *timoneiro* em francês significa *nautonnier*, um termo familiar à Ordem de São, que em 1188 mudou o nome para Priorado de São, e desde então os seus grão-mestres carregam o título oficial de *nautonnier*.⁷ O priorado também adotou a insígnia da rosa-cruz, como as que estão esculpidas em torno da periferia da rotunda de Tomar.⁸

Poderia Henrique, o *Navegador*, ter servido duas irmandades, [bd](#) como Hugo de Payens e o prior Arnaldo da Rocha haviam feito antes dele?⁹

A linguagem na correspondência mantida ao longo deste período expressa um amor e apreço fraternais dos etíopes pelos portugueses.¹⁰ Por sua vez, Henrique admitiu dedicar uma parte desproporcionada da sua carreira a encontrar um caminho marítimo em torno de África de modo a chegar ao reino do Preste João, com todos os esforços conduzidos em absoluto sigilo.¹¹ Factos, mapas, até as instruções para os capitães dos navios e os seus relatórios eram suprimidos, e qualquer homem que desobedecesse a este compromisso de secretismo era punido com a morte.¹²

Talvez a posição privilegiada de Henrique enquanto grão-mestre do Templo lhe tenha aberto os olhos para o conhecimento interno escondido pela irmandade em Tomar, ou a rotunda exercesse o seu efeito mágico. O douto homem rodeou-se dos melhores sábios da época — astrónomos, matemáticos, cosmólogos —, tendo todos eles assumido o comportamento sigiloso de um grupo semelhante de buscadores nas lendas do Graal.¹³ É possível que o seu encontro com os coptas das «terras egípcias» tenha despertado um plano latente dos templários. Talvez os coptas viessem com a

esperança de que o que quer que os templários tivessem em tempos procurado naquele canto longínquo do mundo, mas que três séculos de hostilidades com os muçulmanos haviam tornado inerte, fosse agora uma vez mais digno de busca.

A oportunidade foi decerto negada a Henrique, pois morreu em 1460, pouco depois de ter feito o seu testamento, no dia 13 de outubro.¹⁴

Passariam duas décadas até o novo rei, D. João II, da Ordem de Avis, enviar à Etiópia um emissário chamado Afonso de Paiva. Decorreram alguns anos até se descobrir que Afonso morrera de febre, no Cairo. Um segundo emissário, Pero da Covilhã, seguiu-lhe os passos, sem saber se o antecessor conseguira estabelecer contacto com a corte do Preste João.

Covilhã fez um trajeto sinuoso, visitando a Ka'Ba em Meca e a Capela de Santa Catarina no Sinai. Três anos depois, o português chegou à corte do rei da Etiópia, onde foi calorosamente saudado. Quando um sacerdote itinerante português se encontrou mais tarde com Covilhã, escreveu: «É estimado pelo Preste e por toda a sua corte.»¹⁵ Este Preste João teria por essa altura mais de trezentos anos, pelo que claramente o nome identificado não era o de um indivíduo, mas um título partilhado. De facto, os monarcas etíopes usavam o nome de nascimento e um nome do trono, além do epíteto Abd es Salib (Servo da Cruz).¹⁶

Entretanto, em Portugal, o tempo passou e o mestre templário seguinte também subiu ao trono, como rei D. Manuel I. Uma das suas primeiras instruções foi incumbir um dos seus confrades cavaleiros da Ordem de Cristo, o explorador Vasco da Gama, de navegar para leste com os seus quatro navios. Após desembarcar em Moçambique, um membro da tripulação do Gama escreveu a seguinte entrada no seu diário: «Disseram-nos que o Preste João vivia não muito longe daqui... bem no interior, e só se podia alcançar nos dorsos de camelos.» A notícia de que os portugueses chegaram finalmente e em segurança à sua meta veio em 1509, na forma de carta da rainha Eleni da Etiópia para o rei D. Manuel I.

Seguiu-a um embaixador da sua corte, que levou uma segunda carta a sugerir, entre outros pontos, casamentos entre príncipes e princesas da corte etíope com membros da Ordem de Avis, o ramo da Ordem Templária.

O rei D. Manuel respondeu encorajadoramente, enviando aos etíopes o mais invulgar dos artigos: uma extensa biblioteca de mil livros e uma imprensa — significativa na medida em que seria a primeira fora da Europa a estar livre da censura do Vaticano. Enviou também um exército simbólico de quatrocentos e cinquenta homens, sob o comando de Dom Cristóvão (outro cavaleiro da Ordem de Cristo e filho de Vasco da Gama), para ajudar a corte do rei etíope. A certo ponto, este pequeno contingente enfrentou dez mil lanceiros e, contra todas as probabilidades, venceu-os. Os portugueses ficaram tempo suficiente para construírem uma ponte de pedra, a primeira do seu género, sobre o Nilo, bem como várias igrejas e castelos de pedra.¹⁷

Era tradição que o rei da Etiópia nunca se mostrasse ao povo a não ser velado por musselinas de seda, mas eventualmente o sacerdote português Francisco Álvares de Coimbra viu o Preste João: «Vestimo-nos e preparámo-nos muito bem... e muita gente veio acompanhar-nos a pé e a cavalo, por isso fomos por ordem do sítio de onde começámos até um grande portal, onde vimos inúmeros pavilhões e tendas montados como uma cidade numa grande planície.»¹⁸ Álvares descreveu-o como «um jovem, não muito negro. A sua tez talvez fosse castanha ou baia, de cor não muito escura.»¹⁹

O Preste João escreveu várias cartas ao rei português, nas quais se referia como «filho de Salomão, filho do Pilar de Sião... filho da Mão de Maria».²⁰ O molho foi atado, posto numa pequena bolsa de brocado e guardado num pequeno cesto forrado a couro pronto para Álvares levar para Portugal, junto com o presente do Preste da sua própria coroa feita de ouro e prata. Álvares recebeu trinta onças de ouro pelos seus esforços e, no dia 12 de fevereiro de 1521, na

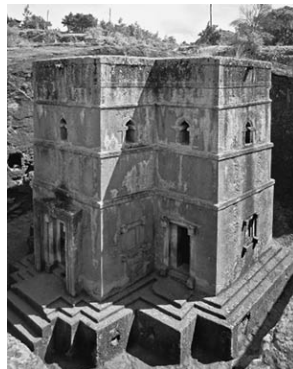
companhia de outros viajantes portugueses, deu início ao caminho de volta a casa.

Os portugueses foram forçados a esperar um ano até que ventos favoráveis no mar Vermelho permitissem a partida do navio. Por isso, Álvares aproveitou para frequentar os locais sagrados. Observou várias ermidas onde homens santos passavam a vida num estado de privação. Também visitou as onze extraordinárias igrejas escavadas na rocha em Lalibela. A mais impressionante, Beta Ghiorghis, fora escavada no próprio leito rochoso. «Aborreço-me escrever mais sobre estes edifícios, pois parece-me que não acreditarão em mim se escrever mais, e porque, tendo em conta o que já escrevi, poderão acusar-me de mentiroso. Assim, juro por Deus, em cujo poder estou, que tudo o que escrevi é a verdade... e há mais que o que escrevi, e deixei-o para que não me possam acusar de falsidade, tão grande era o meu desejo de dar a conhecer ao mundo este esplendor.»²¹

O espanto de Álvares era compreensível. A estrutura descia doze metros abaixo do solo e o restante cubo livre de póme vulcânica foi esvaziado por dentro e por fora em forma de cruz. «Uma cruz dupla», observou Álvares, «ou seja, uma dentro da outra, como as cruzeiras da Ordem de Cristo.»²²

O sacerdote perguntou às suas fontes quem fora o responsável por aquela incrível arte maçónica, ao que lhe responderam: «Foram feitas por homens brancos.»²³

Os cavaleiros templários tinham-na esculpido no século XII.



Beta Ghiorghis.

[dc](#) Os hospitalários e os templários ainda cooperavam em 1156, segundo uma doação de Maria Paes (aparentemente a viúva do arcebispo Paio Mendes), que declara que, após a sua morte, as suas propriedades deviam ser divididas, dois terços para os seus filhos e o restante a ser distribuído equitativamente entre os cavaleiros do Templo de Salomão e a Ordem do Hospital; outra doação feita nesse ano por Soeyro Ordeniz concordava com os mesmos termos.

[dd](#) Forais demonstram que o rei Luís VII (da Casa dos Capetos, da qual Afonso Henriques descendia) instalou a Ordem de São no priorado de Saint-Samson em Orleães, que doou à ordem em 1152. Noventa e cinco membros da ordem regressaram com ele de Jerusalém, sessenta e dois dos quais foram instalados em Saint-Samson; sete juntaram-se aos cavaleiros templários e os restantes ingressaram num pequeno priorado do monte São a pouco mais de quilómetro e meio, em Saint-Jean-le-Blanc.

Capítulo 51

TEMPO PRESENTE. AXUM. UM DIA DE FESTA EM QUE OS TABOTAT SÃO VISTOS À LUZ DO DIA...

A Igreja de Santa Maria de Sião em Axum alega alojar a Tabota Zion, o nome etíope para a Arca da Aliança.¹ Cópias da Arca, ou *tabot*, encontram-se noutras igrejas coptas, particularmente na região do lago Tana, onde as igrejas foram construídas em forma circular. Os *tabot* ficam grande parte do ano atrás de uma cortina de véus dentro do santuário interior. Mas, por um dia especial, o seu conteúdo é tirado das igrejas durante o Timkat, festival que celebra o rito do batismo.

O festival de Timkat é referido na Bíblia e ainda é praticado por toda a Etiópia pelos judeus negros que honram as tradições do Antigo Testamento, independentemente do judaísmo posterior. Durante as celebrações, os sacerdotes equilibram na cabeça uma tábua de pedra chamada *tabotat*, uma cópia das tábuas contidas na Arca.² Estes *tabotat* assemelham-se a tabuleiros de quase quarenta centímetros de lado, cada um deles coberto por um pano bordado com o símbolo de uma pomba.

O ritual é estranhamente semelhante a uma antiga cerimónia egípcia, o Festival de Apep, que se realizava, em tempos antigos, numa cidade junto ao Nilo chamada Tebas, que na altura era formalmente designada Tapet,³ uma palavra que partilha similaridades linguísticas com *tabot*. Nessa cerimónia, um barco em miniatura era transportado em estacas entre os templos de Luxor e Karnak. O barco era curvado à semelhança do quarto crescente, símbolo do deus da sabedoria, Djehuti; ao centro, repousava um recetáculo parecido com uma caixa, dentro do qual era metida uma pedra sagrada ou estátuas veladas de deuses feitas de pedra.⁴ Diz um erudito sobre a ligação entre os objetos cerimoniais de pedra e a Arca: «A tradição de duas tábuas sagradas de pedra dentro da Arca apontaria fortemente para a conclusão de que o conteúdo original da Arca deve ter sido pedra sagrada... [que] era concebida como a

própria divindade, ou como o objeto onde se pensava que a divindade residisse em permanência.»⁵

A Arca original teria passado por Tebas no seu êxodo de Jerusalém para a Etiópia, porque os seus guardiães construíram um templo para a proteger na ilha de Elefantina, a sul de Tebas.⁶

Parece que Tebas é indicada para uma celebração da Arca, cuja memória foi preservada na forma de tradição popular local, enquanto o evento em si está representado nas paredes do templo de Luxor.

Embora não exista tal mural em Tomar, a Festa dos Tabuleiros regista a memória de um acontecimento. Se os templários trouxeram uma cópia da Arca para Tomar, é impossível prová-lo, mas é notável como um rasto etimológico liga estas histórias.

Linguisticamente, *tabot* vem da palavra hebraica *tebah*, através do aramaico *tebuta*, que se refere a um contentor.⁷ A língua portuguesa é rica em características que refletem a miríade de povos que se instalaram em Portugal, como os árabes, os judeus, os egípcios e, em particular, os fenícios, cuja língua partilha muitos traços com o aramaico e o antigo hebraico. A palavra fenícia *thabilitho* (placa de madeira) é também a origem da palavra portuguesa *tabuleiro*; a sua variante, *tablete*, significa «uma tábua».

As primeiras sílabas, *tabu*, significam «algo que é designado como sagrado, reservado ou tido como restrito». Assim, a Festa dos Tabuleiros em Tomar pode descrever-se corretamente como «a festa de um tabuleiro no qual repousa um objeto restrito sagrado ou santo».



A Festa dos Tabuleiros em Tomar, durante a qual as mulheres desfilam pela cidade equilibrando um tabuleiro, uma alta coluna vertical com trinta pães.



O simbolismo visual da Festa dos Tabuleiros é estranhamente semelhante à estela de Ámon e às duas grandes tábuas da sabedoria que formam a sua coroa.

Capítulo 52

TEMPO PRESENTE. TOMAR. OLHANDO PARA A ROTUNDA...

Afinal, os templários podem ter depositado algo de grande importância espiritual em Tomar, associado à Arca da Aliança ou ao seu conteúdo. E, tal como a frase críptica gravada junto à imagem da Arca na Porta dos Iniciados na Catedral de Chartres, a sua localização exata em Tomar, e a sua natureza, continua esquiva, enquanto o seu halo inviolável tem sido mantido vivo através de uma tradição popular.

O que mais me impressionou no testemunho ocular de Francisco Álvares sobre a Etiópia não foi tanto o registo de técnicas avançadas de construção que os templários utilizaram nas suas igrejas — que nenhum especialista moderno solucionou, a propósito —, mas a descrição do labirinto de túneis, criptas e galerias ligados às igrejas e usados para fins religiosos, tudo coisas que fazem lembrar a Quinta da Regaleira em Sintra, já um local sagrado no tempo em que o mestre Gualdim Pais a herdou em nome dos templários.

Talvez o labirinto de túneis de Sintra e os dois poços misteriosos sejam uma marca dos métodos que os templários aprenderam no estrangeiro, possivelmente implementados pelo mestre templário com base nas experiências e no conhecimento adquiridos durante os seus anos de preparação na Terra Santa.

Como os segredos dos mistérios, a verdade absoluta permanece oculta por véus.

Quanto aos verdadeiros segredos da «ressurreição dos mortos», essa «lei tão extraordinária da qual se deve guardar tal segredo», também eles permanecem ocultos (escondidos da vista), aparecendo aqui e ali em ondas e ecos como um fantasma benevolente. O que é certo é que, afinal, os templários estavam a proteger o caminho dos peregrinos. Não no sentido literal, mas na forma como guardavam o caminho para todo o viajante curioso que desejasse entrar em contacto com os mistérios, o caminho para a

revelação pessoal que abre uma porta metafórica para o reino dos Céus.

Para o Paraíso.



Capítulo 53

TEMPO PRESENTE. UMA SALA CIRCULAR NUM PEQUENO PAÍS CHAMADO PORTUGAL...

Em tempos, o reino conhecido como Portugal chamou-se Lusitânia. O nome é uma amálgama de *lux* (luz) e Tanit,¹ uma deusa lunar fenícia e divina virgem equiparada a Ísis. A sua insígnia é uma fusão do símbolo egípcio da vida eterna — o *ankh* — com um triângulo isósceles sob uma lua em quarto crescente.²

Na sua forma latina, *lux tanit* significa «armazém de luz» ou «lugar de ocultação».³ A Lusitânia é, então, «um lugar onde o conhecimento (luz) é armazenado ou escondido».

Na lenda medieval, o Graal é descrito como um objeto de ouro transportado numa salva, uma bandeja de prata utilizada numa cerimónia formal. É semelhante ao étimo português *salvar*, do qual surge o termo *salvação*. E *salvação* através da absorção do conhecimento contido no Graal — a Sophia, essa bela mulher de saber — é uma descrição adequada da demanda dos templários.

Em Tomar, os templários podiam ter chamado rotunda à sua «igreja» circular. A palavra existe em português, tem o mesmo significado. Mas não o fizeram. Em vez disso, chamaram-lhe outra coisa — *charola*, uma escolha invulgar de palavra para atribuir a um edifício, pois traduz-se literalmente como «salva».

Quem diria que a charola é o local de repouso do Graal?

Ao criar um reino dentro de um reino e erigir esta salva na cidade cujo nome significa «beber», os templários providenciaram um refúgio seguro onde se podia absorver o Graal, através de um ritual secreto, para viver essa derradeira jornada: a descoberta da natureza da realidade e do eu, uma experiência intemporal a que em tempos foi dado o seu próprio símbolo, o cálice da vida eterna.



EPÍLOGO

LUSITÂNIA. ONDE O CONHECIMENTO É ARMAZENADO,
GUARDADO POR UMA DEUSA CUJO SÍMBOLO É UM
TRIÂNGULO...

Até que ponto se estendia o plano dos templários em Portugal? Consideremos as seguintes ligações...

Na sua outorga de 1139, Leonor da Aquitânia deu aos cavaleiros templários um edifício e um moinho na cidade portuária de La Rochelle, no Oeste de França, «inteiramente autónomo e livre de quaisquer impostos, infrações e taxas [imposições] e da violência de todos os oficiais, exceto a nossa portagem». Sugeriu aos seus vassallos que fizessem doações semelhantes. Mais importante, deu aos templários liberdade para transportarem fosse o que fosse pelas suas terras «livremente e em segurança, sem impostos nem cobranças».¹

Quase duzentos anos depois, esta providência salvaria a vida de inúmeros cavaleiros e garantiria a sobrevivência da Ordem do Templo para lá das fronteiras de França e do alcance do papa Clemente V. Isso foi na véspera de sexta-feira, 13 de outubro de 1307. Segundo o depoimento de um templário chamado Jean de Chalon, três carroças contendo o tesouro dos templários (ouro e documentos) deixaram o templo de Paris nessa noite, após um aviso de que os sequazes do rei iam prender todos os membros da ordem. A intenção era mudar o recheio da precetoria para La Rochelle, onde os templários possuíam uma frota de grandes navios para o transporte de passageiros e mercadorias entre a Europa e o Mediterrâneo. Contudo, quando as carroças chegaram ao castelo templário de Gisors, as estradas já estavam sob vigilância, pelo que o recheio foi escondido em passagens subterrâneas sob a torre do castelo.

O depoimento foi obtido sob tortura e pode ter sido uma manobra de diversão. Ainda assim, foi encontrado um documento que

associa Gisors ao tesouro templário na biblioteca do Vaticano e obtido a pedido do embaixador francês em Roma.²



Em La Rochelle, dezoito navios encheram-se de templários em fuga, enquanto outros cavaleiros desciam o Sena (um rio no qual estavam isentos de portagens e, portanto, livres das buscas) para o porto de Le Havre. Uma vez carregados, os navios partiram para o golfo da Biscaia e desapareceram de toda a história documentada. É uma omissão notável, considerando que tal frota teria um valor significativo.

Na verdade, a frota dividiu-se em duas. Um braço navegou para oeste até Portugal,³ dando bom uso às vias aquáticas disponibilizadas desde 1125, quando os templários utilizaram o estuário do Mondego para chegar ao Castelo de Soure.⁴ Ao atingirem Portugal, para garantirem o anonimato, desembarcaram numa pequena aldeia piscatória numa península junto a Serra d'El-Rei. Alguns dos navios chamavam-se *Rosa do Templo*, *Grande Aventura* e *Falcão do Templo* (uma saudação ao deus Hórus, filho do ressuscitado Osíris).⁵ Correm rumores de que parte do tesouro foi aí descarregado e transportado para a vizinha Óbidos, uma vila apadrinhada pelas rainhas de Portugal.⁶ Os restantes navios e a sua carga continuaram até Lisboa. Naqueles dias, o rio Tejo era navegável até Espanha, tal como muitos dos seus afluentes, sendo um deles o Nabão, que leva diretamente ao cais frente à nora árabe em Tomar.

Entretanto, a segunda frota navegou para norte até às fortalezas templárias escocesas em Kilmartin, Kilmory e Castle Sweet.

Essencialmente, os templários assumiram posições nos pontos extremos da Europa, de onde o único sítio racional para se expandirem era para o outro lado do Atlântico.

Emoldurando o lado nascente da praça da cidade de Tomar, a Igreja de João Batista tem vista para um pavimento de grandes mosaicos pretos e brancos em xadrez, feitos de pequenas pedras, como se todo o largo fosse o centro de um palco maçónico. No entanto, a peça é real, pois foi a partir daqui que os cavaleiros templários — como a rebatizada Ordem de Cristo — partiram em arrojadas explorações marítimas que mudaram o mundo tal como o conhecemos. Esta grande obra realizou-se com paciência e ao longo de séculos, inicialmente com a construção do primeiro Estado-Nação independente da Europa, depois com um reino dentro do reino de Portugal e, após a dissolução da ordem por toda a Europa, uma cooperação com irmãos refugiados na Escócia para retomar uma missão em curso.

Como todas as seitas esotéricas, os templários eram mestres geómetras. Se bem nos lembramos, um eixo atravessa a rotunda, passa por entre dois pilares marcados na Igreja de João Batista, continuando em linha reta até à abadia do monte Sião. Poderiam os templários ter aplicado o talismã da geometria triangular a um terceiro marco notável para formar uma trindade geométrica?

Há uma série de semelhanças partilhadas entre os acontecimentos em Portugal e na Escócia: a proteção oferecida aos templários pelo rei D. Dinis foi igualmente oferecida pelo seu homólogo o rei Roberto de Bruce, que nunca ratificou legalmente a dissolução do templo escocês;⁷ ambos os países avançaram para a independência através de batalhas no dia de João Batista.⁸ Os templários em Portugal foram rebatizados Ordem de Cristo, e na Escócia, Maçonaria do Rito Escocês. Na infame noite de 13 de outubro, navios templários escaparam-se de portos franceses, dividiram-se e navegaram para estes dois respetivos portos seguros.

Após o Concílio de Troyes, em 1128, os templários às ordens do príncipe Afonso Henriques puseram em movimento uma cadeia de acontecimentos que conduziu à independência portuguesa. Enquanto isto se desenrolava, Hugo de Payens estava na Escócia para se encontrar com o rei David I, que concedeu ao grão-mestre a capelania e o solar de Balantrodach, um pequeno vilarejo cujo nome significa «lugar do guerreiro». As terras em volta de Balantrodach haviam anteriormente sido concedidas, como dom de gratidão, a William, o *Gracioso*, da família Sainte Clair, pela coragem e lealdade à Coroa escocesa;⁹ o seu filho Henri de Sainte Clair teve um papel ativo na Primeira Cruzada e na conquista de Jerusalém pelo rei Malcolm.¹⁰

A família Sainte Clair era originária da Normandia, um condado contíguo à Flandres, onde nasceram vários dos primeiros cavaleiros templários; os Sainte Clair estavam ligados por sangue e pelo casamento à família dos condes de Champanhe e do duque da Borgonha.¹¹

Hugo de Payens instalou uma precetoria em Balantrodach em 1129, à qual foram adicionados uma igreja, um claustro cisterciense e um moinho.^{be} Essencialmente, transformou-se num centro focal de operações para os templários na Escócia. O contacto entre a Escócia e a Flandres tornou-se muito ativo graças à parceria entre o rei David e o conde flamengo Filipe da Alsácia, primo do cavaleiro templário Payen de Mont-Didier;¹² o rei também se rodeou de templários e nomeou-os «guardiões da sua moral, dia e noite».

Após a noite de 13 de outubro, os templários fugiram para enclaves espalhados por toda a Escócia e, com o tempo, reuniram quinhentas e dezanove propriedades.¹³ Teriam ficado fascinados por descobrir que as lendas do Graal também aí se haviam tornado populares, sobretudo porque a mitologia celta está cheia de demandas por parte de um grupo de guerreiros cavaleirescos em busca de um misterioso objeto sagrado de poder incompreensível, junto com um castelo longínquo e um rei estropiado a governar uma terra que caiu também em tempos difíceis. Numa das histórias

originais do Graal — especificamente a escrita por Chrétien de Troyes —, os cavaleiros do Graal defendem um castelo guardando os portões «de Galvoie». Trata-se de uma referência específica a um verdadeiro castelo escocês em Galloway, onde o clã Bruce esteve sediado após terem sido feitos lordes pelo rei David I.¹⁴ Chrétien também alude a um local religioso em Mons Dolorosus; na altura, o nome da abadia cisterciense de Melrose, em Northumberland, onde o coração de Roberto de Bruce foi sepultado.¹⁵

Passam cento e cinquenta anos até que, em 1446, o conde William St. Clair^{bf} encontra uma capela invulgar a apenas cinco quilómetros de Balantrodach, em Roslin, que tem uma série de semelhanças com a rotunda de Tomar:

- Nunca tiveram originalmente um altar.^{bg}
- Foram construídas junto a castelos.
- Assentam em promontórios sobre rios lendários.
- Repousam sobre um viveiro de túneis, os de Roslin acessíveis apenas descendo uma pessoa por um poço, semelhante ao do que está dentro da Câmara dos Mistérios em Tomar.
- São referidas como o recetáculo final do tesouro templário. (Tendo os navios de Roslin subido o Esk,¹⁶ enquanto os de Tomar usaram o Nabão).

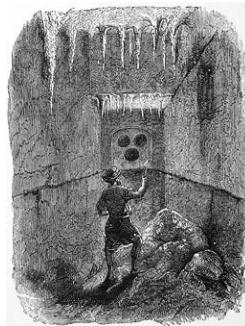
As semelhanças óbvias acabam aqui, pois, enquanto o interior original da rotunda era tão simples como um cisterciense, o mesmo não se pode dizer da Capela de Rosslyn. Este parece-se com uma biblioteca esotérica codificada de pedra alojando as crenças e tradições dos cavaleiros templários e de praticamente todas as fés do mundo.¹⁷ Contudo, Rosslyn foi fundada ao mesmo tempo que Henrique, o *Navegador*, acrescentava uma abside à rotunda de Tomar, um projeto concluído mais tarde por D. Manuel I, que também acrescentou uma nave. A partir deste ponto, as semelhanças continuam:

- Ambos os edifícios fazem da Mãe Viúva e do Homem Verde elementos proeminentes.

- Apresentam um estilo arquitetónico semelhante, o que em si mesmo não é invulgar, pois partilham o mesmo período, exceto que a característica marcante de Rosslyn é uma coluna curva chamada Pilar do Aprendiz, «tendo o modelo deste belo pilar sido enviado de Roma, ou de algum lugar estrangeiro».¹⁸

É possível que este «lugar estrangeiro» possa ter sido Tomar, dado que o estranho pilar corresponde tão estreitamente ao singular estilo manuelino em que a sua nave foi construída.

E é aqui que entra a ligação geométrica a Tomar e ao monte Sião. Um dos detalhes que me impressionaram nas escavações de Warren sob o monte do Templo foi uma anomalia que ele encontrou na ponta nordeste do santuário: «... uma pedra perfurada. As verticais da parede são formadas por megálitos de mais de quatro metros de altura e extremamente antigas». Marcas mais recentes na pedra mostram uma cruz do tipo usado pelos primeiros cristãos. A pedra que fecha o fim da passagem tem «recortada uma reentrância de dez centímetros de profundidade. Dentro desta reentrância estão três buracos cilíndricos dispostos em forma de triângulo».¹⁹



Não existe explicação para esta característica invulgar. Por isso, presumamos por um momento que o estranho triângulo sugere uma triangulação de pontos ou locais, porque, se ligarmos o monte Sião, Roslin e Tomar, surgem semelhanças interessantes: os três locais estão associados à sabedoria antiga. Jerusalém fala por si; Roslin, ou *ros linn* (nome escolhido por Henri St. Clair), traduz-se do gaélico como «conhecimento antigo transmitido de geração em geração»;²⁰ e Tomar significa «local de absorção», na terra da Lusitânia, «o lugar onde o conhecimento é armazenado».



Era uma prática antiga situar os templos com propósitos semelhantes segundo triângulos perfeitos,²¹ sendo o triângulo uma representação bidimensional do tetraedro, a geometria fundamental da matéria. Assim, ao ligar locais sagrados ao longo de distâncias por vezes vastas em relações triangulares perfeitas, acreditava-se que os locais eram imbuídos do poder da forma geométrica mais elementar da natureza.²²

A ligação entre a rotunda de Tomar e a Basílica de Nossa Senhora do Monte Sião pode agora estender-se à Capela de Rosslyn; como tal, os três templos formam um triângulo isósceles perfeito, com uma margem de erro de apenas 0,1 por cento.[bh](#)

Subitamente, o símbolo triangular de Tanit, uma deusa que preside à Lusitânia e à Palestina, ganha uma nova perspetiva.



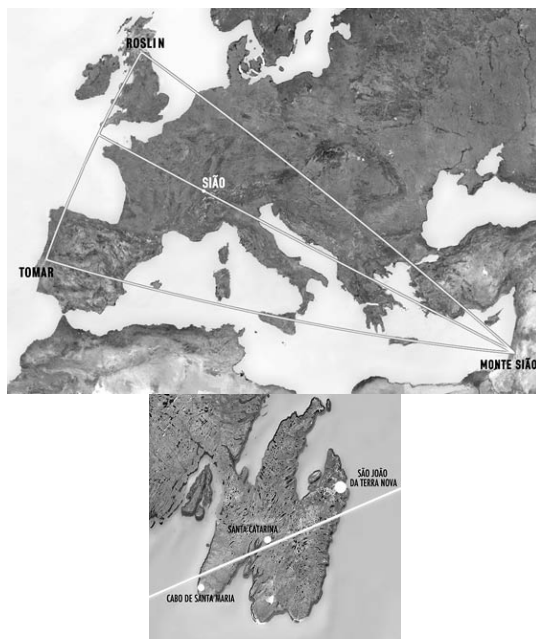
Sião, Suíça.

Quando um monte foi escavado em Suffolk, Inglaterra, descobriu-se que continha a sepultura ritual de um navio do século VI, juntamente com um tesouro de moedas de ouro pertencentes à dinastia familiar merovíngia, uma moeda em particular ligando os

artigos a Teodeberto II, rei merovíngio. As moedas foram cunhadas em Sião, na Suíça.²³

A Diocese de Sião é a mais antiga da Suíça, de 999, quando o último rei da Borgonha, Rodolfo III, concedeu o condado de Valais ao seu bispo. E Sião tornou-se a capital. Nessa altura, uma igreja carolíngia erguia-se num monte proeminente sobre a aldeia. Destruída pelo fogo, foi reconstruída como igreja fortificada no século XII e tornou-se a Basílica de Nossa Senhora de Valere; quanto à colina, foi consagrada a Santa Catarina, padroeira dos cavaleiros templários.

Se traçarmos uma linha da basílica do monte Sião em Jerusalém até à sua homóloga em Sião, na Suíça, a linha divide em dois o triângulo Tomar-Roslin-Sião e estende-se para o outro lado do Atlântico, sendo a primeira terra que encontra na Terra Nova, junto à cidade de São João da Terra Nova, batizada em honra de, adivinharam, João Batista. Continua para lá das cidades de Santa Catarina e de Santa Maria.



Henry St. Clair era avô do fundador da Capela de Rosslyn. Dentro deste curioso edifício encontram-se entalhes na pedra de plantas norte-americanas supostamente nunca vistas pelos europeus até à chegada de Colombo àquela parte do mundo. Uma vez que a

capela foi concluída em 1486 e Colombo fez a sua primeira viagem seis anos depois, dita o senso comum que Henry St. Clair ou membros da sua corte fizeram uma travessia do Atlântico primeiro. Embora circulassem histórias e cartas no final do século XIV delineando tal expedição, tem sido difícil consubstanciar as provas.²⁴ Contudo, existe uma estranha torre redonda no que é hoje Newport, Rhode Island, num estilo arquitetónico comum à Europa medieval. Mais para o interior, em Westford, Massachusetts, alguém esculpiu a efígie de um cavaleiro num grande rochedo. Usa o hábito de uma ordem militar, espada de punho compatível com o estilo utilizado no século XIV, escudo representando um navio medieval de mastro único navegando para ocidente em direção a uma estrela. O estilo é praticamente idêntico ao dos entalhes nos postes funerários do cemitério templário em Kilmartin, na Escócia, que datam do mesmo período. Dando peso ao argumento de que os cavaleiros templários podem ter atravessado o Atlântico estão os testemunhos dos dois únicos templários detidos na Escócia, que descreveram como os seus irmãos em Balantrodach «se livraram dos hábitos» e fugiram «para o outro lado do mar».²⁵ Se assim foi, aí teriam vivido e morrido, e uma série de velhas lápides em Nova Scotia (Nova Escócia, em latim) incluem divisas templárias como a caveira e os ossos cruzados, símbolo da frota naval dos templários, tal como acontece nos túmulos escoceses.²⁶

Especula-se que os templários escoceses partilharam informações desta viagem com os irmãos portugueses e que o conhecimento chegou a Colombo através de navegadores portugueses em Lisboa. Decerto, Colombo solicitou o patrocínio da corte portuguesa para uma expedição às Índias — o seu sogro era cavaleiro da Ordem de Cristo —, ainda assim, o rei português não aquiesceu ao seu pedido, possivelmente porque os portugueses, sobretudo Henrique, o *Navegador*, mantinham os seus empreendimentos marítimos bem escondidos.

Há um bom suporte para isto. Existe uma longa tradição marítima entre Génova e a monarquia portuguesa, datando de tão cedo como

1099, quando Dom Henrique navegou por duas vezes até à Palestina com os genoveses.²⁷ A relação ainda era forte dois séculos depois, quando construtores navais e trinta capitães foram recrutados em Génova para reconstruir a frota portuguesa. Depois, no início do século xv, o embaixador português Damião de Góis viajou para Itália a fim de estudar em Pádua, onde fez amizade com o cartógrafo italiano Giovanni Ramusio; Góis era também o comandante da Ordem de Cristo e partilhou com Ramusio várias descobertas marítimas dos templários, que o italiano ilustrou na *Raccolta di Navigationi et Viaggi*. Um dos mapas nesta obra mostra a costa de Labrador pejada de navios de pesca portugueses e o que parece ser a secagem de bacalhau salgado, enquanto o escudo e o brasão lusos figuram proeminentemente neste território norte-americano, sugerindo que estas terras já eram — oficiosamente — conhecidas da Coroa portuguesa.²⁸

O que nos leva ao entalhe daquele cavaleiro, do navio e da estrela. Na sua *História dos Judeus*, Josefo destaca como os essénios situaram a origem das boas almas numa terra idílica no Ocidente. Voltam a referir isto nos Manuscritos de Cobre e associam esta terra a uma estrela do Oriente; o mesmo conceito se encontra nas tradições esotéricas dos celtas, judeus e gregos. O Ocidente é o lugar do sol poente, por isso seguir metaforicamente o caminho do sol poente é entrar no Outro Mundo, o lugar do espírito. Os mandeus — sucessores dos essénios e dos nazoreanos — acrescentaram que esta terra é identificada por uma estrela chamada Merika.

Uma vez que os templários encontraram os manuscritos dos seus antepassados, faz sentido que zarpassem para esta terra do paraíso após uma prisão em massa ter essencialmente comprometido o seu poder enquanto grupo. Escondidos nos seus portos seguros na Escócia e em Portugal, os membros da Ordem do Templo fizeram planos com o fim de partir para oeste.

Na simbologia templária, Merika é a estrela do Ocidente em direção à qual os cavaleiros viajam e os navios navegam. Esta

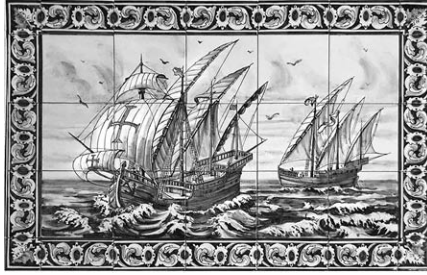
estrela, muitas vezes representada na forma do pentagrama de cinco pontas que simboliza Ísis, é também a brilhante estrela da manhã, Sirius, também conhecida como Sophis, a estrela da sabedoria. O mesmo símbolo surge sobre o altar da igreja matriz dos templários em Tomar, a primeira estrutura obsessivamente construída por Gualdim Pais, numa cidade criada pelos templários que se tornou no ponto central das suas explorações ultramarinas.

A atribuição do nome América à nova terra no Ocidente foi durante muito tempo erradamente outorgada ao explorador italiano Américo Vespúcio por um demasiado imaginativo sacerdote chamado Waldseemuller, que se limitou a juntar vários factos não relacionados e criou um mito accidental.²⁹ Por isso, quando Colombo chegou ao «Novo Mundo», ele não era propriamente novo; Merika já não era novidade para os templários.

Propositadamente ou por coincidência, a linha imaginária que vem desde o monte Sião e passa por Sião, na Suíça, e São João da Terra Nova continua até à baía de Chesapeake, perto do local de nascimento de um maçom chamado George Washington, que lançou a primeira pedra da Casa Branca no dia 13 de outubro, comemorando essencialmente o aniversário da morte do mestre templário português Gualdim Pais e, cento e doze anos depois, o dia em que a Ordem do Templo quase foi extinta, juntamente com o seu objetivo.

Parece que, mesmo no fim, outro capítulo começa na eterna busca pela construção dessa Jerusalém celeste.





*Viu então o rico Graal entrar
por uma porta para servir a comida;
rapidamente pousou o pão
à frente dos cavaleiros.*

CHRÉTIEN DE TROYES,
PERCEVAL, O CONTO DO GRAAL

[de](#) Hoje, a aldeia chama-se Temple. Só restam as paredes da igreja. Escavações feitas em 1989 revelaram alicerces adicionais rodeados por túmulos, muitos deles ostentando a insígnia de batalha naval dos templários, a caveira com ossos.

[df](#) Também escrito como Sinclair e Sainteclair.

[dg](#) O de Roslin foi adicionado mais tarde, no século XVI, depois destruído e acrescentado de novo apenas no período vitoriano.

[dh](#) De Tomar a Sião são 4004 quilómetros, e de Sião a Roslin são 3999, uma diferença de apenas 0,12 por cento.

NOTAS

CAPÍTULO 1

¹ Viterbo, *Elucidário das palavras*, 232.

² Secco, *Escrituras de Thomar*; e Viterbo, *Elucidário das palavras*, 232.

³ *Livro dos mestrados*, 38, gaveta 7, maço 9.

⁴ Costa, Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 1; e Viterbo, *Elucidário das palavras*, 233.

CAPÍTULO 2

¹ Discurso de Urbano II no Concílio de Clermont, em Fulquério de Chartres, *Fulcheri carnotensis historia hierosolymitana* Há cinco versões do discurso.

² Em Roberto, o Monge, *Historia hierosolymitana*.

³ *Ibidem*.

⁴ *Ibidem*.

⁵ Fulquério de Chartres, *Fulcheri carnotensis historia hierosolymitana*.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Addison, *Knights Templars*, 6-8.

⁸ Hagenmeyer, *Le vrais et le faux*, 518.

⁹ Guizot, *France*, 304.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*, 306.

CAPÍTULO 3)

¹ Em Guilherme de Tiro, *History of Deeds*.

² Guiberto de Nogent, *Deeds of God*, 43-45.

CAPÍTULO 4)

¹ Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 107.

CAPÍTULO 5

¹ Guilherme de Tiro, *History of Deeds*.

² Tyerman, *God's War*, 122.

CAPÍTULO 6

- ¹ César, *Incerti avctoris de bello Hispaniensi liber*.
- ² Diodoro da Sicília, *Historical Library of Diodorus*.
- ³ Gordon, *Prehistoric London*.
- ⁴ Davies, *Celtic Linguistics*.
- ⁵ Igrejas, «Sobre a origem e significado»; e Markale, *Templar Treasure at Gisors*.
- ⁶ Marques, *História de Portugal*, 28.
- ⁷ Sousa, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*.
- ⁸ Brito, *Primeira parte*, e a versão de 1720 de Pascoal da Sylva, vol. II, livro VII, 387-89; e Sousa, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*, livro 2, parte 1, capítulo 2, n.º 10, p. 19; também citado Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 820.
- ⁹ Sousa, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*, livro 3; e citado Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 798-99 (embora a data esteja dois anos desviada).
- ¹⁰ Também citado em Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 820.
- ¹¹ Brito, *Primeira parte*; e a versão de 1720 de Pascoal da Sylva, parte 1, livro 5, capítulo 3.
- ¹² Zapater y Lopez, *Cister militante en la campana*, vol. 1, capítulos 1, 2 e 3.
- ¹³ Sousa, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*, livro 3; e citado Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 820.
- ¹⁴ Herculano, *História de Portugal*, livro 1, 201; e Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 800-12, 824-28.
- ¹⁵ Sousa, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*, livro 3, parte 1, capítulo 2, n.º 10, capítulo 19; e citado Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 727-28.
- ¹⁶ Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 829; e documento nos arquivos do Mosteiro de Lorvão.
- ¹⁷ Sousa, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*, livro 3; e citado Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 727-28.

CAPÍTULO 7

- ¹ Konstam, *Historical Atlas of the Crusades*, 133.
- ² Tyerman, *God's War*, 153-57.
- ³ *Ibidem*, 159.
- ⁴ Alberto de Aachen, *Historia hierosolymitana*.
- ⁵ Guilherme de Tiro, *History of Deeds*, livro 9, capítulo 9.
- ⁶ Vogüé, *Les églises de la Terre Sainte*, 326, citando Jacob Vitriac.
- ⁷ Paraschi, *História dos Templários em Portugal*, 14.
- ⁸ Alberto de Aachen, *Historia hierosolymitana*.
- ⁹ Guilherme de Tiro, *History of Deeds*.
- ¹⁰ Vogüé, *Les églises de la Terre Sainte*, 326

CAPÍTULO 8)

- ¹ Tillière, *Histoire de l'Abbaye d'Orval*, 3 ff.
- ² Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 473-75.
- ³ Tillière, *Histoire de l'Abbaye d'Orval*, 3 ff.
- ⁴ Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 107.
- ⁵ Jeantin, *Les chroniques de l'Ardenne*, 398.
- ⁶ Hagenmeyer, *Le vrais et le faux*, 518.
- ⁷ Hamblett, em Olsen, *Templar Papers*.
- ⁸ Paraschi, *História dos Templários em Portugal*, 14.
- ⁹ Vincent, *Histoire de l'ancienne image miraculeuse*, 92.
- ¹⁰ Vogüé, *Les églises de la Terre Sainte*, 326.
- ¹¹ Hebreus 12:22, Oxford King James Bible, 1769.
- ¹² Livro de Isaías, 28:16.
- ¹³ Wheeler, *Moses in the Quran*, 89-92.
- ¹⁴ Freund, *Digging through the Bible*, 141.
- ¹⁵ Bromiley, *International Standard Bible Encyclopedia*, vol. 2.
- ¹⁶ Rabino Heshy Grossman na *Weekly Parsha*.
- ¹⁷ Vogüé, *Les églises de la Terre Sainte*, 322; ver também Pixner, «Jerusalem's Essene Gateway», 18-22.
- ¹⁸ Pinkerfield, *Bishvili Omanut Yehudit*.

- ¹⁹ Grousset, *Histoire des Croisades*, vol. III, XIV; e de Sede, citado em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 112.
- ²⁰ Guilherme de Tiro, *History of Deeds*.
- ²¹ Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, capítulo 18, nota 1.
- ²² Em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, ver notas do capítulo 51.
- ²³ Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*; também discutido em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*.
- ²⁴ Ver *Crónica de Fredegário*, século VII, citada em Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 142.
- ²⁵ Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 146.
- ²⁶ Pinkham, *Guardians of the Holy Grail*, 132-33.
- ²⁷ *Ibidem*; Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 245-49; e Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 145-50.
- ²⁸ Guilherme de Tiro, *History of Deeds*, 380.
- ²⁹ Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 107.
- ³⁰ Mateus de Edessa, *Armenia and the Crusades*.
- ³¹ Grousset, *Histoire des Croisades*, XIV.
- ³² *Ibidem*; e Sede, citado em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 112.
- ³³ Citado em Vogüé, *Les églises de la Terre Sainte*, 323. Datado de 19 de julho de 1116.
- ³⁴ Röhricht, *Regesta regni hierosolymitani*, 19, n.º 83.

CAPÍTULO 9

- ¹ Herculano, *História de Portugal*, livro 1, 230.
- ² Cunha, *Historia ecclisiastica de Braga*, parte 1, capítulo 1.
- ³ Citado em Freitas, *Memórias de Braga*, 88-89.
- ⁴ Gordon, *Prehistoric London*, 5.
- ⁵ Citado em Freitas, *Memórias de Braga*, 8.
- ⁶ *i.e.*, Freitas, *Memórias de Braga*, 88.

- ⁷ Este nome vem do deus caldeu Belinus e do babilónio Oannes, mais tarde o Jano dos romanos. Ver, por exemplo, a discussão de William Betham em Fraser, *Proceedings of the Numismatic Society*.
- ⁸ Sulpício Severo, *Chronica II*, 46.
- ⁹ McKenna, *Paganism and Pagan Survivals*.
- ¹⁰ Citado em Freitas, *Memórias de Braga*, 21.
- ¹¹ Freitas, *Memórias de Braga*, 31-34. Isto aconteceu em 1103.
- ¹² *Ibidem*, 32.
- ¹³ Secco, *Escrituras de Thomar*, livro 1, 5; e citado em Viterbo, *Elucidário das palavras*, 232.
- ¹⁴ Schaeffer, *Histoire de Portugal*, 37.
- ¹⁵ Vincent, *Histoire de l'ancienne image miraculeuse*, 92.
- ¹⁶ Hamblett, em Olsen, *Templar Papers*, 39.
- ¹⁷ Latrie, *Chronique d'Ernoul*, 7-9.
- ¹⁸ Johann Starck, citado em Haagensen e Lincoln, *Templars' Secret Island*.
- ¹⁹ Latrie, *Chronique d'Ernoul*.
- ²⁰ Map, *De nugis curialium*, 1.18, 54-55; e citados Barber e Bate, *Templars: Selected Sources*, 29-30.
- ²¹ *i.e.*, Viterbo, *Elucidário das palavras*.
- ²² Ver Figueiredo, *História da Militaríia Ordem de Malta*, 15.
- ²³ *Ibidem*, 28.
- ²⁴ *Ibidem*, 61-62.
- ²⁵ *Ibidem*, 66. Feita em outubro de 1123, escritura em Maço da Frequesia do Rio de Gallinhas, n.º 7.
- ²⁶ *Ibidem*, 63. Em 1144, o mosteiro de Freiras de Águas Santas.
- ²⁷ Viterbo, *Elucidário das palavras*, 234.
- ²⁸ Figueiredo, *História da Militaríia Ordem de Malta*, 107.
- ²⁹ Herculano, *História de Portugal*, livro 1, 230.

³⁰ Citado em Viterbo, *Elucidário das palavras*, 233. Citação do quarto mestre templário em Portugal.

CAPÍTULO 10

¹ Guilherme de Tiro, *History of Deeds*.

² Barber, *New Knighthood*.

³ Smail, *Crusading Warfare*, capítulo 5.

⁴ Brownlow, *Account of the Pilgrimage*, 8-9; também citado em Barber, *Origins of the Order*, 220.

⁵ Latrîe, *Chronique d'Ernoul*.

CAPÍTULO 11

¹ *i.e.*, Reis, «O foral de Guimarães», nota 106.

² Um título de propriedade de Dona Sancha Viegas, sendo o comprador «um frade do templo» de nome Petrus Arnaldo, datado de 1185, era de César, equivalente ao ano 1147; também citado em Paraschi, *História dos Templários em Portugal*, 10.

³ Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 751-52, 840.

⁴ Viterbo, *Elucidário das palavras*.

⁵ Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 808.

⁶ Ver artigo sobre Godofredo de la Roche de Didier, *History of La Roche Vanneau*, ref. 194.

⁷ Röhricht, *Regesta regni hierosolymitani*, 19, n.º 83.

⁸ *Ibidem*.

⁹ Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 720, 749.

¹⁰ Sousa, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*, livro 3, parte 4, capítulo 8, n.º 13.

¹¹ Brito, *Monarchia Lusytana*, IX, 81.

¹² O número de onze cavaleiros originais foi também citado por Ward, *Freemasonry and the Ancient Gods*, 204

CAPÍTULO 12

¹ Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 116.

² Fulquério de Chartres, *Fulcheri carnotensis historia hierosolymitana*.

- ³ *Ibidem*.
- ⁴ Miguel, o Sírio, *Chronique de Michel le Syrien*.
- ⁵ São Bruno, *Lettres des premiers Chartreux*, 154-61.
- ⁶ *Encyclopedia Britannica*, 591; também citado em Hancock, *Sign and the Seal*, 93.
- ⁷ Guilherme de Tiro, *History of Deeds*, 12.7, 553-55.
- ⁸ Johann Starck, citado em Haagersen e Lincoln, *Templars' Secret Island*; e Hamblett, em Olsen, *Templar Papers*, 28-29.
- ⁹ Latrie, *Chronique d'Ernoul*, 7-9; e citado em Barber e Bate, *Templars: Selected Sources*.
- ¹⁰ Charpentier, *Secrets of Chartres Cathedral*, 59.
- ¹¹ d'Albon, *Cartulaire général*, 99, n.º 141.
- ¹² Wilson, citado em Knight e Lomas, *Hiram Key*, 29.
- ¹³ Delaforge, *Templar Tradition*.
- ¹⁴ Citado em Barber e Bate, *Templars: Selected Sources*, 30; e Hamblett, em Olsen, *Templar Papers*, 26.
- ¹⁵ Santos, José António, *Monumentos das ordens militares*, 1, quest. 2, 5, 6; e citado em Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, parte 1, p. 10.
- ¹⁶ Petel, *La commanderie de Payns*, x.
- ¹⁷ Bouquet, *Recueil des historiens*, 162, n.º 245; e Jubainville, *Histoire de Bar-sur-Aube*, 113-14, n.º 1.
- ¹⁸ Hopkins, Simmans e Wallace-Murphy, *Rex Deus*, 114.
- ¹⁹ Lalore, C., *Collection des précieux cartulaires*, n.º 3; e *Capitulaire de l'Abbaye de Montiéramey*, Paris, n.º 18 (1890): 11-14, 23-25. As transações foram, cada uma delas, testemunhadas por um Hugo de Peanz e um Hugo de Paeniciis. Era comum naqueles dias que um nome variasse na forma como era escrito conforme o dialeto e o tipo de linguagem utilizado. Payns escrevia-se Péanz, Paens, Paence, Paenz, Paains, Paiens, e Payens em francês, e as suas variantes em latim eram Pagani,

Paganus, Peancium, Paencia e Paentium. Ver Socard e Boutiot, *Dictionnaire topographique de l'aube*, 118-19.

²⁰ Padre Tamburino, citado em Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, parte 1, p. 13.

²¹ Gérard de Sède, citado em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 111.

²² Hamblett, citado em Olsen, *Templar Papers*, 27.

²³ Röhricht, *Regesta regni hierosolymitani*, 19, n.º 83.

²⁴ *Ibidem*, 25, n.º 105.

CAPÍTULO 13

¹ Figueiredo, *História da Militaríia Ordem de Malta*, 109. Uma nota de venda de uma propriedade em Pega de Mayor Judia é feita a «Dom Paayo de Leça»: duas transações semelhantes afirmam o mesmo. O seu nome volta a surgir numa doação de Leça feita «ao Hospital».

² *Ibidem*, 107.

³ Freitas, *Memórias de Braga*, 141.

⁴ *Ibidem*, 31-34.

⁵ Em 1122.

⁶ Biggs, *Diego Gelmirez*, 43, 121-22.

⁷ Freitas, *Memórias de Braga*, 36; e Viterbo, *Elucidário das palavras*, 234.

⁸ Mann e Hollnsteiner, *Lives of the Popes*, 294.

⁹ Brandão, *Monarchia Lusitana*, 373.

¹⁰ Reilly, *Kingdom of Leon-Castilla*, 245.

¹¹ *i.e.*, Brandão, *Monarchia Lusitana*, 375, 377.

¹² Secco, *Escrituras de Thomar*, 5; e Viterbo, *Elucidário das palavras*, vol. II, 581-83.

¹³ Figueiredo, *História da Militaríia Ordem de Malta*, 107. Documento no registo do mosteiro de Paço de Sousa datado de 1145, no qual são referidos como Ordem do Hospital.

¹⁴ *Ibidem*, 106.

¹⁵ Herculano, *História de Portugal*, 278.

¹⁶ *Ibidem*.

CAPÍTULO 14

¹ Sucena, *A epopeia Templária e Portugal*.

² D'Albon, *Cartulaire général*, 1-2, n.º 2.

³ *Ibidem*, 1, n.º 1; citado em Howarth, *Knights Templar*, 50.

⁴ Leclercq, «Un document», 81-91. A carta é provavelmente de Hugo de Payens, de cerca de 1128, enquanto angariava na Europa.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Roserot, *Dictionnaire historique*, 1096. A família de Hugo tinha pelo menos sete propriedades, incluindo uma em Troyes.

⁷ Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, parte 1, 3.

⁸ Segundo Lobineau, *Dossiers secrets*, prancha n.º 4; e citado em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 116.

⁹ Viterbo, *Elucidário das palavras*, 582-83; citado em Paraschi, *História dos Templários em Portugal*, 20-22; e Lamy, *Les Templiers*.

¹⁰ Williams, *Saint Bernard of Clairvaux*, 3.

¹¹ Leclercq, «Un document», 15.

¹² Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 212.

¹³ Jubainville, *Histoire de Bar-sur-Aube*, XXIII, e Jubainville, *Histoire de ducs et comtes*, 80-89.

¹⁴ Jubainville, *Histoire de Bar-sur-Aube*, 103.

¹⁵ Jubainville, *Histoire de ducs et comtes*, 87.

¹⁶ Hopkins, Simmans e Wallace-Murphy, *Rex Deus*, 114.

¹⁷ Jubainville, *Histoire de ducs et comtes*, 110.

¹⁸ Auberger, *L'Unanimité cistercienne primitive*, 103-7.

¹⁹ Begg, *Cult of the Black Virgin*, 103.

²⁰ Jolibois, *Haute-Marne*; também em Didier, *History of La Roche Vanneau*.

- ²¹ Guilherme de Saint-Thierry, Arnaldo de Bonneval e Godofredo de Auxerre, *Vita prima sancti Bernardi*, 185, 225-368; e citado em Bredero, *Bernard of Clairvaux*, 198.
- ²² Rudolph, *Things of Greater Importance*, 10.
- ²³ Van Hecke, *Le désir dans l'expérience religieuse*, 44-45.
- ²⁴ Guilherme de Saint-Thierry, Arnaldo de Bonneval e Godofredo de Auxerre, *Vita prima sancti Bernardi*, livro III, capítulo III, 6; Migne, *Patrologia Latina tomus*, 185, 306; e citado em Bredero, *Bernard of Clairvaux*, 14.
- ²⁵ Webb e Walker, *Saint Bernard of Clairvaux*, 45-46.
- ²⁶ Epístola 64, c. 2 do sermão de Bernardo *In septuagesimo*.
- ²⁷ Bredero, *Bernard of Clairvaux*, 263.
- ²⁸ Röhricht, *Regesta regni hierosolymitani*, 25, n.º 105. Neste documento surge o nome Raimundo Bernardo, que usa o título de procurador dos hospitalários.
- ²⁹ Santa Catarina, *Catálogo dos mestres*, 21.
- ³⁰ Isto está implícito na biografia de Vallery-Radot, *Bernard des Fontaines*; também citado em Page, *First Global Village*.

CAPÍTULO 15

- ¹ Brito, *Monarchia Lusytana*, vol. III, livro IX, 77-81.
- ² *Ibidem*, 109-11.
- ³ *Ibidem*, 77-81.
- ⁴ *Ibidem*, 213.
- ⁵ *Ibidem*, 77-81, 109-111.
- ⁶ Brito, *Primeira parte*, 338-40.
- ⁷ Matos, *A Ordem de Cister*.
- ⁸ Brito, *Monarchia Lusytana*, 126. Ele lista a data como 1124; um foral aumentado foi feito em 1142.

CAPÍTULO 16)

- ¹ A cronista Catarina.
- ² Citado em Viterbo, *Elucidário das palavras*, 233.
- ³ Figueiredo, *História da Militar Ordem de Malta*, 106-7.

- ⁴ Viterbo, *Elucidário das palavras*, vol. II, 231.
- ⁵ Schaeffer, *Histoire de Portugal*, 37.
- ⁶ Herculano, *História de Portugal*, 21-24.
- ⁷ i.e., Brandão, *Monarchia Lusitana*, 375-57.
- ⁸ Secco, *Escrituras de Thomar*, 5.
- ⁹ *Ibidem*; e Viterbo, *Elucidário das palavras*, vol. II, 231, 581-83.
- ¹⁰ Denis, *Histoire et description*, 27.
- ¹¹ Costa, Miguel Manescal da *Definições e estatuto*, 23-24, o documento, que por esta altura havia desaparecido, estava na Torre do Tombo; transcrição em Brandão, *Monarchia Lusitana*, 356.
- ¹² Viterbo, *Elucidário das palavras*, 583.
- ¹³ Costa, Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 2-3.
- ¹⁴ Facta Carta II, Doc. de Tomar, citado em Viterbo, *Elucidário das palavras*, 233. O documento original está datado de 1114. A data no documento é de 1152, mas, na Península Ibérica do século XII, os documentos eram datados à «era de César»; só a 22 de agosto de 1422 é que o «anno domini» foi completamente adotado em Portugal. Isto faz com que a maioria dos documentos da época tenha um desvio de trinta e oito anos relativamente ao nosso calendário estabelecido. Portanto, a doação foi feita aos cavaleiros do Templo em 1114.
- ¹⁵ Hopkins, Simmans e Wallace-Murphy, *Rex Deus*, 113.
- ¹⁶ Viterbo, *Elucidário das palavras*, vol. II, 582-3; e Lamy, citado em Paraschi, *História dos Templários em Portugal*, 20-22.
- ¹⁷ Segundo Lobineau, *Dossiers secrets*, prancha 4; e citado em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 116.
- ¹⁸ Costa, Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 3.
- ¹⁹ Citado em Viterbo, *Elucidário das palavras*, 232.

²⁰ Secco, *Escrituras de Thomar*, parte II, e citado em Viterbo, *Elucidário das palavras*.

²¹ Costa, Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 16.

²² Santa Catarina, *Catálogo dos mestres*.

²³ Costa, Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 1; e Viterbo, *Elucidário das palavras*, 233.

²⁴ *Livro dos mestrados*, gaveta 7, maço 9, Torre do Tombo, copiado no vol. 38.

²⁵ Figueiredo, *História da Militária Ordem de Malta*.

²⁶ Brito, *Monarchia Lusytana*, vol. III, livro IX, 81.

CAPÍTULO 17

¹ Esquieu, «Les Templiers de Cahors», 147.

² Hopkins, Simmans e Wallace-Murphy, *Rex Deus*, 114.

³ Leroy, *Hugues de Payns*.

⁴ Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 242.

⁵ *Fontes rarum Austriacarum*, t. XIII, n.º 41, 94, citado em Rey, *Les familles d'outre-mer*, 870.

⁶ Barber, *Trial of the Templars*, 8; e Barber, *New Knighthood*, 12.

⁷ Santa Catarina, *Catálogo dos mestres*; e Paraschi, *História dos Templários em Portugal*, 29.

⁸ Carrière, *Les débuts de l'Ordre du Temple*, 311-12.

⁹ Sucena, *A epopeia Templária e Portugal*.

CAPÍTULO 18

¹ Barbosa, Ignacio, *Monumentos de Portugal*, 127-28.

² Viterbo, *Elucidário das palavras*, 232.

³ *Ibidem*, 585.

⁴ Herculano, *História de Portugal*, 470.

⁵ Costa, Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 6.

⁶ Herculano, *História de Portugal*, 212-14; e Schaeffer, *Histoire de Portugal*, 37.

⁷ Viterbo, *Elucidário das palavras*.

⁸ Brito, *Monarchia Lusytana*, 128-130.

⁹ Secco, *Escrituras de Thomar*, 5.

¹⁰ Brito, *Monarchia Lusytana*, vol. III, livro IX, 81; e Brandão, *Monarchia Lusitana*, 355.

CAPÍTULO 19

¹ Ver discussão controversa em Barber, *New Knighthood*, 9.

² Esquieu, «Les Templiers de Cahors», 147.

³ Phillips, *Defenders of the Holy Land*, 21-28.

⁴ Hefele e Leclercq, *Histoire des conciles*, parte 1, 668.

⁵ James, *Letters of St Bernard of Clairvaux*.

⁶ Bernardo de Claraval, *Epistolae*, em Bernardo de Claraval, Leclercq, Talbot e Rochais, *Sancti Bernardi Opera*, vol. III, n.º XXI, col. 123.

⁷ Bernardo de Claraval, Leclercq, Talbot e Rochais, *Sancti Bernardi Opera*.

⁸ Bernardo de Claraval, *Textes politiques*, 202.

⁹ David, Charles Wendell, *De expugnatione Lyxbonensi*, 117.

¹⁰ Curzon, *La règle du temple*.

¹¹ Citado em Barber, *Origins of the Order*, 231.

¹² Curzon, *La règle du temple*.

CAPÍTULO 20

¹ Migne, *Patrologia Latina tomus*, 182, col. 921.

² Barber, *Trial of the Templars*, 10.

³ Charpentier, *Secrets of the Chartres Cathedral*, 74.

⁴ Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 147.

⁵ Harrison, *Prolegomena to the Study of Greek Religion*, 91.

⁶ Anderssohn, *Ancestry and Life of Godfrey of Bouillon*, 9; e Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 107.

- ⁷ Lobineau, *Dossiers secrets*; e citado em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 116.
- ⁸ Bernardo, *Epistolae*, vol. III, ep. 359, 305. Em 1126.
- ⁹ i.e., Valery-Radot, Merton et al.
- ¹⁰ Lay, *The Reconquest Kings of Portugal*, 63.
- ¹¹ Brito, *Primeira parte*, parte 1, livro 5, capítulo 3.
- ¹² Brito, *Monarchia Lusytana*, 253-57; datado de 27 de abril de 1143, o documento encontra-se no Mosteiro de Alcobaça.
- ¹³ *Ibidem*, 214-16.
- ¹⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵ i.e., Michelet, *Le proces des Templiers*, 124.
- ¹⁶ Citado em Charpentier, *Secrets of the Chartres Cathedral*, 65-66.
- ¹⁷ Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 232-36.
- ¹⁸ Figueiredo, *História da Militar Ordem de Malta*, 44.
- ¹⁹ *Ibidem*, 27-28.
- ²⁰ *Ibidem*.
- ²¹ Figueiredo, José Anastácio, *História da Militar Ordem de Malta*, 44. Doação feita pela condessa Tareja e provavelmente pelo próprio Afonso Henriques, 28 de julho de 1122; cita Santa Catarina, *Malta Portuguesa*, livro II, 31-32, 59, 371; Figueiredo, *História da Militar Ordem de Malta*, 118; Figueiredo salienta que na herdade de Gontemir viveram doze homens no tempo em que o mestre Dom Raimundo era mestre templário em Portugal, e uma vez que um terço da propriedade pertencia aos cavaleiros hospitalários, também era defendida por eles; um terço pertencia à Ordem do Templo. Em 1134, Afonso Henriques expandiu a doação para incluir a Ermida de São Pedro da Cova em Gondomar. Citado em Mattoso, *Lusitania Sacra*, 12.
- ²² Brito, *Monarchia Lusytana*, 27.
- ²³ Viterbo, *Elucidário das palavras*, vol. II, 582-83; Lamy, citado em Paraschi, *História dos Templários em Portugal*, 20; e Barber, *Origins of the Order*, 228, embora ele o liste como espanhol.

CAPÍTULO 21

¹ Galvão, *Chronica do D. Affonso Henriques*, 51.

CAPÍTULO 22

¹ D'Albon, *Cartulaire général*, n.º xxii, 6.

² *Ibidem*, 1-2; citado de Hamblett, em Olsen, *Templar Papers*, 144.

³ Barbosa, Ignacio, *Monumentos de Portugal*, 127-28.

⁴ Dias, *Os Templários em terras de Portugal*, 69.

⁵ Whitelock, Douglas e Tucker, *Anglo-Saxon Chronicle*, 146-47.

⁶ Ver Anderssohn, *Ancestry and Life of Godfrey*.

⁷ Abade Elredo de Rievaulx, citado Bob Mander, em Olsen. *Templar Papers*, 181.

⁸ Barber, *New Knighthood*, 13.

⁹ i.e., Viterbo, *Elucidário das palavras*.

CAPÍTULO 23

¹ Galvão, *Chronica do D. Affonso Henriques*, 51-52.

² Viterbo, *Elucidário das palavras*, 235.

³ D'Albon, *Cartulaire général*, 1-2.

⁴ Herculano, *História de Portugal*, 493-94, maço 3, n.º 8; e Reis, *O foral de Guimarães*, 55-77.

⁵ Azevedo, *Documentos medievais Portugueses*, vol. 1, 121; e Lay, *Reconquest Kings of Portugal*, 72.

⁶ i.e., Viterbo, *Elucidário das palavras*; e Secco, *Escrituras de Thomar*.

CAPÍTULO 24

¹ Viterbo, *Elucidário das palavras*, 232.

² Herculano, *História de Portugal*, 470.

³ 30 de março de 1129. Herculano, *História de Portugal*, 470; gaveta 15, maço 8, n.º 20; e D'Albon, *Cartulaire général*, n.º 10, 7; n.º 24, 17.

⁴ Curzon, *La règle du temple*, 14.

CAPÍTULO 25

¹ Lay *Reconquest Kings of Portugal*, 69; e DMP vol. 1, 112.

² i.e., Mattoso, *Lusitania Sacra*, 75-79.

³ Galvão, *Chronica do D. Affonso Henriques*, 72-73.

⁴ *Ibidem*.

⁵ Galvão, *Chronica do D. Affonso Henriques*, 76.

⁶ *Ibidem*, 77.

⁷ Jenkins e Sofos, *Nation and Identity*, 155: «Um Estado-Nação é um artefacto político criado pela ideologia e pelo movimento nacionalistas com base numa língua, religião, história, cultura e etnicidade comuns»; 11-15: «Portugal é o Estado-Nação mais antigo da Europa, datado de 1139.»

CAPÍTULO 26

¹ Matos, *A Ordem de Cister*, 27.

² Brito, *Primeira parte*, livro III, capítulo IV, 249; citado em Matos, *A Ordem de Cister*, 28.

³ Por exemplo, Herculano, *História de Portugal*, livro II, 326, nota 2; documento do Arquivo Nacional, gaveta 6, maço 29, datado de 30 de março de 1140; Henric., fascículo 1, XIX, citado de Williams, *Saint Bernard of Clairvaux*, 64; e Merton, *Bernard de Clairvaux*, 253.

⁴ Catarina, citado em Paraschi, *História dos Templários em Portugal*.

⁵ 24 de maio de 1136, segundo Barthelemy, *Obituaire de la commanderie*, 321.

⁶ Citado em Costa, Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 15.

⁷ Viterbo, *Elucidário das palavras*, 236.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*, 232.

CAPÍTULO 27

¹ Wilson e Warren, *Recovery of Jerusalem*, 39.

² Knight e Lomas, *Second Messiah*, 22-26.

³ Ben-Dov, *Shadow of the Temple*.

CAPÍTULO 28

- ¹ Brochado, *D. Afonso Henriques*, 176, citando *Livro dos mestrados*, 61, na Torre do Tombo.
- ² i.e., Mattoso, *Ricos homens, infanções e cavaleiros*.
- ³ Foral listado em D'Albon, *Cartulaire général*, n.º 439, 275, datado de 1185, era de César.
- ⁴ Costa, Bernardo da *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 10: «Ugo Martiniensis P. Templi, in iflis partibus Kartulam recepi.»
- ⁵ Igreja de Alporão *Figueiredo*, 120.
- ⁶ Guimarães, *A Ordem de Christo*, 9-10.
- ⁷ Costa, Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 15; e Viterbo, *Elucidário das palavras*, vol. II, 588.
- ⁸ Viterbo, *Elucidário das palavras*, vol. II, 236.
- ⁹ *Ibidem*, 237.
- ¹⁰ Brito, *Primeira parte*, livro III, capítulo IV, 249; citado de Matos, *A Ordem de Cister*, 27-28.
- ¹¹ Brito, *Primeira parte*, parte 1, livro 5, capítulo 3.
- ¹² Em 1138, Henric., fascículo 1, XIX, citado em Williams, *Saint Bernard of Clairvaux*, 64.
- ¹³ Merton, *Thomas Merton on Saint Bernard*, 253.
- ¹⁴ Guimarães, *A Ordem de Christo*, 7.
- ¹⁵ Brito, *Primeira parte*, livro III, capítulo XI, 325-26.
- ¹⁶ *Ibidem*, parte 1, livro 5, capítulo 3.
- ¹⁷ Brito, *Monarchia Lusytana*, 213.
- ¹⁸ Em Bernardo de Claraval, *Apologia*.
- ¹⁹ Brito, *Monarchia Lusytana*, vol. III; livro VIII, 34.
- ²⁰ Santos, Manuel dos, *Alcobaça Ilustrada*, fólio 3, 60.
- ²¹ Page, *First Global Village*, 69-71.
- ²² Choicheril, *Routier des abbayes Cisterciennes*, 2.
- ²³ Schmolders, *Essai sur les écoles philosophiques*, 54

- ¹ Citado de Viterbo, *Elucidário das palavras*, vol. II, 237. A data é 1 de abril de 1185, era de César, equivalentemente a 1147.
- ² Figueiredo, *História da Militar Ordem de Malta*, 114; e Viterbo, *Elucidário das palavras*, vol. II, 237.
- ³ Guilherme de Tiro, «Arnaud, prieur do Mont de Sion 1120», em *History of Deeds*, livro I, XII, c. XIII.
- ⁴ Sousa, *Europa Portuguesa*, pat 4, capítulo 8, n.º 13.
- ⁵ i.e., Röhrich, *Regesta Regni Hierosolymitani*, 19, n.º 83.
- ⁶ Viterbo, *Elucidário das palavras*, vol. II, 582-83.
- ⁷ Santa Catarina, *Catálogo dos mestres*.
- ⁸ Paraschi, *História dos Templários em Portugal*, 30.
- ⁹ *Ibidem*.
- ¹⁰ Costa, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 153.
- ¹¹ Documento, gaveta VII, maço XI, na Torre do Tombo.
- ¹² Figueiredo, *História da Militar Ordem de Malta*, 113.
- CAPÍTULO 30
- ¹ Runciman, *History of the Crusades*, vol. II, 157.
- ² Addison, *Knights Templars*, 34.
- ³ Markale, *Templar Treasure at Gisors*, 110.
- ⁴ Addison, *Knights Templars*, 34; ver Figueiredo, *História da Militar Ordem de Malta*, 1-2.
- ⁵ Robinson, *Born in Blood*, 66.
- CAPÍTULO 31
- ¹ D'Albon, *Cartulaire général*, n.º 381, 241. Datado de 1146.
- ² *Ibidem*.
- ³ Em Brito, *Monarchia Lusytana*, IX, 82, documento no Livro dos Forais na Torre do Tombo, Livro da Leitura Nova, 135; também Brandão, *Monarchia Lusitana*, 356.
- ⁴ i.e., Brandão, *Monarchia Lusitana*, 357.
- ⁵ *Ibidem*.

- ⁶ Também Paraschi, *História dos Templários em Portugal*, 37.
- ⁷ Guimarães, *A Ordem de Christo*, 9-10.
- ⁸ *Ibidem*, 11; e Viterbo, *Elucidário das palavras*, 590.
- ⁹ Cocheril, «Essai sur l'origine des ordres militaires», t. xxi, 310; citado de Oliveira, *Castelos Templários em Portugal 1120-1314*, 82.
- ¹⁰ Ferros, citado em Viterbo, *Elucidário das palavras*, 237.
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² Em Lizerand, *La dossier de l'affaire*.
- ¹³ David, Charles Wendell, *De expugnatione Lyxbonensi*, 69.
- ¹⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵ *Ibidem*, 93.
- ¹⁶ James, *Letters of St Bernard of Clairvaux*, 469.
- ¹⁷ Brito, *Monarchia Lusytana*, vol. iii, livro viii, 34; ver Murray, *Handbook for Travellers in Portugal*, xxxiii.
- ¹⁸ Phillips, Jonathan, *Defenders of the Holy Land*, citado em Page, *First Global Village*, 75.
- ¹⁹ Paraschi, *História dos Templários em Portugal*, 43.
- ¹⁰ Foral citado de Viterbo, *Elucidário das palavras*, 590; e Almeida, Fernando, *Pedras Visigóticas em Soure*, vol. i, doc. 4.
- ²¹ i.e., Almeida, M. Lopes de, *Ferreira da Costa*, e Dinis, doc. 3.
- ²² Lobineau, citado em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 115-17.

CAPÍTULO 32)

- ¹ Knight e Lomas, *Second Messiah*, 83.
- ² D'Albon, *Cartulaire général*, n.º 295, 193.
- ³ Plantard, citado em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 225. A Ordem de Sião opera hoje como Priorado de Sião.

CAPÍTULO 33

- ¹ Knight e Lomas, *Hiram Key*, 260-63.
- ² *Ibidem*.

- ³ *i.e.*, Freitas, *Memórias de Braga*, 40, 79.
- ⁴ Vilnay, *Legends of Jerusalem*, 11.
- ⁵ Êxodo 24:12.
- ⁶ Ver também Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*.
- ⁷ Atos 7:22.
- ⁸ Ver Zuckerman, *Jewish Princedom in Feudal France*.
- ⁹ Wigoder, *Encyclopedia of Judaism*, 583.
- ¹⁰ Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 260.
- ¹¹ Ver, por exemplo, Kaplan, *Sefer Yetzirah*; 199; e Hall, *Secret Teachings of All Ages*.
- ¹² Lamy, *Les Templiers*, 45.
- ¹³ Bernardo de Claraval, *On Consideration*, 163.
- ¹⁴ *i.e.*, Silva, *Common Wealth*; Lawlor, *Sacred Geometry*; e Chritchlow, *Islamic Patterns*.
- ¹⁵ *i.e.*, Scarre e Lawson, *Archaeoacoustics*.
- ¹⁶ *i.e.*, Eneix, «Ancient Architects of Sound»; Jahn, Devereux, e Ibison, «Acoustical Resonances of Assorted Ancient Structures», Devereux *et al*, «Acoustical Properties of Ancient Ceremonial Sites»; e Cook, Pajot e Leuchter, «Ancient Architectural Acoustic Resonance Patterns and Regional Brain Activity», 95-104.
- ¹⁷ Silva, *Secrets in the Fields*.
- ¹⁸ *i.e.*, Johns, «Excavations at Pilgrim's Castle», 145-64.
- ¹⁹ Wilkinson, Hill e Ryan, *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, 294.
- ²⁰ Por exemplo, Ash e Hewitt, *The Science of the Gods*; e Mann, *Sacred Architecture*.
- ²¹ Roney-Dougal, *Faery Faith, Green Magic*.
- ²² Irwin e Highfield, *Daily Telegraph*, dezembro de 1998.
- ²³ Ver, por exemplo, Tompkins, *Secrets of the Great Pyramid*; e Lemesurier, *Decoding the Great Pyramid*.
- ²⁴ Hufgard, *Saint Bernard of Clairvaux*, 148.
- ²⁵ Charpentier, *Secrets of Chartres Cathedral*, 75.

²⁶ Deroy, *Bernardus en origenes*, 149-54.

²⁷ *Ibidem*; e citado em Bredero, *Bernard of Clairvaux*, 275.

²⁸ Hopkins, Simmans, e Wallace-Murphy, *Rex Deus*, 113.

²⁹ Lucas 8:10.

³⁰ Ver também Knight e Lomas, *Hiram Key*, 269.

CAPÍTULO 34

¹ Guimarães, *A Ordem de Christo*, 12.

² Costa, Miguel Manescal da, *Definições e estatuto*, 16.

³ Trinta mil anos segundo Sousa, João Maria, *Notícia descritiva*, 235-56.

⁴ Brito, *Monarchia Lusytana*, vol. II, livro VI, 231-5.

⁵ Barbosa, Ignacio, *Monumentos de Portugal*, 141.

⁶ Tal como definido em Jones, *Dictionary of Old Testament Proper Names*.

⁷ Sousa, João Maria, *Notícia descritiva*, 15-27.

⁸ *Ibidem*, 43.

⁹ *Ibidem*, 15-27.

¹⁰ Brito, *Monarchia Lusytana*, vol. III, livro IX, 111.

¹¹ Barbosa, Ignacio, *Monumentos de Portugal*, 130.

¹² Ver, por exemplo, Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 102.

¹³ Sousa, João Maria, *Notícia descritiva*, 175-6.

¹⁴ *i.e.*, Zacarias 14:1-11.

¹⁵ I. Reis 11:5-7.

¹⁶ Soural, 177.

¹⁷ Vogüé, *Les églises de la Terre Sainte*, 322.

¹⁸ Barroca, «A Ordem do Templo», 157.

¹⁹ Ver Silva, *Common Wealth*, 98; e Tito Lívio, «Auspiciis hanc urbem conditam esse, auspiciis bello ac pace domi militiaeque omnia geri, quis est qui ignoret?» *History of Rome*, 41.

²⁰ Reymond, *Mythological Origin*, 35; Silva, *Common Wealth*, 169-87.

- ²¹ Silva, *Common Wealth*, 169-87; Miller e Broadhurst, *Sun and the Serpent*; e Burke, *Seed of Knowledge*.
- ²² Por exemplo, Silva, *Common Wealth*; e Reymond, *Mythological Origin*.
- ²³ Brito, *Monarchia Lusytana*, parte 1, cap. 2, n.º 10, c.19; e citado Ferreira, *Memórias e Notícias*, 727-28.
- ²⁴ Costa, Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, 27, 40.

CAPÍTULO 35

- ¹ Ver Allegro, *Dead Sea Scrolls*.
- ² Ver Eusébio, *Historia Ecclesiastica*; e os escritos de Eutíquio, Exarca de Ravena.
- ³ Ver Pixner, «Jerusalem's Essene Gateway».
- ⁴ Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 374.
- ⁵ Ver discussão em Knight e Lomas, *Hiram Key*, 54.
- ⁶ Hipólito em *The Refutation of All Heresies* Ver Peake, *Peake's Commentary on the Bible*; e Knight e Lomas, *Hiram Key*, 72.
- ⁷ Daraul, *Secret Societies*; e citados Knight e Lomas, *Hiram Key*, 75.
- ⁸ Drower, *Mandeans of Iraq and Iran*, 264.
- ⁹ Knight e Lomas, *Hiram Key*, 74-75.
- ¹⁰ Schonfield, *Essene Odyssey*.
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² *i.e.*, Burke, *Seed of Knowledge*; e Silva, *Common Wealth*.
- ¹³ Hooke, *Myth, Ritual, and Kingship*.
- ¹⁴ Allegro, *Treasure of the Copper Scroll*, 33-55.
- ¹⁵ *Ibidem*, 58.
- ¹⁶ *Ibidem*, 107.
- ¹⁷ *Ibidem*, 84.
- ¹⁸ *Ibidem*, 55.
- ¹⁹ *i.e.*, Fagan e Beck, *Oxford Companion to Archeology*, entrada sobre os «Manuscritos do Mar Morto».

²⁰ Schonfield, *Essene Odyssey*, 162-65.

CAPÍTULO 36

¹ Citado de Barber, *Trial of the Templars*, 144-46.

CAPÍTULO 37

¹ Ward, *Freemasonry and the Ancient Gods*, 286.

² Ver, por exemplo, Thomas, *Religion and the Decline of Magic*.

³ *Ibidem*, 190.

⁴ *i.e.*, Chatwin, *Songlines*.

⁵ Thomas, *Religion and the Decline of Magic*, 189.

CAPÍTULO 38

¹ Allegro, *Dead Sea Scrolls*, 110.

² Ver discussão em Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 330-38; também Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 53-59, 142-45.

³ Thiering, *Jesus the Man*, 151; e Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 85.

⁴ João II: 1-2; e Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 337.

⁵ *i.e.*, Begg, *Cult of the Black Virgin*, 103; Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 334-38; e Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 102.

⁶ Harrison, *Prolegomena to the Study of Greek Religion*, 91.

⁷ I. Samuel 14:27.

⁸ Provérbios 24:13-14.

⁹ *i.e.*, Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*.

¹⁰ Runciman, *History of the Crusades*, 286-87.

¹¹ Branco, *Inéditos da crónica*, 37-38.

¹² Figueiredo, *História da Militaríia Ordem de Malta*, II.

¹³ Brito, *Monarchia Lusytana*, 214-16; documento na abadia cisterciense de Alcobaça.

¹⁴ Lucas 8:10.

- ¹⁵ *i.e.*, Knight e Lomas, *Hiram Key*.
- ¹⁶ Ver, por exemplo, Pagels, *Gnostic Gospels*; também Knight e Lomas, *Hiram Key*.
- ¹⁷ Ver Gardiner, *Egyptian Grammar*; e Jacq, *Magic and Mystery in Ancient Egypt*, 19.
- ¹⁸ Jarman, *Geoffrey of Monmouth*.
- ¹⁹ Knight e Lomas, *Second Messiah*, 103-8.
- ²⁰ Godwin, *Holy Grail*, 12-20 (ortografia occitana).
- ²¹ D'Albon, *Cartulaire général*, CXCV e CXCVI.
- ²² Knight e Lomas, *Second Messiah*, 114.
- ²³ Barber, *Knight and Chivalry*, 126.
- ²⁴ Anónimo, *Perlesvaus*, 359.
- ²⁵ Wolfram von Eschenbach, *Parzival*.
- ²⁶ Gardner, *Magdalene Legacy*, 142-43.
- ²⁷ Jenkins e Sofos, *Nation and Identity*.
- ²⁸ *i.e.*, Gildas, *De exidio et conquestu Britanniae*; e Green, *Concepts of Arthur*.
- ²⁹ Brito, *Primeira parte*. O cronista Brito data a batalha de 1158, equivalente ao ano 1120 d. C.
- ³⁰ Ussama ibn Munqiah, século XII, citado em Maalouf, *Les Croisades vues par les Arabes*.
- ³¹ D'Albon, *Cartulaire général*, CXCV e CXCVI, 22 e 25 de julho, respetivamente.
- ³² Thiering, *Jesus the Man*, 151; e Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 85.

CAPÍTULO 39

- ¹ Lawlor, *Sacred Geometry*, 10.
- ² Barroca, «A Ordem do Templo», 179, 196.
- ³ Ver também Sousa, João Maria, *Notícia descritiva*, 103-6.
- ⁴ Convento de Cristo. Ver Barbosa, Ignacio, *Monumentos de Portugal*, 132.

⁵ II Samuel 13:1.

⁶ Thiering, *Jesus the Man*, 151; e Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 85 Ver. I. Reis 9:18.

⁷ Budge, *Gods of the Egyptians*, 414-15.

⁸ *Archivo pittoresco*, 346.

⁹ *Ibidem*, 345; e Santos, José António, *Monumentos das ordens militares*, 141-49.

CAPÍTULO 40

¹ *Archivo pittoresco*, 345.

² Bernardo de Claraval, *Apologia*.

³ Anónimo, *Secret Societies of the Middle Ages*, 308.

⁴ Schottmuller, *Der Untergang des Templer-Ordens*, 164.

⁵ Serbanesco, *Histoire de l'Ordre des Templiers*, 259-66.

⁶ Danby, *Mishnah*.

⁷ Allegro, *Dead Sea Scrolls*, 113.

⁸ Ver Peake, *Peake's Commentary on the Bible*.

⁹ Pinkerfield, *Bishvili Omanut Yehudit*.

¹⁰ Bromiley, *International Standard Bible Encyclopedia*, vol. 2.

¹¹ Markale, *Templar Treasre at Gisors*, 65.

CAPÍTULO 41

¹ Papa Pio IX, «The Allocution against the Freemasons», citado em Wright, *Roman Catholicism and Freemasonry*, 137-144; e Pike, «Allocution of Pio Nono», 817.

² Papa Pio IX, «The Allocution against Freemasons», citado em Wright, *Roman Catholicism and Freemasonry*, 137-144; e Mackenzie, Kenneth, *Royal Masonic Cyclopaedia*.

³ *i.e.*, Pike, «Allocution of Pio Nono».

⁴ Serbanesco, *Histoire de l'Ordre des Templiers*, 259-66.

⁵ Ver Bembo, *Letters and Comments on Pope Leo X*; e Bale, *Acta romanorum pontificum*, em que a frase foi publicada como sátira. No entanto, longe de ser uma citação satírica, a frase do papa Leão X foi testemunhada e registada pelo cardeal Pietro Bembo e

pelo cardeal Paolo Giovio (*De vita leonis decimi*). Os registos do cardeal Caesar Baronius — um antigo bibliotecário do Vaticano e o mais notável historiador da Igreja — fornecem informações sobre a falsificação no cristianismo. A respeito da declaração do papa Leão, escreveu: «O pontífice foi acusado de aeísmo, pois negou Deus e chamou a Cristo, diante dos cardeais Pietro Bembo, Jovius e Iacopo Sadoletto e de outros íntimos, “uma fábula”, tem de ser corrigido.» (*Annales Ecclesiastici*, tomos viii e xi). Como é observado na *Catholic Encyclopedia* (Pecci ed., III, 312-14, *passim*), a Igreja anulou esta citação destrutiva ao argumentar que o que Leão quisera dizer com «lucrativa» fora «proveitosa», e por «fábula» quisera dizer «tradição». Daí que tenha sido reformulada como «Quanto os cristãos ganharam com esta maravilhosa tradição do Cristo». Contudo, o cardeal Bembo, secretário do papa durante sete anos, acrescentou que Leão «era conhecido por não acreditar no cristianismo em si. Avançou contra a fé e, ao condenar o Evangelho, deve portanto ser um herege.»

⁶ Pagels, *Gnostic Gospels*, 23, 100.

⁷ *Ibidem*, 19.

⁸ Barber, *Trial of the Templars*, 62; e Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 76-82.

⁹ Broadhurst, *Green Man*.

¹⁰ Em Gordon, *Prehistoric London*.

¹¹ Vermes, *Complete Dead Sea Scrolls*, 86.

¹² Haskins, *Mary Magdalene*, 35-37.

¹³ Ver também Knight e Lomas, *Hiram Key*, 269.

¹⁴ Ver, por exemplo, Drower, *Mandeans of Iraq and Iran*.

¹⁵ *i.e.*, Roberts, *Journey of the Magi*, 282.

¹⁶ Baigent, Leigh, e Lincoln, *Messianic Legacy*, 92.

¹⁷ Roberts, *Journey of the Magi*, 278.

¹⁸ Silva, *Lost Art of Resurrection*.

¹⁹ Michael, *Forgotten Monarchy of Scotland*, 61.

²⁰ i.e., Scarre e Lawson, *Archaeoacoustics*; Ostrander, *Psychic Discoveries*, 1070; Silva, *Common Wealth*; Merz, *Points of Cosmic Energy*; e Jahn, «Acoustical Resonances of Assorted Ancient Structures».

CAPÍTULO 42)

¹ Santos, José António, *Monumentos das ordens militares*, 142; e *Archivo pitoresco*, 345.

² Santos, José António, *Monumentos das ordens militares*, 142.

³ Sousa, João Maria, *Notícia descritiva*, 50; e *Archivo pitoresco*, 345.

⁴ Sousa, João Maria, *Notícia descritiva*, 180-81.

⁵ Guinguand, *L'Or des Templiers*, 67.

⁶ Citado de Paraschi, *Portugal mágico dos Templários*, 44-45.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Ricardo Branco, cethomar.blogspot.com/2007/02/o-tesouro-dos-templrios-em-tomar_09.html.

⁹ Wilson, *Ordnance Survey of Jerusalem*.

¹⁰ Silva, *Common Wealth*, 219-27, op. cit.

¹¹ Por exemplo, Bauval, *Heaven's Mirror*; e Charpentier, *Secrets of Chartres Cathedral*.

¹² Silva, *Common Wealth*; e Lubicz, *Temple of Man*.

¹³ Silva, *Common Wealth*.

¹⁴ Mackey, *Encyclopedia of Freemasonry*.

¹⁵ Gardner, *Bloodline of the Holy Grail*, 261.

¹⁶ Markale, *Templar Treasure at Gisors*, 66.

¹⁷ Ver Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 122.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Oliver, *Historical Landmarks*, 5.

²⁰ IN: *E: M: CL: VIII, era of Caesar 1198 or 1160 AD* José Hermano Saraiva, citado em Ricardo Branco, «Descobertas em Tomar»,

cethomar.blogspot.com/2008/08/descobertas-em-tomar.html, 13 de agosto de 2008.

²¹ Narrado por Scaliburis e publicado em <http://cethomar.blogspot.com/2009/07/porta-do-hades.html>, 7 de março de 2009.

²² *Ibidem*.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

CAPÍTULO 43 }

¹ Stevenson, *Origins of Freemasonry*, 83.

² Ferris, *Coming of Age*, 85.

³ *Ibidem*, 79.

⁴ Christianson, *In the Presence of the Creator*, 362.

⁵ *Ibidem*, 256-62.

⁶ Em Newton, *Principia*.

⁷ Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 131.

⁸ Keynes, «Newton, the Man», 27-29.

⁹ Yates, *Giordani Bruno*, 115.

¹⁰ Hourani, *History of the Arab Peoples*.

¹¹ Ver Bauval, *Heaven's Mirror*.

¹² Murray, *Handbook for Travellers in Portugal*, 84.

CAPÍTULO 44

¹ *i.e.*, Lubicz, *Temple of Man*; Bauval, *Heaven's Mirror*.

² Reid, *Egyptian Sonics*, 16.

³ Jahn, Devereux e Ibison, «Acoustical Resonances of Assorted Ancient Structures»; Cook, Pajot e Leuchter, «Ancient Architectural Acoustic Resonance Patterns and Regional Brain Activity», 95-104.

⁴ *Ibidem*.

CAPÍTULO 45

- ¹ Migne, «Exhortatorius sermo», em *Patrologia Latina tomus*, 185, 320; e Migne, em Upton-Ward, *Rule of the Templars*, 166, 853-76.
- ² Citado em Barber, *Trial of the Templars*, 8.
- ³ Também observado por Olsen, *Templar Papers*, 108.
- ⁴ Ver Mackenzie, Donald Alexander, *Wonder Tales*.
- ⁵ Sousa, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*, 44.
- ⁶ Almeida, Fernando, «Templo de Vénus em Idanha-a-Velha», 133-39.
- ⁷ *Ibidem*.
- ⁸ Boletim da DGEMN, 25.
- ⁹ Por exemplo, Burke, *Seed of Knowledge*.
- ¹⁰ *i.e.*, Miller e Broadhurst, *Dance of the Dragon*; Cowan e Arnold, *Ley Lines and Earth Energies*; e Pierre Mereaux, *Des pierres pour les vivants*; e Brooker, «Magnetism and Standing Stones».
- ¹¹ Howells, *Heathens*.
- ¹² Phillips, Tony, «Magnetic Portals».
- ¹³ Reymond, *Mythological Origin*, 35.
- ¹⁴ Por exemplo, Silva, *Common Wealth*; e Miller e Broadhurst, *Sun and the Serpent*.
- ¹⁵ Wilhelm, *I Ching*, 39.
- ¹⁶ Brooker, «Magnetism and Standing Stones».
- ¹⁷ Merz, *Points of Cosmic Energy*, 32-33.
- ¹⁸ *Ibidem*, 31.
- ¹⁹ Burke, *Seed of Knowledge*, 129.
- ²⁰ Pierre Mereaux, *Des pierres pour les vivants*, 138.
- ²¹ Devereux, *Earth Memory*, 168; e Burke, *Seed of Knowledge*, 126-29.
- ²² Burke, *Seed of Knowledge*, 126.
- ²³ Persinger, Ruttan e Korn, «Enhancement of Temporal Lobe-Related Experiences», 33-45; e citado Silva, *Common Wealth*, 192.

²⁴ Roney-Dougal, *Faery Faith, Green Magic*, 10-40; e May, «Review of the Psychoenergetic Research».

²⁵ Serviço Meteorológico de Portugal, 1962.

²⁶ Murray, *Handbook for Travellers in Portugal*, xxxiii.

²⁷ Estrabão, «Lapides multis in locis ternos».

CAPÍTULO 46

¹ Juromenha, *Cintra pinturesca*, 134.

² Al-Qazwini, *‘Ajā’ib al-makhlūqāt wa gharā’ib al-mawjūdāt*.

³ Relato de Abílio Duarte, citado em Adrião, *Sintra, serra sagrada*.

⁴ *O Domingo Ilustrado* 2, n.º 57.

⁵ Juromenha, *Cintra pinturesca*, 134.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Costa, Miguel Manescal da, *Definições e estatuto*.

⁸ *Livro dos mestrados*, fl. 66, Ordem de Cristo, cod. n.º 233, fl cxxxiii, e cod. n.º 235, fl 68, v., agora no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁹ ANTT, gaveta 1, maço 2, n.º 18, Torre do Tombo.

¹⁰ *Ibidem*. Sem data, mas relativo ao reinado de Afonso II, *circa* 1220. O vizinho Freixal foi também concedido aos hospitalários em 1195 Ver *Sintra e Seu Concelho*, vol. 1, 39.

¹¹ *Chancelaria de D. Fernando*, 70.

CAPÍTULO 47

¹ Serbanesco, *Histoire de l’Ordre des Templiers*, 300-307.

² Atribuído a Roncelin de Fos, mas já estava em circulação em 1240.

³ Ver também artigo 29, «Regra dos Irmãos Eleitos», em Serbanesco, *Histoire de l’Ordre des Templiers*, 259-66.

⁴ Citado de Upton-Ward, *Rule of the Templars*, 92.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Serbanesco, *Histoire de l’Ordre des Templiers*, artigo 18, 302.

⁷ *Ibidem*, artigo 5, 300.

- ⁸ Ver *Cyntrao*, n.º 6, 1912.
- ⁹ i.e., Silva, *Common Wealth*; Mereaux, *Carnac: Des Pierres Pour Les Vivants*; Miller e Broadhurst, *Dance of the Dragon*; Burke, *Seed of Knowledge*.
- ¹⁰ Gandra, *O eterno feminino*.
- ¹¹ Ver, por exemplo, o estudo realizado em 1962 pelo Serviço Meteorológico de Portugal.
- ¹² Leal, *Portugal antigo e moderno*, 301.
- ¹³ Osberno, relato em David, Charles Wendell, *De expugnatione Lyxbonensi*.
- ¹⁴ Ver Juromenha, *Cintra pinturesca*, 10-12.
- ¹⁵ Estrabão, «Lapides multis in locis ternos».
- ¹⁶ Foral real de 18 de agosto de 1281, chancelaria de D. Dinis, 1 1.º, fl. 35.
- ¹⁷ Morgado, Augusto, *Época*, 12 de agosto de 1972.
- ¹⁸ Associação Portuguesa para a Investigação, www.gigi.pt (acedido a 9 de junho de 2017).
- ¹⁹ Citado em David, Charles Wendell, *De expugnatione Lyxbonensi*, 93.
- ²⁰ Mackenzie, Kenneth, *Royal Masonic Cyclopaedia*, 325, 593-94, 719-22; Tucket, *Origin of the Additional Degrees*, 10; Thory, *Acta latomorum ou chronologie de l'histoire de la Franche-maçonnerie Française et étrangère*, 52; e Baigent, Leigh e Lincoln, *Temple and the Lodge*, 194.
- ²¹ Pereira, Pereira e Anes, *Quinta da Regaleira*, 82.
- CAPÍTULO 48)
- ¹ Brito, *Primeira parte*, 214-16.
- ² Matthews, *Grail*, 12.
- ³ Ver estudo em Pagani, «Ethiopian Genetic Diversity».
- ⁴ Ver Hancock, *Sign and the Seal*.
- ⁵ Quadros, *Memórias das origens*, 326-39.
- CAPÍTULO 49)

- ¹ Otto of Friesing, *Historia de duabus civitatibus*, vol. vii.
- ² *Encyclopedia Britannica*, 306.
- ³ De *Legatio David Aethiopia Regis*; e Góis, *Fides, religio, moresque Aethiopum*.
- ⁴ Ver discussão em Hancock, *Sign and the Seal*, 80-83.
- ⁵ Pirenne, «Des Grecs à l'aurore de la culture monumentale Sabéenne», AP 257, em Fahd, *L'Arabie preislamique*.
- ⁶ *Jewish Encyclopedia*, 497.
- ⁷ Hancock, *Sign and the Seal*, 115.
- ⁸ Sergew, *Ancient and Medieval Ethiopian History*, 265.
- ⁹ Daehnhardt, *Páginas secretas da história de Portugal*, 54.

CAPÍTULO 50 ›

- ¹ Figueiredo, *História da Militaríia Ordem de Malta*, 116.
- ² Inquisições de 1314.
- ³ Cardinale, *Orders of Knighthood*, 27. Confirmado na bula *Ad ea exquibus* do papa João XXII, 14 de março de 1319.
- ⁴ *Ibidem*.
- ⁵ Citado de Hancock, *Sign and the Seal*, 168.
- ⁶ Prestage, *Portuguese Pioneers*, 170.
- ⁷ Baigent e Leigh, *Temple and the Lodge*, 131.
- ⁸ Ver Roux, 1; e Baigent e Leigh, *Temple and the Lodge*, 118-20. Uma bula de 1178 do papa Alexandre III também confirma oficialmente os bens da ordem. Os forais originais do rei francês estão nos arquivos municipais da cidade (Archives du Loiret, série D.357). Ver também Rey, *Les familles d'outre-mer*, 31ff; e *Le maire, historie et antiquitez*, parte 2, capítulo xxvi, 96ff. Ver também Charnier, *Guide des archives du Loiret*, 86. A ordem foi oficialmente registada junto da polícia francesa no dia 25 de junho de 1956, no *Journal Officiel*, uma publicação semanal do Governo em que todas as sociedades e organizações têm de se declarar. A morada na subprefeitura de Saint-Julien-en-Genevois é irrastrável. Outros documentos que pormenorizam a existência

fatual do Priorado de Sião encontram-se em *Le livre des constitutions*.

⁹ Baigent e Leigh, *Temple and the Lodge*, 122.

¹⁰ Daehnhardt, *Páginas secretas*, 41-62.

¹¹ Prestage, *Portuguese Pioneers*, 215-16.

¹² *Ibidem*, 168-70.

¹³ *Ibidem*, 27.

¹⁴ *Ibidem*, 154.

¹⁵ Álvares, *Prester Joam das Índias*.

¹⁶ Em Ariosto, *Orlando furioso*.

¹⁷ Daehnhardt, *Páginas secretas*, 37.

¹⁸ Álvares, *Prester Joam das Índias*.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Álvares, *Prester Joam das Índias*; e Beckingham e Huntingford, *Prester John of the Indies*

²² Álvares, *Prester Joam das Índias*; e Beckingham e Huntingford, *Prester John of the Indies*, 226-27.

²³ *Ibidem*

CAPÍTULO 51)

¹ Ver Hancock, *Sign and the Seal*, 3-8.

² Dimotheos, *Deux ans de séjour en Abyssinie*, 141-43.

³ West, *Traveler's Key to Ancient Egypt*, 236.

⁴ Sayce, *Fresh Light from the Ancient Monuments*, 67-68.

⁵ Morgenstern, *Ark, the Ephod and the Tent Meeting*, 121.

⁶ Hancock, *Sign and the Seal*, 428-48.

⁷ Ullendorff, «Hebraic-Jewish Elements», 253.

CAPÍTULO 53)

¹ Paraschi, *Portugal mágico dos Templários*, 58.

² Pritchard, *Recovering Serepta*, 314.

³ Paraschi, *Portugal mágico dos Templários*, 59.

EPÍLOGO)

- ¹ D'Albon, *Cartulaire général*, n.º 194, 135-36.
- ² Sède, *Les Templiers sont parmi nous*.
- ³ Butler e Dafoe, *Warriors and the Bankers*, 206.
- ⁴ i.e., Figueiredo, *História da Militaríia Ordem de Malta*.
- ⁵ Lamy, *Les Templiers*.
- ⁶ Guingand, *L'Or des Templiers*.
- ⁷ Seward, *Monks of War*, 205.
- ⁸ Stewart, *Forgotten Monarchy of Scotland*.
- ⁹ St. Clair, *Histoire généalogique*; e citado em Hopkins, Simmans e Wallace-Murphy, *Rex Deus*, 108.
- ¹⁰ *Ibidem*.
- ¹¹ Knight e Lomas, *Second Messiah*, 114.
- ¹² Cowan, Mackay e Macquarrie, *Knights of St John*, LXVIII.
- ¹³ Ritchie, *Crétien de Troyes and Scotland*, 18.
- ¹⁴ Citado de Baigent e Leigh, *Temple and the Lodge*, 82.
- ¹⁵ *Ibidem*, 111.
- ¹⁶ Ver Coppens, *Stone Puzzle of Rosslyn Chapel*.
- ¹⁷ Wallace-Murphy e Hopkins, *Guardian of the Secrets*, 7.
- ¹⁸ Forbes, *Account of Roslin*, 28.
- ¹⁹ Warren, *Temple or the Tomb*, 163-65; e Wilson e Warren, *Recovery of Jerusalem*.
- ²⁰ Citado de Knight e Lomas, *Second Messiah*, 70.
- ²¹ Silva, *Common Wealth*, 33-41.
- ²² *Ibidem*.
- ²³ Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 241.
- ²⁴ Ver Cooper, *Voyages of the Venetian Brothers*; e Andrea, *Irresistible North*, 154.
- ²⁵ Wilkins, *Concilia Manae Britanniae et Hiberniae*, 380-81.
- ²⁶ Baigent, Leigh e Lincoln, *Holy Blood, Holy Grail*, 78.

- ²⁷ Herculano, *História de Portugal*, 201; e Ferreira, *Memórias e notícias históricas*, 800-12, 824-28.
- ²⁸ Daehnhardt, *Páginas secretas*, 62.
- ²⁹ Knight e Lomas, *Hiram Key*, 290.

BIBLIOGRAFIA

- Addison, Charles Greenstreet. *The Knights Templars*. Londres: Longman, Brown, Green and Longmans, 1852.
- Adrião, Vítor Manuel. *Sintra, serra sagrada*. Comunidade Sintra: Teúrgica Portuguesa, 1994.
- Alberto de Aachen. *Historia hierosolymitana*. Editado e traduzido por S. Edgington. Oxford: Oxford Medieval Texts, 2007.
- Allegro, John. *The Dead Sea Scrolls and the Christian Myth*. Londres: Prometheus Books, 1992.
- . *The Treasure of the Copper Scroll*. Garden City, Nova Iorque: Doubleday, 1960.
- Almeida, Fernando. *Pedras Visigóticas em Soure*. Lisboa: Ethnos, número 5, 1966.
- . «Templo de Vénus em Idanha-a-Velha». Em *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* 2 (1959): 133-39.
- Almeida, M. Lopes de. *Ferreira da Costa, and Dinis*. Editado por A. J. Dias e Idalino Ferreira da Costa Brochado. Vol. I. Coimbra, Portugal: Monumenta Henriciana, 1960.
- Al-Qazwini, Zakaria. *‘Ajā’ib al-makhlūqāt wa gharā’ib al-mawjūdāt*. Göttingen, Alemanha: Wüstenfeld, 1849.
- Álvares, Francisco. *Prester Joam das Indias: Verdadeira testemunha das terras de Prester Joam*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1540.
- Alvarez, Raquel Alonso. «Los promotores de la Orden del Cister en los reinos de Castila y Leon». *Anuario de Estudios Medievales* 37, n.º 2 (julho-dezembro 2007): 653-710.
- Anderssohn, John C. *The Ancestry and Life of Godfrey of Bouillon*. Bloomington: Indiana University Press, 1972.
- Andrea, Robilant di. *Irresistible North: From Venice to Greenland on the Trail of the Zen Brothers*. Nova Iorque: Knopf, 2011.
- Anónimo, *Perlesvaus*. Charleston, S.C.: Nabu Press, 2010.
- Anónimo, *Secret Societies of the Middle Ages*. Londres: C. Cox, 1848.

- Archivo pittoresco*. Vol. IX. Lisboa: Castro Irmão & Co., 1866.
- Ariosto, Ludovico. *Orlando furioso*. 1516.
- Armas, Duarte de. *Livro das Fortalesas, Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. 2.^a edição. Lisboa: Edições Inapa, 1997.
- Asbridge, Thomas. *First Crusade*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Ash, David, e Peter Hewitt. *Science of the Gods: Reconciling Mystery and Matter*. Shaftesbury, Inglaterra: Element, 1993.
- Auberger, Jean-Baptiste. *L'Unanimité cistercienne primitive: Mythe ou réalité*. Citeaux-Achel, França: Éditions Sines Parvalous, 1986.
- Aubert, M., e a marquesa de Maillé. *L'Architecture Cistercienne en France*. Paris: Éditions d'Art et d'Histoire Vanoest, 1947.
- Azevedo, R. de, ed. *Documentos medievais Portugueses, documentos régios*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958.
- Baigent, Michael, e Richard Leigh. *The Temple and the Lodge*. Nova Iorque: Arcade, 1991.
- Baigent, Michael, Richard Leigh e Henry Lincoln. *Holy Blood, Holy Grail*. Nova Iorque: Bantam Dell, Nova Iorque, 1982.
- . *The Messianic Legacy*. Nova Iorque: Delta, 2003.
- Bale, John. *Acta romanorum pontificum*. Londres: John Daye e William Seres, 1574.
- Barber, Malcolm. *The Cathars: Dualist Heretics in the Languedoc*. Harlow, Inglaterra: Pearson Education, 2000.
- . *The Knight and Chivalry*. Ipswich, Inglaterra: Boydell Press, 1974.
- . *The New Knighthood: A History of the Order of the Temple*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- . *The Origins of the Order of the Temple, Studia Monastica*. Vol. XII. Barcelona, Espanha: Abadia de Montserrat, 1970.
- . *The Trial of the Templars*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

- Barber, Malcolm, e Keith Bate. *The Templars: Selected Sources*. Manchester, Inglaterra: Manchester University Press, 2002.
- Barbosa, Ignacio. *Monumentos de Portugal*. Lisboa: Castro Irmão & Co., 1886.
- Barbosa, J. de Vilhena. *Estudos e archeologicos*. Porto, Portugal: Ernesto Chardron, 1875.
- Barroca, Mário Jorge. «A Ordem do Templo e a arquitetura militar portuguesa do século XII». *Portugalia*, nova série, XVII-XVIII (1996-1997): 157.
- Barthélemy, Édouard de. *Obituaire de la commanderie du Temple de Reims*. Paris: Imprimerie Nationale, 1882.
- Bauval, Robert. *Heaven's Mirror*. Nova Iorque: Doubleday, 1999.
- Beckingham, Charles F., e G. W. B. Huntingford, eds. *The Prester John of the Indies: A True Relation of the Lands of Prester John, Being the Narrative of the Portuguese Embassy to Ethiopia in 1520 by Father Francisco Alvarez*. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press for the Hakluyt Society, 1961.
- Begg, Ean. *Cult of the Black Virgin*. Londres: Arkana, 1985.
- Bembo, Pietro, cardeal. *Letters and Comments on Pope Leo X*. 1842.
- Ben-Dov, Meir. *The Shadow of the Temple: The Discovery of Ancient Jerusalem*. Nova Iorque: Harper & Row, 1985.
- Bennet, J. *Origin of Freemasonry and Knight Templar*. Muskegon, Michigan: John R. Bennett, 1907.
- Bernardo de Claraval. *Apologia*. employees.oneonta.edu/farberas/arth/arth212/Apologia.html
- . *Epistolae*. Vol. III. Paris: Georg Wolf, 1494.
- . *On Consideration*. Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1908.
- Bernardo de Claraval, Jean Leclercq, C. H. Talbot e Henri Rochais. *Sancti Bernardi Opera*. Vol. III. Roma: Editiones Cistercienses, 1957-1977.
- . *Textes politiques*. Paris: Bibliothèque médiévale, 1986.

- Biggs, Anselm Gordon. *Diego Gelmirez, First Archbishop of Compostela*. Washington, DC: Catholic University of America Press, 1949.
- «Boletim da DGEMN» *Castelo de Pombal*, n.º 21, setembro de 1940.
- Bordes, Richard. *Les Mérovingiens et Rennes-le-Château*. Rennes-le-Château, França: P. Schrauben, 1984.
- Bouquet, Martin, ed. *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. Vol. 15. Paris: L'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1738.
- Branco, Manuel da Silva Castelo. *Inéditos da crónica da Ordem de Cristo de Fr. Bernardo da Costa*. Santarém, Portugal: Edição da Assembleia Distrital de Santarém, 1980.
- Brandão, António. *Monarchia Lusitana*. Vol. III. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1806.
- Bredero, Adriaan. *Bernard of Clairvaux: Between Cult and History*. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Co., 1996.
- Brito, Bernardo de. *Monarchia Lusytana*. Vol. III. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1690.
- . *Primeira parte da Chronica de Cister*. Lisboa: Crasbeeck, 1602.
- Broadhurst, Paul. *The Green Man*. Launceston, Inglaterra: Mythos, 2006.
- Brochado, Costa. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Portugália, 1947.
- Bromiley, Geoffrey, ed. *International Standard Bible Encyclopedia*. Vol. 2. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing, 1982.
- Brooker, Charles. «Magnetism and Standing Stones». *New Scientist* 97 (13 de janeiro de 1983): 105.
- Brownlow, W. R. B., trad. *An Account of the Pilgrimage of Saewulf to Jerusalem and the Holy Land in the Years 1102 and 1103*. Londres: P.P.T.S., 1892.

- Brundage, James, trans. «William of Tyre, *Historia rerum in partibus transmarinis gestarum*, xii, 7, *Patrologia Latina*». Em *The Crusades: A Documentary Survey*. Milwaukee, Wisconsin: Marquette University Press, 1962.
- Budge, Wallis A. *The Gods of the Egyptians*. Londres: Methuen, 1904.
- Burke, John. *Seed of Knowledge, Stone of Plenty: Understanding the Lost Technology of the Ancient Megalith-Builders*. São Francisco: Council Oak Books, 2005.
- Butler, Alan, e Stephen Dafoe. *The Warriors and the Bankers*. Londres: Ian Allan Ltd., 2007.
- Cardinale, Hygenius Eugene, ed. *Orders of Knighthood, Awards, and the Holy See*. Gerrands Cross, Inglaterra: Peter Bander Van Duren, 1985.
- Carrière, V. *Les débuts de l'Ordre du Temple en France, le moyen age*. Paris: Honoré Champion, 1914.
- Cerrini, S., ed. *Regula pauperum commilitonum Christi Templique salominici*. Corpus Christianorum, Continuario Mediavalis.
- César, Júlio. *Incerti avctoris de bello Hispaniensi liber*. *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1. Arquivo Nacional Torre do Tombo.
- Charnier, Henri. *Guide des archives du Loiret: Fonds antérieurs à 1940*. Orleães, França: Archives départementales du Loiret, 1982.
- Charpentier, Louis. *Secrets of Chartres Cathedral*. Nova Iorque: Avon, 1980.
- Chatwin, Bruce. *The Songlines*. Nova Iorque: Penguin Books, 1988.
- Christianson, Dale E. *In the Presence of the Creator: Isaac Newton and His Times*. Londres: Collier MacMillan, 1984.
- Chritchlow, Keith. *Islamic Patterns: An Analytical and Cosmological Approach*. Rochester, Vermont: Inner Traditions, 1999.
- Cocheril, D. Maur. «Essai sur l'origine des ordres militaires dans la Peninsule Iberique». *Collectanea Ordinis Cisterciensium Reformatae*, t. xxi, 310.

- . *Routier des abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: FCG, Centro Cultural Português, 1978.
- Cook, Ian A., Sarah K. Pajot e Andrew F. Leuchter. «Ancient Architectural Acoustic Resonance Patterns and Regional Brain Activity». *Time and Mind* 1, n.º 1 (março de 2008): 95-104.
- Cooper, Robert L. D., ed. *The Voyages of the Venetian Brothers Nicolo and Antonion Zeno to the Northern Seas in the XIVth Century*. Nova Iorque: Masonic Publishing Co., 2004.
- Coppens, Philip. *The Stone Puzzle of Rosslyn Chapel*. Kempton, Illinois: Frontier Publishing, 2004.
- Costa, Fr. Bernardo da. *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*. Coimbra, Portugal: Pedro Ginioux, 1771.
- Costa, Miguel Manescal da. *Definições e estatuto dos cavaleiros e freires da Ordem do Nosso Senhor Jesus Christo*. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1746.
- Daehnhardt, C. Rainier. *Páginas secretas da história de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Nova Acrópole, 1993.
- Coutinhas, José Manuel. *Aproximação à identidade etno-cultural dos Callaici Bracari*. Porto, Portugal, 2006.
- Cowan, David, e Chris Arnold. *Ley Lines and Earth Energies*. Kempton, Illinois: Adventures Unlimited, 2003.
- Cowan, I. B., P. H. R. Mackay e A. Macquarrie. *The Knights of St. John of Jerusalem in Scotland*. Edimburgo: Scottish History Society, Quarta Série, 1983.
- Cunha, D. Rodrigo da. *Historia ecclesiastica de Braga*. Braga, Portugal: Manuel Cardozo, 1634.
- Curzon, Henri de. *La règle du Temple*. Paris: Société de l'histoire de France, Librairie Renouard, 1886.
- Daehnhardt, C. Rainier. *Páginas secretas da história de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Nova Acrópole, 1993.
- D'Albon, marquês. *Cartulaire général de l'Ordre du Temple (1119? -1150): Recueil des chartes et des bulles relatives à l'Ordre du Temple*. Paris: Champion, 1913.

- Danby, Herbert. *The Mishnah*. Oxford: Oxford University Press, 1933.
- Daraul, Arkon. *The Secret Societies*. Nova Iorque: Fine Communications, 1999.
- Darlington, O. G. «Gerbert, the Teacher». *The American Historical Review* 52, n.º 3 (1947): 456-76.
- David, Charles Wendell, trad. *De expugnatione Lyxbonensi* [A Conquista de Lisboa]. Nova Iorque: Columbia University Press, 1936.
- David, Pierre. *Études historiques sur la Galice et le Portugal*. Lisboa-Paris: Livrarie Portugalia, 1947.
- Davies, Daniel, ed. *Celtic Linguistics, 1700-1850*. Londres: Routledge, 2000.
- Delaforge, Gaetan. *The Templar Tradition in the Age of Aquarius*. Traduzido por John Moyne. Putney, Vermont: Threshold Books, 1987.
- Deloux, Jean-Pierre, e Jacques Bretigny. *Rennes-le-Château: Capital secreta de l'histoire de France*. Paris: Éditions Atlas, 1982.
- Denis, Ferdinand. *Histoire et discription de tous les peuples: Portugal*. Paris: Firmin Didot Freres, 1850.
- Deroy, J. P. Th. *Bernardus en origenes*. Haarlem, Holanda: De Toorts, 1963.
- Dessubre, M. *Bibliographie de l'Ordre des Templiers*. Paris: E. Nourry, 1928.
- Devereux, Paul. *Earth Memory*. St. Paul, Minnesota: Llewellyn, 1992.
- Devereux, Paul, et al. «Acoustical Properties of Ancient Ceremonial Sites». *Journal of Scientific Exploration* 9 (1995): 438.
- Dias, Mário Simões. *Os Templários em terras de Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.
- Didier, J. C. «Histoire of La Roche Vanneau». www.la-roche-vanneau.fr (acedido a 21 de março de 2017).
- Dimotheos, Le R. P. *Deux ans de séjour en Abyssinie*. Jerusalém, Israel: Typographie Arménienne du couvent de Saint-Jacques,

1871.

Diodoro da Sicília. *Historical Library of Diodorus the Sicilian, Valesius, Rhodomannus, and Ursinus*. Londres: W. McDowell, 1814.

Drower, E. S. *The Mandeans of Iraq and Iran: Their Cults, Customs, Magic, Legends, and Folklore*. Oxford: Oxford University Press, 1937.

Encyclopedia Brittanica. 11^a edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1910.

Eneix, Linda. «The Ancient Architects of Sound». *Popular Archaeology* 6 (março de 2012).

Eschenbach, Wolfram von. *Parzival*. Londres: Penguin Classics, 1980.

Esquieu, L. «Les Templiers de Cahors». *Bulletin de la Societé des Études Litteraires, Scientifiques, et Artistiques du Lot* 22, n.º 1 (1897): 147.

Estrabão, «Lapides multis in locis ternos aut quaternos impositos». Em *Geographicarum*, AD 20.

Eusébio. *Historia Ecclesiastica*. N.p., 300-325 d. C.

Evans, G.R. *Bernard of Clairvaux: Selected Works*. Mahwah, Nova Jérсия: Paulist Press, 1987.

Fagan, Brian M., e Charlotte Beck. *The Oxford Companion to Archeology*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Fahd, T., ed. *L'Arabie preislamique et son environnement historique et culturel*. Leiden, Holanda: Brill, 1989.

Ferreira, Alexandre. *Memórias e notícias históricas da célebre ordem militar dos Templários na Palestina*. Lisboa: Lisboa Occidental, 1735.

Ferris, Timothy. *Coming of Age in the Milky Way*. Londres: Bodley Head, 1988.

Figueiredo, José Anastásio de. *História da Militaríia Ordem de Malta e dos senhores grão-mestres della em Portugal*. Lisboa: S. T. Ferreira, 1800.

- Forbes, Robert. *An Account of Roslyn by Philo-Roskelynsis*. Edimburgo: William Auld, 1774.
- Fraser, James. *Proceedings of the Numismatic Society*. Londres: Royal Numismatic Society, 1837.
- Freitas, Bernardino José de Senna. *Memórias de Braga*. Livro IV. Braga, Portugal: Imprensa Catholica, 1891.
- Freund, Richard. *Digging through the Bible: Modern Archaeology and the Ancient Bible*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2009.
- Fulquério de Chartres. *Fulcheri carnotensis historia hierosolymitana (1095-1127)*. Editado por Heinrich Hagenmeyer. Heidelberg, Alemanha: Carl Winter, 1913.
- Galvão Duarte. *Chronica do muito alto e muito esclarecido príncipe D. Affonso Henriques*. Lisboa: Ferreyra, 1726.
- Gandra, Joaquim. *O eterno feminino no aro de Mafra*. Londres: Thames & Hudson, 1994.
- Gardiner, Alan. *Egyptian Grammar*. Westport, Connecticut: Griffith Institute, 1999.
- Gardner, Lawrence. *Bloodline of the Holy Grail*. Shaftesbury, Inglaterra: Element Books, 1996.
- . *The Magdalene Legacy*. Nova Iorque: Barnes & Noble, 2005.
- . *The Shadow of Solomon: The Lost Secret of the Freemasons*. York Beach, Maine: Weiser Books, 2007.
- Gerli, E. Michael, ed. *Medieval Iberia: An Encyclopedia*. Londres: Routledge, 2003.
- Gildas. *De excidio et conquestu Britanniae*. <http://www.vortigernstudies.org.uk/arthist/vortigernquotesgil.htm> (acedido a 8 de junho de 2017).
- Godwin, Malcolm. *The Holy Grail*. Londres: Bloomsbury, 1994.
- Góis, Damião de. *Fides, religio, Moresque aethiopum*. Louvain, Bélgica: Rutgerus Rescius, 1540.
- Gordon, E. O. *Prehistoric London*. Londres: The Covenant Publishing Co., 1946.

- Graça, Luís Maria Pedrosa dos Santos. *The Templar Castle of Tomar*. Lisboa: ELO-Publicidade, Artes Gráficas, 1994.
- Green, Thomas. *Concepts of Arthur*. Stroud, Inglaterra: Tempus, 2007.
- Grossman, Heshy, Rabi. *The Weekly Parsha*. www.shemayisrael.co.il/parsha/dimension (acedido a 8 de junho de 2017).
- Grousset, Renée. *Histoire des Croisades et du royaume Franc de Jerusalem*. Vol. III. Paris: Plon, 1934-1936.
- Guiberto de Nogent. *The Deeds of God through the Franks*. Middlesex, Inglaterra: Echo Library, 2008.
- Guilherme de Saint-Thierry, Arnaldo de Bonneval e Godofredo de Auxerre. *Vita prima sancti Bernardi*. Livros III e V. Parologia Latina.
- Guilherme de Saint-Thierry, Arnaldo de Bonneval, Godofredo e Filipe de Claraval e Odo de Deuil. *Saint Bernard of Clairvaux: The Story of His Life as Recorded in the Vita Prima Bernardi by Certain of His Contemporaries*. Londres: A. R. Mowbray, 1960.
- Guilherme de Tiro. *A History of Deeds Done beyond the Sea*. Traduzido por Emily A. Babcock e A. C. Krey. Nova Iorque: Columbia University Press, 1943. Reedição, Nova Iorque: Octagon Books, 1976.
- Guimarães, J. Vieira da Silva. *A Ordem de Christo*. Lisboa: Livraria Moderna, 1901.
- Guinguand, Maurice. *L'Or des Templiers: Gisors ou Tomar?* Paris: Éditions Robert Laffont, 1973.
- Guizot, Michel. *France*. Vol. 1. Nova Iorque: Peter Fenelon and Co., 1898.
- Haagensen, Erling, e Henry Lincoln. *The Templars' Secret Island*. Londres: Cassell and Co., 2002.
- Hagenmeyer, Heinrich. *Le vrais et le faux sur Pierre l'Hermite*. Traduzido por Maxine Furcy-Raynaud. Paris: Librairie de la Société, 1883.

- Hall, Manly P. *Secret Teachings of All Ages*. Los Angeles, Califórnia: PRS, 1928.
- Hancock, Graham. *The Sign and the Seal*. Nova Iorque: Crown Publishers, Inc., 1992.
- Hancock, Graham, e Robert Bauval. *Talisman*. Shaftesbury, Inglaterra: Element, 2004.
- Harrison, Jane Ellen. *Prolegomena to the Study of Greek Religion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1903.
- Haskins, Susan. *Mary Magalene, Myth and Metaphor*. Nova Iorque: Riverhead Books, 1993.
- Hefele, C. J., e H. Leclercq. *Histoire des conciles*. Vol. 5. Paris: LeClare, 1912.
- Herculano, Alexandre. *História de Portugal*. Livros I e II. Lisboa: Bertrand & Filhos, 1863.
- Hill, Rosalind, ed. e trad. *Gesta Francorum et aliorum hierosolimitanorum*. Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1967.
- Hipólito. *The Refutation of All Heresies*. Berlim e Nova Iorque: Walter de Gruyter, 1981.
- Hooke, S. H., ed. *Myth, Ritual, and Kingship: Essays on the Theory and Practice of Kingship in the Ancient Near East and in Israel*. Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1958.
- Hopkins, Marilyn, Graham Simmans e Tim Wallace-Murphy. *Rex Deus, the True Mystery of Rennes-le-Chateau, and the Dynasty of Jesus*. Shaftesbury, Inglaterra: Element, 2000.
- Hourani, Albert. *A History of the Arab Peoples*. Londres: Faber and Faber, 1991.
- Howarth, Stephen. *The Knights Templar: Christian Chivalry and Crusades: 1095-1314*. Nova Iorque: Atheneum, 1982.
- Howells, William. *The Heathens*. Nova Iorque: Doubleday, 1948.
- Hufgard, M. Kilian. *Saint Bernard of Clairvaux*. Vol. II. Lewiston, Nova Iorque: Edwin Mellen Press, 1989.
- Igrejas, Luís Magarinhos. «Sobre a origem e significado das palavras Portugal e Galiza». *Journal Portugaliza*, 2005.

- Irwin, Aisling, e Roger Highfield. *The Daily Telegraph*. Dezembro de 1998.
- Isaac de l'Étoile et son siècle, sermão XLVIII, ed. G. Raciti, Citeaux: Commentarii Cisterciensis, 12, 1961.
- Jacq, Christian. *Magic and Mystery in Ancient Egypt*. Londres: Souvenir Press, 1998.
- Jahn, Robert G., Paul Devereux e Mike Ibison. «Acoustical Resonances of Assorted Ancient Structures». Relatório Técnico PEAR 95002, Universidade de Princeton, março de 1995.
- James, Bruno Scott. *The Letters of St. Bernard of Clairvaux*. Kalamazoo, Michigan: Cistercian Publications, 1998.
- Jarman, Alfred Owen Hughes. *Geoffrey of Monmouth and the Matter of Britain, in Wales through the Ages*. Editado por Arthur James Roderick. Vol. I. Londres: C. Davies, 1974.
- Jeantin, Jean Fran L. *Les chroniques de l'Ardenne et des Woepvres*. Paris: L. Maison Libraire, 1851.
- Jenkins, Brian, e Spyros A. Sofos, eds. *Nation and Identity in Contemporary Europe*. Londres: Routledge, 1996.
- The Jewish Encyclopedia*. Nova Iorque: Funk & Wagnalls, 1925.
- Johns, C. N. «Excavations at Pilgrim's Castle, Atlit, 1932». *Quarterly of the Department of Antiquities of Palestine* III, n.º 4 (1933): 145-64.
- Johnstone, Paul. *The Sea-craft of Prehistory*. Nova Iorque: Routledge, 1988.
- Jolibois, Émile. *Haute-Marne: L'Ancien et moderne*. Paris: Chaumont Imprimerie et Lithographie Ve Miot-Dadant, 1858.
- Jones, Alfred. *Dictionary of Old Testament Proper Names*. Grand Rapids, Michigan: Kregel Academic and Professional Press, 1990.
- Jubainville, M. Henri Arbois de. *Histoire de Bar-sur-Aube sous les comtes de Champagne*. Vol. II. Paris: A. Durand, 1859.
- . *Histoire des ducs et comtes de Champagne*. Vol. II. Paris: A. Durand, 1861.

- Juromenha, João António. *Cintra pinturesca*. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1838.
- Kaplan, Aryeh. *Sefer Yetzirah: The Book of Creation in Theory and Practice*. York Beach, Maine: Weiser Books, 1993.
- Keynes, John Maynard. «Newton, the Man». Em *Newton Tercentenary Celebrations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1947.
- Knight, Christopher, e Robert Lomas. *The Hiram Key*. Londres: Century, 1996.
- . *The Second Messiah*. Shaftesbury: Element, 1997.
- Konstam, Angus. *Historical Atlas of the Crusades*. Londres: Mercury Books, 2004.
- Lalore, Charles. *Collection des principaux cartulaires du Diocese de Troyes*. Vol. I. Cartulaire de l'Abbaye de Saint-Loup, n.º 3. Paris: E. Thorin, 1875.
- Lamy, Michel. *Les Templiers: Ces grands seigneurs aux blancs manteaux*. Bordéus, França: Auberon, 1994.
- Latrie, L. de Mas, ed. *Chronique d'Ernoult et de Bernard le Trésorier*, Société de l'Histoire de France. Paris: Jules Renouard, 1871.
- Lawlor, Robert. *Sacred Geometry*. Londres: Thames & Hudson, 1986.
- Lay, Stephen. *The Reconquest Kings of Portugal*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.
- Leal, Pinho. *Portugal antigo e moderno*. Vol. II. Lisboa: Mattos Moreira, 1877.
- Leclercq, Jean. «Un document sur les débuts des Templiers». *Revue d'Histoire Ecclesiastique* LII (1957): 81-91.
- . *Monks and Love in the Twelfth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- . Em *Saint Bernard of Clairvaux, Studies Commemorating the Eight Centenary of His Canonization*. Editado por Basil Pennington. Kalamazoo, Michigan: Cistercian Publications, 1977.
- Leclercq, Jean, Charles H. Talbot e H. M. Rochais. *Sancti Bernardi Opera*. Roma: Editiones Cistercienses, 1957.

- Legatio David Aethiopia regis*. Bolonha, Itália: Giacombo Keymolen Alostese, 1533.
- Lemesurier, Peter. *Decoding the Great Pyramid*. Nova Iorque: Barnes & Noble Books, 1996.
- Leroy, Thierry. *Hugues de Payns, chevalier champenois, fondateur de l'Ordre des Templiers*. Troyes, França: Édition de la Maison Boulanger, 1997.
- Le livre des constitutions*. Genebra: Éditions des Commanderies de Genève, 1956.
- Livro dos mestrados*. Lisboa: Torre do Tombo, n.d.
- Lizerand, Georges. *La dossier de l'affaire des Templiers*. Paris: Les Belles Lettres, 1964.
- Lobineau, Henri. *Dossiers secrets*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.
- . «Généalogie des rois Mérovingiens et origine des diverses familles Françaises et étrangères de souche Mérovingienne d'après l'Abbé Pichon, le Docteur Hervé et les parchemins de l'Abbé Saunière de Rennes-le-Château». Paris: Bibliothèque nationale de France, 1964.
- Lubicz, R. A. Schwaller de. *The Temple of Man*. Rochester, Vermont: Inner Traditions, 1998.
- Luttrell, Anthony. «The Earliest Templars». Em *Autour de la première croisade: Actes du Colloque de la Society for the Study of the Crusades and the Latin East*, editado por Michel Balard. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.
- Maalouf, Amin. *Les Croisades vues par les Arabes*. Paris: J. C. Lattès, 1986.
- Mabillon, Johannis. *Sancti Bernardi Opera Omnia*. Paris: 1719.
- Mackenzie, Donald Alexander. *Wonder Tales from Scottish Myth and Legend*. Londres: Dover Publications, 1977.
- Mackenzie, Kenneth. *The Royal Masonic Cyclopaedia*. Wellingborough, Inglaterra: Aquarian Press, 1987.
- Mackey, Albert. *Encyclopedia of Freemasonry*. Vol. 2. Chicago: The Masonic History Co., 1946.

- Mander, Bob. «Balantradoch: The Scottish Temple». Em *The Templar Papers*, editado por Oddvar Olsen. Franklin Lake, Nova Jérсия: New Page Books, 2006.
- Mann, A. T. *Sacred Architecture*. Nova Iorque: Barnes and Noble, 1996.
- Mann, Horace Kinder, e Johannes Hollnsteiner. *The Lives of the Popes in the Early Middle Ages*. Vol. VIII. Londres: Kegan, Paul, Trench, Trubner & Company, 1910.
- Map, Walter. *De nugis curialium*. Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1983.
- Markale, Jean. *Templar Treasure at Gisors*. Rochester, Vermont: Inner Traditions, Rochester, 2003.
- Marques, António Henrique Oliveira. *História de Portugal*. 11.^a edição. Vol. I. Lisboa: Portugália Editora, 1983.
- Mateus de Edessa. *Armenia and the Crusades, Tenth to Twelfth Centuries: The Chronicle of Matthew of Edessa*. Traduzido por Ara Edmond Dostourian. Lanham, Maryland: University Press of America, 1993.
- Matos, Leonor Correia de. *A Ordem de Cister e o Reino de Portugal: Mito e razão*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1999.
- Matthews, John. *The Grail: Quest for the Eternal*. Londres: Thames & Hudson, 1987.
- Mattoso, José. *Lusitania Sacra, Centro dos Estudos Históricos*. Lisboa: Faculdade de Direito, 1971.
- . «Perspectivas actuais sobre a nobreza portuguesa 1128-1383». *Revista de História Económica e Social* IX (1982).
- . *Ricos homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
- May, E. C. «Review of the Psychoenergetic Research Conducted at SRI International». *SRI International Technical Report*, março de 1988.
- McKenna, Stephen. *Paganism and Pagan Survivals in Spain up to the Fall of the Visigothic Kingdom*. Nova Iorque: Catholic

- University of America Press, 1938.
- Merton, Thomas. *Bernard de Clairvaux*. Alsácia, França: Commission d'histoire de l'Ordre de Citeaux, 1953.
- . *Thomas Merton on Saint Bernard*. Londres: Cistercian Publications, A. R. Mowbray, 1980.
- Merz, Blanche. *Points of Cosmic Energy*. Saffron Walden, Inglaterra: C. W. Daniel, 1983.
- Michael, H. R. H. Prince of Albany. *The Forgotten Monarchy of Scotland*. Shaftesbury, Inglaterra: Element Books, 1998.
- Michelet. *Histoire de France*. Vol. III. Paris: Librairie de l'Université de France, 1841.
- . *Le proces des Templiers*. Paris: Librairie de l'Université de France, 1841.
- Migne, Jacques Paul. *Patrologia Latina tomus, S. Bernardi abbatis Clarae-Vallensis, de laude novae militiae, ad militias Templi liber*. Paris: Gamier, 1854.
- Miguel, o Sírío. *Chronique de Michel le Syrien*. Vol. III. Paris: Ernest Lemoux, 1905.
- Miller, Hamish, e Paul Broadhurst. *The Sun and the Serpent*. Launceston, Inglaterra: Pendragon Press, 1989.
- . *The Dance of the Dragon*. Launceston, Inglaterra: Pendragon Press, 2003.
- Minihan, James. *Encyclopedia of the Stateless Nations*. Vol. IV. Westport, Connecticut: Greenwood Publishing, 2002.
- Morgado, Augusto. *Época*, 12 de agosto de 1972.
- Morgenstern, Julian. *The Ark, the Ephod, and the Tent Meeting*. Hebrew Union College Annual, vol. xvii, 1942.
- Murray, John. *Handbook for Travellers in Portugal*. Londres: J. Murray, 1855.
- Newton, Isaac. *Principia*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- Niel, Ferdinand. *Dolmens et Menhirs*. Paris: P.U.F., 1966.
- O Domingo Ilustrado* 2, n.º 57 (1898).

- Oldenbourg, Zoe. *Massacre at Montsegur*. Londres: Weidenfelt and Nicolson, 1991.
- Oliveira, Nuno Villamariz. *Castelos Templários em Portugal 1120-1314*. Lisboa: Ésquilo, 2010.
- Oliver, George. *The Historical Landmarks and Other Evidences of Freemasonry*. Vol. II. Nova Iorque: Masonic Publising, 1867.
- Olsen, Oddvar, ed. *The Templar Papers*. Franklin Lakes, Nova Jérсия: New Page Books, 2006.
- Ostrander, Sheila. *Psychic Discoveries behind the Iron Curtain*. Nova Iorque: Bantam Doubleday, 1971.
- Otto of Friesing. *Historia de duabus civitatibus*. 1157.
- Oxford King James Bible. Oxford: Oxford University Press, 1769.
- Pagani, L. T. Kivisild, A. Tarekegn, R. Ekong, C. Plaster, I. Gallego Romero, Q. Ayub, S. Q. Mehdi, M. G. Tomas, D. Luiselli, et al. «Ethiopian Genetic Diversity Reveals Linguistic Stratification and Complex Influences on the Ethiopian Gene Pool». *The American Journal of Human Genetics* 91, n.º 1 (13 de de julho de 2012): 83-96.
- Page, Martin. *The First Global Village: How Portugal Changed the World*. Oeiras, Portugal: Casa das Letras, 2006.
- Pagels, Elaine. *The Gnostic Gospels*. Nova Iorque: Vintage, 1989.
- Paraschi, André J. *Breve guia da expansão geográfica dos Cavaleiros Templários em Portugal*. Lisboa: Sol Invictus, 1986.
- . *História dos Templários em Portugal*. Vol. II. Lisboa: Sol Invictus, 1990.
- . *Portugal mágico dos Templários*. Ericeira, Portugal: Centro Internacional de Estudos Templários, 1993.
- Peake, Arthur Samuel. *Peake's Commentary on the Bible*. Editado por Matthew Black e Howard Henry Rowley. Londres: Routledge, 2001.
- Pereira, Denise, Paulo Pereira e José Anes. *Quinta da Regaleira: História, símbolo e mito*. Sintra, Portugal: CulturSintra, sem data.
- Persinger, M. A., L. A. Ruttan e S. Koren. «Enhancement of Temporal Lobe-Related Experiences during Brief Exposures to

- Milligauss Intensity ELF Magnetic Field». *Journal of Biochemistry* 9 (1990): 33-45.
- Petel, August. *La commanderie de Payns et ses dependences à Messon et au Pavillon*. Paris: Champion, 1905.
- Phillips, Jonathan. *Defenders of the Holy Land*. Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1996.
- Phillips, Tony. «Magnetic Portals Connect Sun and Earth». NASA. https://science.nasa.gov/science-news/science-at-nasa/2008/30oct_ftes (acedido a 28 de março de 2017).
- Picknett, Lynn, e Clive Prince. *Turin Shroud — In Whose Image? The Shocking Truth Unveiled*. Toronto, Canadá: Stoddart Publishing, 1994.
- Pierre Mereaux, Carnac. *Des pierres por les vivants*. Bretanha, França: Kerwangwenn, Nature & Bretagne, 1992.
- Pike, Albert. «Allocution of Pio Nono against the Free Masons». Em *Morals and Dogma of the Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry*. Charleston, Carolina do Sul: The Council, 1871.
- Pinkerfield, Jacob. *Bishvili Omanut Yehudit*. Merhavia, Israel: Sefer Zichron, 1957.
- Pinkham, Marc Amaru. *Guardians of the Holy Grail: The Knights Templar, John the Baptist, and the Water of Life*. Kempton, Illinois: Adventures Unlimited Press, 2004.
- Pixner, Bargil. «Jerusalem's Essene Gateway: Where the Community Lived in Jesus' Time». *Biblical Archaeological Review* 23, n.º 3 (maio/junho de 1997): 22-31; 64, 66.
- Prestage, Edgar. *The Portuguese Pioneers*. Londres: Adam and Charles Black, 1933.
- Pritchard, James. *Recovering Serepta, a Phoenician City*. Princeton, Nova Jérsia: Princeton University Press, 1978.
- Proceedings of the Royal Irish Academy*. Vol. VIII. Dublin: M. H. Gill, 1864.
- Quadros, António. *Memórias das origens, saudades do futuro*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992.

- Raedts, Peter. «St. Bernard of Clairvaux and Jerusalem». Em *Prophecy and Eschatology*, editado por Michael Wilks. Oxford, Inglaterra e Cambridge, Massachusetts: Ecclesiastical History Society, 1994.
- Reid, John. *Egyptian Sonics: A Preliminary Investigation Concerning the Hypothesis That the Ancient Egyptians Had Developed a Sonic Science by the Fourth Dynasty (Circa 2520 BC)*. Ponteland, Inglaterra: Sonic Age, 2001.
- Reilly, B. F. *The Kingdom of Leon-Castilla under Queen Urracca, 1109-1126*. Princeton, Nova Jérсия: Princeton University Press, 1982.
- Reis, António Matos. «O foral de Guimarães: Primeiro foral português; O contributo dos burgueses para a fundação de Portugal». *Revista de Guimarães*, n.º 106 (1996): 55-77. www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG106_05.pdf (acedido a 28 de março de 2017).
- Reuter, A. E., *Chancelarias mediavaís Portugal*, 1, reprodução da doação em *Livro dos mestrados*, fl. 66; e *Ordem de Cristo*, n.º 233, fl. CXXXIII.
- Rey, M. Emmanuel-Guillaume. *Les familles d'outre-mer de du Cange*. Paris: Imprimerie Imperiale, 1869.
- . *Chartes de l'Abbaye du Mont-Sion, memoires de la Société Nationale des Antiquaires de France*. 5.^a série. Vol. 8. Paris: N.p., 1887.
- Reymond, E. R. E. *The Mythological Origin of the Egyptian Temple*. Manchester, Inglaterra: Manchester University Press, 1969.
- Ritchie, Robert Lindsay Graeme. *Crétien de Troyes and Scotland*. Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1952.
- Roberto, o Monge. *Historia Hierosolymitana*. Aldershot, Inglaterra: Ashgate Publishing, 2006.
- Roberts, Paul William. *Journey of the Magi*. Toronto, Canadá: Rainbow Books, 1995.
- Robinson, John. *Born in Blood*. Londres: Century, 1990.

- Röhricht, Reinhold. *Regesta regni hierosolymitani*. Innsbruck, Áustria: Oeniponti, 1893.
- Roney-Dougal, Serena. *The Faery Faith, Green Magic*. Londres: Vega Books, 2002.
- Roserot, Alphonse. *Dictionnaire historique de la Champagne méridionale (Aube) des origines à 1790*. Vol. II. Langres, França: Imprimerie Champenoise, 1945.
- Rudolph, Conrad. *The Things of Greater Importance: Bernard of Clairvaux's Apologia and the Medieval Attitude toward Art*. Filadélfia, Pensilvânia: Pennsylvania Press, 1990.
- Runciman, Stephen. *A History of the Crusades*. Londres: Penguin Books, 1987.
- Salhab, Walid Amine. *The Knights Templar of the Middle East: The Hidden History of the Islamic Origins of Freemasonry*. São Francisco, Califórnia: Red Wheel/Weiser, 2006.
- Santa Catarina, Fr. Lucas de. *Catálogo dos mestres da Ordem do Templo Portugueses que tiveram ou exercitaram este título e carga nesta coroa portuguesa e em outras de Espanha*. Lisboa: Pascoal da Silva, 1722.
- . *Malta Portuguesa*. Livro II.
- Santos, irmão Manuel dos. *Alcobaça ilustrada, Apparato Proemial a historia*. Vols. III e VII. Coimbra, Portugal: Bento Seco Ferreira, 1710.
- Santos, José António. *Monumentos das ordens militares do Templo de Christo em Thomar*. Lisboa: Biblioteca Universal, 1879.
- São Bruno. *Lettres des premiers Chartreux*. Vol. I. Paris: Les Éditions du Cerf, 1966.
- Sayce, Archibald Henry. *Fresh Light from the Ancient Monuments*. Londres: Religious Tract Society, 1884.
- Scarre, Chris, e Graeme Lawson, eds. *Archaeoacoustics*. Cambridge, Inglaterra: McDonald Institute for Archaeological Research, 2006.
- Schaeffer, Heinrich. *Histoire de Portugal*. Paris: Parent-Desbarres, 1840.

- Schmolders, F. A. *Essai sur les écoles philosophiques chez les Arabes*. Paris: Sciencia Verlag, 1975.
- Schonfield, Hugh. *Essene Odyssey: The Mystery of the True Teacher and the Essene Impact on the Shaping of Human Destiny*. Shaftesbury, Inglaterra: Element, 1984.
- Schottmuller, Konrad. *Der Untergang des Templer-Ordens*. Vol. II. Berlim: Ernst Siegfried Mittler & Sohn, 1887.
- Secco, Pedro Alves. *Escrituras de Thomar*. Livro 1. Título do Porto, 1568.
- Sède, Gérard de. *Les Templiers sont parmi nous*. Paris: Julliard, 1962.
- Serbanesco, Demeter Gerard Roger. *Histoire de l'Ordre des Templiers et les Croisades*. Paris: Editions Byblos, 1969.
- Sergew, Hable-Selassie. *Ancient and Medieval Ethiopian History to 1270*. Adis Abeba: Haile-Selassie I University, 1972.
- Seward, D. *The Monks of War*. St. Albans, Inglaterra: Paladin, 1974.
- Sewter, E. R. A., trad. *The Alexiad of Anna Commena*. Harmondsworth, Inglaterra: Penguin Books Ltd. 1969.
- Shah, Indres. *The Way of the Sufi*. Londres: Penguin, 1982.
- Silva, Freddy. *Common Wealth: The Origin of Sacred Sites and the Rebirth of Ancient Wisdom*. Portland, Maine: Invisible Temple, 2010.
- . *The Lost Art of Resurrection: Initiation, Secret Chambers, and the Quest for the Otherworld*. Rochester, Vermont: Inner Traditions, 2017.
- . *Secrets in the Fields: The Science and Mysticism of Crop Circles*. Portland, Maine: Invisible Temple, 2002, 2014.
- Sintra e Seu Concelho*. Vol. 1.
- Smail, R. C. *Crusading Warfare, 1097-1193*. Cambridge: Cambridge University Press, 1956.
- Socard, E., e T. Boutiot. *Dictionnaire topographique de l'aube*. Paris: Imprimerie Nationale, 1874.
- Sousa, João Maria. *Notícia descritiva e histórica da cidade de Thomar*. Tomar, Portugal: Conselho Administração, 1903.

- Sousa, Manuel de Faria e. *Europa Portuguesa*. Livro 3. Lisboa: António Creasbeek, 1675.
- St. Clair, L. A. de. *Histoire généalogique de la famille de St. Clair*. Paris: Hardy & Bernard, 1905.
- Stevenson, David. *The Origins of Freemasonry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- Stewart, Michael James. *The Forgotten Monarchy of Scotland*. Shaftesbury, Inglaterra: Element Books, 1998.
- Sucena, E. *A epopeia Templária e Portugal, documenta histórica*. Lisboa: Vega, 2008.
- Sulpício Severo. *Chronica II*.
- Swanson, Vern. *Dinasty of the Holy Grail: Mormonism's Sacred Bloodline*. Springville, Utah: CFI, 2006.
- Terseur, Françoise. *Os Druidas e a tradição esotérica*. Lisboa: Maio, 1993.
- Thiering, Barbara. *Jesus the Man: Decoding the Real Story of Jesus and Mary Magdalene*. Nova Iorque: Atria Books, 1992.
- Thomas, Keith. *Religion and the Decline of Magic*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1971.
- Thory, Claude-Antoine. *Acta latomorum ou chronologie de l'histoire de la Franche-maçonnerie Française et étrangère*. Vol. I. Paris: Pierre Elie Dufart, 1815.
- Tillièrre, Nicolas. *Histoire de l'Abbaye d'Orval*. Orval, Bélgica: J. Duculot, 1967.
- Tito Lívio. *The History of Rome*. Livro VI.
- Tompkins, Peter. *Secrets of the Great Pyramid*. Nova Iorque: Harper & Row, 1971.
- Tucket, J. E. S. *The Origin of the Additional Degrees*. Vol. XXXII. 1919.
- Tyerman, Christopher. *God's War: A New History of the Crusades*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006.
- Ullendorff, Edward. «Hebraic-Jewish Elements in Abyssinian Christianity». *Journal of Semitic Studies* I, n.º 3 (1956): 253.

- Upton-Ward, J. M. *The Rule of the Templars*. Woodbridge, Inglaterra: Boydell Press, 1992.
- Vallery-Radot, Ireneé. *Bernard des Fontaines, abbé de Clairvaux, ou les noces de la grace et de la nature*. Paris: Desclee, 1963.
- . *Le Prophet de L'Occident (1130-1153)*. Paris: Desclee, 1969.
- Van Hecke, Lode. *Le désir dans l'expérience religieuse: L'Homme réunié, relecture de saint Bernard*. Paris: Cerf, 1990.
- Vermes, Geza, trad. *The Complete Dead Sea Scrolls*. Nova Iorque: Penguin, 1997.
- Vilnay, Zev. *Legends of Jerusalem*. Vol. 1. Filadélfia, Pensilvânia: Jewish Publication Society of America, 1973.
- Vincent, Hugues. *Jerusalem de l'Ancien Testament*. Paris: Gabaldi, 1956.
- Vincent, R. P. *Histoire de l'ancienne image miraculeuse de Notre Dame de Sion*. Nancy, França: n.p., 1698.
- Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos, e frases que em Portugal se usaram*. Vol. II. Lisboa: A. J. Fernando Lopes, 1865.
- Vitry, Jacques de. *History of Jerusalem*. Londres: Palestine Pilgrims' Text Society, XI, 1896.
- Vogüé, Melchior de. *Les églises de la Terre Sainte*. Paris: Librairie de Victor Didron, 1860.
- Wallace-Murphy, Tim, e M. Hopkins. *Guardian of the Secrets of the Holy Grail*. Shaftesbury, Inglaterra: Element, 1999.
- Ward, J. S. M. *Freemasonry and the Ancient Gods*. Londres: Simpkin, Marshall Hamilton, Kent & Co., 1921.
- Warren, Charles. *The Temple or the Tomb*. Londres: Richard Bentley and Son, 1880.
- Warren, Charles, e C. R. Conder. *The Survey of Western Palestine*. Londres: Committee of the Palestine Exploration Fund, 1884.
- Webb, Geoffrey, e Adrian Walker. *Saint Bernard of Clairvaux: The Story of His Life as Recorded in the Vita Prima*. Londres: A. R. Mowbray, 1952.

- West, John Anthony. *Traveler's Key to Ancient Egypt*. Wheaton, Illinois: Quest, 1985.
- Wheeler, Brannon M. *Moses in the Quran and Islamic Exegesis*. Londres: Routledge, 2002.
- Whitelock, Dorothy, David C. Douglas e Susie Tucker, ed. e trad. *The Anglo-Saxon Chronicle*. Londres: Eyre & Spottiswoode, 1961.
- Wigoder, Geoffrey. *The Encyclopedia of Judaism*. Jerusalém, Israel: Jerusalem Publishing House, 1989.
- Wilhelm, Richard. *The I Ching, or Book of Changes*. Princeton, Nova Jérsia: Princeton University Press, 1966.
- Wilkins, A. David. *Concilia Magnae Britanniae et Hiberniae*. Vol. II, *Testimony of Walter de Clifton and William de Middleton*. Londres: David Nutt, 1737.
- Wilkinson, John, Joyce Hill e A. F. Ryan, eds. *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*. Londres: Hakluyt Society, 1988.
- Williams, Watkin Wynn. *Saint Bernard of Clairvaux*. Manchester, Inglaterra: Manchester University Press, 1935.
- Wilson, Charles William. *Ordnance Survey of Jerusalem*. Londres: George E. Eyre and William Spottiswoode for Her Majesty's Stationery Office, 1876.
- Wilson, Charles William, e Charles Warren. *The Recovery of Jerusalem: A Narrative of Exploration and Discovery in the City and the Holy Land*. Londres: Richard Bentley, 1871.
- Wright, Dudley. *Roman Catholicism and Freemasonry*. White Fish, Montana: Kessinger Publishing, 2003.
- Yates, Frances. *Giordani Bruno and the Hermetic Tradition*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- Zapater y Lopez, M. R. *Císter militante en la campaña de la iglesia contra la Sarracena furia. História general de las ilustrísimas, inclitas y nobilísimas cavallerias del Templo de Salomón, Calatrava, Alcantara, Avis, Montesa, y Christo*. 2 vols. Saragoça, Espanha: n.p., 1662.
- Zuckerman, J. *A Jewish Princedom in Feudal France*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1972.

CRÉDITOS DE IMAGEM

Todas as imagens e diagramas são da autoria de Freddy Silva exceto os seguintes:

- 2.2. Livre des Passages d’Outre-Mer, aproximadamente 1490
- 2.3. Roman du Chevalier du Cygne, aproximadamente 1270
- 2.4. Gravura do século XIII, domínio público
- 3.2. Mosaico bizantino, domínio público
- 4.2., 5.2., 7.1., 12.2. Gustav Doré, Biblioteca do Congresso, domínio público
- 6.3. Biblioteca Nacional de Portugal, 1845
- 7.2. Pedro Augusto Guglielmi, aproximadamente 1837
- 8.3. De *A Pictorial Journey Through the Holy Land*, 1867
- 11.1. Pamela Coleman Smith, 1909
- 12.3. Guillaume de Tyr, em *Histoire d’Outre-Mer*, século XIII
- 13.2. Reprodução de 1925, anónima
- 14.2. Vera Effigies, século XVI
- 14.3. Reprodução do século XVI, anónima
- 16.2. Domínio público
- 17.1. Henri Lehmann, aproximadamente 1850
- 19.1. François-Marius Granet, 1840
- 23.1., 36.1., 38.2. Torre do Tombo, domínio público
- 24.1. Biblioteca Nacional, domínio público
- 27.1., 27.2., 35.1., 35.2., 35.4., 54.2. Warren & Conder, Committee of the Palestine Exploration, 1884
- 28.3. Jörg Breu, *o Velho*, 1500
- 30.1. Biblioteca do Congresso, domínio público
- 32.2., 33.5. Liber Floridus, século XII
- 33.3. Guillaume de Parisiensis, 1539
- 35.3. De *Jerusalem de l’Ancien Testament*, 1860, de M. de Vogue
- 40.2. Século XIX, anónimo
- 42.1. Bernardino Coelho, Ministério das Obras Públicas, 1934
- 45.1. Adaptado de Charles Brooker, «Magnetism and Standing Stones, *New Scientist*, 13 de janeiro de 1983

- 50.1. Bernard Gagnon, Wikipedia Commons, Attribution-ShareAlike
3.0 Unported license,
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bete_Giyorgis_03.jpg
(acedido a 20 de abril de 2017)
- 51.1. Arquivos de Tomar, c. 1926
- 54.4. Topographia Helvetiae, Rhaetiae et Valesiae, 164